

UMA HISTÓRIA POLÍTICA DE MATO GROSSO DO SUL

1977 - 2022



Wagner Cordeiro Chagas

Wagner Cordeiro Chagas

UMA HISTÓRIA POLÍTICA
DE MATO GROSSO DO SUL
(1977-2022)



Seriemá Indústria Gráfica e Editora Ltda-EPP
Dourados, MS
2022

Copyright © 2022 by Wagner Cordeiro Chagas.

É proibida qualquer reprodução parcial ou integral desta obra, sem prévia autorização.

Projeto gráfico e impressão:

Seriema Indústria Gráfica e Editora Ltda-EPP

e-mail: graficaseriema@graficaseriema.com.br

Editoração Eletrônica: Emerson Silva

Revisão ortográfica:

Anderson Doretto Soares

Capa: Diego Nunes Bento – DIGIART (Fátima do Sul)

Imagens da capa: bandeira de MS ao fundo; imagens marcantes da história do estado: cartaz do Movimento Divisionista de MT (Acervo ARCA); cartaz do líder indígena Guarani Marçal de Souza (Museu de Dourados); cartaz das Diretas Já em MS (acervo CDR-FCH/UFGD); Protesto da FETEMS em Campo Grande (acervo FETEMS); primeira deputada estadual e federal de MS Marilu Guimarães (acervo Câmara dos Deputados); um dos primeiros deputados federais negro de MS Ben-Hur Ferreira (acervo CDR-FCH/UFGD); adesivos das presidenciaíveis de MS Simone e Soraya (acervo Wagner Chagas); santinho do primeiro índio candidato a governador de MS Magno de Souza (acervo Wagner Chagas); primeiro governador de MS Harry Amorim (acervo Câmara dos Deputados); governador interino Londres Machado (acervo ALMS); cartaz de Wilson Martins governador 1982 (acervo Francisco Souto Neto); imagem do governador Ramez Tebet; cartaz de Marcelo Miranda governador 1986 (ambos do acervo CDR-FCH/UFGD); santinho de Pedro Pedrossian governador 1990 (blog Marco Eusébio); adesivo de Zeca do PT governador 1998; santinhos de André Puccinelli governador 2006; Reinaldo Azambuja governador 2014 e Eduardo Riedel governador 2022 (todos de Wagner Chagas).

Conselho Editorial: Profa. Dra. Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi, Profa. Dra. Leoné Astride Barzotto, Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, Prof. Dr. Paulo Sérgio Nolasco dos Santos, Profa. Dra. Renata Lourenço, Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti, Profa. Dra. Viviane Scalon Fachin

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

C424h

Chagas, Wagner Cordeiro, 1984-

Uma história política de Mato Grosso do Sul (1977-2022) / Wagner Cordeiro

Chagas. - 1. ed. - Dourados [MS] : Seriema, 2022.

314 p. : il. ; 21 cm.

ISBN 978-65-5473-009-9

1. História - Mato Grosso do Sul. 2. Mato Grosso do Sul - Aspectos políticos. I.
Título.

22-81402

CDD: 981.71

CDU: 94(817.1)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

30/11/2022 06/12/2022

Apoio Cultural:

**ARTHUR DO AMARAL
DEP. EST. PEDRO KEMP
VER. MAURÍCIO LEMES
PREF. MARQUINHOS DO DEDÉ
VICE-PREF. ALTAIR ALBUQUERQUE
CARCARÁ IMÓVEIS
VER. WAGNER DA GARAGEM
VER. ERMESON
CLEBER DIAS
ROSÂNGELA CHAGAS
PROFA. ROSE FARIAS
LANDES PEREIRA
MARIQUINHA
ERONILDO BARBOSA
DR. JOSÉ DURANDO
BEN-HUR FERREIRA
PROF. LUCÍLIO NOBRE
FETEMS
SIMTED FÁTIMA DO SUL
SIMTED TRÊS LAGOAS
SIMTED ITAPORÃ
SIMTED BRASILÂNDIA
SIMTED CAARAPÓ
SIMTED VICENTINA
SIMTED JATEÍ
SIMTED DEODÁPOLIS
SIMTED DOURADOS**

PREFÁCIO

Para quem, como eu, trabalha (ou deveria dizer “milita”?) no ramo da educação e da ciência, uma das maiores alegrias é identificar, entre seus ou suas alunas/os, uma vocação autêntica para as atividades de ensino e pesquisa. Ao longo de minha carreira, tenho tido, felizmente, a oportunidade de encontrar vários casos dessa vocação. Um deles, e certamente dos mais destacados, é o do Prof. Wagner Cordeiro Chagas – quem me proporciona, agora, a satisfação de escrever estas linhas nas páginas iniciais de seu novo livro.

Na introdução da obra, o próprio Prof. Wagner relata seu itinerário intelectual. Desejo, contudo, fazer a esse relato um ou outro acréscimo, a partir de meu (privilegiado) ponto de vista, como professor, orientador, colega e amigo do autor (não necessariamente nesta ordem...). Registro, em primeiro lugar, a dedicação do estudante Wagner às atividades do curso de História da UFGD, um curso noturno para cuja frequência ele, assim como muitas/os outras/os, viajava diariamente dezenas de quilômetros. Ainda nessa época, o Wagner tornou-se um colaborador habitual do Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD, cujo acervo documental muito deve às pacientes coletas por ele realizadas (englobando materiais aparentemente triviais mas de grande valor para o trabalho de historiadoras e historiadores, como propaganda eleitoral, cartazes, periódicos etc.). Destaco, enfim, que, na trajetória do Prof. Wagner, o gosto pela pesquisa vem sempre associado à preocupação em comunicar à sociedade os resultados obtidos. Assim se entende o fato de que ele não seja um neófito em matéria de publicação de livros; ao contrário, a presente obra vem somar-se a outras já produzidas pelo autor, a saber, *Política, história e alguns desabafos* (2013) e *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul* (2016). A propósito, noto que as publicações do nosso autor inserem-se em uma animadora sequência de obras sobre a história política de MS, elaboradas nos últimos anos por vários pesquisadores acadêmicos, obras essas devidamente referenciadas neste livro.

Para dissertar acerca da trajetória política sul-mato-grossense, um pesquisador ou pesquisadora poderia adotar diferentes estratégias,

no tocante, sobretudo, aos assuntos e enfoques a serem priorizados e à periodização a ser estabelecida. Diante da vastidão do tema e das fontes, Wagner lançou mão de uma estratégia adequada, a meu ver, ao público a que se destina a obra: não os seus pares das academias universitárias mas a população em geral, especialmente estudantes e professoras/es do ensino básico. No nosso dia a dia, de fato, ao pensar a história política, costumamos ter como balizas os períodos correspondentes aos vários governantes. Bem sabemos que a política não se reduz, de modo algum, ao que se passa nos espaços do poder institucionalizado; por outro lado, é nesses espaços que se tomam, em grande parte, as decisões que vão impactar a vida de todos os cidadãos e cidadãs. Assim se entende, portanto, a decisão de organizar o relato tendo como referência os períodos de atuação de governadores e parlamentares.

Essa opção não significa, evidentemente, que o relato deva limitar-se às ações dos dirigentes. Muito pelo contrário, há espaço, aí, não só para uma reflexão crítica acerca dessas ações como também para a exposição e denúncia de atos condenáveis e tramas obscuras; para a exposição e análise de eventos e processos não diretamente ligados à esfera estatal; e, sobretudo, para a explicitação das ações da sociedade civil, ou seja, as cidadãs e cidadãos e as diversas entidades que as/os representam.

E são essas as diretrizes efetivamente adotadas pelo autor. Dividido em 4 capítulos, o livro inicia-se com uma rememoração dos processos históricos que tiveram lugar no território que viria a corresponder ao estado criado em 1977. Assim, devidamente informada/o sobre essa história e situada/o no contexto da criação de MS, a/o leitor/a encontra no segundo capítulo o período em que a administração da nova unidade federativa dependia diretamente do regime ditatorial ainda vigente no país – período, aliás, relativamente breve, que vai da instalação do estado, no início de 1979, à primeira eleição livre e democrática de seu governador (novembro de 1982). O capítulo 3 dedica-se aos anos entre 1983 e 1998, quando, no dizer de nossa colega historiadora Marisa Bittar, a política do novo estado foi ainda dominada por personagens que vinham do pré-1964. O último capítulo, enfim, abrange o tempo transcorrido de 1999 em diante, quando emergem novos atores e lideranças sociais e políticas –

destacando-se, aqui, o esforço do autor no sentido de estender sua análise até os dias atuais.

Numa apreciação de conjunto, podemos dizer que o valor da presente obra se manifesta em várias dimensões. A redação clara e direta, isenta de jargões, permite que o livro seja lido, com grande proveito, por qualquer cidadã ou cidadão interessada/o nas coisas de seu estado. Por outro lado, a grande quantidade de informações, articulando devidamente a história regional com a nacional, torna essa obra uma valiosa ajuda-memória, especialmente útil para aquelas ou aqueles que se interessam, profissionalmente, pela nossa história, como jornalistas e pesquisadores acadêmicos. O livro serve também, enfim, como um roteiro para quem deseja aprofundar seus conhecimentos, visto que o autor indica fontes acessíveis e bibliografia atualizada.

Se fôssemos tentar resumir em uma frase o sentido da obra do Prof. Wagner, a mais adequada seria, a meu ver, a seguinte: “Fora da política não há salvação”. E não é esse, de modo algum, um postulado trivial, haja vista o contexto que temos vivido em nosso país, para não falar de outras partes do mundo, em que se tem estreitado o espaço da política, entendido como espaço de confrontação pacífica e de livre escolha de distintos projetos sócio-históricos. No Brasil como no mundo, o avanço do extremismo de direita, de tendências fortemente autoritárias, tem acendido o alerta vermelho, sintetizado na ideia de que, se não forem bem cuidadas e nutridas, as democracias podem morrer.

Nutrir as democracias significa, em primeiro lugar, combater as desigualdades sociais, garantindo direitos básicos e padrões de vida dignos para todas/os. Mas não podemos esquecer que os regimes democráticos também sucumbem um pouco a cada vez que a história é falseada, a cada vez que se tenta apagar os horrores cometidos pelas ditaduras, a cada vez que se reduz, se desqualifica e até mesmo se criminaliza a prática da política democrática.

Desse modo, é muito bem-vindo esse sentido pedagógico que nosso autor imprime a seus trabalhos, ou seja, sua preocupação de falar às novas gerações. Longe vão, por certo, os tempos em que se considerava a História, de forma simplista, como “mestra da vida”. Não obstante, é ainda o conhecimento histórico quem nos permite chamar as

coisas pelos seus nomes, isto é, dizer como e porque as ditaduras são ditaduras e o fascismo é fascismo. E dizer, sobretudo, que fora da política não há salvação: fora da livre apresentação e discussão de ideias, fora da livre escolha das/os eleitoras/es entre diferentes propostas, fora do respeito às divergências e às/aos divergentes, fora, enfim, do respeito às regras do regime democrático, não há futuro possível para uma sociedade que se queira civilizada.

Nosso colega Wagner está fazendo sua parte, e ajudando, ao mesmo tempo, que nós outros/as, todos/as, façamos também a nossa – muito mais aliviados e esperançosos, por certo, depois dos resultados das eleições de 30 de outubro.

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Doutor em História Econômica, pesquisador sênior
da FCH/UFMG e docente colaborador do PPGH/UFMG

Novembro 2022.

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1	17
O antigo Mato Grosso: uma longa história.....	17
Os primeiros habitantes do território.....	17
Domínio espanhol	18
Domínio português: a criação da capitania de Mato Grosso	19
Palco da Guerra do Paraguai	22
Nascimento das ideias divisionistas.....	23
A ditadura militar cria Mato Grosso do Sul.....	25
A escolha do primeiro governador	28
Capítulo 2.....	31
A fase dos governos nomeados pela ditadura e as crises decorrentes das disputas pelo poder (1979-1982).....	31
Um início conturbado: a breve experiência governamental de Harry Amorim Costa	33
Sem vice-governador, Londres Machado administra interinamente ..	37
Sai a gestão técnica, entra a política: Marcelo Miranda Soares no governo	39
Londres Machado novamente governador provisório.....	45
Pedro Pedrossian, enfim, torna-se governador	47
Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa	52
Legislatura dos primeiros deputados federais de MS	55
Legislatura dos primeiros senadores de MS	57
Capítulo 3.....	61
A fase dos governadores eleitos pelo voto popular e a polarização política entre Wilson Martins e Pedro Pedrossian (1983-1998).....	61

O primeiro governo escolhido pelo voto popular: Wilson Barbosa Martins	63
O vice governa: Ramez Tebet.....	71
Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa	74
Legislatura dos deputados federais de MS	76
Senadores de MS	78
O retorno de Marcelo Miranda: política industrial, criação de municípios, construção de escolas e um fim desagradável.....	81
Terceira Legislatura da Assembleia Legislativa	87
Deputados federais de MS na Assembleia Nacional Constituinte.....	91
Senadores de MS na Assembleia Nacional Constituinte.....	92
O retorno das grandes obras, arrocho com os servidores públicos e a preparação do estado para o MERCOSUL: segundo governo Pedro Pedrossian	95
Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa	102
Deputados federais de MS	105
Senadores de MS	108
Entre uma grave crise econômica e alguns avanços: o segundo governo Wilson Barbosa Martins	109
Quinta Legislatura da Assembleia Legislativa	117
Deputados federais de MS	120
Senadores de MS	123
Capítulo 4.....	125
Fase de “renovação” política à frente do governo estadual (1999-2022)	125
Um ex-sindicalista no comando do estado: o primeiro governo Zeca do PT.....	127
Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa	134
Deputados federais de MS	137
Senadores de MS	139
A esquerda continua no poder: Zeca do PT o primeiro governador reeleito do estado	141

Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa	148
Deputados federais de MS	151
Senadores de MS	153
André Puccinelli e o retorno do PMDB ao comando do estado	155
Oitava Legislatura da Assembleia Legislativa	161
Deputados federais de MS	163
Senadores de MS	164
André Puccinelli e a primeira mulher na vice-governadoria: a segunda gestão	165
Nona Legislatura da Assembleia Legislativa	171
Deputados federais de MS	173
Senadores de MS	175
O primeiro governo tucano do estado: Reinaldo Azambuja	177
Décima Legislatura da Assembleia Legislativa.....	185
Deputados federais de MS	187
Senadores de MS	191
O segundo governo Reinaldo Azambuja: desenvolvimento econômico, retrocessos na educação e o enfrentamento à pandemia de Covid-19	195
Décima primeira Legislatura da Assembleia Legislativa	208
Deputados federais de MS	210
Senadores de MS	213
Considerações finais	217
Fontes	219
Bibliografia	223
Anexos	235

INTRODUÇÃO

Um estudante de escola pública em contato com uma biblioteca e seus livros pode despertar ainda mais seu interesses pelos estudos? No meu caso, a resposta é sim. O ano era 2001, eu cursava o 1º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Izabel Mesquita, no bairro popular denominado Pioneiro, na cidade de Fátima do Sul (MS). Para um filho de pequenos comerciantes do ramo de bar e lanchonete estudar era o melhor caminho para crescer na vida. Foi o que fiz.

Certo dia, no ano de 2001, conheci na biblioteca daquela escola um artigo científico da historiadora Marisa Bittar que tratava da História de Mato Grosso do Sul e abarcava desde o período em que estas terras eram habitadas exclusivamente pelos índios até o início dos anos 2000. O texto fazia parte de material inédito criado pela Secretaria de Estado de Educação do governo Zeca do PT. Aquela nova forma de tratar a história desta unidade da federação nas escolas públicas despertou-me a curiosidade pelo conhecimento histórico.

Em 2002, as eleições que permitiram um ex-operário chegar à Presidência da República do Brasil (um país tão injusto com seus filhos mais pobres) despertaram-me o gosto por participar da política, de forma tímida, e, principalmente, por buscar entender ainda mais a história política sul-mato-grossense.

Mais uma vez, na escola pública (desta vez o Vila Brasil), no ano de 2003, tive a oportunidade, juntamente com outros amigos, de pesquisar a respeito de cada governo que Mato Grosso do Sul tivera, desde o primeiro, Harry Amorim Costa, ao que administrava naquela ocasião, Zeca do PT. A pesquisa fazia parte de outra inovação da Secretaria de Educação que implantou as famosas “aulas de projetos” e levou muitos estudantes pobres ao contato, de forma introdutória, ao mundo da pesquisa.

Em julho de 2004, venci a luta contra o temido Vestibular de Inverno da UFMS Campus de Dourados - hoje UFGD - e, após ficar em 51º lugar, por meio da segunda chamada ingressei no curso de História daquela instituição. No mês de maio daquele ano, por ocasião da disciplina de Antropologia, do Prof. Osvaldo Zorzato, tive que pesquisar alguns trabalhos relacionados à história indígena e entrei em contato pela primeira vez com o Centro de Documentação Regional

(CDR). Fiquei encantado com o local e seu rico acervo, principalmente com as caixas que guardavam materiais de campanhas eleitorais no estado, desde o ano de 1982. Consolidava-se ali meu projeto de ser professor e pesquisador de História, ou, com muito orgulho, após a regulamentação da profissão, historiador.

Lembro-me de ter conversado uma noite com o jovem acadêmico Carlos Barros Gonçalves, de quem eu era calouro, e que trabalhava como voluntário no CDR, além de ser militante do movimento estudantil. “Monte um projeto”, disse-me algumas vezes. Eu tinha medo, receio de não dar conta. Carlão, como o chamo até hoje, fez mestrado, doutorado e chegou lá: atualmente é professor universitário efetivo do curso de História da UFGD e coordenador do CDR. Quando faltavam 2 anos para encerrar a graduação, entrei em contato com o Prof. Paulo Cimó (sem dúvida um dos maiores especialistas em História de MS) e disse que queria fazer o TCC, pois não poderia sair da universidade sem ter no currículo uma pesquisa acadêmica, mesmo que fosse introdutória.

No final de 2007 fui ao encontro de outros documentos, arquivos. Pela primeira vez estive no arquivo de um jornal (*Correio do Estado*) e de um órgão de Poder estadual (acervo da Assembleia Legislativa de MS). Meu tema a ser pesquisado era as eleições de 1998 e o início do governo Zeca do PT, sob a orientação do Prof. João Carlos de Souza. Eu já era um “viciado” em pesquisa, escrevia, desde outubro de 2005, artigos com a temática de História e política para jornais locais.

Graduado, comecei a dar aula em março de 2009. Naquele mês também iniciei um curso de Especialização em História da Educação na FAED-UFGD. Mas, meu foco era a história política de meu estado. Ao final da especialização, em 2010, eu tinha um novo projeto de pesquisa em mente: a primeira eleição para governador ocorrida neste estado no ano de 1982. Fiz o curso de bacharelado em História ao longo de 2011 para poder ter ainda mais qualificação para ser um historiador, e, no final daquele ano fui aprovado para o mestrado em História na mesma instituição. No mestrado, agora sob orientação do Paulo Cimó, de 2012 a 2014, aprofundei-me nos estudos, foram várias as madrugadas acordado para escrever a dissertação, entrevistas com 13 antigas lideranças políticas do estado, entre elas 4 ex-governadores (Wilson Martins, Pedro Pedrossian, Zeca e André

Puccinelli), levantei jornais antigos (*Correio do Estado, O Progresso, Folha de Dourados, Diário da Serra*) e defendi a pesquisa sobre as eleições de 1982, no mês de agosto de 2014. Para minha satisfação, a julgadora convidada de outra universidade para avaliar minha dissertação foi aquela professora que produziu o texto que li em 2001, a Marisa Bittar. Depois de muito “ralo”, tornei-me mestre em História.

Descansei um pouco e, em 2015, comecei a pensar que poderia contribuir mais com a história de meu estado. Afinal, a curiosidade pela política estadual me fez, quando pesquisava para o mestrado, aproveitar e levantar outras fontes a respeito de Mato Grosso do Sul depois de 1982, o que fizera cada governador, os deputados, senadores. E foi aí que nasceu este livro que hoje chego ao público: “Uma história política de Mato Grosso do Sul (1977-2022)”. Entre 2015 e 2019, a pesquisa e escrita era concentrada apenas nos meses de férias escolares (janeiro e julho). Com o advento da cruel pandemia de Covid-19 e início das aulas remotas, em 2020, para não “pirar” com a doença que nos rondava e com as loucuras que o presidente da República Jair Bolsonaro dizia tentando minimizar a gravidade do vírus resolvi sentar e me dedicar profundamente à nova missão. Esta, desde que iniciei, tinha como objetivo ser um livro sem compromisso acadêmico, um *hobby* que eu tinha e que queria continuar.

Meu sonho com esta pesquisa sempre foi de publicá-la como livro, doar 1 exemplar a cada escola pública de Mato Grosso do Sul e vender os que sobraem. Aquela experiência que tive de um pequeno texto me despertar a curiosidade histórica, desejo, com este livro, permitir a mesma possibilidade a outros estudantes. Além disso, quero contribuir com meus amigos e amigas professores/as de História e das demais disciplinas das Humanas da redes de ensino e permitir-lhes ter um material a mais acerca de nossa história.

A partir de fevereiro de 2021 entrou em cena outra parte, não menos importante, desta pesquisa, a campanha para arrecadação de dinheiro para a publicação do trabalho. Como sou funcionário estadual efetivo não tenho direito a verbas públicas de fundos culturais para publicar. Assim, tive que recorrer a amigos e amigas que, por meio de doações ou pela aquisição do livro de maneira antecipada, foram de grande contribuição para esta publicação.

Mas, muitos me questionam, por que a História Política? Como expliquei é um tema pelo qual tenho paixão. No entanto, além

disso, é um tema que, creio eu, todos deveriam ter interesse, pois a política acompanha a vida social, as decisões políticas interferem de forma muito significativa na vida de todos. Para mostrar isso, busquei não focar apenas nos líderes e nos seus feitos pelo estado, obrigação de quem se propõe a liderar a administração pública. Procurei apresentar as obras feitas, as políticas sociais, as crises econômicas e políticas, as conquistas e perdas de segmentos da sociedade sul-mato-grossense, as lutas e as conquistas dos excluídos pelo injusto sistema capitalista, como os índios e os afrodescendentes.

CAPÍTULO 1

O ANTIGO MATO GROSSO: UMA LONGA HISTÓRIA

Os primeiros habitantes do território

Ao se considerar que a história é o processo da caminhada humana no mundo, Mato Grosso do Sul tem um histórico muito além da data da criação, em 11 de outubro de 1977. Segundo o antropólogo Bartomeu Melià, em prefácio a livro de historiadoras sul-mato-grossense: “[...] Ela possui uma profundidade milenária da qual não pode prescindir, por manter no seu seio, como raiz e continuidade, populações históricas anteriores à entrada dos desbravadores e colonos” (2019, p. 16).

Assim, é preciso entender que, como todo o continente americano, este território era habitado por uma diversidade de povos nativos, os índios. Segundo escreveram os antropólogos Gilson Rodolfo e Emília Kashimoto (2012) os primeiros seres humanos estiveram por aqui há cerca de 12 mil anos. Os antropólogos Jorge Eremites e Sibelí Vianna (1999-2000) consideram que há mais de 2 mil anos todo esse atual estado já se encontrava habitado por várias etnias indígenas.

O historiador Paulo Cimó Queiroz (2018) registrou que, muito antes da colonização e exploração europeia, este espaço era local de intenso movimento de seres humanos que transitavam entre o litoral do oceano Atlântico e o interior da América do Sul (região do Império Inca, atualmente Peru, Equador, Colômbia). E, para a antropóloga Isabelle Combès (2018), situava-se também por aqui uma parte da estrada aberta por índios que ligava o que hoje é Santa Catarina e São Paulo às margens do Rio Paraguai e seguia rumo à civilização inca. Era o caminho chamado Peabiru, relatado também por outros estudiosos.

Assim, o atual território que corresponde ao Mato Grosso do Sul foi palco da vida de diversas tribos indígenas, muitas delas extintas, caso dos Payaguá, canoeiros habitantes do Pantanal de onde se originou o nome “rio dos Payaguá”, depois rio Paraguai e, conseqüentemente o nome do país vizinho, Paraguai. Os Guató, também canoeiros como

escreveu Jorge Eremites de Oliveira (1996), ainda sobrevivem em áreas pantaneiras. Dentre os povos originários, diversos ainda descendem e ainda habitam o estado, como os Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñanhadeva, Terena, Ofayé-Xavante, Kadiwéu.

Domínio espanhol

No processo de colonização europeia, inicialmente esta porção do Brasil, pertencia ao reino espanhol, conforme determinava o Tratado de Tordesilhas de 1494. Por aqui passaram os primeiros exploradores, sendo Aleixo Garcia considerado o primeiro a passar por essas terras vindo da atual Santa Catarina com destino ao Império Inca, por volta de 1515.

Conforme Hildebrando Campestrini e Acyr Guimarães (2002), o governo espanhol preocupado com a ocupação portuguesa nesse lado, ofereceu terras a Pedro de Mendoza que, em 1536, fundou Buenos Aires (atual capital da Argentina); e, em 1537, João de Espinosa e João Ayolas fundam Assunção (atual capital do Paraguai), que se tornou a mais importante cidade das terras espanholas ao sul da América do Sul.

Nesse período, conforme as escritoras Lori Gressler, Luiza Vasconcelos e Zélia de Souza (2005), o território que hoje é Mato Grosso do Sul fazia parte do *Adelantazgo* da Província do Rio da Prata, entre 1534 e 1617, com sede em Buenos Aires; depois da Província do Paraguai, de 1617 a 1748, com capital em Assunção.

Ainda nas buscas da lendária serra de prata do Peru, também sem sucesso, no ano de 1538, o governador da Província do Paraguai Domingos Martínez Irala explorou os rios Iguatemi e Paraná e a serra de Maracaju, chegando até o norte do Pantanal, no que hoje seria Corumbá. O seguinte governador, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, ao assumir o cargo em 1542, subiu pelo rio Paraguai e chegou até a foz do rio Miranda, de onde explorou parte do “mar” de Xaraés, como foi chamado na época o atual Pantanal.

Foi por volta de 1555 que, conforme pesquisou o historiador Paulo Esselin (2011), os espanhóis trouxeram as primeiras cabeças de gado vacum para o Pantanal. Elas vieram por terra, segundo as cartas de

Ruy Días de Gusman, da capitania de São Vicente pelo planalto paulista, via caminho do Peabiru, chegaram até Assunção e de lá rumaram para o Pantanal.

Paulo Cimó Queiroz (2018) escreveu que as marcas mais duradouras da presença espanhola começaram a ser formadas a partir da segunda metade do século XVII. É nesse contexto que, conforme pesquisou Sandra Nara Novais (2004), em 1593, os espanhóis fundaram o núcleo de povoamento chamado Santiago de Xerez, considerada a mais antiga do Brasil central que durou até 1632, e que se localizava no atual município de Aquidauana. Foi também nessa fase que se criou as reduções jesuíticas do Itatim. As reduções tinham por objetivo converter os indígenas ao Cristianismo.

Entretanto, muitos indígenas resistiram a essa imposição, como relatam as historiadoras Graciela Chamorro e Isabelle Combès, e o historiador André Freitas (2018), ao analisarem cartas de 1632-1634 estudadas pelo antropólogo Bartomeu Meliá (1976).

Em 1580, a morte de um rei português modificaria a situação dessas terras. A morte de Dom Henrique, que há 2 anos havia substituído D. Sebastião, desaparecido em 1578, e a falta de um herdeiro do trono, levou o rei da Espanha Felipe II a herdar a coroa portuguesa e passou a governar 2 reinos. Entre 1580 e 1640 Espanha e Portugal estiveram unidos na chamada União das Coroas Ibéricas. Com isso, as terras sul-americanas seriam administradas pelo mesmo rei. Foi o que permitiu, segundo a historiadora Odaléia Bianchini (2000) aos exploradores denominados bandeirantes saírem das imediações da atual cidade de São Paulo e, percorrendo via rios, entre eles o Tietê, chegar até o rio Paraná e por lá subir pelo rio Pardo, seguir até o Camapuã e pelo Coxim e Taquari chegar ao rio Paraguai. Nessas passagens chegaram a territórios indígenas para capturá-los e torná-los escravos.

Domínio português: nasce a capitania de Mato Grosso

Por volta de 1718 ou 1719, outro marco histórico despontou por esse território: a descoberta de ouro de aluvião no Rio Coxipó, pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral, no território que é hoje Cuiabá,

conforme escreveu o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1990). Com isso uma vila nasceu naquele lugar, em 1727, denominada Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. A notícia chegou ao rei português que, em 1748, ordenou a criação da capitania de Mato Grosso, separando-a da capitania de São Paulo.

Segundo a historiadora Nauk Jesus (2011), é logo após a descoberta do ouro que começa a entrada de africanos escravizados em Mato Grosso forçados aos trabalhos nas minas. A criação da capitania de Mato Grosso objetivava firmar a conquista portuguesa nos territórios mais longínquos, e defende-los das cobiças espanholas, e para isso, em 1752, nos limites entre América portuguesa e espanhola, criou-se a capital Vila Bela de Santíssima Trindade. O primeiro governador-geral foi Antônio Rolim de Moura Tavares. Juntamente com a capitania de Mato Grosso, nasceu a capitania de Goiás, separando-as da gigante capitania de São Paulo.

O nome Mato Grosso, conforme escreveu o historiador Carlos Amarilha (2022), citando o escritor Estêvão de Mendonça (1919), origina-se em 1734, da observação que os irmãos Paes de Barros fizeram das matas fechadas, florestas com árvores altas, bem diferentes do que estavam acostumados a ver na região de vegetação de cerrado.

Escreveu o historiador Luis Felipe de Alencastro (1997), que a escravidão negra na capitania de Mato Grosso se deu a partir da descoberta do ouro. Esta tese também é confirmada pela historiadora Monique Lordelo (2009), que revela também a luta dos escravos pela libertação, através de fugas e criação de quilombos, inclusive em território espanhol.

Um desses quilombos, construído nas imediações de Vila Bela de Santíssima Trindade, foi o de Quariterê, que teve uma mulher na liderança, chamada Teresa de Bengela. Ela ficou conhecida entre seus conterrâneos africanos como Rainha Teresa de Bengela, e comandou o quilombo por cerca de 20 anos até ser assassinada por ordens do governo da capitania de Mato Grosso, provavelmente em 1770.

É nesse período que, para proteger o território, o governo de Portugal funda o forte Coimbra, em 1775, no Rio Paraguai; o fortim

Iguatemi, aproximadamente no atual município de Paranhos; o fortim de Miranda; e a povoação de Albuquerque, que depois daria início a cidade de Corumbá.

Paulo Roberto Cimó (2018) registrou que, no extremo sul de Mato Grosso (atual extremo sul de Mato Grosso do Sul), foi fundado, em 1767, o forte de Iguatemi, sob as ordens do governador da capitania de São Paulo Luís Antônio de Souza (morgado de Mateus), que pretendia não apenas desenvolver um forte militar, mas também iniciar uma ocupação produtiva daquela localidade, por meio de fixação de famílias. No entanto, conforme o autor, o forte entrou em decadência devido às invasões espanholas, em 1777.

Para proteger ainda mais o território dos espanhóis, o governo português, conforme escreveu o historiador Bruno Mendes Tulux (2012) conseguiu, em 1791, um acordo de paz com a tribo dos índios Guaicuru, famosos índios cavaleiros, que tinham em seu histórico a fama de serem dominadores até de outras etnias indígenas.

Isso, como escreveu Paulo Cimó Queiroz (2018), foi fundamental para Portugal ampliar a ocupação dessas terras e justificar 1 século mais tarde o direito a elas, o que acabou ocorrendo, por meio do Tratado de Madri, de 1750, quando Portugal passou a controlar toda aquela porção que um dia foi da Espanha.

Mas, em conformidade com o que escreveu o historiador Valmir Batista Corrêa, durante essa fase, o atual território de Mato Grosso do Sul correspondia a uma área de passagem dos luso-brasileiros de São Paulo para a região de Cuiabá.

A efetiva entrada de não-índios para ocupar as terras sul-mato-grossenses só ocorrem a partir da década de 1830, como explicou Paulo Cimó, por meio dos criadores de gado oriundos de regiões dos atuais estados de São Paulo, imediações de Franca, e Minas Gerais, na região denominada Triângulo Mineiro, que entraram no atual MS pelo atual município de Paranaíba. Diversas famílias, como os Garcia Leal, Barbosa, Coelho, Lopes, chegaram por essa rota e se apossaram de grandes extensões de terra, conforme escreveram Maria do Carmo Brazil e Elaine Cancian (2016). Outro grupo, como explicou Eudes Fernando Leite (2003), com menor quantidade, entrou pelo norte, vindo da região de Cuiabá e se fixou no Pantanal. Nesse contexto, a

criação de gado se deu por captura de animais existentes na região, além de muitas das fazendas terem se formado, segundo a historiadora Lúcia Salsa Corrêa (1999), por meio da expropriação de terras indígenas e do trabalho exploratório de muitos desses povos.

A partir daí, houve várias tentativas de interligar algumas regiões do atual estado seja por Paraná, seja por São Paulo. As tentativas mais significativas foram as do barão de Antonina, que planejou abrir uma via de comunicação entre São Paulo e Mato Grosso via rios como o Paranapanema e o Ivinhema. Uma primeira tentativa foi concretizada, segundo escreveu Paulo Cimó, por iniciativa de Joaquim Francisco Lopes, em 1849. Poucos anos depois, o governo imperial na iniciativa de ocupar essas terras devido à preocupação das questões de limites com o vizinho Paraguai, determina a criação de colônias militares como a Colônia Militar de Dourados (localizada atualmente no município de Antônio João) e a que deu origem a Nioaque.

Também nesse processo, foi importante a abertura da navegação pelo estuário do rio da Prata, permitindo embarcações brasileiras saírem do Rio de Janeiro, descer até o Uruguai, subir pelo rio da Prata, chegar ao rio Paraguai e se deslocar até Corumbá e Cuiabá. Essa rota permitiu que Corumbá tivesse destaque grandioso, sendo a principal cidade do Sul de Mato Grosso durante o final do período imperial e início do século XX, já na República.

Palco da Guerra do Paraguai

O antigo sul de Mato Grosso foi um dos palcos da terrível Guerra do Paraguai, também chamada Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida de 1865 a 1870, entre Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai. A invasão do Exército paraguaio ao território mato-grossense em dezembro de 1864, desencadeou o maior conflito da América do Sul. Um dos episódios mais emblemáticos do conflito ocorreu na região sudoeste, na divisa com o país guarani: a Retirada da Laguna, de 1867, explicada com ricos detalhes na obra de mesmo nome do militar, engenheiro e escritor Alfredo Taunay, o Visconde de Taunay.

Encerrado o conflito, o extremo sul do antigo Mato Grosso uno se torna território de uma forte imigração paraguaia devido,

principalmente a exploração dos ervais nativos existentes nessa região, após a concessão feita a empresários dentre eles Thomas Laranjeira. O trabalho de exploradores independentes, como mostrou o historiador Laércio Cardoso de Jesus (2004) foi de fundamental importância, mas não se pode esquecer das condições de extrema exploração dos trabalhadores ervateiros.

É nesse contexto de uma região afastada dos grandes centros urbanos nacionais que, como pesquisou o historiador Valmir Batista Corrêa (2005) questões sociais como coronelismo e banditismo serão marcas profundas por muitos anos ao longo da primeira metade do século XX.

Nascimento dos ideais divisionistas

A ideia de divisão do antigo Mato Grosso é algo que já se discutia há décadas na região sul, de acordo com Marisa Bittar (2009), desde o final do século XIX. No entanto, a causa divisionista nessa época (e também nos outros momentos) não chegava a representar um grande movimento da população mato-grossense.

A inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), em 1914, que atravessava o Sul de Mato Grosso de leste a oeste, foi, em concordância com o que pesquisou Paulo Cimó (2004), um marco importante no desenvolvimento dessa porção do território mato-grossense e permitiu, entre outras coisas, transformar a cidade de Campo Grande na mais próspera dessa região, conseqüentemente tirando o destaque que antes cabia a Corumbá.

No início da década de 1930, com o advento da revolução que alçara o político gaúcho Getúlio Vargas ao poder central, líderes do estado de São Paulo, que até a gestão do presidente Washington Luís destacava-se no cenário político nacional por meio de seus representantes eleitos pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e por estar à frente de boa parte das manobras eleitorais do período que se convencionou chamar de República Velha (1889-1930), rebelaram-se contra o governo federal por meio da Revolução Constitucionalista de 1932. Tal revolução, apoiada na oligarquia cafeeira paulista, tinha, dentre vários objetivos, obrigar o então presidente Vargas a convocar

uma Assembleia Nacional Constituinte, visto que a Constituição republicana de 1891 havia sido abolida. Entretanto, há que se destacar também certo sentimento de derrota por parte dos paulistas, já que Vargas no poder havia retirado muitos privilégios que São Paulo tivera nos tempos da república oligárquica.

Nesse conturbado momento da história brasileira, alguns líderes políticos do Sul de Mato Grosso, fixados na cidade de Campo Grande, como Vespasiano Barbosa Martins, Henrique Barbosa Martins e Demóstenes Martins, implantaram um governo “paralelo” ao de Cuiabá, chefiado por Vespasiano Barbosa, com intuito de apoiar o movimento rebelde paulista. O governo foi provisório, efêmero, nas palavras de Marisa Bittar, pois segundo essa autora não havia naquele momento condições favoráveis para uma tentativa de separação do sul do estado.

Derrotados por tropas do governo federal, os paulistas encerram o movimento rebelde três meses depois. Os líderes mato-grossenses que se rebelaram contra Vargas viram-se obrigados a se exilarem no Paraguai.

O passo seguinte na tentativa de se emancipar o sul de Mato Grosso ocorreu por meio de uma organização formada em outubro de 1932, a Liga Sul-Mato-Grossense, composta por membros da elite rural residente no sul, e estudantes universitários que residiam e estudavam na capital federal (Rio de Janeiro). Essa organização procurou aproveitar o processo da Assembleia Nacional Constituinte de 1933¹ para “encaminhar-lhe a petição sobre a divisão de Mato Grosso” (BITTAR, 2009, p. 226). Segundo Bittar, o movimento saiu em busca de assinaturas para um abaixo assinado para que o projeto de divisão pudesse ser encaminhado à Constituinte. Nessa conjuntura, de acordo com Bittar, o divisionismo já se encontra transformado em movimento separatista, sendo embasado por meio de manifestos como o *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, de 1933, e o *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte*, datado de 1934.

1 Esta Assembleia Nacional Constituinte formulou uma nova constituição para a república brasileira, aprovada em 1934, substituindo a Constituição Federal de 1891.

Porém, a proposta não passou na Assembleia Constituinte, devido às articulações feitas por parlamentares do norte e apoiadores do presidente Getúlio Vargas, como Filinto Müller, chefe de polícia política de Vargas, que chegou a elaborar o manifesto intitulado *Por Mato Grosso unido*, combatendo os ideias de divisão. É possível dizer que não era vontade do governo federal, naquele momento, dividir territórios pelo país. Assim, caía por terra, naquele processo, o ideal divisionista.

Conforme pesquisou a historiadora Ana Paula Menezes Cordeiro (2016), no contexto do governo ditatorial de Getúlio Vargas deu-se a implantação do programa Marcha para Oeste que deu origem à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o que permitiu ainda mais destaque para esta porção territorial do velho Mato Grosso.

Anos mais tarde, os divisionistas tentariam reativar a discussão. Foi na campanha presidencial de 1960, que tinha como principal candidato o ex-governador de São Paulo Jânio da Silva Quadros, natural de Campo Grande². De acordo com Marisa Bittar (2019), ao citar o estudo do jornalista José Barbosa Rodrigues, em 1960, quando Jânio Quadros passou por Mato Grosso, um grupo visitou o então candidato e lhe apresentou o Manifesto Pró-Divisão de Mato Grosso. O autor relatou, que ao tomar conhecimento do símbolo do movimento (uma tesoura a cortar o gigante Mato Grosso), Jânio teria dito: “Esta tesoura corta o meu coração” (RODRIGUES, 1985, p. 151 *apud* BITTAR, 2009, p. 295). Na verdade, em concordância com Marisa Bittar, o que estava em jogo eram os votos que Jânio obteria em todo o estado de Mato Grosso. Com isso não seria interessante para seus planos políticos apoiar a divisão do estado.

A ditadura militar cria Mato Grosso do Sul

Eleito presidente em 1960, Jânio surpreendeu o Brasil ao renunciar 7 meses depois, no dia 25 de agosto de 1961. Esse fato levou

² Conforme a matéria do jornal *Correio do Estado*, Jânio nasceu no dia 25 de janeiro de 1917, em Campo Grande. Cf. OS quadros da vida de Jânio. *Correio do Estado*. Campo Grande, 23 mar. 2009, p. 3.

ao cargo o vice-presidente João Goulart. Este, deposto em 1964 por um golpe militar deu lugar aos presidentes militares: Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Para Marisa Bittar, o projeto de desenvolvimento econômico da ditadura, aliado aos estudos geopolíticos feitos por figuras como os generais Golbery do Couto e Silva e Juarez Távora e o tenente Ernesto Geisel (que em 1974 se tornaria presidente da República), enfatizava que:

Não poderia haver 'segurança nacional' sem um alto grau de desenvolvimento econômico, pois a segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território. Um país subdesenvolvido, frisava Golbery do Couto e Silva, é particularmente vulnerável à estratégia do 'inimigo comunista', por isso, a contraofensiva deveria consistir em promover uma rápida arrancada do desenvolvimento econômico para obter apoio da população. Preocupava a ditadura, sobretudo, a vulnerabilidade dos amplos 'espaços vazios', as 'vias de penetração' que deviam ser eficazmente 'tamponadas' (BITTAR, 2009, p. 297).

Mas, como também discutiu a historiadora citada, os primeiros governos da Ditadura Militar não cuidaram do tema da divisão de Mato Grosso, visto que, no caso de Costa e Silva e Garrastazu Médici: “O combate à 'subversão', a consolidação do regime e a implementação do 'milagre brasileiro' (1968-1974), que transcorreu em meio ao arrocho salarial e repressão política, eram preocupações centrais” (Idem, p. 299).

Foi somente no governo Ernesto Geisel que a possibilidade de dividir Mato Grosso se tornou realidade. Para Bittar: “[Geisel] feito presidente, eis que decide dividir Mato Grosso” (Ibidem, p. 299). Conforme a autora, o presidente, por ter sido um dos estudiosos da Escola Superior de Guerra e estar vinculado às ideias de Golbery e Távora, acabou pondo em prática aquilo que havia estudado nos tempos da ESG.

Assim, no dia 11 de outubro de 1977, o presidente assinou a

Lei Complementar nº 31, que impôs a criação do estado de Mato Grosso do Sul, por meio do desmembramento de Mato Grosso, sem sequer consultar a população. O projeto se encontrava no pacote denominado II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e fez reativar, de forma tímida, a Liga Sul-Mato-Grossense, desativada havia muitos anos. Vale destacar aqui o que enfatiza Bittar sobre o caso da divisão ter ocorrido sem uma consulta popular:

O estado-sonho tornava-se, enfim, estado-realidade. Provavelmente, porém, o sonho não era de todos. A população, privada da participação, mostrou, com o seu silêncio, um misto de indiferença e aprovação. Uma parte, de fato, era favorável à divisão do estado, mas isso nunca foi mensurado. O que os jornais registraram foi a “passeata monstro”, em Campo Grande, para comemorar o acontecimento. Embora tenha ocorrido a manifestação, ela foi a única e, assim mesmo, depois do ato consumado. Em todo o processo, não houve participação popular. A maioria nem sequer soube do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional e da sua aprovação em setembro [de 1977], só vindo a saber do ato consumado em outubro (BITTAR, 2009, p. 316).

Além de atender às demandas geopolíticas do País, a divisão de Mato Grosso tinha outro objetivo: o político. Estes estavam ligados aos interesses do governo em aumentar suas bases parlamentares no Congresso Nacional, visto que desde 1974 o MDB vinha ampliando o número de deputados e senadores. Para Bittar:

O objetivo político imediato foi exatamente esse. Basta considerarmos que quando o presidente Geisel assinou a lei que criou Mato Grosso do Sul, justificou que o ato era 'decorrente também de uma necessidade política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação do dia de amanhã' (BITTAR, 2009, p. 339, citando trechos de BRASIL. Ministério do planejamento. Exposição de motivos sobre a criação de Mato Grosso do Sul. Brasília, 24 ago. 1977).

Esta tese também é reforçada pelo jornalista e escritor Elio Gaspari em seu livro *A ditadura encurralada*, ao tratar do “Pacote de abril”:

5. Dividiu em dois o estado de Mato Grosso. (Na estimativa de um deputado da região, a bancada federal, que tinha seis deputados da Arena e dois do MDB, ficaria com treze para a Arena, enquanto a oposição continuaria com dois) (GASPARI, 2004, p. 365).

Assim, o sonho de personagens como Jango Mascarenhas, Vespasiano Barbosa Martins, Oclécio Barbosa Martins, Paulo Coelho Machado, entre tantos outros divisionistas que foram signatários de abaixo-assinado a partir da década de 1930, estava concretizado. No entanto, restou uma dúvida que nunca será respondida: era a divisão de Mato Grosso vontade de todos os seus habitantes?

A escolha do primeiro governador

Logo após a criação do estado, as discussões em torno do nome daquele que seria o primeiro governador aumentaram, isso porque alguns meses antes da divisão, o nome do ex-governador de Mato Grosso uno, Pedro Pedrossian, era o mais cotado, dentro da ala “independente” da ARENA estadual.

O nome do senador desencadeou uma discussão intensa nos bastidores políticos e na imprensa, pois a ala dos “ortodoxos” não o aceitava. A briga política entre as facções, na verdade vinha dos tempos em que Pedro Pedrossian governara Mato Grosso entre 1966 e 1971 e enfrentara um processo conturbado em que a Assembleia Legislativa instalou um processo de *impeachment* contra ele. O processo foi instalado devido ao fato de Pedro Pedrossian ter sido exonerado do cargo de engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), por ato marechal presidente Humberto Castelo Branco. No entanto, o processo legislativo responsável pela votação do afastamento terminou em empate, cabendo ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Emanuel Pinheiro, o voto que absolveria ou condenaria o governador. O deputado optou pela absolvição. Por outro lado, é possível deduzir que a acusação contra Pedro Pedrossian tenha sido feita devido a este ser um dos políticos de partido oposto à ditadura, eleito em 1965.

Enfim, o fato é que Pedro Pedrossian não conseguiu ser nomeado o primeiro governador de Mato Grosso do Sul. Chegar a um nome de consenso para governar o estado foi algo que ganhou as manchetes dos jornais sul-mato-grossenses entre fins de 1977 e março de 1978, mês que, conforme a Lei Complementar nº 31, era o limite para a indicação do governador.

De dezembro de 1977 a março de 1978 três líderes foram destacados pela imprensa estadual. O senador Rachid Saldanha Derzi (ARENA) ganhou força entre aqueles 4 meses. No entanto, a partir de março de 1978 já se falava em outro nome, que não era do estado, o do ministro do Interior, Rangel Reis, que teria sido convidado pelo ditador Ernesto Geisel para exercer o cargo de governador de Mato Grosso do Sul, mas não vingou. Outra especulação foi publicada no mesmo jornal no dia 14 de março, também sem êxito, o nome do superintendente da SUDECO, Julio Arnold Laender.

No dia 22 de março definitivamente o governador escolhido foi apresentado ao estado: o gaúcho Harry Amorim Costa, engenheiro e diretor-geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que, segundo o escritor João Pedro Pereira (2019) era concunhado do presidente, e que já havia realizado trabalhos no então sul de Mato Grosso.

Harry Amorim acompanhou naquele ano a eleição dos primeiros deputados estaduais, federais e de 1 senador (Pedro Pedrossian/Arena) da nova unidade federativa. Até a data da posse, segundo o historiador Ciro José Toaldo (2003), Harry Amorim viajou por todos os 55 municípios existentes na época para conhecer as realidades de cada local.

CAPÍTULO 2

A FASE DOS GOVERNOS NOMEADOS PELA DITADURA E AS CRISES DECORRENTES DAS DISPUTAS PELO PODER (1979 - 1982)

Aqui vai-se elencar o primeiro período administrativo do estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1979 e 1982. A implantação do estado ocorreu em momento de fortes lutas políticas, com destaque para as greves de operários da região do ABC Paulista e das lutas dos opositores à ditadura militar pela Anistia. Nessa fase o estado viveu intensa crise política oriunda das disputas por poder, protagonizada pelo então senador Pedro Pedrossian (Arena/PDS). Em apenas 2 anos, de 1979 a 1980, Mato Grosso do Sul teve 4 governadores: Harry Amorim Costa, Londres Machado, Marcelo Miranda Soares e Pedro Pedrossian. A instabilidade política só foi encerrada com a posse de Pedro Pedrossian no cargo de governador em fins de 1980. Em 1982, ocorreu a primeira eleição em que a população apta a votar pode escolher o governador do estado, onde a oposição ditadura liderada pelo PMDB venceu a disputa com o ex-deputado federal cassado pelo AI-5 Wilson Barbosa Martins.

Em termos econômicos e sociais, o estado que nasceu para ser modelo para o Brasil tinha problemas sociais oriundos da desigualdade que a ditadura fez aumentar com seu modelo econômico de desenvolvimento. Mas essa fase também foi caracterizada por expectativas de desenvolvimento, já que, por exemplo, das rodovias pavimentadas tinha-se, como escreveram Wilson Biasotto e Laerte Tetila (1991), apenas a BR-163 de Campo Grande a Cuiabá e a rodovia de Porto XV de Novembro a Campo Grande (BR-267). Em outras palavras, era um estado que tinha praticamente toda a infraestrutura por ser feita, pois faltavam escolas públicas, postos de saúde, hospitais, postos de telefone público, água potável na maioria das cidades e distritos. Praticamente os 4 cantos do estado viviam com dificuldade

para acessar a Capital. A população na sua maioria rural até o final da década de 1970, passou a ser urbana a partir dos anos de 1980 e isso representou muitos desafios para os governantes.

UM INÍCIO CONTURBADO: A BREVE EXPERIÊNCIA GOVERNAMENTAL DE HARRY AMORIM COSTA (ARENA – 1/01/1979 a 12/06/1979)



Governador Harry Amorim. Imagem: jornal *Folha da Manhã* (1979).

Engenheiro civil nascido em Cruz Alta (RS), Harry Amorim Costa era técnico e implantou no estado um governo com as características de uma administração empresarial. Seu governo não contava com a figura do vice-governador, uma estratégia da ditadura para poder trocar o titular quando quisesse. As secretarias de Estado eram poucas e ocupadas por técnicos, algo inédito no Brasil daquela época, segundo escreveu Jardel Barcellos (2014). Harry Amorim tinha um orçamento da ordem de 4 bilhões de cruzeiros para administrar e um estado sem dívida.

Relações políticas e estruturação do Estado

A relação com o parlamento estadual e federal era, nos 4 primeiros meses, a melhor possível, com exceção do senador Pedro Pedrossian que mais adiante articulava para apeá-lo do poder. As

primeiras medidas daquele breve governo foram os Decretos-leis que instituíram a bandeira, o hino e o brasão do estado. Também ficaram criados órgãos como o IAGRO, TERRASUL, AGROSUL, DERSUL, COHAB-MS, CODESUL, EMPAER e a JUCEMS.

Obras públicas e infraestrutura

No quesito obras públicas, em 5 meses de governo, Harry Amorim conseguiu iniciar algumas, como a pavimentação da rodovia entre Campo Grande e Sidrolândia; Nova Andradina a Casa Verde; conclusão do asfalto entre Dourados-Fátima do Sul-Vila Vicentina; execução da primeira obra de abastecimento de água da SANESUL, em Rio Negro; iniciou reforma nos prédios das 127 escolas estaduais dos 55 municípios. Além disso, o governo participou de estudos sobre a viabilidade de uma ferrovia ligando o estado ao Paraná, chamada “ferrovia da soja”, ligando Miranda-Dourados-Porto de Paranaguá.

Prevista na Lei Complementar que criou o estado, o PROSUL (Programa de Desenvolvimento de MS) previa uma ajuda de 600 milhões de cruzeiros, no entanto devido a corte feito pela União, ficou em pouco mais de Cr\$ 200 milhões. Esse foi um dos primeiros problemas enfrentados por Mato Grosso do Sul, as promessas de ajuda federal que não se cumpriram integralmente.

Educação – Saúde - Segurança Pública

Na área da Educação, o governo concedeu o primeiro reajuste salarial aos professores e iniciou a elaboração do Estatuto do Magistério e o Plano Salarial. Faltavam, porém, muitas coisas, como vagas para alunos. Em Dourados, por exemplo, faltavam 7 mil vagas. O governo pretendia adotar eleições democráticas para direção escolar na rede estadual, mas, como escreveu Jardel Barcelos (2014) não houve tempo para isso. Na segurança pública, foram iniciados seleções para Polícia Militar e Polícia Civil (na época não se exigia concurso público). A Saúde fazia parte da supersecretaria de Recursos Humanos e teve planos sem sucesso devido aos poucos meses de governo.

Um desafio da natureza: as cheias do Rio Paraguai em Porto Murtinho

Foi responsabilidade do governo Harry Amorim tomar as primeiras medidas para enfrentar a grave enchente do Rio Paraguai que afetou, principalmente, a cidade de Porto Murtinho, a partir de maio de 1979. Conforme pesquisou a historiadora Ilsyane Kmitta (2011), em junho daquele ano o nível da água do rio chegou à altura de 9,14 metros e a cidade ficou toda inundada, sendo necessária a construção de barracas de lona para abrigar os moradores.

A queda do governador, 5 meses após a posse

Essa gestão foi breve. Como escreveu a historiadora Marisa Bittar (2009), o governador, que havia sido nomeado num conturbado processo de disputas pelo poder, desagradava boa parte das lideranças políticas ao implantar o estilo técnico de administração, não privilegiando as tradicionais negociações políticas, como era costume no velho Mato Grosso e no Brasil. Desde fevereiro de 1979 já havia especulações na imprensa de que o governador poderia ser trocado.

O então senador Pedro Pedrossian, juntamente com os senadores Antônio Mendes Canale e Rachid Saldanha Derzi, articulou-se junto ao presidente general João Figueiredo para derrubar Harry Amorim e assumir o Executivo. No início de junho as especulações sobre a queda do governador se tornaram mais fortes e, apesar do apoio de 49 prefeitos do estado (do total de 55 municípios) à continuidade da administração Harry Amorim, na chamada Carta de Maracaju, ele foi demitido, após reunião em Brasília na tarde do dia 12 de junho de 1979. No dia seguinte, ocorreu a promulgação da Constituição Estadual. Nas fotos da mesa de autoridades, observou-se uma cadeira vazia: a do governador.

Pedro Pedrossian, o principal articulador, não conseguiu assumir o governo e, com isso, indicou o nome de seu afilhado político para a função, o então prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda Soares (ARENA). Enquanto o nome de Marcelo Miranda era

apresentado para ser aprovado no Senado, Mato Grosso do Sul ficou sob a administração interina do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Londres Machado (ARENA).

Destituído do cargo, Harry Amorim optou por continuar no estado, filiou-se ao PMDB e, nas eleições de 1982, elegeu-se deputado federal. Entre 1987 e 1988 foi secretário de Meio Ambiente do estado. Faleceu em agosto de 1988.

**SEM VICE-GOVERNADOR, LONDRES
MACHADO ADMINISTRA INTERINAMENTE
(ARENA – 13 a 28/06/1979)**



Governador interino Londres Machado. Imagem: Galeria dos ex-governadores de MS.

Empresário natural de Rio Brillhante (MT), Londres Machado iniciou sua carreira pública como vereador, ao se eleger pela ARENA, em 1966, no município de Fátima do Sul. Nas eleições de 1970, candidatou-se e elegeu-se deputado estadual no então Mato Grosso uno.

Londres foi empossado como governador interino devido a não existência da figura do vice-governador. No período de pouco mais de duas semanas em que esteve no comando do estado, realizou apenas ações de menor importância, com o objetivo de não se comprometer com as responsabilidades que caberiam ao futuro governador Marcelo Miranda Soares.

Como escreveu o professor Eusébio Barrios (2015), Londres Machado deixou um legado importante ao assinar, no dia 21 de junho de 1979, o Decreto que criou o Plano Salarial do Magistério de Mato Grosso do Sul e fixou o salário base dos professores.

Enquanto Londres administrava, segundo fontes jornalísticas, os deputados estaduais Onevan de Matos e Roberto Orro,

juntamente com o deputado federal Antônio Carlos de Oliveira, todos do MDB, cobraram o cumprimento da recém-nascida Constituição Estadual e entraram com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para que fosse garantido o direito da Assembleia Legislativa, em forma de Colégio Eleitoral, de eleger o novo governador, e não mais que o presidente da República indicasse o Chefe do Executivo.

Por conta desse mandado de segurança, a mensagem enviada ao Senado pelo presidente, nomeando Marcelo Miranda, ficou parada até o processo ser negado por unanimidade pelo STF, em 27 de junho. Naquele mesmo dia o Senado aprovou o nome do novo governador.

**SAI A GESTÃO TÉCNICA, ENTRA A POLÍTICA:
MARCELO MIRANDA SOARES NO GOVERNO
(ARENA/PDS – 30/06/1979 a 29/10/1980)**



Governador Marcelo Miranda. Imagem: jornal *O Progresso* (1980).

O engenheiro Marcelo Miranda Soares, nascido em Uberaba (MG), mudou-se para o então Mato Grosso para trabalhar na construção da usina hidrelétrica de Jupirá, em Três Lagoas. Atuou como chefe do DERMAT na gestão Pedro Pedrossian (1966-1970), de quem era afilhado político, e, em 1976, foi eleito pela ARENA prefeito de Campo Grande, quando a cidade ainda não era capital.

Sai a gestão técnica, entra a gestão política

O novo governo assumiu com um saldo de Cr\$ 381 milhões em caixa e uma arrecadação entre tributos e recursos federais que naqueles 6 meses chegava a 1,4 bilhão de cruzeiros. O gasto com pessoal girava em torno de 110 milhões mensais. Para continuar a implantação do novo estado, o governo contraiu empréstimos ao longo do mandato na ordem de Cr\$ 3 bilhões. Por outro lado, em conformidade com o economista Luís Landes Pereira (1991), o

governo implantou um modelo de gestão com as características tradicionais das administrações públicas brasileiras, ou seja, um governo que acomodava em diversos cargos várias lideranças políticas.

Relações políticas

A relação com o Legislativo estadual foi produtiva, mas o governo tinha uma forte oposição do MDB/PMDB. O início dos anos 1980 no Brasil foi marcado pelo processo de redemocratização, com o nascimento de novos partidos políticos e a aprovação da Lei da Anistia, que “perdoou” lideranças que combateram a ditadura e também torturadores. Em relação aos novos partidos, Mato Grosso do Sul viu nascer em alguns municípios o PT, PDT e PTB, além da mudança de nome da ARENA e MDB para PDS e PMDB, respectivamente. Com isso, Marcelo Miranda passou a fazer parte do PDS.

Os primeiros municípios criados em Mato Grosso do Sul

Apesar de um curto período - 1 ano e 3 meses - esse governo deixou algumas realizações. Possivelmente a mais lembrada delas pelos sul-mato-grossenses foi a elevação de 9 distritos à categoria de município. Para que isso ocorresse era necessário um processo que incluía levantamento do número de habitantes, quantidade de eleitores, informações sobre arrecadação tributária. Além de ser necessário apresentar projeto no Legislativo estadual para ser debatido. Depois ocorria no distrito o plebiscito que legitimaria ou não a emancipação. Os primeiros municípios criados por aqui foram os que aparecem na tabela a seguir:

MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	DATA
Taquarussu	Batayporã	12/05/1980
Costa Rica	Camapuã	12/05/1980
Douradina	Dourados	12/05/1980
Itaquiraí	Iguatemi	12/05/1980
São Gabriel d'Oeste	Bandeirantes	12/05/1980
Selvíria	Três Lagoas	12/05/1980
Sete Quedas	Amambai	12/05/1980
Tacuru	Amambai	13/05/1980
Bodoquena	Miranda	13/05/1980

Fonte: GRESSLER, Lori Alice & VASCONCELOS, Luiza Mello. **Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos.** Dourados: L. Gressler, 2005 e BARROS, Valter Mangini. **Potencialidades sul-mato-grossenses.** Campo Grande: Editora Oeste, 2009.

Continuação da estruturação do Estado

Em relação à estruturação do novo estado, o governo continuou a criar órgãos para o funcionamento do Estado, como a ENERSUL, o PREVISUL, a Imprensa Oficial e o MS Tur. Outro órgão criado, conforme a pesquisadora Mariluce Bittar (1999), foi o FASUL, responsável pela assistência à população carente. Foi nessa época também que ocorreu o processo de enquadramento de grande parte dos servidores públicos no novo estado e também foram incorporados os bens móveis e imóveis que se encontravam em Mato Grosso do Sul, mas que pertenciam a Mato Grosso, conforme previa a Comissão Especial criada na lei que dividiu o antigo estado. Aprovou-se a Lei estadual que tornou feriado o dia 11 de outubro, aniversário do estado. Por fim, em março de 1980 nasceu o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS), responsável por fiscalizar, entre outras coisas, as contas públicas, consolidando, assim, a estrutura administrativa da mais jovem Unidade da Federação brasileira.

Obras públicas e infraestrutura: a maioria apenas projeções

Em termos de obras públicas o governo se empenhou e garantiu verbas de alguns programas do governo federal para financiá-las, como o PROSUL e o CURA, iniciou a construção de 17 escolas.

Marcelo Miranda participou dos estudos juntamente governadores de Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais para a construção de duas pontes sobre o Rio Paraná, a rodoferroviária entre Aparecida do Taboado (MS) e Rubineia (SP), e a ponte entre Paranaíba (MS) e Porto Alencastro, distrito no estado de Minas Gerais. Contudo, elas só ficaram prontas na década de 1990. Com o governo de São Paulo, Marcelo Miranda participou das primeiras reuniões para tratar da construção da usina hidrelétrica de Porto Primavera pela CESP, já que teria impactos em MS. Por meio da ENERSUL, levou-se energia elétrica para os 13 municípios do estado que ainda não eram beneficiados. Projetou-se mais de 300 quilômetros de asfalto em rodovias.

Educação – Saúde – Segurança Pública

Na educação, como escreveram Wilson Biasotto e Laerte Tetila (1991), aquele período foi marcado pela primeira grande manifestação de professores por melhores salários e educação pública de qualidade (já que faltavam vagas para estudantes), que levou 5 mil profissionais a uma passeata nas ruas de Campo Grande, liderados pela FEPROSUL¹. Por outro lado, governo e representantes do magistério trabalharam para o enquadramento de 6 mil profissionais. Um concurso de redação sobre o estado de Mato Grosso do Sul foi oferecido aos estudantes como forma de valorizar essa terra.

Na segurança, a principal marca foi a transformação de alguns dos veículos oficiais do governo, os antigos “besourões”, em viaturas da Polícia Militar e Polícia Civil. Na Saúde, construiu-se 31 postos de atendimento em 30 cidades.

A preocupação com o meio ambiente: nasce o primeiro código ambiental do Brasil

Conforme escreveu o historiador Gilmar Caetano (2013), em junho de 1980, nasceu a primeira Lei de proteção ambiental do Brasil,

¹ Atual Federação dos Trabalhadores em Educação de MS (FETEMS).

criada em Mato Grosso do Sul. O código surgiu em meio ao contexto de crescente preocupação com o meio ambiente que ocorria desde o início da década de 1970 a nível internacional, e apresentava temas variados, como controle da poluição e a regulamentação de atividades econômicas a serem instaladas no estado.

A segunda derrubada de um governador de MS

Contudo, a partir de maio de 1980, a relação entre Marcelo Miranda e Pedro Pedrossian azedou. O senador rompeu relações com o governador, sob a alegação de que ele buscava gerir o estado de forma independente. Foi esse o principal argumento utilizado por Pedro Pedrossian para pedir a cabeça de seu afilhado. O general João Figueiredo como queria um governador que pudesse ajudar a eleger o novo governador no pleito marcado para 1982, indicou o então senador para o tão desejado cargo.

Marcelo Miranda passou a fazer parte da oposição ao PDS e a Pedro Pedrossian, e em dezembro de 1980 tornou-se o presidente regional do Partido Popular (PP), que em 1981 fundiu-se ao PMDB. Nas eleições de 1982 seria eleito senador no grupo de Wilson Barbosa Martins.

**LONDRES MACHADO NOVAMENTE
GOVERNADOR PROVISÓRIO
(PDS – 30/10/1980 a 7/11/1980)**



Governador interino Londres Machado. Imagem: Galeria dos ex-governadores de MS.

Novamente, Londres Machado teve que assumir o governo. No dia 6 de novembro de 1980, o Senado aprovou, por 32 votos a favor e 24 contra, o nome de Pedro Pedrossian para ser o governador de Mato Grosso do Sul.

Após a experiência no Executivo, Londres Machado fez uma longa carreira política no estado de mais de 40 anos como deputado estadual (contabilizados os 2 mandatos no antigo Mato Grosso), incluindo 7 mandatos como presidente da Assembleia Legislativa. Além disso, ele ficou famoso no estado por nunca fazer oposição ao chefe do Executivo, mesmo que o governador fosse de grupo oposto ao seu durante o pleito eleitoral. Em 2014, candidatou-se a vice-governador, mas sua chapa foi derrotada. Sua filha Grazielle Machado elegeu-se deputada assumindo seu posto por 1 mandato. Voltou à Assembleia para assumir seu 12º mandato, em 2019. Em 2022 foi eleito para o 13º. A família de Londres também entrou para a política, seu filho, Guy Machado, foi vereador em Campo Grande por 1 mandato, Grazielle, antes de ser deputada, foi vereadora por 3 mandatos na Capital. Sua esposa, Ilda Machado, administrou o município de Fátima do Sul de 2005 a 2012, e voltou em 2017, exercendo o quarto mandato que se encerra em 2024.

**PEDRO PEDROSSIAN, ENFIM, TORNA-SE
GOVERNADOR
(PDS/7/11/1980 – 14/03/1983)**



Governador Pedro Pedrossian. Imagem: revista *Impacto* (1981).

A chegada do senador Pedro Pedrossian ao governo significou o fim da instabilidade política vivida pelo estado desde sua implantação. Ele foi o último Chefe do Executivo estadual nomeado pela ditadura militar. Engenheiro civil, nascido em Miranda (MT), foi diretor da Estrada de Ferro NOB e, nas eleições de 1965, aos 34 anos de idade, elegeu-se pelo PSD governador de Mato Grosso, graças ao apoio de seu padrinho político, o senador Filinto Müller.

Relações políticas

Pedro Pedrossian deixou o mandato de 8 anos no Senado, dos quais cumpriu 2, para exercer por pouco mais de 2 anos o cargo de governador. Politicamente, essa administração foi muito beneficiada pelo governo federal, já que, para garantir a vitória nas eleições de 1982, a ditadura recorreu à liberação de verbas públicas às vésperas do pleito eleitoral. No poder Legislativo, contou com uma boa equipe de deputados a seu favor, mas nem por isso escapou das críticas da

oposição, liderada pelo PMDB. No Senado Federal, os 3 senadores já citados foram os maiores opositores ao governador e sempre votavam contra os projetos do governador.

Obras públicas e infraestrutura (o emblemático Parque dos Poderes)

A partir de 1981, iniciou o lançamento de mais de 600 obras por todo Mato Grosso do Sul. Afamado pelas grandes obras públicas executadas em Mato Grosso do Sul, como universidade estadual, usinas hidrelétricas e rodovias, Pedro Pedrossian administrou o novo estado com forte investimento na infraestrutura. Para isso o estado contraiu enorme endividamento com o governo federal por meio do PROSUL e do SUDECO, além de empréstimos em bancos privados nacionais. Entre os projetos, o mais ambicioso foi o Apaporé, que pretendia pavimentar mais de 600 quilômetros de rodovias, abarcando da região do Rio Apa, em Bela Vista, até o Rio Aporé, em Cassilândia; o Guairá-Porã, que pretendia pavimentar a rodovia entre Mundo Novo (divisa com o município de Guaíra, Paraná) e Ponta Porã. O trecho entre Dourados e Ponta Porã foi concluído. No entanto, a maioria dos projetos rodoviários ficou inconclusos e não chegou à metade do que se previa.

Através do Pró-Cidade, construiu-se mais de 8 mil casas populares da COHAB-MS. Obras de saneamento e reservatórios de água foram feitos pela SANESUL. 21 ginásios poliesportivos foram erguidos, dos quais os mais famosos foram o Guanandizão, em Campo Grande, e o estádio Douradão, iniciado em Dourados. Ligações de energia elétrica em diversas cidades. Postos telefônicos e sinal de televisão foram instalados em várias cidades pela TELEMAT.

Ainda a respeito de obras públicas, foi nesse período que nasceu aquele que é talvez o maior símbolo do pedrossianismo: a construção do Parque dos Poderes, o complexo administrativo instalado em Campo Grande, no interior de uma reserva florestal pertencente ao estado, onde funcionaria as sedes dos 3 poderes: a Governadoria (Executivo), a Assembleia Legislativa (Legislativo) e o Tribunal de Justiça (Judiciário).

Social – Segurança – Saúde

O primeiro concurso para a Polícia Militar no estado foi realizado em 1981, com 100 vagas. Em Campo Grande foi instalada o primeiro departamento de Polícia Técnica e a primeira turma de policial feminina foi formada com 43 mulheres; além do início da construção da Academia de Polícia Civil, que, segundo os autores Eronildo Barbosa e Giancarlo Miranda (2021), permitiu ao agente receber treinamento específico para cumprir suas funções.

Na área social, aquela administração criou o Panelão, programa administrado pela FASUL, cujo princípio era a venda de gêneros alimentícios à população carente a preços abaixo do praticado no mercado. Na Saúde deu início à construção de 25 postos de atendimento.

Pressão da sociedade impede a instalação de usinas de álcool no Pantanal

No início de 1982, sob pressão de movimentos ambientalistas, Pedro Pedrossian aprovou projeto que proibiu a instalação de usina de álcool no Pantanal, na região de Bodoquena, o que estava em discussão no governo anterior. A pressão de ambientalistas de dentro e fora do estado levou à aprovação da Lei, que impediu usinas desse tipo em todo o ecossistema pantaneiro.

Educação – Cultura: autoritarismo contra o sindicato dos professores

Na área educacional, realizou-se, em 1981, o primeiro concurso público da rede estadual para professores, com mais de 40 mil vagas; e, segundo o historiador Amarílio Ferreira Junior (2003), aprovou-se o primeiro Estatuto do Magistério. Contudo, de acordo com os pesquisadores Wilson Biasotto e Laerte Tetila (1991), foi com essa categoria que o governo endureceu o tratamento, após a primeira grande greve do magistério no final de 1981. Em seguida, demonstrou

seu estilo autoritário ao criar uma entidade paralela àquela que representava os professores (FEPROSUL), a Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul (APMS), que reunia muitos professores ligados ao PDS. O governador passou a negociar apenas com a APMS e concedeu reajustes salariais por meio disso. Na área cultural o estado implantou o Projeto Seriema, que levou para vários municípios shows de cantores sertanejos sul-mato-grossenses.

Os primeiros concursos públicos de Mato Grosso do Sul

Além do concurso para o Magistério, foi nessa gestão que se realizaram os primeiros concursos públicos para efetivação de servidores. Foram os casos dos professores e da Polícia Militar, como já citado anteriormente, e para o cargo de Fiscal de Rendas e para servidores do Tribunal de Justiça.

1982: a primeira eleição direta para governador

No processo de abertura lenta, gradual e segura, conforme estabeleceram os articuladores políticos da ditadura, o ano de 1982 no Brasil foi marcado pelo retorno das eleições diretas para governadores. Elas haviam sido interrompidas em 1966, quando da imposição do Ato Institucional número 3 (AI-3). Esse processo eleitoral foi totalmente arquitetado pela ditadura para evitar que a oposição crescesse ainda mais. Para isso, criou-se vários mecanismos casuístas, como o voto vinculado, que obrigava o eleitor a votar, de vereador a governador e senador em candidatos do mesmo partido, caso contrário o voto seria anulado.

Em Mato Grosso do Sul a disputa se concentrou entre os candidatos Wilson Barbosa Martins (PMDB), advogado, ex-prefeito de Campo Grande na década de 1950, deputado cassado pela ditadura militar, primeiro presidente da OAB-MS; e o candidato do governador Pedro Pedrossian e dos militares, o ex-prefeito de Dourados, engenheiro agrônomo José Elias Moreira (PDS). Outros 2 disputaram para garantir ajuda para seus partidos a nível nacional, foram eles: o

médico Wilson Fadul (PDT), trabalhista histórico, ex-prefeito de Campo Grande e ex-ministro da Saúde do governo João Goulart; e o advogado Antônio Carlos Nantes de Oliveira (PT), deputado federal que deixou as fileiras do PMDB.

A primeira eleição para governador no estado criado há 5 anos pelo regime ditatorial, foi marcada pela intensa disputa, repetindo a polarização a nível nacional, entre PDS e PMDB. Wilson Barbosa Martins elegeu-se, por margem apertada de votos, principalmente devido ao apoio dos servidores públicos estaduais descontentes com a política de arrocho salarial do governo Pedro Pedrossian. Campo Grande foi a responsável pela maior votação dada ao PMDB. A participação dos comunistas do PCB, partido ilegal e que tinha abrigo no PMDB, e de sindicalistas que lutavam pela redemocratização do País contribuiu sobremaneira para essa vitória.

Resultado das eleições de 1982 em MS para governador (15/11)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Wilson Barbosa Martins	PMDB	258.192
José Elias Moreira	PDS	237.152
Wilson Fadul	PDT	5.414
Antônio Carlos de Oliveira	PT	4.541

Fonte: O RESULTADO final do pleito. *Correio do Estado*, Campo Grande, 13 dez. 1982, p. 1.

Em todo o País, segundo a cientista política Maria Anastasia (1985), o pleito eleitoral de 15 de novembro de 1982 representou a maior derrota à ditadura, pois os eleitores foram às urnas demonstrar seus descontentamentos com os problemas brasileiros, principalmente com a inflação que começava a se descontrolar. Dos 23 estados existentes naquela época, 9 elegeram governadores da oposição (8 do PMDB e 1 do PDT). Eram estados de força no PIB nacional, e de maior concentração urbana e industrial, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Para o Congresso Nacional, o PMDB cresceu, sendo eleito 200 deputados federais contra 235 do PDS. Ao Senado, o PDS levou 15 senadores, e o PMDB 9. Essa composição do Parlamento federal seria uma das principais responsáveis pela derrota da ditadura no Colégio Eleitoral de janeiro de 1985, que escolheria o presidente da República.

1ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1979 – 1983)

No quadro a seguir tem-se a primeira composição da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul com seus primeiros parlamentares eleitos pelo voto popular, em 15 de novembro de 1978. Presidiram o Legislativo nesse período os deputados Londres Machado e Walter Carneiro. A principal função dessa primeira legislatura foi a elaboração da primeira Carta constitucional do estado.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Ramez Tebet	ARENA-PMDB	Advogado	Três Lagoas
Paulo Saldanha (1979-1980)	ARENA/PDS	Advogado	Ponta Porã
Londres Machado	ARENA/PDS	Empresário	Fátima do Sul
Valdomiro Gonçalves	ARENA/PDS	Promotor de Justiça	Cassilândia
Osvaldo Dutra	ARENA/PDS	Médico	Três Lagoas
Horácio Cerzósimo (1979-1980)	ARENA/PDS	Advogado	Dourados
Rudel Trindade (1979-1980)	ARENA/PDS	Médico	Aquidauana
Alberto Cubel	ARENA/PDS	Médico	Campo Grande
Walter Carneiro	ARENA/PDS-PTB-PDS	Veterinário	Dourados
Zenóbio dos Santos	ARENA/PDS	Contador	Amambai
Ary Rigo	ARENA/PDS	Engenheiro agrônomo	Maracaju
Cecílio Gaeta	MDB/PMDB	Radialista	Corumbá
Getúlio Gideão	MDB/PDS	Psicólogo	Nova Andradina
Sergio Cruz	MDB/PMDB	Radialista	Campo Grande
Onevan de Matos	MDB/PMDB	Advogado	Naviraí
Sultan Rasslan	MDB/PMDB	Professor	Dourados
Odilon Nacasato	MDB-PTB	Massagista	Campo Grande
Roberto Orro	MDB/PMDB	Advogado	Aquidauana

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Arthur Jorge do Amaral (ago.-out.1979/1980-1983)	ARENA/PDS	Servidor público	Deodápolis
Manfredo Alves Corrêa (1980-1983)	ARENA/PDS	Advogado	Fátima do Sul
Eduardo Contar Filho (1980-1983)	ARENA/PDS	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Assembleia Estadual Constituinte (janeiro a junho de 1979)

Empossados os deputados estaduais, coube-lhes a

responsabilidade de escrever a primeira Constituição do estado de Mato Grosso do Sul. A presidência da Assembleia Constituinte coube ao deputado Londres Machado (ARENA). A mesma seguiu como parâmetro a Constituição Federal de 1969 criada pela ditadura. Ao longo dos meses de trabalho, diversos temas foram abordados, dentre os mais relevantes para o estado, sendo que os que mais impactaram foram: a garantia do décimo terceiro salário ao funcionalismo público, por meio de emenda do deputado Londres Machado; a questão ambiental, visto que se encontra no estado uma das maiores riquezas naturais da Terra, o Pantanal; e a criação da universidade estadual, com sede em Dourados, por emenda do deputado Walter Carneiro (ARENA). Também houve a participação de lideranças políticas de quase todos os municípios do estado por meio do envio de cartas contendo sugestões à lei. No entanto, participação popular praticamente não houve. Recorreu-se à viagens ao Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba para se conhecer as Constituições de seus estados.

A Constituição Estadual foi promulgada no dia 13 de junho de 1979. A data não foi escolhida por acaso. O dia 13 de junho representou muito para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porque fora a data em que a cidade de Corumbá se libertou da invasão paraguaia, durante a guerra, em 1867, pelas tropas lideradas pelo marechal Antônio Maria Coelho.

O primeiro escândalo de corrupção do Legislativo estadual

No mês de outubro de 1980, um grave escândalo marcou a Assembleia Legislativa, e ganhou uma página de revista de circulação nacional, a *Veja*, Foi o caso “Getúlio Gideão”, como ficou conhecido, por envolver o deputado pedessista. Acusado de desviar 5 milhões de cruzeiros do fundo previdenciário dos deputados estaduais (FEPAMS), do qual era presidente. A denúncia foi feita pela bancada do PMDB que ameaçou cassá-lo. Graças à atuação da oposição, o deputado Getúlio Gideão devolveu o valor e foi destituído da presidência do órgão. Segundo ele argumentou, havia tomado o valor como empréstimo, pois o estatuto da instituição permitia. Em 1982, Getúlio Gideão conseguiu se eleger prefeito de Nova Andradina.

Atentado contra deputado Sergio Cruz

A violência, marca daquela época de ditadura no Brasil, também marcou a política estadual. Em agosto de 1980, o deputado Sergio Cruz (PMDB), com apoio da bancada oposicionista, apresentou requerimento à Assembleia Legislativa com objetivo de se criar a CPI do Contrabando, para investigar crimes ocorridos principalmente na fronteira Brasil-Paraguai. O requerimento não foi aprovado pela maioria pedessista, mas mesmo assim, Sérgio Cruz não parou. Jornalista, ele criou um jornal em Campo Grande onde passou a denunciar o contrabando. Quase pagou com a vida por isso. Conforme o deputado relatou em seu livro “Guerra ao Contrabando: depoimentos de um sobrevivente” (1984), na noite do dia 17 de dezembro daquele ano, ele foi alvo de um atentado a tiros na Capital.

Em defesa do meio ambiente: aprovação de lei ambiental pioneira no Brasil e a proteção ao Pantanal contra usinas de álcool

Também no ano de 1980, o Legislativo estadual aprovou a Lei de Política de Meio Ambiente, considerada a primeira no Brasil a tratar do assunto. Em 1981, a Assembleia se tornou palco de protestos dos ambientalistas contra a ideia do governo estadual de instalar usinas de álcool no Pantanal. O assunto mobilizou o estado, principalmente por meio da organização do Comitê de Defesa do Pantanal, sediado em Campo Grande, boa parte da sociedade brasileira e chegou até o conhecimento do Papa João Paulo II, por meio de carta enviada por um grupo de moradores de Dourados.

Por outro lado, o deputado Ary Rigo (PDS), mesmo sendo forte aliado do governador Pedro Pedrossian (PDS), apresentou projeto de lei proibindo tal empreendimento naquele ecossistema. Pressionado, o governo enviou ao Legislativo projeto de lei com vistas a proteger o Pantanal. No final de fevereiro de 1982, os deputados aprovaram de forma unânime o projeto proibindo usina de álcool na região pantaneira.

O nascimento dos primeiros município de MS

Como já foi tratado, o início da década de 1980 viu nascer vários municípios no estado. Para que isso ocorresse foram necessárias emendas do Parlamento estadual. Conforme tabela a seguir se conhece os deputados autores dos projetos de emancipação.

MUNICÍPIO CRIADO	DEPUTADO AUTOR
Taquarussu	Londres Machado (ARENA) e Getúlio Gideão (ARENA)
Costa Rica	Valdomiro Gonçalves (ARENA), Osvaldo Dutra (ARENA), Alberto Cubel (ARENA) e Sergio Cruz (MDB)
Douradina	Walter Carneiro (ARENA)
Itaquiraí	Onevan de Matos (MDB)
São Gabriel d'Oeste	Ary Rigo (ARENA) e Londres Machado (ARENA)
Selvíria	Ramez Tebet (ARENA), Osvaldo Dutra (ARENA) e Valdomiro Gonçalves (ARENA)
Sete Quedas	Zenóbio dos Santos (ARENA) e Paulo Saldanha (ARENA)
Tacuru	Paulo Saldanha (ARENA)
Bodoquena	Rudel Trindade (ARENA)

Fonte: AMARAL, Arthur Jorge do. **Sou MS: 1977 a 2017.** vol. 2. Campo Grande. [s.n.], 2017 e dados da Assembleia Legislativa de MS.

LEGISLATURA DOS PRIMEIROS DEPUTADOS FEDERAIS DE MS (1979-1983)

A primeira bancada de deputados federais de Mato Grosso do Sul foi eleita no pleito de 15 de novembro de 1978 e, entre outras coisas, aqueles membros participariam do processo de abertura política da ditadura para a democracia, que os governos ditatoriais de Ernesto Geisel e João Figueiredo conduziam graças à pressão popular pela abertura. A bancada era composta pelos seguintes nomes:

NOME	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Rubén Figueiró	ARENA/PDS-PMDB	Advogado	Campo Grande
Levy Dias	ARENA-PMDB-PDS	Advogado	Campo Grande
João Leite Schmidt (fev.-ago.1979/1980-1983)	ARENA/PDS-PP-PMDB	Advogado	Coxim
Ubaldo Barém	ARENA/PDS	Promotor de Justiça	Ponta Porã
Walter de Castro (fev.-ago.1979/maio 1980-1983)	MDB-PTB	Médico	Maracaju
Antônio C. de Oliveira	MDB-PT	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado com dados do TRE-MS e jornais diversos.

DEPUTADOS FEDERAIS SUPLENTE

NOME	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
João Totó Câmara (1979-1980)	ARENA	Cartorário	Dourados
Valter Pereira (ago1979-maio 1980)	MDB/PMDB	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Em defesa de eleições diretas para governador de MS

Um dos deputados federais que se destacou na oposição foi o jovem advogado Antônio Carlos Nantes de Oliveira (MDB), ex-vereador de Campo Grande, ele foi um dos principais defensores da ideia de que Mato Grosso do Sul deveria eleger o governador pelo voto direto, após a promulgação da Constituição Estadual. O parlamentar chegou a apresentar uma Emenda na Câmara dos Deputados. Entretanto, não passou de sonho, visto que a articulação para o retorno das eleições para governador - extintas pela ditadura militar desde 1966 – seria do presidente da República. Além disso, Antônio Carlos se destacou no cenário nacional ao ajudar na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao lado do sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula. O deputado foi um dos primeiros do Brasil a deixar o MDB-PMDB para ajudar na fundação do PT.

A aprovação da Lei da Anistia

A luta pela anistia aos militantes contra a ditadura iniciaram no Brasil por volta de 1975, com movimentos como o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia. Como escreveram o historiador Eronildo Barbosa e o geógrafo Tito Carlos Machado (2006), em Mato Grosso do Sul, no ano de 1978, foi fundado o grupo pró-anistia, que reunia membros do MDB, do PCB ilegal, da Igreja Católica, de universidades, como a FUCMT, e a OAB-MS.

No governo do general Ernesto Geisel (ARENA), a abertura política para a democracia começou a dar os primeiros passos. Foi no governo do general João Figueiredo (ARENA) que o projeto da Anistia

lei se encaminhou para o Congresso Nacional em junho de 1979, discutida e aprovada em agosto do mesmo ano.

A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, como queria a oposição (MDB), pretendia que fosse incluído na lei, enviada pelo presidente, a anistia aos presos políticos condenados, como o caso de alguns militantes que haviam participado da luta armada, e não apenas aos processados que ainda podiam recorrer à instâncias superiores da Justiça.

No dia 22 de agosto, conforme matéria da *Folha de S. Paulo*, de 23 de agosto, o Congresso Nacional se reuniu para votar o projeto de lei. Dois projetos foram colocados em discussão: o do deputado Ernani Sátiro (ARENA-PB), que era o oficial da ditadura; e a emenda substitutiva do deputado Djalma Marinho (ARENA-RN), que garantia a anistia ampla, geral e irrestrita, apoiada pela oposição. Numa sessão agitada, lotada de familiares de desaparecidos políticos pela ditadura, e militantes políticos favoráveis à democracia, a emenda Marinho foi rejeitada e a do governo aprovada.

Os deputados do MDB votaram favoráveis ao projeto do governo militar, juntamente com os parlamentares da ARENA. À tarde, na discussão da emenda Marinho, o MDB votou favorável a anistia ampla, geral e irrestrita, enquanto os da ARENA votaram contra. Apenas 5 votos impediram que fosse aprovada.

A anistia oriunda da ditadura também absolveu os torturadores, criminosos do Estado, que espalharam terror por vários cantos da Nação. Alguns meses depois, conforme escreveu o historiador Carlos Fico (2004), a ditadura beneficiaria os presos políticos que não haviam entrado na Lei aprovação, como queriam os movimentos sociais e parlamentares da oposição. A Anistia chegava a todos os presos condenados pelos tribunais militares.

LEGISLATURA DOS PRIMEIROS SENADORES DE MS (1979-1983)

Se entre os deputados federais do novo estado havia alguns progressistas, o mesmo não se pode dizer a respeito dos primeiros senadores, pois todos pertenciam ao partido da ditadura

(ARENA/PDS). O Senado que é considerado a Casa da federação brasileira, ou seja, onde questões maiores são discutidas primeiramente tinha como representantes de Mato Grosso do Sul os seguintes parlamentares:

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Italívio Coelho (out1977- jan. 1979)	ARENA	Advogado	Campo Grande
Antônio M. Canale (1977-1983)	ARENA-PP-PMDB	Advogado	Campo Grande
Pedro Pedrossian (1979-1980)	ARENA/PDS	Engenheiro civil	Campo Grande
Rachid S. Derzi (1979-1987) “ Biônico ”	ARENA/PDS-PP- PMDB	Médico	Ponta Porã

Fonte: elaborado por meio de pesquisa do autor em fontes diversas.

SENADOR SUPLENTE

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
José Fragelli (1980-1987)	ARENA/PDS-PP- PMDB	Promotor de Justiça	Aquidauana

Fonte: elaborado por meio de pesquisa do autor em fontes diversas.

Os senadores que optaram por ficar em MS

Os 2 primeiros senadores na tabela (Italívio e Canale), conforme o escritor Hildebrando Campestrini (2002), optaram por ficar em Mato Grosso do Sul após a criação desse estado, já que iniciaram o exercício das funções no período de Mato Grosso uno. Italívio Coelho, irmão de Lúdio Coelho, assumiu o Senado devido à morte do senador Filinto Müller, em 1973. Seu mandato se encerrou em janeiro de 1979. Em 1980, com a renúncia do senador Pedro Pedrossian para assumir o governo, o suplente José Fragelli, que ficou em segundo lugar pela ARENA nas eleições de 1978, tomou posse no cargo.

A escolha do senador “biônico” de Mato Grosso do Sul

Como escreveu o cientista político Jairo Nicolau (2012), em abril de 1977, o general Ernesto Geisel criou a Emenda Constitucional

que estabeleceu eleições indiretas para o Senado Federal, popular “Senador biônico”. Apesar de o governo prometer uma abertura política no Brasil, o Pacote de Abril trouxe algumas regras para tentar impedir que a oposição à ditadura crescesse ainda mais, já que nas eleições de 1974 o número de senadores do MDB tinha sido de 16, enquanto o da ARENA era 6 senadores. Como nas eleições de 1978 seriam escolhidos 2 senadores por estado, era preciso, na ótica da ditadura, evitar uma derrota maior. Assim, 1 senador, em 1978, não seria eleito pelo voto popular, mas sim por um Colégio Eleitoral formado por deputados e vereadores.

Em Mato Grosso do Sul, o escolhido foi o ex-deputado federal, com base eleitoral em Ponta Porã, Rachid Saldanha Derzi (ARENA), eleito indiretamente no dia 28 de janeiro de 1979, com 116 votos favoráveis e nenhum contrário. O senador ligado à ditadura recebeu voto até de vereadores do MDB (oposição). Os 2 deputados estaduais oposicionistas que participaram se abstiveram do voto. Na votação da anistia, conforme queria a ditadura, os 3 senadores arenistas do estado foram favoráveis ao projeto original, aprovado no dia 22 de agosto de 1979.

CAPÍTULO 3

A FASE DOS GOVERNOS ELEITOS PELO VOTO DEMOCRÁTICO E A POLARIZAÇÃO POLÍTICA ENTRE WILSON MARTINS E PEDRO PEDROSSIAN (1983 – 1998)

O estado criado pela ditadura militar, em 1977, em pouco tempo viu os ventos da democracia soprar e conquistar adeptos por aqui, haja vista que na primeira eleição para governador escolheu um democrata e foi anos depois cenário de uma das maiores mobilizações populares da história do Brasil, as Diretas Já. Mas, os desafios foram muitos. A década de 1980 viu crescer a inflação e, até a primeira metade da década de 1990 ela se transformar em hiperinflação, gerando instabilidades econômicas, sociais e aumento das dívidas governamentais.

Mas, nem tudo foi ruim. Mato Grosso do Sul viu nascer, ainda em meados dos anos 1980, as primeiras leis de incentivo à indústria, o que não superou o agronegócio na balança comercial; foi inserido no contexto da globalização ao ser uma das portas de entrada do Brasil para os mercados do bloco formado em 1991, Mercosul.

Entre março e novembro de 1990 o estado pode experimentar momentos de destaque nacional ao ser cenário da telenovela Pantanal, gravada na região do rio Negro em Aquidauana e que foi um dos maiores sucessos da teledramaturgia brasileira.

A *internet*, uma revolução nos tempos atuais, deu seus primeiros passos por aqui a partir de 1995, sob administração do governo estadual e restrita a órgãos estatais e poucos empresários.

Ao final da década de 1990 o número de municípios era de 77, a maioria de pequeno porte, o que significava que a concentração populacional era das grandes e médias cidades como Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã.

Porém, as dificuldades financeiras, a pobreza de muitos de seus habitantes, levou os cidadãos a uma reflexão nas urnas em 1998 e a findar a polarização política entre dois nomes fortes, oriundos do antigo Mato Grosso, e a optar pela renovação à frente do poder Executivo

O PRIMEIRO GOVERNO ESCOLHIDO PELO VOTO POPULAR: WILSON BARBOSA MARTINS (PMDB – 15/03/1983 a 15/05/1986)



Governador Wilson Barbosa e o vice Ramez Tebet. Imagens: Governadoria de MS

Advogado nascido em Campo Grande (MT), Wilson Barbosa Martins foi prefeito daquela cidade pela UDN na década de 1950 e deputado federal por 2 mandatos por Mato Grosso uno. No último mandato na Câmara Federal, foi cassado pelo Ato Institucional número 5 (AI-5), que autorizou cassar parlamentares que representassem riscos à permanência da ditadura no Brasil. Em 1979, elegeu-se o primeiro presidente da OAB-MS. 2 anos mais tarde venceu as eleições para governador. Seu vice era Ramez Tebet, político de Três Lagoas, ex-deputado estadual pela ARENA e ex-secretário de Justiça no primeiro governo Marcelo Miranda.

Num contexto de crise econômica, marcada pelo aumento da inflação e do desemprego, Wilson e Ramez tomaram posse no dia 15 de março de 1983 e herdaram dívidas da gestão Pedro Pedrossian (PDS) que chegavam, segundo o jornal *O Progresso*, à ordem de Cr\$ 130 bilhões, umas das maiores do País, além de muitas obras inconclusas e falta de vagas em escolas públicas.

Relações políticas

Politicamente, na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados, o governo enfrentava o fato de não possuir uma ampla base política, visto que, nos primeiros anos da gestão, o número de deputados da situação e oposição ficou igualado (12 do PMDB e 12 do PDS, na Assembleia; 4 do PMDB e 4 do PDS, na Câmara dos Deputados). Entretanto, com nascimento de novos partidos políticos, muitos parlamentares migraram para outras legendas, quebrando a polarização PMDB versus PDS.

O governo Wilson Martins foi marcado pelo processo de redemocratização das instituições políticas de Mato Grosso do Sul e o incentivo à participação popular por meio de programas como: Governo Itinerante; Mutirão e o Sindicalizando Muda. Como escreveu o professor e engenheiro Fausto Matto Grosso (2021) essas políticas foram criadas graças à participação dos comunistas do PCB em algumas secretarias.

Assassinato do líder indígena Marçal de Souza: repercussão internacional

Marçal de Souza, também conhecido como Tupã-i, entre os indígenas, foi uma líder Guarani-Ñandeva, nascido em Ponta Porã, que se destacou no estado por liderar a luta de seus irmãos contra a discriminação e pela demarcação das terras que lhes eram de direito. Em razão dessa liderança, Marçal esteve em contato com o Papa João Paulo II para lhe pedir apoio à causa dos índios, no ano de 1980, quando este veio ao Brasil.

Mas, segundo escreveu o geógrafo Laerte Tetila (1994), no dia 25 de novembro de 1983 Marçal de Souza foi assassinado na aldeia Campestre, em Antônio João, sob encomenda de fazendeiro. O caso repercutiu internacionalmente e o governador Wilson Martins precisou agir para que os órgãos de segurança pública trabalhassem no caso. Alguns meses mais tarde, as investigações ficaram a cargo da Polícia Federal que chegou à conclusão de que foi um crime por disputa de

terra, onde o mandante, era um fazendeiro que ocupava ilegalmente as terras indígenas no município de Antônio João. O julgamento do crime ocorreu, segundo Laerte Tetila, dez anos depois, em 1993, absolvendo o fazendeiro suspeito, ficando marcado na história como uma marca da impunidade.

As Diretas Já e o apoio a Tancredo Presidente

A maior manifestação pela redemocratização do Brasil, as Diretas Já, nos anos de 1983 e 1984, por aqui foi coordenada por Wilson Martins. Em Campo Grande, Dourados, Miranda, Corumbá e Três Lagoas, ocorreram comícios em defesa de eleições livres para presidente da República.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso, o PMDB passou percorrer o Brasil com seu líder Tancredo Neves, ex-governador de Minas Gerais, como candidato a presidente na eleição indireta de janeiro de 1985. Em Mato Grosso do Sul ele recebeu forte apoio. A eleição do mineiro para presidente ao derrotar Paulo Maluf (PDS), candidato da ditadura, pôs fim aos terríveis anos ditatoriais iniciados em 1964. Mas, a alegria durou pouco, pois Tancredo morreu sem tomar posse, cabendo ao vice José Sarney comandar a transição democrática.

Com isso, a administração de Wilson Martins se relacionou politicamente com dois modelos de gestão federal: uma ditadura, em processo de finalização, do general João Figueiredo (PDS); e outro civil e democrático, governo José Sarney (PMDB/1985-1990).

A questão dos brasiguaios

Em 1984, Mato Grosso do Sul foi palco de um dos marcos na luta pela terra na história do Brasil, tratou-se da chegada dos brasiguaios que passaram a lutar pela reforma agrária. Conforme o historiador Nelson de Lima Junior (2020), esses cidadãos eram trabalhadores rurais do Brasil, oriundos de vários estados, e que, nas décadas de 1960 e 1970, foram para o Paraguai trabalhar na agricultura, já que o governo daquele país oferecia as condições.

Entretanto, a situação começou a mudar no início da década de 1980 e, devido sobretudo à mecanização da agricultura paraguaia e à exploração dos brasileiros, várias famílias deixaram o país vizinho. O primeiro local que entraram de volta ao Brasil foi a cidade de Mundo Novo, onde montaram acampamento na rodovia. Mais tarde essas famílias se transferiram para a gleba Santa Idalina, no município de Ivinhema. O governador Wilson Martins foi contra a ocupação, ao alegar que seria mais um problema para o estado, chegando a usar a truculência policial quando, segundo o jornalista e escritor Sergio Cruz (2005), autorizou a PM a despejar, debaixo de chuva, mais de mil famílias de sem-terra que ocupavam aquela área.

Como o caso repercutiu em todo o território nacional, noticiado até pelo programa Globo Repórter, alguns anos depois o governo do estado, com ajuda do governo democrático de José Sarney, iniciou o assentamento daquela população. O assentamento deu origem à cidade de Novo Horizonte do Sul.

Volta das eleições diretas nas áreas de segurança nacional e o direito de voto ao analfabeto

O retorno das eleições diretas para os municípios na condição de área de segurança nacional e o retorno do direito de voto aos analfabetos¹, por meio de legislação aprovada pelo presidente José Sarney, ocorreu em 15 de novembro de 1985. Naquele ano, em Mato Grosso do Sul foram escolhidos o prefeito de Campo Grande e dos outros 13 municípios que tinham seus prefeitos nomeados pelo governador. O PMDB, legenda do governo estadual e federal, venceu em 12 municípios; o PFL, que fazia parte da base governista, ganhou em 2.

Obras públicas – infraestrutura – desenvolvimento econômico

Em termos de obras de infraestrutura, a gestão foi caracterizada por um grande número de rodovias pavimentadas (1.700

1 Esse direito era concedido nos tempos em que o Brasil era um Império, desde que o eleitor comprovasse um rendimento financeiro anual. Mas, a partir da Constituição de 1891, já na República, esse direito foi eliminado.

quilômetros). O governo estadual pavimentou algumas rodovias federais, que cabiam ao governo federal, para depois pedir ressarcimento dos custos, dentre elas, os trechos da BR-163 de Dourados a Caarapó iniciada na gestão anterior, e de Mundo Novo a Naviraí (feita completamente no gestão do PMDB). Também recebeu pavimentação trecho da BR-262, entre Miranda e Corumbá, de fundamental importância para a integração Brasil-Bolívia.

Em 1985, concluiu-se a maior parte do dique de Porto Murtinho, obra que livrou a cidade das enchentes do Rio Paraguai. 600 salas de aulas foram construídas contribuindo para diminuir a falta de vagas em escolas estaduais. O Parque dos Poderes teve obras concluídas, a principal delas foi o prédio da Assembleia Legislativa. O estádio Madrugadão (Três Lagoas) foi encerrado e o Douradão (Dourados) construído em grande parte.

Passaram a ser atendidos pela ENERSUL os municípios de Tacuru, Sete Quedas e Coronel Sapucaia, e também os distritos de Paranhos, Alcinópolis, Areado, Prudêncio Thomaz, Anhanduí e Rochedinho.

Institucionalização do estado e políticas de industrialização

No processo de institucionalização do Estado, foram criadas a LOTESUL (empresa de loteria estadual), o Sistema Estadual de Informática e a Empresa de Processamento de Dados de MS.

No que diz respeito às políticas de desenvolvimento econômico, segundo escreveram os economistas Ido Michels, Renato Sproesser e Cláudio Mendonça (2001), no início de 1984 o governo criou a primeira lei para incentivar a industrialização de Mato Grosso do Sul, o Pró-Indústria, sendo a responsável pela atração de 10 empreendimentos, entre novas usinas de álcool, curtumes e frigoríficos.

Tentou-se criar o banco estadual de Mato Grosso do Sul (BANESUL), mas devido à política econômica do governo federal de diminuir os bancos estaduais, isso não se concretizou. Foi nesse governo que se deu também a emancipação de apenas 1 distrito, como se pode ver a seguir:

MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	DATA
Coronel Sapucaia	Amambai	30/12/1985

Fonte: BARROS, Valter Mangini. **Potencialidades sul-mato-grossenses.** Campo Grande: Editora Oeste, 2009.

Social – Segurança Pública – Saúde

Na segurança pública, o governo implantou a Academia de Polícia Civil na Capital, para formação de agentes e delegados. Adquiriu-se 1 helicóptero para a Polícia Militar, mais de 200 veículos entre barcos, motos e viaturas; Criou, em Campo Grande, a DERF (Delegacia de Roubos e Furtos) e a Delegacia da Mulher (DEAM).

No setor da Saúde, concluiu-se obras dos hospitais de: Bonito, Bodoquena, Caracol, Santa Rita do Pardo, Pedro Gomes, Selvíria, Guia Lopes da Laguna e Anastácio. O FASUL continuou com seus programas assistenciais às famílias carentes, doando cestas de Natal, cobertores, alimentos e atendimento às creches.

Educação e Cultura

A área da educação foi beneficiada quando o governo reconheceu a FEPROSUL (atual FETEMS) como única representante sindical dos professores, acabando com a APMS, criada por Pedro Pedrossian. Os professores conquistaram o valor de 2,5 salários mínimos. O programa Educação para a Democracia, reunia o governo em assembleias com a FEPROSUL e outras entidades para discutir as políticas educacionais para o estado. O governo elaborou projeto de Lei para as eleições diretas para diretor escolar, mas não obteve aprovação junto à Assembleia Legislativa. Iniciou-se a construção de 25 escolas.

Na Cultura, implantou-se a Fundação de Cultura de MS (FCMS) que, segundo o historiador Gilmar Caetano (2013), contribuiu para a busca da identidade sul-mato-grossense através de políticas de preservação do patrimônio cultural e de incentivo aos artistas regionais. Além disso, a fundação criou a revista *MS Cultura*, a Casa da Cultura, em Campo Grande, e a TV Educativa.

O governador renuncia

Em 1986, o Brasil passaria por novas eleições para governador, senador, deputado federal e estadual. Wilson Martins renunciou ao cargo em maio daquele ano para candidatar-se ao Senado Federal. Mato Grosso do Sul passou a ser administrado pelo vice, Ramez Tebet.

O VICE GOVERNA: RAMEZ TEBET (PMDB – 14/05/1986 a 14/03/1987)



Governador Ramez Tebet. Imagem: CDR-FCH/UFMG.

Nascido em Três Lagoas (MT) no ano de 1936, Ramez Tebet era promotor de Justiça e, em 1975, ingressou na política como prefeito nomeado de seu município. Pela ARENA, elegeu-se deputado estadual no ano de 1978. Por 2 meses foi secretário de Justiça no primeiro governo Marcelo Miranda. Filiado ao PMDB chegou ao cargo de vice-governador na chapa de Wilson Barbosa Martins, em 1982. Com a renúncia deste, tomou posse no governo no dia 14 de maio de 1986 para concluir a gestão iniciada em 1983.

FISCA: um programa para combater a sonegação fiscal

A curta administração Ramez Tebet inovou ao criar um programa de premiação para o contribuinte que exigisse nota fiscal em suas compras, uma forma de ajudar o governo no combate à sonegação de impostos, o FISCA (Fiscal da Nota Fiscal).

Em defesa do Plano Cruzado

Ramez Tebet precisou tomar medidas enérgicas quando o governo José Sarney criou o Plano Cruzado, utilizando o congelamento de preços como metodologia para o combate à inflação descontrolada. Com isso, muitos produtos começaram a faltar no País como, por exemplo, a carne bovina. Vários produtores de carne não aceitavam vender o produto a um preço congelado e tabelado e, por isso, diminuía o abate ou levavam o gado para ser abatido e vendido em outros estados. De acordo com o autor Coaraci Castilho (2007), o governador, por meio do “Decreto da Carne”, autorizou o fechamento das divisas com outras unidades federativas a fim de evitar isso.

Infraestrutura e desenvolvimento econômico

Em termos de obras públicas, essa administração concluiu a construção de 25 escolas estaduais; o Fórum de Dourados; o anel rodoviário de Campo Grande; e 70% do estádio Douradão. Iniciou o quartel do Corpo de Bombeiros de Fátima do Sul e dos terminais rodoviários de Mundo Novo, Corumbá, Ponta Porã e Aparecida do Taboado. Fez a conclusão da pavimentação entre Bela Vista e Jardim; iniciou a pavimentação de Três Lagoas a Brasilândia e Paranaíba a Inocência. Na área energética estendeu em mais de 400 km as linhas de transmissão para os municípios de Cassilândia, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência e Selvíria. Deu início à construção de mais de mil casas populares.

Social – Segurança Pública – Saúde – Educação

Na educação, finalizou-se a construção de 25 escolas iniciadas em 1983. Ainda conforme Coaraci Castilho, na saúde implantou-se o Saúde Nota 10, programa iniciado em 5 municípios e que garantia tratamento dentário às crianças matriculadas nas escolas estaduais. Na área social, além dos programas já existentes do FASUL, a Secretaria de Trabalho implantou uma novidade da Nova República: o Seguro Desemprego. Criou-se o PROCON-MS para auxiliar o cidadão na garantia de seus direitos como consumidor. O governo também foi responsável pela aprovação da Lei 661/86, a qual efetivou cerca de 20

mil funcionários públicos do quadro de Mato Grosso do Sul que não tinham alguns direitos garantidos, como a estabilidade no emprego.

Para fortalecer a segurança estadual e a proteção ambiental, implantou a Polícia Florestal (atual Polícia Militar Ambiental) com objetivo de policiar rios, além de cuidar dos patrimônios naturais do estado, como o Pantanal. Nasceu nesse período também o Grupo de Operações de Fronteira (GOF) – hoje DOF – com a finalidade de policiar a fronteira com o Paraguai.

O Plano Cruzado e as eleições de 1986

No início de 1986, o presidente José Sarney (PMDB) anunciou o Plano Cruzado que tinha como objetivo combater o mal daquela década: a inflação descontrolada. O plano deu certo ao longo de 9 meses, pois com o congelamento de preços, a população brasileira pode respirar um pouco. Isso elevou a popularidade do governo federal, refletindo no pleito eleitoral de novembro daquele ano. O PMDB venceu as eleições em 22 dos 23 estados existentes. Mato Grosso do Sul foi um desses e escolheu o ex-governador Marcelo Miranda Soares, por meio da coligação denominada Aliança Democrática, formada principalmente por PMDB e PFL.

A oposição concorreu com o pecuarista e ex-prefeito de Campo Grande Lúdio Coelho (PTB), que naquele ano se aliou ao seu rival de 1965, Pedro Pedrossian. Na verdade Lúdio não era um opositor autêntico do PMDB, haja vista que em 1985 ainda pertencia ao partido, pelo qual foi prefeito nomeado da Capital no ano de 1983. A oposição verdadeira aos 2 candidatos ficou por conta do economista e professor Luís Landes Pereira, candidato a governador pelo PT.

Resultado das eleições de 1986 em MS para governador (15/11)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Marcelo Miranda	PMDB	413.266 (61%) (eleito)
Lúdio Coelho	PTB	242.748 (36%)
Landes Pereira	PT	16.664 (2,4%)

Fonte: SILVA, Marcos Antônio da. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018): eleições, partidos e governos.** Curitiba: Editora CRV, 2019.

2ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1983 – 1987)

Conforme ficou definido nas eleições de 15 de novembro de 1982, as bancadas do Parlamento estadual sul-mato-grossense ficaram iguais, com PMDB e PDS tendo 12 deputados cada, pelo menos nos 2 primeiros anos. De acordo com o cientista político Marco Antônio da Silva (2019), somente 6 parlamentares foram reeleitos. O poder foi comandado pelo PDS, sob a presidência do deputado Walter Carneiro (1983-1985) e, em seguida, ficou com Gandi Jamil (1985-1987), do PFL, que era aliado do PMDB. A partir de 1985 a sede do Legislativo foi transferida para o Parque dos Poderes, onde se encontra até hoje.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Jonatan Barbosa	PMDB	Produtor rural	Campo Grande
Onevan de Matos	PMDB	Advogado	Naviraí
Roberto Orro	PMDB	Advogado	Aquidauana
Akira Otsubo	PMDB	Economista	Bataguassu
Valter Pereira	PMDB	Advogado	Campo Grande
João Leite Schmidt	PMDB	Advogado	Coxim
Aires Marques (1983-1985)	PMDB	Empresário	Ponta Porã
Ivo Cerzósimo	PMDB	Jornalista	Dourados
Anis Faker	PMDB	Contador	Dourados
Benedito Leal	PMDB	Advogado	Paranaíba
Nelson Buainain	PMDB	Advogado	Campo Grande
Cecílio Gaeta	PMDB	Radialista	Corumbá
Ghandi Jamil	PDS/PFL	Empresário	Ponta Porã
Londres Machado	PDS/PFL	Empresário	Fátima do Sul
Zenóbio dos Santos	PDS/PFL	Contador	Amambai
Walter Carneiro	PDS/PTB	Médico veterinário	Dourados
Daladier Agi	PDS/PFL	Advogado	Paranaíba
Nelson Trad	PDS/PFL	Advogado	Campo Grande
Valdir Cardoso	PDS	Jornalista	Campo Grande
Manfredo Alves Corrêa	PDS/PTB	Advogado	Fátima do Sul
Ary Rigo	PDS/PFL	Engenheiro agrônomo	Maracaju
Armando Anache	PDS	Jornalista	Corumbá
Roberto Djalma Barros	PDS/PFL	Fiscal tributário	Dourados
Arthur Jorge do Amaral	PDS	Servidor público	Deodópolis

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Massal Futigami (1986-1987)	PMDB	Empresário	Fátima do Sul
Laucídio Pereira 4 meses	PMDB	Produtor rural	Camapuã

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

A última vez em que a Assembleia aprovou um prefeito para a Capital

A redemocratização aos poucos se concretizava no Brasil, e no dia 17 de maio de 1983, os deputados estaduais aprovaram após longo debate e acordo do governo com o PDS, o nome do pecuarista Lúdio Coelho para prefeito de Campo Grande. Dos 24 deputados, 3 votaram contra e o deputado Cecílio Gaeta (PMDB) se absteve. Lúdio Coelho deixara há poucos anos o partido da ditadura e ingressara no PMDB, tendo seu nome indicado para prefeito pelo governador Wilson Martins.

A luta pela implantação da Universidade Estadual

Autor do artigo da Constituição Estadual de 1979 que garantiu a implantação de uma universidade estadual em Dourados, o deputado e presidente da Assembleia Legislativa Walter Carneiro (PDS) iniciou a partir de meados de 1985 um movimento pelo estado intitulado “Universidade Já!” com objetivo de pressionar o governo a implantá-la. No entanto, a implantação ocorreria apenas no início da década de 1990.

Delegados sul-mato-grossenses e seus votos no Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985

Em 15 de janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral se reuniu pela última vez para escolher o sucessor do general João Figueiredo. As regras das eleições indiretas no Brasil determinavam que votariam para presidente da República os deputados federais, senadores e os delegados das Assembleias Legislativas. Em 1985 foram 6 os delegados de Mato Grosso do Sul que votaram da seguinte forma:

DELEGADO	PARTIDO	TANCREDO NEVES (PMDB)	PAULO MALUF (PDS)
Gandi Jamil	PDS		X
Valdir Cardoso	PDS		X
Walter Carneiro	PDS		X
Anis Faker	PMDB	X	
Roberto Orro	PMDB	X	
Valter Pereira	PMDB	X	

Fonte: VOTOS do MS. *O Progresso* – Brasília. Dourados, 16 jan. 1985, p. 2.

Nasce Coronel Sapucaia

O antigo distrito de Nhu-Verá tornou-se município no dia 30 de dezembro de 1985. A emancipação foi apoiada na Assembleia Legislativa pelos deputados Onevan de Matos e Zenóbio dos Santos.

LEGISLATURA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DE MS (1983 – 1987)

Na Câmara dos Deputados, os representantes sul-mato-grossenses, eleitos em 1982, ficaram divididos mais uma vez entre os favoráveis e os contrários à ditadura. No entanto, como se verá na tabela a seguir, com o nascimento de novos partidos e a mudança para o regime democrático, em 1985, alterações partidárias ocorreram. Uma das votações mais importantes que esses representantes fizeram foi a da Emenda das Diretas Já, reprovada, mas que lançou luz no processo de redemocratização brasileira ajudando a escolher o primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Plínio Barbosa Martins	PMDB	Advogado	Campo Grande
Sérgio Cruz	PMDB-PDT-PT	Radialista	Campo Grande
Rubén Figueiró	PMDB	Advogado	Campo Grande
Harry Amorim Costa	PMDB	Engenheiro civil	Campo Grande
Levy Dias	PDS-PFL	Advogado	Campo Grande
Saulo Queiroz	PDS-PFL	Bancário	Campo Grande
Ubaldo Barém	PDS	Promotor de Justiça	Ponta Porã
Albino Coimbra	PDS-PTB	Dentista	Campo Grande

Fonte: dados da Câmara dos Deputados.

Apresentada a ideia de criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Eleito em 1982 como o terceiro mais votado do estado e o mais votado do município de Dourados, o deputado federal Sergio Cruz (PMDB), popular “pau na mula”, acolheu a ideia de alguns professores e estudantes universitários da segunda maior cidade do estado e apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.320, de 14 de abril de 1983, voltado à criação da UFGD.

No ano de 1985 ocorreram audiências públicas para a discussão do projeto e o mesmo passou, aprovado por todas as comissões da Câmara, mas como o deputado não conseguiu a reeleição o projeto foi engavetado, pois o regimento daquela Casa de Leis assim determinava. Nascia ali um sonho que se tornaria realidade somente 20 anos depois.

As Diretas Já e a votação da Emenda Dante de Oliveira

O PMDB era unânime ao apoiar um dos maiores movimentos populares da história do Brasil ocorrido entre 1983 e abril de 1984, denominado Diretas Já, que exigia a volta das eleições diretas para Presidente da República e o fim da ditadura, através da Emenda Dante de Oliveira. Em Mato Grosso do Sul a Emenda era totalmente apoiada pelos parlamentares do PMDB. Também dentro do PDS, partido governista, haviam deputados favoráveis, era o caso do deputado Saulo Queiroz, que dizia estar ao lado do povo, por isso era favor das Diretas. O projeto, contudo, não foi aprovado devido ao número de parlamentares não ser o suficiente, ocorrido por manobras da ditadura no Congresso Nacional.

No dia 25 de abril de 1984, dia da votação da Emenda no Congresso Nacional, os votos dos deputados federais sul-mato-grossenses ficaram assim, conforme revelou Dante de Oliveira em livro sobre as Diretas Já lançado em 2004:

DEPUTADO	PARTIDO	FAVOR	CONTRA
Harry Amorim	PMDB	X	
Plínio Martins	PMDB	X	
Rubén Figueiró	PMDB	X	
Sérgio Cruz	PMDB	X	
Albino Coimbra	PDS	X	
Saulo Queiroz	PDS	X	
Ubaldo Barém	PDS		X
Levy Dias	PDS	Ausente	Ausente

Fonte: LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Eleição de Tancredo Neves e o fim da ditadura militar no Brasil

Sem a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, a luta pela democracia continuou no PMDB e no Brasil, e a campanha pró-Tancredo Neves presidente ganhou as ruas e praças. Na votação do Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, para escolher entre os candidatos à Presidência Tancredo Neves (PMDB) e Paulo Maluf (PDS), os deputados federais de Mato Grosso do Sul votaram conforme a tabela em seguida:

DEPUTADO	PARTIDO	VOTO PARA PRESIDENTE
Plínio Barbosa Martins	PMDB	Tancredo Neves
Sérgio Cruz	PMDB	Tancredo Neves
Ruben Figueiró	PMDB	ABSTENÇÃO
Harry Amorim Costa	PMDB	Tancredo Neves
Levy Dias	PDS	Paulo Maluf
Saulo Queiroz	PDS	Paulo Maluf
Ubaldo Barém	PDS	Paulo Maluf
Albino Coimbra	PDS	Paulo Maluf

Fonte: VOTOS do MS. *O Progresso* – Brasília. Dourados, 16 jan. 1985, p. 2.

O único deputado sul-mato-grossense a se abster do voto foi Rubén Figueiró (PMDB), pois justificou que se o povo não podia escolher o presidente, ele não considerava legítimo votar por aqueles.

SENADORES DE MS (1983-1987)

Dos representantes de Mato Grosso do Sul nesse período, um teve papel de destaque na política nacional ao eleger-se presidente do Senado e por consequência do Congresso Nacional, o senador José Manoel Fontanilas Fragelli, ex-governador de Mato Grosso uno, de

1971 a 1974. Junto com ele, Marcelo Miranda, eleito em 1982, e Rachid Derzi eram os nomes do estado naquela Casa.

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Rachid Saldanha Derzi (1979-1987)	PMDB	Médico	Ponta Porã
José Fragelli (1980-1987)	PMDB	Promotor de Justiça	Aquidauana
Marcelo Miranda Soares (1983-1986)	PMDB	Engenheiro	Campo Grande

Fonte: portal do Senado Federal.

Emenda Dante de Oliveira e o apoio a Tancredo Neves

Rachid Derzi tardou, mas assinou o encaminhamento da Emenda Dante de Oliveira, o que permitiu ao jovem deputado mato-grossense entrar com o projeto na Câmara dos Deputados. Foi o que revelou o próprio autor da Emenda em livro já citado. O senador só aceitou assinar o documento depois que Dante lhe revelou que seu pai era um velho correligionário dos tempos da UDN mato-grossense. Rachid respondeu que se a Emenda chegasse ao Senado, não teria seu voto, pois ele era favorável ao Colégio Eleitoral. Contudo, a rejeição da Emenda na Câmara dos Deputados impediu que ela chegasse ao Senado.

No Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, os votos dos 3 senadores foram a favor de Tancredo Neves, que se elegeu com 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf. Esta eleição colocou fim aos 21 anos de ditadura militar iniciada com o golpe de 1964.

José Fragelli: o primeiro sul-mato-grossense na Presidência do Senado e do Congresso Nacional

José Fragelli foi um dos principais articuladores para que Tancredo Neves concorresse à Presidência da República em 1985. Logo após a vitória de Tancredo, José Fragelli foi indicado pelo presidente como o candidato do PMDB às eleições para presidente do Senado Federal. Disputou no dia 26 de fevereiro de 1985 contra o senador Luiz Vianna Filho (PDS) e venceu com 38 votos. Ele presidiu o Senado e o Congresso Nacional entre 1985 e 1987 e chegou a assumir a presidência da República por alguns dias na ausência do presidente José Sarney.

O RETORNO DE MARCELO MIRANDA: POLÍTICA INDUSTRIAL, CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS E UM FIM DESAGRADÁVEL (PMDB – 15/03/1987 a 14/03/1991)



Governador Marcelo Miranda e o vice George Takimoto.
Imagens: Governadoria de MS.

Marcelo Miranda Soares assumiu o governo no dia 15 de março de 1987 juntamente com seu vice, o político douradense George Takimoto (PFL). Era a primeira vez que um político de Dourados ocupava a função de vice-governador de Mato Grosso do Sul². Ao se eleger chefe do Executivo estadual Marcelo Miranda renunciou ao mandato de senador, cuja vaga foi ocupada pelo suplente Antônio Mendes Canale.

Relações políticas

Politicamente, o governo criou em Dourados a governadoria regional, administrada pelo vice-governador, com vistas, segundo o

² A indicação de lideranças políticas do município de Dourados para o cargo vice-governador ocorreria mais vezes, como se verá ao longo deste livro.

governo, a melhor atender as reivindicações políticas da região. No entanto, para outros, a governadoria não passou de um cabide de empregos para os correligionários políticos. Em outubro de 1987, o governador foi alvo de denúncias de suspeitas de irregularidades na área de comunicação do governo. A Assembleia Legislativa, que dava amplo apoio ao governador, em 1990, autorizou processo contra ele. Por falta de provas, o caso foi arquivado. Governador pelo PMDB, Marcelo Miranda continuou com as políticas de incentivo e apoio à organização dos trabalhadores por meio do sindicato.

Marcelo Miranda e a marca do maior índice de criação de municípios

Nessa gestão ele continuou com uma marca de seu primeiro mandato: a elevação de vários distritos à categoria de município. Os levantamentos permitem a conclusão de que durante os governos de Marcelo Miranda houve o maior índice de criação de municípios nesse estado.

MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	DATA
Vicentina	Fátima do Sul	20/06/1987
Chapadão do Sul	Cassilândia e Paranaíba	27/10/1987
Dois Irmãos do Buriti	Anastácio	13/11/1987
Paranhos	Amambai, Coronel Sapucaia e Sete Quedas	17/11/1987
Juti	Caarapó	14/12/1987
Santa Rita do Pardo	Brasilândia	18/12/1987
Sonora	Pedro Gomes	03/06/1988

Fonte: BARROS, Valter M... (2009)

Educação – Cultura

No setor da educação o governo construiu mais de 1.000 salas de aulas em todo estado, considerada a gestão que mais criou escolas estaduais desde a implantação de Mato Grosso do Sul. Isso abriu vaga para cerca de 70 mil estudantes que não frequentavam a escola, conforme dados divulgados na época pela FEPROSUL/FETEMS.

Como escreveu o historiador Lourenço Alves da Silva Filho

(2008), o governo Marcelo Miranda deu total apoio ao projeto da Universidade Latino Americana (UILA), elaborado por um grupo do PMDB, e que teria sede em Dourados, com objetivo de integrar Brasil, Paraguai e Bolívia no que tange ao ensino superior. Entretanto, apesar de toda a empolgação, o projeto não saiu, pois encontrou oposição de outros grupos políticos que queriam instalar a Universidade Estadual ou a UFGD na mesma cidade.

Tentou-se instituir as eleições diretas para diretor das escolas estaduais, mas não foi aprovado pela Assembleia Legislativa. Por outro lado, no trato com os professores da rede pública as coisas foram complexas. Ao longo de 4 anos ocorreram 5 greves do magistério, lideradas pela FEPROSUL/FETEMS, devido principalmente, à luta por reajustes salariais e atrasos nos pagamentos. A grave crise inflacionária, herança da ditadura militar, corroía os vencimentos de boa parte dos servidores públicos e da classe trabalhadora em geral. Eram os tempos de planos econômicos do governo José Sarney fracassados no combate à inflação descontrolada.

Foi nesse governo que nasceu a Secretaria de Cultura, responsável pela implantação, em Campo Grande, do teatro Aracy Balabanian e pela transformação da TV Educativa (TVE), ao autorizar que se produzisse programação local, deixando de ser apenas receptora de sinais de outros estados.

Em relação às obras rodoviárias, essa gestão concluiu a pavimentação da BR-262 entre Campo Grande e Três Lagoas (distrito de Garcias); pavimentou a rodovia de Água Clara a Paranaíba.

Política de desenvolvimento industrial e os primeiros contatos e apoio ao gás boliviano

Como escreveu o geógrafo Tito Carlos Machado (1995), esse governo de Marcelo Miranda foi responsável pelo maior número de instalação de indústrias de médio e grande porte em Mato Grosso do Sul, por meio de uma nova Lei de Desenvolvimento da Atividade Industrial (701/1987), que era menos burocrática que a do governo Wilson Martins. Nesse período, o governo também esteve na Bolívia para fazer os primeiros contatos com vistas ao projeto do gás natural

daquele país, que passaria pelo território sul-mato-grossense. As raízes do interesse pela riqueza do gás boliviano vem da década de 1950, quando Brasil e Bolívia assinaram acordo para aquisição do petróleo. No entanto, como escreveu o historiador Eronildo Barbosa (2022), ao longo das décadas seguintes o gás butano chamou mais atenção.

Social - Saúde – Segurança Pública

A área social era atendida pelo FASUL, coordenada pela primeira dama do estado, e era responsável por creches, doação de cestas básicas, cobertores, entre outras auxílios à população carente.

Na Saúde, esse governo foi responsável pela construção de 556 novos leitos hospitalares, através dos hospitais de Caarapó, Naviraí, Ponta Porã e Paranaíba; reajustou-se a verba da Saúde de 2% para 6% do orçamento estadual.

A Segurança foi reforçada com o aumento do efetivo da Polícia Militar de 4 mil para 7.500 novos soldados; construção de 64 unidades de segurança, entre delegacias e mini-presídios; construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande e o início da futura Penitenciária Harry Amorim Costa, em Dourados (atual Presídio Estadual de Dourados - PED). Para dar suporte jurídico, foram criados os Estatutos da Polícia Civil e Polícia Militar.

1989: a volta das eleições diretas para presidente da República e o apoio a Ulysses Guimarães (PMDB)

No ano de 1989, o Brasil voltou a ter eleições presidenciais diretas após 29 anos. Em Mato Grosso do Sul o governador Marcelo Miranda foi o maior cabo eleitoral do candidato do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, líder que havia se destacado na Presidência da Assembleia Nacional Constituinte responsável pela Constituição de 1988. Mas, a chapa do candidato Fernando Collor (PRN), que tinha apoio do ex-governador Pedro Pedrossian, saiu vitoriosa por aqui e em todo País, após um acirrado confronto de segundo turno contra o ex-operário e deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS
Fernando Collor	PRN	436.539 (53%)
Lula	PT	73.697 (8,9%)
Leonel Brizola	PDT	63.721 (7,7%)
Guilherme Afif	PL	60.061 (7%)
Mário Covas	PSDB	50.465 (6%)
Paulo Maluf	PDS	47.237 (5,7%)
Ulysses Guimarães	PMDB	44.130 (5,3%)
Ronaldo Caiado	PSD	10.850 (1,2%)
Roberto Freire	PCB	6.040 (0,7%)
Aureliano Chaves	PFL	5.286 (0,6%)
Afonso Camargo	PTB	4.317 (0,5%)
Enéas Carneiro	PRONA	2.986 (0,35%)
Livia Maria	PN	2.617 (0,3%)
Alcides Marronzinho	PSP	2.355 (0,27%)
Zamir Teixeira	PCN	2.053 (0,24%)
Paulo Gontijo	PP	2.037 (0,24%)
Eudes Mattar	PLP	1.325 (0,15%)
Celso Brant	PMN	1.301 (0,15%)
Fernando Gabeira	PV	1.225 (0,14%)
Antônio Pedreira	PPB	1.071 (0,12%)
Manoel Horta	PDC do B	850 (0,1%)
Armando Corrêa	PMB	18 (0%)

Fonte: TRE-MS.

Resultado das eleições de 1989 em MS para Presidente da República (2º turno – 17/12)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Fernando Collor	PRN	579.064 (72%) (eleito)
Lula	PT	215.859 (27%)

Fonte: TRE-MS.

O Plano Collor e as eleições de 1990

O ano de 1990 foi marcado por novas eleições para governador, sendo a primeira sob as regras da nova Constituição Federal. A administração Marcelo Miranda que começou bem, não tinha mais a popularidade do início. Não tinha também o apoio de grupos de esquerda devido à reforma administrativa que trocou lideranças do PCB por líderes de centro-direita. O PMDB, enfraquecido, não lançou a cabeça de chapa e preferiu concorrer com

candidata à vice-governadora, Celina Jallad (filha do então senador Wilson Martins), na chapa de Gandi Jamil (PDT). Popular no estado pelas grandes obras e fortalecido ainda mais devido à popularidade do presidente Fernando Collor, Pedro Pedrossian saiu candidato pelo PTB. O PT concorreu com Manoel Bronze. Pedro Pedrossian foi eleito logo no primeiro turno.

Resultado das eleições de 1990 em MS para governador (1º turno – 5/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Pedro Pedrossian	PTB	417.589 (59%) (eleito)
Ghandi Jamil	PDT	217.289 (30%)
Manoel Bronze	PT	68.304 (9,7%)

Fonte: SILVA, Marcos Antônio da. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018): eleições, partidos e governos.** Curitiba: Editora CRV, 2019.

Crise salarial e a ocupação da Governadoria pelos servidores públicos

No mês de agosto de 1990, o governo implantou a política de isonomia salarial para os servidores públicos. A isonomia tinha a intenção de corrigir algumas distorções salariais de diferentes categorias. Contudo, pagar essa conta custou caro ao governador e a sua carreira política, e quem sofreu foram os trabalhadores. Alguns meses após pagar os valores, o estado alegava não possuir mais condições financeiras de cumprir o acordo, devido, entre outras coisas, a queda na arrecadação de impostos, causada principalmente pela diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Como consequência disso, o funcionalismo público realizou um ato nunca antes visto por aqui: a ocupação da Governadoria por quase 1 mês, entre fevereiro e março de 1991³. Marcelo Miranda Soares deixou a administração sem participar da solenidade transmissão do cargo para Pedro Pedrossian no dia 15 de março de 1991.

Depois disso, Marcelo Miranda nunca mais obteve êxito em eleições. Em 1994 reatou relações com Pedro Pedrossian, disputou o

³ Segundo a hoje professora Patrícia Vieira, de Fátima do Sul, que na época acompanhava os comentários de sua mãe, professora, houve também o fechamento da ponte que liga Bataguassu (MS) a Presidente Epitácio (SP) pelos servidores públicos como forma de protesto.

cargo de deputado federal, sem vitória. Sem êxitos disputou a Prefeitura de Paranaíba, em 2000, e uma vaga de deputado federal, em 2002. Voltou a ocupar cargo público em 2005, ao assumir, no segundo Lula (PT), a direção do DNIT no estado, do qual foi exonerado em 2011. Em 2018, seu neto João Henrique foi eleito deputado estadual e reeleito em 2022.

3ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1987 – 1991)

Os deputados e deputadas estaduais eleitos em 15 de novembro de 1986 compuseram a 3ª Legislatura e foram responsáveis, entre outras coisas, pela elaboração da nova Constituição Estadual, sancionada em 1989, e que está vigente até os dias atuais (2022), com várias emendas. Presidiram o poder os deputados Jonathan Barbosa (PMDB) e Londres Machado (PFL).

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
André Puccinelli	PMDB	Médico	Fátima do Sul
Pedro Dobes	PMDB	Jornalista	Campo Grande
João Leite Schmidt (fev.-mar. 1987/jan.1989- fev.1991)	PMDB	Advogado	Coxim
Akira Otsubo	PMDB	Economista	Três Lagoas
Jonathan Barbosa	PMDB	Produtor rural	Campo Grande
Cláudio Valério	PMDB	Professor	Anastácio
Carlos Fróes (1987-1988)	PMDB	Empresário	Ponta Porã
Ricardo Bacha	PMDB	Engenheiro civil	Campo Grande
Valdenir Machado	PMDB	Cartorário	Dourados
Benedito Leal	PMDB	Advogado	Paranaíba
Ozéias Pereira	PMDB		Nova Andradina
Onevan de Matos (1987-1988)	PMDB	Advogado	Naviraí
Londres Machado (fev.-mar.1987/jan.1989- fev.1991)	PFL/PST	Empresário	Fátima do Sul
Roberto Razuk	PFL	Empresário	Dourados
Marilu Guimarães	PFL	Jornalista	Campo Grande
Ary Rigo	PFL	Engenheiro agrônomo	Maracaju
Cícero de Souza	PFL	Advogado	Três Lagoas
Zenóbio dos Santos	PFL	Contador	Amambai
Armando Anache	PTB	Jornalista	Corumbá
Nelson Trad	PTB	Advogado	Campo Grande
Walter Carneiro	PTB	Médico veterinário	Dourados
Júlio Maia (fev.-dez. 1987)	PTB	Médico	Brasilândia
Zé de Oliveira (1987-1988)	PTB	Servidor público	Rio Verde de MT
Marilene Coimbra	PDS	Advogada	Campo Grande

Fonte: SÓ dez parlamentares voltam à Assembleia. *O Progresso*. Dourados, 25 nov. 1986, p.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Daudt Conceição (dez. 1987-dez.1988)	PTB-PSDB	Produtor rural	Mundo Novo
Daladier Agi (mar.1987-dez.1988)	PFL	Produtor rural	Paranaíba
Waldemir Moka (mar.1987-dez.1988)	PMDB	Médico	Campo Grande
Henrique Dedé (1989-1991)	PTB	Comerciante	Bela Vista
Nilson Lima (1989-1991)	PTB	Produtor rural	Caarapó
Fernando Saldanha (1989-1991)	PMDB	Médico	Ponta Porã
Pedro Paulo Lima (1989-1991)	PMDB	Médico	Corumbá

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor com dados da Assembleia Legislativa de MS.

As primeiras mulheres a ocuparem vagas na Assembleia Legislativa

Marilú Guimarães e Marilene Coimbra foram duas mulheres que entraram para a história de Mato Grosso do Sul como as primeiras deputadas eleitas em 1986. A primeira era apresentadora da TV Morena e ganhou destaque em Campo Grande. A segunda era esposa do ex-deputado federal Albino Coimbra e vinha de 1 mandato de vereadora na Capital.

Marilú pertencia à base de apoio ao governo Marcelo Miranda e ficou muito conhecida por sua atuação em defesa da preservação do meio ambiente, principalmente o Pantanal. Outra atuação marcante foi em defesa das crianças com deficiência física. Já Marilene, da oposição ao governo estadual, teve atuação também em questões ligadas aos direitos das mulheres e à saúde pública.

Emancipação de distritos

A emancipação de distritos continuou ao longo da década de 1980 e 7 deles foram elevados a municípios entre 1987 e 1988.

MUNICÍPIO CRIADO	DEPUTADO (A) AUTOR (A)
Vicentina	Ivo Cerzósimo (PMDB)
Chapadão do Sul	Benedito Leal (PMDB)

Dois Irmãos do Buriti	Cláudio Valério (PMDB) e Marilene Coimbra (PDS)
Paranhos	Onevan de Matos (PMDB)
Juti	Valter Carneiro (PTB)
Santa Rita do Pardo	Julio Maia (PTB) e Cicero de Souza (PFL)
Sonora	Ricardo Bacha (PMDB)

Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa de MS.

Enfim resolvido o caso Vila Vicentina

A luta pela emancipação do distrito de Vila Vicentina, pertencente ao município de Fátima do Sul, enfim foi encerrada no ano de 1987. No início daquele ano a Assembleia Legislativa aprovou o projeto do deputado Ivo Certzósimo (PMDB).

O processo vinha desde 1976, quando o distrito se emancipou, aprovado pela Assembleia de Mato Grosso uno, mas em 1977 o prefeito Samir Garib (ARENA) entrou com recurso no STF e o caso foi considerado inconstitucional, o que levou o município a voltar a ser distrito. O caso chegou até o general Ernesto Geisel que criou uma Lei Complementar convalidando o município com fixação de data para eleição de prefeito e vereadores. Mais uma vez Samir Garib entrou com recurso, desta vez no TSE e conseguiu impedir. Com isso, entre o final da década de 1970 e quase toda década de 1980, as divergências políticas entre Vila Vicentina e Fátima do Sul foram intensas, chegando-se a atos violentos como os ocorridos em 1985, quando 1 ônibus foi depredado e queimado pelos emancipacionistas.

Finalmente, no dia 8 de fevereiro de 1987 foi realizado o quinto plebiscito no distrito e a emancipação venceu. O prefeito do município não era mais Samir Garib, o que, de certa forma, facilitou o processo.

Uma nova Assembleia Estadual Constituinte (1988-1989)

Após a aprovação da Constituição Federal do Brasil em 1988, os estados tiveram que escrever uma nova Carta. Em 27 de outubro de 1988, a Constituinte Estadual foi instalada presidida pelo deputado Jonatan Barbosa (PMDB). Esta segunda Assembleia Constituinte levou 1 ano e encerrou sob a presidência mais uma vez do deputado Londres Machado (PFL).

Diferente da primeira Carta, a elaboração desta segunda contou com maior participação da população do estado. Uma das novidades foi o fato de deputados do PTB irem aos municípios discutirem propostas para a nova lei.

Entre os momentos de maior destaque na elaboração da nova legislação, uma chamou a atenção: a emenda do deputado Ricardo Bacha (PMDB) que previa um plebiscito para a mudança do nome do estado de Mato Grosso do Sul. Ela não foi aprovada, no entanto, esse tema voltaria à discussão no estado na década de 1990 e início dos anos 2000.

O artigo que versava sobre a implantação de uma Universidade Estadual com sede em Dourados, que já constava na primeira Constituição, continuou, graças ao empenho de outro deputado, o também douradense Roberto Razuk (PFL), já que o primeiro autor, Walter Carneiro, não havia sido reeleito. A pensão vitalícia para o ex-governador do estado, uma criação da ditadura militar, caiu com a Constituição de 1988, portanto não constava mais na Constituição Estadual de 1989.

Aos índios também foi garantido uma parte na Lei, assim como a Carta federal. Algo muito importante, já que Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil. Ficou garantido também nesta Constituição a obrigatoriedade da implantação das delegacias especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios de forma progressiva. Juntamente com isso, um capítulo sobre os direitos das mulheres e outro garantindo a implantação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos no estado.

DEPUTADOS FEDERAIS DE MS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987 – 1991)

O Congresso Nacional composto nesse período teve como principal missão a elaboração da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, chamada assim por contar com a participação da sociedade civil organizada por meio de movimentos sociais que contribuíram através de abaixo-assinados e outros meios para a elaboração da Carta Magna vigente até os dias atuais.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Valter Pereira	PMDB	Advogado	Campo Grande
Rubén Figueiró	PMDB	Advogado	Campo Grande
Ivo Cerzósimo	PMDB	Advogado	Dourados
Plínio Barbosa Martins	PMDB-PSDB	Advogado	Campo Grande
Gandí Jamil	PFL-PDT	Empresário	Ponta Porã
Levy Dias	PFL-PTB	Advogado	Campo Grande
Saulo Queiroz	PFL-PSDB	Bancário	Campo Grande
José Elias Moreira	PDS	Engenheiro agrônomo	Dourados

Fonte: *Jornal da Câmara dos Deputados*. Brasília. 12 abr. 1987.

DEPUTADOS FEDERAIS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Rosário Congro Neto (1985/1988/1989-1991)	PSDB	Advogado	Três Lagoas
Fadah Gattass (1988)	PMDB	Médico	Corumbá
Abdalla Jallad (jan-fev.1989)	PMDB	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Temas marcantes da Constituinte. Votos contrários e favoráveis dos deputados

Na Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Gandí Jamil votou contra a pena de morte, a nacionalização do subsolo, o voto aos 16 anos de idade e a estatização do sistema financeiro. Votou a favor do sistema presidencialista de governo. Levy Dias também foi contrário à pena de morte, a estatização do sistema financeiro e a criação do fundo para reforma agrária. Foi favorável ao voto aos 16 anos e à nacionalização do subsolo.

Saulo Queiroz foi contra a nacionalização do subsolo, voto aos 16 anos, pena de morte e o presidencialismo como sistema de governo. Foi a favor da pluralidade sindical e do fundo para reforma agrária. Valter Pereira votou favorável ao voto aos 16 anos, nacionalização do subsolo e estatização do sistema financeiro. Contrário à pena de morte e ao presidencialismo. José Elias Moreira era contra: pena de morte, votos para jovens aos 16 anos, nacionalização do subsolo e estatização do sistema financeiro. Foi favorável ao presidencialismo.

Rubén Figueiró foi a favor do voto aos 16 anos e do

presidencialismo. Contrário à estatização do sistema financeiro e criação do fundo de reforma agrária. Este deputado se licenciou do mandato em agosto de 1988 para exercer o cargo de secretário de Agricultura do governo Marcelo Miranda. Voltou à Câmara para aprovar a Constituição Federal no dia 5 de outubro de 1988, e depois retorna ao cargo no Executivo estadual. Em seu lugar assumiu o suplente Rosário Congro Neto (PSDB), que se efetivou na função em setembro de 1989, quando Rubén Figueiró renuncia ao mandato de deputado federal para assumir vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

Plínio Barbosa Martins foi contrário: pena de morte, presidencialismo. Esteve ausente na votação para criar o fundo de reforma agrária. Favorável ao voto aos 16 anos.

SENADORES DE MS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987 – 1991)

Os senadores que representaram o estado na federação participaram das várias discussões da Assembleia Nacional Constituinte, assim como os deputados federais. Mas, o senador Wilson Barbosa (PMDB) foi o que mais ganhou destaque pelas proposições aprovadas naqueles anos de 1987-1988.

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Antônio Mendes Canale (1987-1991)	PMDB	Advogado	Campo Grande
Wilson Barbosa Martins (1987-1994)	PMDB-PSDB	Advogado	Campo Grande
Rachid Saldanha Derzi (1987-1994)	PMDB	Médico	Ponta Porã

Fonte: elaborado por meio de pesquisa do autor.

Emendas do senador Wilson Martins que se transformaram em conquistas na Constituição de 1988

Wilson Barbosa Martins senador foi um dos membros da Comissão de Sistematização da Constituição Federal que seria apresentada ao Brasil em 1988. Nesse trabalho, segundo relatou em sua

biografia, ele foi um dos responsáveis por oferecer à nova Carta Magna o trecho que tratava da integração latino-americana por parte do país, e também o trecho que garantiu que todos os estados brasileiros teriam um Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O senador também foi o porta-voz da defesa da bancada parlamentar de Minas Gerais que defendia a divisão daquele estado e a criação do estado do Triângulo Mineiro, mas a ideia não saiu do papel.

**O RETORNO DAS GRANDES OBRAS, ARROCHO
COM OS SERVIDORES PÚBLICOS E A PREPARAÇÃO
DO ESTADO PARA O MERCOSUL: SEGUNDO
GOVERNO PEDRO PEDROSSIAN
(PTB – 15/03/1991 a 31/12/1994)**



Governador Pedro Pedrossian e o vice Ary Rigo. Imagens: Governadoria de MS

Pedro Pedrossian (PTB) e seu vice Ary Rigo (PST) - político de Maracaju - tomaram posse no dia 15 de março de 1991. Era a segunda vez que ele governaria o estado, dessa vez pela via democrática. A situação do estado era complexa devido à herança de dívidas do governo Marcelo Miranda, somado à grave recessão econômica que o Brasil atravessava, fruto dos desastrosos planos Collor 1 e 2 que, ao criar mecanismos de combate à inflação, como o confisco da poupança, levou à estagnação da economia e aumento do desemprego.

Medidas emergenciais para enfrentar a crise fiscal

Uma das primeiras medidas tomadas por Pedro Pedrossian, antes mesmo de ser empossado, foi conseguir o apoio de 14 dos 24 deputados estaduais para barrar o projeto de seu antecessor que visava reajustar o salário dos servidores em mais de 130%.

Outra foi a negociação salarial com o funcionalismo e o pagamento de 4 meses de salários atrasados. Uma reforma administrativa foi realizada pela Assembleia Legislativa, e extinguiu empresas estatais e secretarias, entre elas a de Cultura. Para arrecadar mais, o governo intensificou o cerco à sonegação de impostos chegando a aplicar multas de altos valores aos empresários que atrasassem o pagamento do ICMS. Por parte do empresariado, isso ficou conhecido como “terrorismo fiscal”.

Relações políticas – um governador parlamentarista

Politicamente, o segundo governo Pedro Pedrossian contou com amplo apoio de sua bancada, tanto na Assembleia como na Câmara dos Deputados e no Senado. O governador foi um dos apoiadores da campanha pelo Parlamentarismo em Mato Grosso do Sul, no plebiscito que definiria a forma e o sistema de governo no Brasil, em 1993, e que optou por continuar com a República presidencialista.

O governo se relacionou com 2 presidentes em pouco tempo, isso porque o presidente Fernando Collor (PRN), a quem deu total apoio, administrou entre 1990 e 1992. Foi afastado por meio do *impeachment*, e renunciou no final de 1992. Com isso, o vice-presidente Itamar Franco (PMDB) encerrou os 2 anos que faltavam de mandato, até dezembro de 1994.

Suspeitas de irregularidades em algumas obras, como o beneficiamento de empreiteiras, foram denunciadas pela oposição ao governo Pedro Pedrossian. Entretanto, nenhuma delas se confirmou.

MS na Eco Rio 92

No ano de 1992, entre os dias 3 e 12 de junho, líderes mundiais se reuniram na cidade do Rio de Janeiro na Conferência da ONU para discutir o meio ambiente, a maior conferência mundial até então para debaterem o futuro do planeta. O Pantanal foi representado através de estandes a respeito da biodiversidade. O governador participou e, juntamente com o presidente Fernando Collor e outros 104 chefes de Estado, discutiram e aprovaram ideias que visavam a um futuro via desenvolvimento sustentável, termo que ganhou força no planeta a partir daquela conferência.

Obras públicas e infraestrutura: preparando o estado para o MERCOSUL

Apesar da crise econômica citada anteriormente, o governo não se intimidou e deu continuidade a uma de suas características mais significativas nas gestões anteriores em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a construção de inúmeras obras de infraestrutura, isso gerou um elevado endividamento para o estado. Muitas delas ficaram inconclusas e só foram encerradas em gestões posteriores. No quesito obras rodoviárias, pavimentou-se, entre outros trechos: Aral Moreira-Posto Taji; Caarapó-Amambai. As pavimentações de Bela Vista-Jardim, Sidrolândia-Maracaju e Jardim-Porto Murtinho foram feitas em grande parte nessa gestão. Sob a responsabilidade dos governos de São Paulo e Paraná, com apoio do governo de Mato Grosso do Sul, foram retomadas as obras da ponte rodoviária ligando Aparecida do Taboado (MS) à Rubineia (SP) e a ponte entre Mundo Novo (MS) e Guaíra (PR), ambas sobre o Rio Paraná. A ponte sobre o Rio Paraguai, na BR-262, em Corumbá, foi lançada nesse período e concluída 7 anos mais tarde.

Também foi responsabilidade de Pedro Pedrossian realizar o acordo, em 1992, com a Companhia Energética de São Paulo (CESP), para o ressarcimento a Mato Grosso do Sul devido ao alagamento de áreas nas proximidades da represa da usina hidrelétrica de Porto Primavera. Uma dessas recompensas foi a construção de Nova Porto XV de Novembro (inaugura em 1994), distrito de Bataguassu, para abrigar os moradores da antiga Porto XV de Novembro, alagada para dar origem à represa. Parques nos bairros mais distantes da Capital foram construídos, como o Ayrton Sena e o Jaques da Luz. O Palácio Popular da Cultura e a sede da TVE foram construídos no Parque dos Poderes. 9 mil casas populares pelo Projeto Desfavelamento. Muitas dessas obras, segundo o governo, foram realizadas com vistas a preparar o estado para a consolidação do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, a área de livre comércio formada em 1991, por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Por outro lado, outras obras ficaram por concluir, como o caso do Terminal Rodoviário de Campo Grande (até o ano de 2022 inconcluso), Parque das Nações Indígenas e Fórum de Campo Grande (entregues no governo Zeca do PT)

Social – Saúde – Segurança Pública

Na área social, o governo criou o programa Nosso Índio, um Cidadão, pelo qual se investiu em melhorias de 46 aldeias em 19 municípios, com o objetivo de levar, entre outras coisas, assistência técnica para a produção de alimentos naquelas comunidades. O “Bombeiros do Amanhã”, outro programa social, que permitiu a jovens em condições de vulnerabilidade uma formação educacional voltada para a disciplina militar.

A saúde pública viu nascer grandes hospitais, planejados por esse governo, segundo escreveu o advogado e escritor Waldir Guerra (2006), na Capital (Rosa Pedrossian, atual Hospital Regional); Santa Casa, hoje Hospital Universitário da UFGD; e o a Maternidade Maria Aparecida Pedrossian, hoje Hospital da Vida, ambos em Dourados. Contudo, essas obras só foram encerradas 7 anos depois. Iniciou-se também outros 20 hospitais no interior do estado.

Na Segurança Pública, inovou ao criar as polícias especiais, mas que contavam com pouco efetivo. Eram o PUA (Policciamento Unificado Ativo), com sede em Aparecida do Taboado, para garantir a segurança nos municípios que faziam divisa com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e a TORA (Tropa Ostensiva de Repressão Armada), com objetivo de combater a violência de forma ostensiva no interior.

Cultura – Educação: enfim diretores escolares passam a ser eleitos pela comunidade

Na educação, conforme escreveu o professor de Direito André Barbosa (2006), o governo investiu para cumprir o que exigia a Constituição Estadual de 1989: a instalação da Universidade Estadual (UEMS), com sede em Dourados e construção das sedes nos municípios de Amambai, Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. Outra medida foi a implantação, no ano de 1991, da Gestão Democrática, que garantiu eleições diretas para diretores escolares e o fim das indicações políticas.

A velha questão da desvalorização dos servidores públicos

Contudo, o tratamento do governo dispensado aos profissionais da Educação professores e administrativos levou estes a realizarem diversas greves e paralisações, das quais a mais longa ocorreu entre fevereiro e abril de 1993, liderada pela FETEMS. A resposta do governador veio de forma autoritária com a abertura de processos administrativos contra esses profissionais.

Greves também ocorreram em outros setores do funcionalismo estadual, como os servidores da ENERSUL, SANESUL, Saúde, Polícia Civil, entre outros, tendo como principal motivo a luta por salários mais justos, em tempos de inflação descontrolada. A questão dos salários é explicada por outros pesquisadores no assunto, que dizem que Pedro Pedrossian dava prioridade às grandes obras públicas, em detrimento de melhores condições salariais para o funcionalismo.

Novos municípios

Coube ao governador assinar as leis que criaram os seguintes municípios: Nova Alvorada do Sul, em 1991; Alcínópolis, Japorã, Laguna Carapã e Novo Horizonte do Sul, todos em 1992.

MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	DATA
Nova Alvorada do Sul	Rio Brillhante e Sidrolândia	18/12/1991
Alcínópolis	Coxim	22/04/1992
Laguna Carapã	Ponta Porã	22/04/1992
Japorã	Mundo Novo	30/04/1992
Novo Horizonte do Sul	Ivinhema	30/04/1992

Fonte: BARROS, Valter Mangini. **Potencialidades sul-mato-grossenses.** Campo Grande: Editora Oeste, 2009.

Eleições 1994: a primeira “casada” para governador e presidente e a primeira a ter uma mulher na disputa pelo Executivo estadual

A partir de meados de 1993, Pedro Pedrossian, como demonstrou a historiadora Marisa Bittar (2009), passou a defender uma ideia que ficou conhecida como tese do pacto político, pelo qual o

governador propunha a indicação de apenas 1 nome para disputar sua sucessão no pleito eleitoral do ano seguinte. Segundo ele, a classe política do estado unir-se-ia para escolher, entre os partidos políticos, um nome de consenso. O nome pretendido pelo governador era o do peemedebista João Leite Schmidt. Mas isso não ocorreu, pois o grupo político de Wilson Barbosa Martins recorreu às prévias para escolher o candidato do PMDB, tendo Wilson como vencedor.

O pacto político não vingou e com isso as eleições de 1994 foram marcadas mais uma vez pela disputa entre o time de Wilson e o de Pedrossian. Disputaram o governo: Wilson Martins (PMDB), Levy Dias (PPR), Pedro Teruel (PT) e a professora Rita de Cássia Lima (PRONA), da cidade de Ribas do Rio Pardo, a primeira mulher a candidatar-se ao cargo no estado. Vale ressaltar que até abril daquele ano, o nome indicado por Pedro Pedrossian era o de Valdemar Justus, seu secretário de Fazenda, pois considerava um nome para renovar as lideranças daqui. Contudo, como a candidatura deste não decolou, o governador apoiou um de seus antigos aliados, o então senador Levy Dias.

Wilson Martins foi eleito no primeiro turno. Apesar daquela eleição confirmar o continuísmo político, a disputa de 1994, em Mato Grosso do Sul, inaugurou uma nova etapa na história política daqui: a de eleições simultâneas para governador e presidente da República.

Resultado das eleições de 1994 em MS para governador (1º turno – 5/10)

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Wilson Barbosa Martins	PMDB	392.365 (53%) (eleito)	Orestes Quércia (PMDB)
Levy Dias	PPR	243.366 (33%)	Fernando Henrique (PSDB)
Pedro Teruel	PT	73.164 (10%)	Lula (PT)
Rita de Cássia Lima	PRONA	21.773 (2,98%)	Enéas Carneiro (PRONA)

Fonte: TRE-MS e jornais de Dourados.

O presidente eleito pelo Plano Real: Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro da Fazenda, responsável pela elaboração do Plano Real, que em pouco tempo derrubou a inflação descontrolada, foi lançado pelo PSDB candidato à

Presidência da República, apoiado pelo então presidente Itamar Franco (PMDB). Segundo escreveu a jornalista Miriam Leitão (2011), o Real nasceu de ajustes fiscais por meio de cortes de gastos governamentais, pressão sobre empresários que sonegavam impostos, incentivo à importação para permitir a concorrência com os produtos nacionais, entre outros fatores.

Na verdade, aquela eleição foi marcante em todo Brasil, pois o ex-operário e ex-deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT), era quem liderava as pesquisas de intenções de votos. Todavia, com o lançamento do Real, a popularidade de Fernando Henrique cresceu e este conquistou o mandato de presidente no primeiro turno. Lula ficou em segundo lugar.

Resultado das eleições de 1994 em MS para Presidente da República (1º turno – 5/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Fernando Henrique	PSDB	512.527 (63%)
Lula	PT	179.296 (22%)
Enéas Carneiro	PRONA	49.527 (6%)
Orestes Quércia	PMDB	31.206 (3,8%)
Leonel Brizola	PDT	14.263 (1,7%)
Esperidião Amin	PPR	13.471 (1,6%)
Carlos Gomes	PRN	3.247
Hernani Fortuna	PSC	2.413

Fonte: TRE-MS.

Pedro Pedrossian disputou o governo nas eleições de 1998 e de favorito ficou em terceiro lugar. Em 2002, no PST, concorreu ao Senado e foi derrotado. Depois desses pleitos, deixou a vida pública. Em 2011 recusou-se a abrir mão da pensão vitalícia que recebia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No ano de 2014 a Justiça de Mato Grosso derrubou aquela regalia, contudo, Mato Grosso do Sul continuou a pagar. O “Homem de Miranda”, como também era conhecido, faleceu em 2017 aos 89 anos de idade.

4ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1991 – 1995)

O Legislativo estadual eleito no pleito de 5 de outubro de 1990 foi presidido pelos deputados Londres Machado (PST/1991-1993) e Cícero de Souza (PFL/1993-1995). Foi uma fase de discussões marcantes como: as reivindicações dos servidores públicos; o debate sobre o sistema e a forma de governo a ser adotada no País; a criação da tribuna livre; as discussões sobre implantação do MERCOSUL; e o início das políticas neoliberais no estado, com a votação para a venda das ações de Mato Grosso do Sul na empresa de mineração Urucum.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Londres Machado	PST-PFL	Empresário	Fátima do Sul
Alberto Rondon	PST	Médico	Campo Grande
Maurício Picarelli	PST	Jornalista	Campo Grande
Sebastião Tomazelli	PST	Produtor rural	Itaquiraí
José Batiston (1991-1992)	PST	Empresário	Três Lagoas
Fernando Saldanha (1991-jun.1992)	PTB	Médico	Ponta Porã
Valdomiro Gonçalves	PTB	Promotor de Justiça	Cassilândia
Waldir Neves	PTB	Advogado	Campo Grande
Beto Mariano	PTB	Servidor público estadual	Campo Grande
Armando Anache	PTB	Jornalista	Corumbá
Aluizio Borges	PTB	Advogado	Campo Grande
Claudinei da Silva	PTB	Empresário	Glória de Dourados
Waldemir Moka	PMDB	Médico	Campo Grande
Valdenir Machado	PMDB	Cartorário	Dourados
Franklin Masruha	PMDB	Advogado	Coxim
Oscar Goldoni	PDT	Empresário	Ponta Porã
Roberto Razuk	PDT	Empresário	Dourados
José Carlos Monteiro	PDT	Engenheiro agrônomo	Ponta Porã
Loester Nunes	PDT	Médico	Campo Grande
André Puccinelli	PSDB	Médico	Campo Grande
Eder Brambilla	PSDB	Médico	Corumbá
Cícero de Souza	PFL	Advogado	Três Lagoas
Humberto Teixeira (1991-1992)	PRN	Produtor rural	Dourados
Zeca do PT	PT	Bancário	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTES

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO BASE	ELEITORAL
Paulo Pedra (1992-1995)	PRN	Despachante	Campo Grande
Sebastião Nogueira (1992-1995)	PST	Médico	Dourados
Marilene Coimbra (1992-1995)	PDS	Advogada	Campo Grande

Fonte: SEBASTIÃO Nogueira assume na Assembleia. *O Progresso*. Dourados, 6 ago. 1992, p. 1.

A luta contra privilégios dos parlamentares e o nascimento da tribuna livre

Dentre os partidos políticos que alcançou vaga na Assembleia Legislativa estava o PT, partido de histórico diferente dos outros, pois foi fundado essencialmente pelas bases da sociedade brasileira, principalmente por operários urbanos, e tinha naquela época um posicionamento radical diante de diversos temas, sendo o mais destacado a situação da população pobre.

O deputado estadual que se elegeu pela sigla foi o bancário e líder sindical em Campo Grande, José Orcírio Miranda dos Santos, popular Zeca do PT. Entre suas bandeiras estava a da moralidade na política, o que o levou a apresentar um projeto de lei para acabar com a aposentadoria dos parlamentares estaduais. O projeto não foi aprovado, mas levantou a questão no estado. O projeto que criou a Tribuna Livre no Legislativo foi apresentado por Zeca e permitiu a representantes de entidades sul-mato-grossense, como sindicatos, utilizar os microfones para fazer alguma apresentação ou debate.

Debate a respeito do plebiscito sobre sistema e forma de Governo

Entre novembro de 1992 e abril de 1993, a Assembleia Legislativa foi palco de diversos debates sobre qual a forma e o sistema de governo a ser adotado no Brasil, pois estava marcado para o dia 21 de abril de 1993 a realização do plebiscito onde o eleitor brasileiro escolheria entre Monarquia e República (forma de governo) e Presidencialismo ou Parlamentarismo (sistema de governo).

Assim como o governador Pedro Pedrossian, o presidente do Legislativo, Londres Machado, também era favorável ao

Parlamentarismo, justificando que era a melhor forma para o País enfrentar problemas como crises políticas.

A partir de 1993, a presidência da Casa de Leis ficou a cargo do deputado Cícero de Souza (PTB), defensor do sistema Presidencialista, a qual deu todo apoio para que o Legislativo discutisse com a sociedade sul-mato-grossense aquele tema.

É importante ressaltar que havia uma pluralidade entre os deputados estaduais a respeito desse assunto. Ao final, o Presidencialismo e a República venceram, num plebiscito que, em Mato Grosso do Sul, teve alto número de votos nulos e abstenções, o que, de certa forma, demonstrou a pouca atração dos eleitores por esse assunto.

O nascimento de novos municípios

Em 1991 e 1992 foram aprovadas a criação de outros 5 municípios, somando 77. Os autores dos projetos de lei e os respectivos municípios estão na tabela a seguir:

MUNICÍPIO CRIADO	DEPUTADO AUTOR
Japorã	Fernando Saldanha (PTB)
Novo Horizonte do Sul	Londres Machado (PST)
Alcinópolis	Franklin Masruha (PMDB)
Laguna Carapã	Humberto Teixeira (PRN)
Nova Alvorada do Sul	Waldemir Moka (PMDB), Valdenir Machado (PMDB) e André Puccinelli (PMDB)

Fonte: Assembleia Legislativa de MS

Questão da AIDS; combate ao trabalho escravo nas carvoarias

Doença surgida no início da década de 1980, a AIDS preocupava o estado de Mato Grosso do Sul, pois este se posicionava no início dos anos 1990 em quarto lugar no número de infectados em todo território nacional. Isso levou o deputado Waldir Neves (PTB) a divulgar alerta sobre a doença e como o governo estadual deveria atuar para conscientizar a população.

Outra questão marcante em Mato Grosso do Sul, no início dos anos 1990, eram as denúncias de trabalho em condições análogas à escravidão, ocorridos nas carvoarias localizadas em Ribas do Rio Pardo

e Três Lagoas. Um grupo de deputados atuou em conjunto com o governo do estado, OAB e entidades sindicais como a CUT para debater o problema.

A questão da venda da estatal Urucum

Uma questão polêmica gerou intenso debate na Assembleia Legislativa no início de 1994: saber com quem ficaria a empresa estatal Urucum Mineração, sediada em Corumbá. Segundo a geógrafa Lisandra Lamoso (2015), a mesma foi criada em 1976, portanto no antigo Mato Grosso uno. Após a criação de Mato Grosso do Sul, a parte da empresa que pertencia a Mato Grosso foi vendida para a Companhia Vale do Rio Doce (na época estatal federal).

No entanto, um acordo feito entre os governos de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso fizeram com que Mato Grosso do Sul passasse a ser acionista da Urucum. Para isso, a autorização precisou passar pelos deputados estaduais. A autorização foi aprovada por 14 votos a favor e 9 contrários, já que para a oposição tratava-se da abertura de mão que Mato Grosso do Sul fazia de grande parte da estatal que se localiza em seu território. Foi considerado entreguismo pelos parlamentares da oposição.

Em agosto de 1994, os governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul colocaram a Urucum em leilão, na qual a Vale do Rio Doce foi a única participante e arrematou a empresa. Era o início da implantação das políticas neoliberais que conquistava os governantes no Brasil.

DEPUTADOS FEDERAIS DE MS (1991-1995)

Os representantes eleitos em 1990 significaram renovação fortíssima na bancada federal da Câmara dos Deputados, pois das 8 vagas, 7 foram preenchidas com novatos. Apenas o deputado José Elias Moreira conseguiu o segundo mandato. É importante lembrar que da turma anterior, o deputado Levy Dias se elegeu senador, Plínio Martins deixou a política e Gandi Jamil foi derrotado para governador.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Marilu Guimarães	PTB	Jornalista	Campo Grande
José Elias Moreira	PTB	Engenheiro agrônomo	Dourados
Nelson Trad	PTB	Advogado	Campo Grande
Flávio Derzi	PST-PRN-PFL-PP	Produtor rural	Ponta Porã
Waldir Guerra	PST	Contador	Dourados
Elísio Curvo	PRN	Empresário	Corumbá
Valter Pereira	PMDB	Advogado	Campo Grande
George Takimoto	PFL	Médico	Dourados

Fonte: *O Progresso e Diário do Povo*.

A primeira mulher na bancada federal de MS

Marilu Guimarães, em 1991, tornou-se a primeira mulher a representar o estado na Câmara dos Deputados. Lá teve papel destacado ao participar como membro da CPI de Extermínio de Crianças e Adolescentes e foi vice-presidente da CPI da Violência contra a Mulher. Foi destaque no Brasil ao presidir a CPI da Prostituição Infante-Juvenil em 1993.

Apoio à criação dos CIACs em Mato Grosso do Sul

Uma das inovações do governo Fernando Collor foi a criação dos CIACs (Centro Integrado de Apoio à Criança) que tinha por objetivo ser escolas de tempo integral com características parecidas com os CIEPs do governo Leonel Brizola (PDT) no estado do Rio de Janeiro. Graças ao empenho da bancada federal de Mato Grosso do Sul, liderada pelo deputado Waldir Guerra (PST), o estado foi contemplado com 20 escolas dessas em várias cidades. Com a queda de Collor e a ascensão de Itamar Franco (PMDB) à Presidência, os CIACs passaram a se chamar CAIC.

Tentativa de se criar o Estado Ecológico do Pantanal

Em 1991, o deputado federal corumbaense Elísio Curvo (PRN) apresentou ao presidente Fernando Collor (PRN) projeto com a ideia de criar o Estado Ecológico do Pantanal, pela separação aquele bioma de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso transformando-o em novo ente federado. Conforme o escritor Sergio Cruz (1999), o estado teria

como capital a cidade de Corumbá. A ideia do deputado era de criar melhores condições para preservação do Pantanal. O jornalista Felipe Porto (2007) escreveu que o presidente da República assumiu compromisso com o projeto, mas o mesmo não foi adiante devido ao *impeachment* em 1992. Além disso, a ideia não teve apoio da maioria dos políticos de Mato Grosso do Sul.

O *impeachment* do presidente Fernando Collor

Eleito em 1989, Fernando Collor assumiu o poder no dia 15 de março de 1990 e colocou em prática o desastroso Plano Collor que, tomou a atitude drástica de confiscar as poupanças de grande parte do povo brasileiro. Era a explicação do governo para controlar a inflação, pois, conforme o historiador Marco Antônio Villa (2016), naquele mês ela chegou a 84%. O confisco gerou caos no Brasil, ajudou a baixar a inflação, é verdade. Por outro lado, levou empresas à falência, algumas pessoas ao suicídio, e milhares ao desemprego, devido à falta de moeda circulante.

As políticas de desestatização foram iniciadas, mas em pouco mais de 2 anos um escândalo de corrupção que envolvia diretamente o presidente, revelado pelo próprio irmão do presidente, Pedro Collor, abalou a nação. Estudantes e trabalhadores foram às ruas no movimento dos “caras pintadas” e gritaram “fora Collor”.

No segundo semestre de 1992, o processo de foi instalado. No dia 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou, por 441 votos a favor e 31 contra, a abertura do *impeachment* do presidente. Segundo divulgou o jornal *Folha de S. Paulo* sobre o resultado final da votação, os deputados federais de Mato Grosso do Sul votaram como se lê a seguir.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	FAVOR	CONTRA
Flávio Derzi	PFL-PP	X	
José Elias	PTB	X	
Elísio Curvo	PRN		X
Marilu Guimarães	PFL	X	
Valter Pereira	PMDB	X	
Waldir Guerra	PFL	X	
George Takimoto	PFL	Ausente	Ausente
Nelson Trad	PTB	X	

Fonte: RESULTADO final da votação. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 30 set. 1992. Primeiro Caderno, p. 8.

SENADORES MS (1991-1995)

Os senadores do estado nesse período tiveram participação em um dos capítulos mais intensos da história do Brasil, o processo de afastamento do primeiro presidente eleito diretamente após a ditadura, no ano de 1989.

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Rachid Derzi (1987-1991)	PMDB-PRN	Médico	Ponta Porã
Wilson Barbosa Martins (1987-1991)	PMDB-PSDB-PMDB	Advogado	Campo Grande
Levy Dias (1991-1999)	PTB-PPR	Advogado	Campo Grande

Fonte: *Correio do Estado*.

Votação do *impeachment* do presidente Fernando Collor

O presidente afastado, em outubro de 1992, deu entrevistas e disse que não renunciaria. Mas, não cumpriu a palavra. O Senado Federal trabalhou, algo raro na história do Brasil, durante todo mês de dezembro, inclusive no dia do Natal, como escreveu Marco Antônio Villa. Ao constatar que o Senado não o absolveria, Fernando Collor entregou sua carta de renúncia no dia 9 de dezembro e o presidente Itamar Franco (PMDB), que já governava interinamente, foi efetivado ao cargo. Mesmo assim, os senadores deram prosseguimentos aos trabalhos, que só foram ser encerrados no início da manhã do dia 30 daquele mês. Por 76 votos favoráveis e 3 contrários, o Senado condenou Collor a 8 anos de inelegibilidade. Os votos dos 3 senadores sul-mato-grossenses foram unânimes pela inelegibilidade.

SENADOR	PARTIDO	POSIÇÃO SOBRE IMPEACHMENT
Levy Dias	PTB	SIM
Wilson Barbosa Martins	PSDB	SIM
Rachid Derzi	PRN	SIM

Fonte: COLLOR renuncia mas não se livra do julgamento. *Correio do Estado*. Campo Grande, 30 dez. 1992, p. 1.

ENTRE UMA GRAVE CRISE ECONÔMICA E ALGUNS AVANÇOS: O SEGUNDO GOVERNO WILSON BARBOSA MARTINS (PMDB – 1/01/1995 a 27/12/1998)



Governador Wilson Martins e o vice Braz Melo.
Imagens: material da campanha eleitoral de 1994.

Pela segunda vez Wilson Barbosa Martins assumiu o governo de Mato Grosso do Sul. Ele findou o mandato de senador pelo estado entre 1987 e 1994 e substituiu novamente seu maior rival político: Pedro Pedrossian. No segundo governo herdou muitas obras inacabadas e uma enorme dívida. Devido a isso, sua segunda gestão em nada se assemelhou à primeira, de 1983 e 1986. Era também a segunda ocasião em que o vice-governador representava Dourados; contudo, o vice, ex-prefeito Antônio Braz Melo, ficou apenas 2 anos no cargo, já que retornou à Prefeitura daquele município em 1997.

Relações políticas

Apesar de sua base na Assembleia Legislativa ser minoria, o governo conseguiu apoio em votação consideradas importantes para o governo. No Congresso Nacional, era o contrário, pois Wilson Martins tinha 2 senadores aliados e quase todos os deputados na Câmara. O governo Fernando Henrique (PSDB) era seu importante parceiro, visto

que o PMDB, mesmo tendo lançado candidato próprio ao Planalto em 1994, logo se aliou ao governo federal.

A maior dificuldade financeira herdada da história estadual

O novo governo herdou dívidas amontoadas que vinham desde 1983, inclusive do período em que fora governador pela primeira vez, da ordem de R\$ 2,3 bilhões, considerada a dificuldade financeira mais grave da história do estado, segundo relatório do governo apresentado à Assembleia Legislativa. Além disso, é preciso destacar que, devido ao cenário nacional decorrente da política econômica do governo Fernando Henrique, os juros eram os mais elevados da história do País, como explicou o economista Antônio Corrêa de Lacerda (2018), o que acarretou no crescimento das dívidas dos estados com a União.

O cenário era complexo e para resolver isso foram necessários 2 anos e meio para recuperar as finanças públicas por meio de renegociação da dívida com o governo federal e realização de reformas administrativas para, a partir de meados de 1997, o governo estadual ter algumas condições de fazer investimentos. O próprio governador chegou a declarar que não gastaria nada enquanto não pagasse as dívidas herdadas. Ele pediu ao Legislativo a redução de seu salário de governador em 34%, caindo de R\$ 4.300,00 para pouco mais de R\$ 2.000,00.

A consequência dessa crise financeira foi sentida primeiramente pelo funcionalismo público que conviveu com salários arrojados e atrasos nos pagamentos. As obras paralisadas da gestão Pedro Pedrossian somavam mais de 140, além da falta de pagamento de algumas delas.

O neoliberalismo em prática: privatização da ENERSUL e o PDV

Para piorar a conturbada situação, também no ano de 1996 foi aprovada a Lei Complementar 87, conhecida como Lei Kandir, a qual, entre outras coisas, permitia a não cobrança de ICMS sobre produtos primários. Apesar de haver um ressarcimento garantido pela lei, os

governadores brasileiros criticavam-na, pois os repasses por parte do governo federal muitas vezes atrasavam.

O governo defendia o programa neoliberal do presidente FHC e do Consenso de Washington de 1989 que, entre outras coisas, levou à redução da intervenção estatal na economia. Foi o que levou, em 1997, à concessão, por 30 anos, da Empresa Energética do estado (ENERSUL) para uma empresa do Espírito Santo (ESCELSA)⁴. A renda obtida foi de R\$ 625 milhões e parte da verba recebida com essa transação o governo usou para pagar precatórios devidos à empreiteiras e o salário do funcionalismo. A venda da empresa de saneamento, SANESUL, chegou a ser cogitada, mas foi descartada graças ao bom desempenho obtido.

Além de reformas administrativas que reduziram a estrutura do estado de 19 para 10 secretarias, o governo Wilson Barbosa Martins adotou, também em 1997, pela primeira vez por aqui, o Plano de Demissão Voluntária (PDV), voltado ao funcionário do estado que estivesse descontente com as condições de trabalho pedir demissão do cargo, com direito a receber uma indenização. No total 6.774 servidores aderiram ao programa.

Atrasos nos pagamentos, campanha de arrecadação de alimentos para os servidores públicos estaduais, que, mais uma vez pagaram a conta da crise fiscal

Greves de diversas categorias do funcionalismo ocorreram, principalmente entre 1995 e 1997, como a dos funcionários da TELEMS, do PREVISUL, Polícia Civil, Poder Judiciário, Agentes Tributários, Professores e Administrativos da Educação. As greves da Educação se destacaram, pois foram várias que se prolongaram por vários meses. O atraso no pagamento de salários devido à queda na arrecadação de impostos levou muitos empresários, pais, alunos e outros professores a fazerem cestas básicas para que esses profissionais não passassem fome. Impedidos pela legislação de fazerem greves, muitos soldados da PM, segundo entrevista com o soldado da reserva remunerada Jaime dos

⁴ Atualmente a empresa responsável pela companhia de energia de MS é, desde 2014, a ENERGISA.

Santos, eram autorizados por seus superiores a trabalharem como segurança particular, fazerem os populares “bicos”, para terem um rendimento.

Globalização: o início do MERCOSUL

O funcionamento do bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (Mercado Comum do Sul - MERCOSUL), segundo o pesquisador Henrique Sartori Prado (2013), a partir de janeiro de 1995, deu certo ânimo aos políticos de Mato Grosso do Sul, visto que o estado faz fronteira com o Paraguai. Para isso, o vice-governador Antônio Braz Melo (PMDB) ficou responsável por ser o coordenador do MERCOSUL no estado e por realizar a primeira reunião entre representantes dos governos brasileiros e paraguaio.

Braz Melo foi um dos entusiastas de um antigo sonho de integração sul-americana: a construção da rota bioceânica entre oceano Atlântico e Pacífico, partindo do Brasil passando por Paraguai e chegando aos portos do Chile, que vinha desde a década de 1950. O vice-governador iniciou debates para a criação da rota do pacífico ao participar dos estudos de um novo corredor que tinha como objetivo transportar produtos com destino à Ásia, passando por Ponta Porã, o porto de Concepción, no Paraguai, e, por fim, chegar aos portos do Chile, no oceano Pacífico. No entanto, o projeto não se concretizou⁵.

O governo que implantou a *internet*

Foi no início do ano de 1995, que Mato Grosso do Sul e todo o Brasil, viu chegar uma tecnologia que revolucionou o mundo: a rede

⁵Na verdade, como escreveu o historiador Eronildo Barbosa da Silva (2021), o projeto federal, despertou interesses diferenciados entre políticos e empresários sul-mato-grossenses. Além da ideia de utilizar a rota via Ponta Porã, como pensou Braz Melo, o prefeito de Corumbá, Ricardo Candia e empresários de lá pensavam numa rota que contemplasse aquela cidade. No entanto, a chegada do político murtinhense Zeca do PT despertou neste líder intenção da rota via Porto Murtinho. Como se lerá mais adiante, nos governos Zeca e André os debates se intensificaram, além de obras físicas com objetivo de iniciar a integração. Na administração Reinaldo Azambuja o projeto começou a sair do papel.

internacional de computadores, ou *internet*. Assim, foi por empenho do governo Wilson Martins, através de parceria do Ministério de Ciência e Tecnologia, que o estado pode, em setembro daquele ano, implantá-la através da “Rede Internet/MS – A Rede da Cidadania”, inicialmente, em Campo Grande e, depois, em Dourados, Corumbá e Três Lagoas.

Obras e infraestrutura

No que diz respeito à execução de obras públicas entre 1995 e 1997, o governador se dedicou a inaugurar algumas que estavam perto de ser finalizadas pela gestão anterior (caso da subestação de energia elétrica de Chapadão do Sul) e a retomar outras que estavam paralisadas, como os asfaltos entre Bela Vista-Jardim, Jardim-Porto Murinho, Chapadão do Sul-distrito de Paraíso, Tacuru-Sete Quedas, Maracaju-Sidrolândia. Em Dourados, no ano de 1996, foi inaugurada a obra da penitenciária de segurança máxima Harry Amorim Costa (atual PED), obra iniciada no segundo governo Marcelo Miranda.

Boa parte das obras iniciadas nesta gestão foi lançada através do Programa de Ações para o Desenvolvimento de MS, que saiu graças aos ajustes feitos, como a rolagem da dívida, no ano de 1997. O programa tinha um volume de R\$ 1,2 bilhão, em sua maioria destinados pelo governo federal. Contudo, as obras realizadas nesse período foram voltadas para a infraestrutura das cidades do interior do estado, nada de obra grandiosa, como as da gestão anterior. Iniciou-se aí a eletrificação do distrito de Forte Coimbra; obras de saneamento básico em Campo Grande.

Pelo programa do governo Fernando Henrique, iniciou-se a construção da ponte do rio Paraguai (BR-262), construção do gasoduto Bolívia-Brasil, para o qual o governo estadual criou a empresa MS Gás. Wilson Martins deu total apoio ao término de duas importantes pontes sobre o Rio Paraná: a Ayrton Sena (Mundo Novo-Guaíra), obra essa iniciada em 1985 e concluída pelo governo paranaense de Jaime Lerner. A segunda foi a da ponte rodoferroviária, entre Aparecida do Taboado (MS) e Rubineia (SP), obra essa financiada pelo governo paulista de Mário Covas e federal.

Social – Saúde – Segurança Pública

O governador Wilson Martins se empenhou para resolver um grave problema de Mato Grosso do Sul que ganhara destaque na imprensa nacional em 1994 (revista *Veja*) e na imprensa internacional (jornal *The News York Times*) em 1995, a questão do trabalho infantil nas carvoarias de municípios como Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e Ponta Porã. Para combater isso foi criado o PAI (Programa de Ação Integrado), um programa nascido por meio de cooperação entre governo estadual (PROMOSUL), governos municipais, governo federal, UNICEF e empresas como a Fundação Abrinq. Por meio disso nasceu o Vale-Cidadania, que oferecia um valor de R\$ 50,00 (valor correspondente a quase meio salário mínimo da época) por criança para que elas deixassem o trabalho e estudassem.

Na Segurança Pública, o governo fortaleceu o efetivo da Polícia Militar através da realização de concurso que contratou mil novos soldados e aumentou o efetivo do Corpo de Bombeiros em 72%, além da aquisição de 150 novas viaturas. O GOF passou a se denominar DOF (Departamento de Operações de Fronteira) e a atuar também na fronteira de Mato Grosso do Sul com a Bolívia. A saúde pública ganhou 3 novos hospitais em Tacuru, Itaquiraí e Japorã.

Educação – Cultura

Juntamente com o Programa de Ações para o Desenvolvimento nasceu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia em MS (FUNDECT), ambas de grande importância para o financeiro de pesquisas científicas no estado.

Na educação, o segundo governo Wilson Martins deixou muito a desejar principalmente no que diz respeito à valorização da categoria dos professores, pois tiveram salários atrasados por vários meses.

O governo concluiu obras deixadas pelo governo anterior dos prédios da UEMS em todos os municípios em que ela foi implantada. Mas acabou se envolvendo numa polêmica, quando, em meados de 1995, o Ministério da Educação não reconheceu o funcionamento dela. Para

alguns membros da UEMS, o não reconhecimento teria ocorrido porque o governador Wilson Martins não queria implantar aquela instituição. Apesar das polêmicas, a universidade funcionou.

1998: eleições da esperança e da ruptura da polarização que vinha desde 1980

O ano de 1998 foi marcado pela inédita eleição para presidente e governador que permitia a reeleição dos chefes do Executivo. O governador Wilson Martins optou por não concorrer. No início daquele ano tudo indicava que o estado continuaria na mesmice, pois Pedro Pedrossian liderava as pesquisas, seguido do candidato do governador, ex-secretário Ricardo Bacha (PSDB), em segundo lugar. Contudo, com o desenrolar da campanha, uma candidatura conquistou a população cansada da polarização e um quadro de servidores públicos sofridos com baixos salários e atrasos, a do Partido dos Trabalhadores (PT), liderada pelo deputado estadual José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT.

A campanha foi considerada uma das mais acirradas da história estadual. Na abertura das urnas (algumas eletrônicas nas cidades de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas), o resultado foi surpreendente: Ricardo Bacha, em primeiro lugar, e Zeca do PT, em segundo, ultrapassaram Pedro Pedrossian (PTB). Segundo escreveu, tempos depois, o sociólogo Paulo Cabral (2022), o comentário feito por Pedro Pedrossian no último debate da TV Morena, de que preferia estar numa pescaria em Miranda, do que na disputa eleitoral, contribuiu para isso. Mas, é preciso ressaltar que não foi apenas esse comentário. O que pesou foi o fato da população querer renovação. No segundo turno, o primeiro ocorrido em Mato Grosso do Sul, Zeca obteve apoio de Pedro Pedrossian e venceu com grande vantagem na Capital e Dourados.

Para o historiador Damião Farias (2002), a vitória ocorreu devido a uma série de fatores que envolviam desde a insatisfação popular com os tradicionais políticos do estado desde 1980, a uma onda de esperança e renovação da coligação exclusivamente de esquerda PT-PDT-PPS, denominada “Muda MS”. O vice-governador eleito, Moarcir Kohl (PDT), era representante do setor rural, o que, de certo modo, ajudou a amenizar preconceitos contra o PT. As mudanças na ideologia

petista de se aliar somente a setores da classe trabalhadora, conforme explicou o cientista político Oswaldo do Amaral (2003), e permitir uma aliança com setores burgueses, se refletiram por aqui.

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Ricardo Bacha	PSDB	309.330 (38,5%)	Fernando Henrique (PSDB)
Zeca do PT	PT	263.350 (32,7%)	Lula (PT)
Pedro Pedrossian	PTB	220.362 (27,4%)	Fernando Henrique (PSDB)
Heitor de Oliveira	PRONA	10.489 (1,3%)	Enéas Carneiro (PRONA)

Fonte: TRE-MS.

Resultado das eleições de 1998 em MS para governador (2º turno – 27/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Zeca do PT	PT	548.040 (61,2%) eleito
Ricardo Bacha	PSDB	346.466 (38,7%)

Fonte: TRE-MS.

1998: a primeira reeleição de um presidente da República no Brasil

A eleição presidencial por aqui, definida no primeiro turno, com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, demonstrou que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, não casou com a popularidade do governador eleito Zeca do PT.

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Fernando Henrique	PSDB	520.471 (61%) (reeleito)
Lula	PT	210.120 (24%)
Ciro Gomes	PPS	89.951 (10%)
Enéas Carneiro	PRONA	11.981 (1,4%)
Ivan Frota	PMN	3.193
Thereza Ruiz	PTN	3.025
Alfredo Syrkis	PV	2.508
João de Deus	PT do B	2.312
Zé Maria	PSTU	2.207
Eymael	PSDC	1.665
Vasco Neto	PTC	1.425
Sergio Bueno	PSC	812

Fonte: TRE-MS.

Final ruim: governador sai 3 dias antes do prazo

Os momentos finais do segundo governo Wilson Barbosa Martins foram tensos, principalmente para servidores públicos que novamente enfrentaram atrasos em seus pagamentos, após quase 1 ano sem esse problema. Entre os motivos que levaram a isso estavam a queda na arrecadação de impostos a partir de outubro de 1998 e a priorização do governador em pagar dívidas estaduais à empreiteiras.

Wilson deixou o governo e a vida pública no dia 27 de dezembro sem passar o cargo ao governador eleito. No ano de 2011, aos 92 anos, abriu mão da pensão vitalícia que recebia dos cofres do estado, direito conseguido quando exerceu o primeiro governo na década de 1980. Faleceu aos 100 anos de idade em fevereiro de 2018.

5ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1995 – 1999)

A quinta legislatura foi caracterizada por uma das maiores renovações oriundas do pleito de 1994. 60% dos deputados estaduais eram novatos. Nesse período a questão do neoliberalismo ganhou mais força a partir de projetos do governo estadual de desestatização, seguindo a política nacional do governo FHC. O PT fez história ao ter 3 parlamentares naquele poder. Presidiram a Casa os deputados Roberto Orro (PSDB/1995-1997) e Londres Machado (PSDB/1997-1999).

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Celina Jallad	PMDB	Professora	Campo Grande
Waldemir Moka	PMDB	Médico	Campo Grande
Murilo Zauith	PMDB	Engenheiro civil	Dourados
Jercé Eusébio	PMDB	Médico	Batayporã
Nelito Câmara	PMDB	Produtor rural	Ivinhema
Paulo Estevão	PTB	Advogado	Dourados
Éder Brambilla	PTB	Médico	Corumbá
Antônio Carlos Arroyo	PTB	Engenheiro civil	Campo Grande
Valdomiro Gonçalves	PTB	Promotor de Justiça	Cassilândia
Cícero de Souza	PFL	Advogado	Três Lagoas
Londres Machado	PFL-PSDB	Empresário	Fátima do Sul

Zé Teixeira	PFL	Produtor rural	Dourados
Hosne Esgaib	PFL	Advogado	Ponta Porã
Maurício Picarelli	PP	Jornalista	Campo Grande
Jerson Domingos	PP	Produtor rural	Campo Grande
Waldir Neves	PP-PSDB	Professor	Campo Grande
Zeca do PT	PT	Bancário	Campo Grande
Ben-Hur Ferreira	PT	Advogado	Campo Grande
Anilson Prego	PT	Despachante	Amambai
Akira Otsubo	PSDB	Economista	Três Lagoas
Roberto Orro	PSDB	Advogado	Aquidauana
Valdenir Machado	PDT	Cartorário	Dourados
Franklin Masruha	PDT	Advogado	Coxim
Moyses Nery	PL	Produtor rural	Camapuã

Fonte: RENOVADA em 60%, Assembléia abre hoje a nova Legislatura. *Diário do Povo*. Dourados, 1 fev. 1995, p. 6-7.

Uma ideia que repercutiu: mudar o nome do estado para Pantanal

A questão do nome do estado e as confusões com o estado de Mato Grosso, feitas por órgãos da imprensa nacional, trouxeram novamente o debate acerca de qual nome o estado deveria ter. É importante lembrar que isso chegou a ser discutido logo após o anúncio da ideia de se criar o estado, mas o nome Mato Grosso do Sul foi o que ficou.

Segundo escreveu o jornalista Sergio Cruz (1999), no início de 1995, os deputados estaduais Éder Brambila, Waldir Neves e o presidente do Legislativo, Roberto Orro, todos do PSDB e da região do Pantanal, apresentaram um projeto de Emenda Constitucional para trocar o nome de Mato Grosso do Sul para Pantanal. A crítica à ideia, porém, veio de diversos setores sociais do estado, e o projeto nem chegou ao plenário da Assembleia Legislativa. A ideia retornaria, anos depois, através do poder Executivo estadual.

O neoliberalismo chega com força: cortes de gastos nos Poderes e privatizações de estatais na pauta

A segunda metade dos anos 1990 no Brasil foi marcada pela onda neoliberal, proposta pelo Consenso de Washington como uma solução para os países da América Latina saírem de suas crises financeiras. Contudo, essa teoria não se mostraria tão frutífera, pois os países dessa parte do continente continuaram enfrentando problemas como as desigualdades sociais.

No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) aprofundou as reformas neoliberais por meio de privatizações, forçando os estados a seguirem a mesma orientação econômica. Em Mato Grosso do Sul, já em 1995, o tema das privatizações gerou polêmica, principalmente no caso da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e da Empresa Energética de MS (ENERSUL).

A ferrovia, inaugurada em 1914 e que sai de Bauru (SP), passava por Três Lagoas e segue até Corumbá; com ramal do distrito de Indubrasil (Campo Grande) até Ponta Porã, foi privatizada pelo governo federal. A Assembleia Legislativa, por meio de projeto da deputada Celina Jallad (PMDB), constituiu uma comissão especial para acompanhar o caso, defendendo que a mesma ao ser privatizada continuasse a ter o transporte de passageiros, o que não ocorreu.

O caso da ERNESUL, empresa estadual, foi o mais polêmico, pois envolvia um grande patrimônio do povo sul-mato-grossense. Em 1996, o Legislativo aprovou, por 17 votos a favor e 6 contra, o Programa Estadual de Desestatização, que autorizava a concessão da estatal.

Uma investigação que fez história: CPI do PREVISUL

Conforme relatou o historiador Eronildo Barbosa da Silva (2017), os constantes problemas na autarquia responsável por cuidar do plano de Saúde e Previdência dos servidores públicos de Mato Grosso do Sul, o PREVISUL, foram alvos de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A ideia foi do deputado Ben-Hur Ferreira (PT), que entrou com pedido em junho de 1996, e contou com a participação dos seguintes parlamentares: Franklin Masruha (PDT), Jérsen Domingos (PP), Murilo Zauith (PMDB), Waldir Neves (PSDB). A CPI, 5 meses depois, chegou à conclusão de que a falta de gerenciamento do órgão causara prejuízos aos servidores que dependiam dela. Alguns ex-diretores foram condenados pelo TCE-MS a ressarcir os prejuízos. O instituto era responsável mais pelo plano de saúde do que a previdência dos servidores, cabendo assim, ao poder Executivo ter que arcar com boa parte do financiamento das aposentadorias, já que não existia um caixa próprio do órgão.

Questão indígena e afro-brasileira ganham força

A questão da luta dos índios e dos negros por mais respeito a sua cultura e menos preconceito ganhou força no Legislativo estadual, principalmente pelo fato de 3 deputados estaduais terem sido eleitos pelo maior partido de esquerda do Brasil, o PT. Eurídio Ben-Hur Ferreira (parlamentar negro), Anilson Prego e Zeca do PT foram as maiores vozes no tocante a essa causa. Ben-Hur, jovem deputado negro, deu ênfase na questão do movimento negro por meio de homenagens na Assembleia Legislativa ao líder Zumbi dos Palmares, líder do quilombo dos Palmares que, no século XVII, foi o maior foco de resistência à escravidão no Brasil colonial.

Os povos indígenas que, em Mato Grosso do Sul, têm a segunda maior quantidade do Brasil, atrás apenas do Amazonas, também foram representados por meio de audiências públicas que discutiram seus direitos e suas lutas no estado. A defesa da reforma agrária e o fim da violência contra o trabalhadores sem-terra foi bandeira levantada pelos deputados do PT, tendo relevância o repúdio ao massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no estado do Pará, onde a PM assassinou 19 trabalhadores rurais sem terra.

DEPUTADOS FEDERAIS (1995-1999)

Dos deputados federais que o estado tinha até 1994, apenas 2 foram reeleitos: Marilu Guimarães e Nelson Trad. A quebra de monopólio de empresas estatais, a criação do FUNDEF e a aprovação da Emenda da Reeleição para o poder Executivo foram os destaques dessa legislatura.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
André Puccinelli (1995-1996)	PMDB	Médico	Campo Grande
Marisa Serrano	PMDB	Professora	Campo Grande
Dilso Sperafico	PMDB	Produtor rural	Dourados
Saulo Queiroz	PSDB	Bancário	Campo Grande
Marilu Guimarães	PFL	Jornalista	Campo Grande
Nelson Trad (1995-ago.1996/dez.1996-fev.1997)	PTB	Advogado	Campo Grande
Oscar Goldoni	PDT/PMDB	Produtor rural	Ponta Porã
Flávio Derzi	PP-PPB	Produtor rural	Ponta Porã

Fonte: DE olho no voto. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 29 set. 1998, p. 30. Disponível no CDR-FCH/UFGD.

DEPUTADOS FEDERAIS SUPLENTES

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Elísio Curvo (ago.-dez. 1996)	PTB	Empresário	Corumbá
Marçal Filho (1996-1999)	PMDB-PSDB	Radialista	Dourados

Fonte: Idem.

Duas mulheres na Câmara Federal por Mato Grosso do Sul

Entre 1995 e 1999 as mulheres sul-mato-grossenses puderam ter maior representatividade na Câmara dos Deputados, nas figuras das deputadas Marilu Guimarães (PFL) e Marisa Serrano (PMDB). A primeira que já tinha sido destaque a nível nacional por participar de importantes CPIs de combate à violência contra crianças, continuou com essa pauta. Já a segunda, por ser professora e ex-secretária de educação, ganhou destaque por lutar pela aprovação da nova LDB de 1996.

A nova LDB e o FUNDEF

No ano de 1995 iniciou-se no Congresso Nacional a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. Ela estava sob a relatoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), histórico educador e antropólogo brasileiro, famoso pela defesa dos povos indígenas e da educação pública, principalmente quando fora vice-governador do Rio de Janeiro ao lado de Leonel Brizola.

Em Mato Grosso do Sul, a parlamentar que mais destacou na defesa da LDB foi a deputada professora Marisa Serrano (PMDB) ao realizar palestras em diversos SIMTEDs pelo estado. Além da nova lei de bases, a criação do inédito fundo de valorização da educação básica, o FUNDEF, foi outra defesa da parlamentar. Ao final das discussões, a bancada federal do estado foi favorável a ambos os projetos de fundamental importância para avanços na educação nacional.

PEC de FHC sobre quebra de monopólio das estatais PETROBRAS e TELEBRAS

Ao longo de 1996 e 1997, o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) encaminhou reformas constitucionais referentes à questão econômica do País. Seguindo os ditames do Consenso de Washington, foram colocadas em discussão a quebra do monopólio do governo federal sobre a empresa brasileira de petróleo (PETROBRAS) e a de telecomunicações (TELEBRAS), permitindo, com isso, a participação de empresas privadas e estrangeiras.

Todos os deputados federais do estado votaram a favor da PEC. No caso do deputado Oscar Goldoni, do PDT, legenda de esquerda, comandada pelo ex-governador Leonel Brizola, este foi punido com a expulsão do partido, já que o PDT sempre teve o viés nacionalista. Com isso, o deputado ponta-poranense ingressou no PMDB, partido de sustentação do governo federal.

Amplio apoio à Emenda Constitucional da Reeleição para o poder Executivo

Em conformidade com o cientista político Victor Garcia Miranda (2019), a marca maior da Legislatura do Congresso Nacional brasileiro entre 1995 e 1999 foi a tramitação e aprovação da Emenda à Constituição sobre a reeleição para o Poder Executivo, apresentada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Os parlamentares de Mato Grosso do Sul votaram unanimemente nessa Emenda. A explicação para isso se deve ao fato de todos serem deputados de partidos aliados ao governo federal.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	POSIÇÃO SOBRE A EMENDA
Marçal Filho	PMDB	Favorável
Marisa Serrano	PMDB	Favorável
Dilso Sperafico	PMDB	Favorável
Saulo Queiroz	PSDB	Favorável
Marilu Guimarães	PFL	Favorável
Nelson Trad	PTB	Favorável
Oscar Goldoni	PMDB	Favorável
Flávio Derzi	PPB	Favorável

Fonte: MIRANDA, Victor Garcia. “A unanimidade dos parlamentares do MS na aprovação da emenda da reeleição (1995-1997): uma descrição de condições e posições no presidencialismo de coalizão”. In: MIRANDA, Daniel Estevão Ramos de; MIRANDA, Victor Garcia & SILVA, Marcos Antônio da. **Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradições, continuidades e mudanças**. Campo Grande: UFMS, 2019.

Reforma da Previdência de FHC

No início de 1995, conforme escreveram os cientistas políticos Carlos Melo e Fátima Anastasia (2005), o presidente Fernando Henrique encaminhou ao Congresso Nacional as alterações na Previdência Social, mas só foram aprovadas pelo Parlamento no ano de 1998. As regras foram alteradas para os servidores públicos que passaram a ter idade mínima para se aposentar. Mulheres, 48 anos de idade, e homens, 53. Para os trabalhadores da iniciativa privada, não foi aprovado idade mínima, contudo, nasceu o fator previdenciário que estabeleceu redução do valor da aposentadoria para quem aposentar mais cedo.

Após a reeleição presidencial, a proposta foi aprovada em novembro daquele ano pela Câmara dos Deputados. Os representantes de Mato Grosso do Sul foram totalmente favoráveis.

SENADO FEDERAL (1995-1999)

Ao seguir a mesma linha da Câmara dos Deputados, o Senado brasileiro foi amplamente favorável às modificações constitucionais propostas pelo governo neoliberal do PSDB.

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Levy Dias (1991-1999)	PPR-PPB-PTB	Empresário	Campo Grande
Lúdio Coelho (1995-2003)	PSDB	Produtor rural	Campo Grande
Ramez Tebet (1995-2003)	PMDB	Advogado	Três Lagoas

Fonte: Idem. (2019).

Bancada fiel: unanimidade nas reformas do Estado propostas por FHC

A Proposta de Emenda à Constituição referente à quebra do monopólio da PETROBRAS e TELEBRAS foram aprovadas por unanimidade pelos senadores acima listados. Da mesma forma, foram aprovadas a Emenda da Reeleição para o poder Executivo nos três níveis e a reforma da Previdência, em dezembro de 1998.

CAPÍTULO 4

FASE DE “RENOVAÇÃO” POLÍTICA À FRENTE DO GOVERNO ESTADUAL (1999 – 2022)

Mato Grosso do Sul chegou ao início do século XXI com esperança, como revelam alguns jornais da época ao mostrar como parte da população tinha expectativas diante de um novo governo, de origem da classe trabalhadora (Zeca do PT). Contudo, essa renovação frustrou muitos, pois práticas antigas precisaram ser adotadas para garantir a governabilidade de um estado cuja política era controlada por poderosos que há muito tempo dominavam o Legislativo estadual.

Houve avanços, sem dúvida. O funcionalismo público estadual chegou, em 2022 aos 23 anos ininterruptos sem os atrasos salariais que tanto prejudicava as famílias de servidores e as economias, principalmente das pequenas cidades. Os governadores ao longo desses anos foram todos oriundos das novas bases políticas iniciadas nos anos 1990.

A infraestrutura estadual progrediu e permitiu novos investimentos e a diversificação da produção, geração de empregos. Mato Grosso do Sul, ao completar 45 anos de criação, figura como o estado que tem a 3^a menor taxa de desemprego do País, e com uma das melhores capacidades de pagamento de dívidas.

Vive-se na era da informatização e da ultravelocidade das informações, muitas delas perigosas e que incitam ideias retrogradadas principalmente na política, como golpes, fascismo, ditaduras.

Contudo, muitos de seus quase 3 milhões de habitantes vivem situações difíceis nesses tempos de crise econômica vivida pelo Brasil e boa parte do mundo. Populações indígenas como no caso da aldeia Jaguapirú-Bororó, a maior aldeia urbana do Brasil, localizada em Dourados, sofrem com falta de água encanada, de acordo com o que revelou pesquisa da jornalista Mazé Chotil (2022).

**UM EX-SINDICALISTA NO COMANDO DO
ESTADO: O PRIMEIRO GOVERNO ZECA DO PT
(1/01/1999 a 31/12/2002)**



Governador Zeca do PT e o vice Moacir Kohl.
Imagens: material da campanha eleitoral de 1998.

José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, bancário, nasceu em Porto Murtinho (MT) em 1950. Sua chegada ao governo de Mato Grosso do Sul representou algo inédito na história da jovem unidade federativa: a chegada de um político oriundo da esquerda e da classe trabalhadora ao cargo mais alto de um estado de base econômica assentada no agronegócio e que, desde os tempos coloniais fora governado por líderes da elite econômica. Sua posse marcou também o fim de uma polarização política que vinha desde 1980 entre Wilson Barbosa Martins e Pedro Pedrossian. O vice-governador era o engenheiro agrônomo Moacir Kohl (PDT), gaúcho, ex-prefeito de Coxim.

Velhas heranças: crise fiscal, atraso de salários

O primeiro desafio do Governo Popular estava relacionado às finanças da máquina administrativa. O governo Wilson Martins deixara 4 folhas de pagamentos do funcionalismo sem pagar; repasses de ICMS aos municípios atrasados; mais de 300 obras paralisadas e algo em torno de 600 milhões de Reais em dívidas. Resolver os problemas fiscais era prioridade daquele novo governo, pois precisava cumprir uma das mais destacadas promessas de campanha: implantar os programas sociais de combate à pobreza. Zeca do PT buscou apoio do presidente Fernando Henrique para a renegociação de dívidas do estado com a União.

Relações políticas

A nível estadual, esse primeiro governo precisou se articular muito para garantir a governabilidade, visto que a coligação Muda MS não elegeu maioria dos deputados estaduais, federais e senadores. O PSDB e o PFL, maiores rivais do PT, apoiaram vários projetos daquela administração. Nesse processo, foi importante a participação do deputado Londres Machado (PSDB), um dos líderes mais antigos do Legislativo (desde 1970). Ele era o presidente da Assembleia e foi o maior apoiador de Zeca do PT, mesmo tendo sido eleito pela oposição. Londres sempre foi conhecido pela característica conciliatória.

No entanto, o apoio do PSDB ao governo petista durou até 2001, quando denúncias de suposta corrupção envolvendo recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram reveladas. Para continuar apoiando Zeca, Londres preferiu ser expulso da sigla tucana e se filiou ao PL. Outro fato que marcou o início daquela gestão foram as denúncias de nepotismo existente no governo. O PPS, um dos principais aliados do governo, foi o primeiro a se manifestar e no final do primeiro governo petista rompeu com a administração.

O Orçamento Participativo, marca de várias administrações petistas no Brasil, acabou sem êxito em Mato Grosso do Sul. Na verdade, ele funcionou no começo, por meio das reuniões com

lideranças populares para decidirem onde investir o orçamento, mas as pressões da Assembleia Legislativa fizeram com o que o governo o desativasse.

Assassinato de Dorcelina Folador, prefeita de esquerda e militante social

Se o início de 1999 foi de alegrias, o final o contrário, como escreveu o governador em sua biografia lançada em 2022. Em Mundo Novo, município marcado pelas lutas sociais, principalmente dos trabalhadores sem-terra, a prefeita Dorcelina Folador, eleita pelo PT em 1996, foi assassinada por questões políticas. Militante sem-terra, feminista, foi morta, conforme relatou o jornalista Sergio Cruz em obra sobre crimes violentos em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul devido à gestão implacável no quesito combate à irregularidades. Coube ao governador Zeca exigir rigorosa investigação do caso pelas polícias estaduais.

Um PT moderado também faz reformas do Estado

Para solucionar a crise fiscal, o governo precisou praticar algumas medidas de enxugamento, como a extinção das Agências Regionais de Educação; uma política de combate à sonegação fiscal junto com a revisão dos incentivos fiscais concedidos. O aumento na arrecadação de impostos veio ainda no ano de 1999, fruto da política de combate à sonegação fiscal.

No ano 2000, o governo Zeca do PT fez uma reestruturação radical na máquina administrativa. De acordo com o historiador Eronildo Barbosa (2017), a reforma fundiu secretarias e extinguiu outras. Uma delas, uma autarquia, foi o instituto previdenciário e de saúde dos servidores públicos, o PREVISUL. Em seu lugar nasceram dois órgãos: MS Prev e a CASSEMS, separando plano previdenciário do plano de saúde. Houve reações por parte do funcionalismo e também de militantes históricos do PT, e o governo enfrentou protestos considerados mais agressivos desde o início da década de 1990. Foi o

primeiro teste de popularidade diante de uma categoria que teve peso significativo na eleição de Zeca. As reformas eram exigências para que Mato Grosso do Sul se adequasse à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada pelo governo FHC, em 2001, e permitiram ao governo cumprir o pagamento do salário do funcionalismo público em dia.

Juntamente com essas reformas veio a criação do FUNDERSUL, fundo para a manutenção rodoviária do estado, muito criticado pelos opositores, mas que os governos posteriores não abriram mão devido a ser uma fonte de renda importante.

Estado do Pantanal: novamente a ideia de trocar o nome do estado

No mês de março de 1999, o governador Zeca surpreendeu o estado ao divulgar o desejo de mudar o nome do estado para Pantanal com a justificativa de que o nome original gerava confusão com Mato Grosso e isso permitiria uma melhor divulgação do turismo no estado. Na verdade, segundo o jornalista Sergio Cruz, em sua obra “Pantanal, o Estado das Águas” (1999), o governo retomava uma ideia de 1995, de 3 deputados estaduais, e que tinha apoio do então governador Wilson Martins. O movimento ganhou adeptos, gerou debates entre professores universitários e estudantes. No entanto, uma intensa campanha contrária foi feita por alguns veículos da imprensa estadual, entre eles o jornal campo-grandense *Correio do Estado* e também por pessoas ligadas ao antigo movimento divisionista de Mato Grosso. A ideia não vingou e foi deixada pelo governo.

Obras públicas – Infraestrutura

A Secretaria de Planejamento elaborou em 1999 o “Plano MS 2020”, que produziu vários projetos para Mato Grosso do Sul, como a transformação de Dourados em uma cidade universitária. Em relação às obras públicas, Zeca concluiu muitas iniciadas em governos anteriores e iniciou outras que só foram encerradas na segunda gestão. Das obras concluídas, destaca-se uma obra federal e estadual, pois contou com recursos do FUNDERSUL: a ponte sobre o Rio Paraguai, no município

de Corumbá (planejada no governo Pedro Pedrossian, iniciada em 1998 no governo Wilson Martins, e executada, em 90%, por FHC e Zeca). Deu total apoio às obras do gasoduto Bolívia-Brasil; pavimentação das rodovias: Bonito-Guia Lopes da Laguna, Taquarussu-Nova Andradina, Bataiporã-Anaurilândia e Itaporã-Maracaju. Em Campo Grande concluiu o Tribunal de Contas (obra iniciada em 1987), o Fórum e o Museu de Arte Contemporânea (MARCO), ambos iniciados em 1993.

Das obras iniciadas pela gestão petista tem-se: a duplicação da rodovia Guaicurus, acesso às universidades UEMS e UFGD em Dourados; pavimentação de Angélica a Ivinhema.

O estado também foi contemplado com outras obras federais como a da Petrobras relacionadas à chegada do gás boliviano: as usinas termelétricas de Campo Grande e Três Lagoas.

Social – Segurança Pública - Saúde

A questão social foi um dos temas mais emblemáticos, considerada uma das maiores marcas do governo Zeca. O estado que era um dos maiores criadores de gado de corte do Brasil, vivia ao mesmo tempo o contraste de uma forte desigualdade social entre seus cidadãos, incluindo-se aí populações indígenas espalhadas por vários municípios. Segundo dados do governo, Mato Grosso do Sul tinha em torno de 105 mil pessoas abaixo da linha da pobreza. De acordo com a pesquisa dos economistas Marcio Pochmann, Ricardo Amorim e da assistente social Denise Blanes (2006), o governo criou o FIS (Fundo de Investimento Social), que permitiu financiar programas como a Bolsa Escola e o Segurança Alimentar. O Bolsa Escola era uma ajuda financeira que famílias carentes recebiam para manterem seus filhos na escola. O programa fora criado pelo governo petista do Distrito Federal de Cristóvam Buarque. O Segurança Alimentar distribuía uma cesta básica mensal às famílias de baixa renda.

A área da Saúde contou com a ativação do Hospital da Mulher (atual Hospital da Vida), Santa Casa e Maternidade (hoje HU da UFGD), do governo federal, os dois em Dourados; e hospitais em Novo Horizonte do Sul, Fátima do Sul, Porto Murtinho e Guia Lopes da

Laguna. Na Segurança Pública, o DOF passou a atuar na fronteira com a Bolívia.

Reforma agrária: assentamento Itamarati

Conforme o geógrafo Ademir Terra (2010), o projeto de assentamento rural mais marcante nesse período foi o do Assentamento Itamarati em Ponta Porã. A desapropriação da Fazenda Itamarati, uma das maiores do país, em 2001, feita pelo governo FHC e repassada ao governo Zeca, foi considerada o maior projeto de reforma agrária do Brasil, beneficiando no começo mais de 3 mil famílias.

Educação - Cultura

Na área da Educação, o governo viabilizou grandes avanços. O primeiro deles, a valorização dos profissionais da área, professores e servidores administrativos, através de salários pagos sem atraso e da elaboração de um Plano de Cargos e Carreiras (aguardado desde 1990). Mas, segundo a historiadora Marisa Bittar (2009), o salário dos profissionais deste setor ainda estava aquém do desejado, e por isso greves ocorreram, sendo a mais longa de 21 dias, no ano de 2001. Para os estudantes foi de grande importância a criação do Cursinho Popular Pré-Vestibular (CPPV), algo inédito por aqui, e que contribuiu muito para os estudantes de baixa renda fazerem um aperfeiçoamento para disputar os vestibulares em universidades dentro e fora do estado. Concurso público para a área foi realizado em 1999, sendo 6 mil vagas para professor e 3 mil para administrativos. Foi nessa gestão também que os funcionários das escolas conquistaram o direito a 6 horas semanais de trabalho.

Eleições 2002: A primeira reeleição de um governador

A disputa pelo governo de Mato Grosso do Sul em 2002 não conseguiu reeditar a coligação Muda MS que elegeu Zeca do PT em

1998. O PDT e PPS seguiram com a candidatura própria de Moacir Kohl.

Apesar disso, o pleito se concentrou entre o governador Zeca e a então deputada federal Marisa Serrano (PSDB), primeira mulher a melhor se situar numa disputa pelo governo do estado. Na verdade Marisa Serrano entrou na campanha como substituta de André Puccinelli (PMDB), então prefeito de Campo Grande, que desde 2001 cogitava deixar a prefeitura da Capital e concorrer ao governo, mas não o fez.

A campanha de reeleição de Zeca acreditava liquidar a disputa no primeiro turno, mas não foi bem assim. Ao segundo turno foram Zeca e Marisa, tendo como vitorioso o petista. Aquela eleição foi totalmente informatizada por meio da urna eletrônica.

Resultado das eleições 2002 em MS para governador (1º turno – 4/10)

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Zeca do PT	PT	509.843 (48%)	Lula(PT)
Marisa Serrano	PSDB	447.396 (42%)	José Serra(PSDB)
Moacir Khol	PDT	55.350 (5%)	Ciro Gomes(PPS)
Carlos Marun	PTB	22.488 (2%)	Ciro Gomes(PPS)
Claudio Freire	PSB	18.222 (1,72%)	Anthony Garotinho(PSB)
Claudio Anache	PTC	1.619 (0,15%)	

Fonte: SILVA, Marcos Antônio da. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018): eleições, partidos e governos.** Curitiba: Editora CRV, 2019.

Resultado das eleições 2002 em MS para governador (2º turno – 27/10)

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Zeca do PT	PT	581.545 (53%) reeleito	Lula (PT)
Marisa Serrano	PSDB	500.542 (46%)	José Serra (PSDB)

Fonte: Idem. (2019).

Lula: o primeiro ex-operário a se eleger presidente

Dessa vez, o candidato Lula obteve êxito em Mato Grosso do Sul, um estado conservador e baseado no agronegócio. Sem dúvida o

sentimento de mudanças que tomou conta do Brasil em 2002, aliado às transformações vividas pelo estado devido ao governo petista, Lula foi eleito. É preciso lembrar que graças às alianças com a centro-direita, como a escolha do empresário José Alencar, do PL, como candidato a vice-presidente, foi fundamental para essa eleição.

Resultado das eleições 2002 em MS para Presidente da República (1º turno – 4/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Lula	PT	446.438 (41%)
José Serra	PSDB	308.905 (28%)
Anthony Garotinho	PSB	170.957 (15%)
Ciro Gomes	PPS	145.271 (13%)
Zé Maria	PSTU	4.144 (0,39%)
Rui Costa	PCO	393 (0,04%)

Fonte: TRE-MS.

Resultado das eleições 2002 em MS para Presidente da República (2º turno – 27/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Lula	PT	593.939 (55%) eleito
José Serra	PSDB	483.196 (43%)

Fonte: TRE-MS.

6ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1999-2003)

Na sexta legislatura, os deputados estaduais tiveram como marca a volta do debate sobre a mudança do nome do estado, dessa vez oriunda do Executivo; a criação de um polêmico imposto, o FUNDERSUL. O Legislativo deu mostras de amadurecimento político ao ter que se articular para apoiar os projetos do primeiro governo de esquerda liderado por um sindicalista. Londres Machado e Ary Rigo se revezaram na presidência até 2003.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Londres Machado	PSDB-PL	Empresário	Fátima do Sul
Waldir Neves	PSDB	Empresário	Campo Grande
Roberto Orro	PSDB	Advogado	Aquidauana
Murilo Zauith	PSDB-PFL	Empresário	Dourados
Flávio Kayatt	PSDB	Corretor de imóveis	Ponta Porã
Akira Otsubo	PSDB-PSL	Economista	Bataguassu
Celina Jallad	PMDB	Empresária	Campo Grande
Onevan de Matos	PMDB-PDT	Advogado	Naviraí
Antônio Braga	PMDB-PPS	Advogado	Campo Grande
Nelito Câmara	PMDB	Produtor rural	Ivinhema
Pastor Reginaldo	PDT-PMDB	Pastor evangélico	Campo Grande
Luizinho Tenório	PDT	Economista	Cassilândia
José Carlos Monteiro	PDT	Engenheiro agrônomo	Ponta Porã
Loester Nunes	PDT	Médico	Campo Grande
Cícero de Souza (1999-2001)	PTB-PSL	Advogado	Três Lagoas
Paulo Corrêa	PTB-PL	Engenheiro civil	Campo Grande
Antônio C. Arroyo	PTB-PL	Engenheiro civil	Campo Grande
Ary Rigo	PTB-PDT	Engenheiro agrônomo	Maracaju
Jerson Domingos	PFL-PSL	Produtor rural	Campo Grande
Maurício Picarelli	PFL-PSD	Jornalista	Campo Grande
Zé Teixeira	PFL	Produtor rural	Dourados
Sandro Fabi	PPS-PSB	Médico	Corumbá
Geraldo Resende (1999-2000/2002)	PPS	Médico	Dourados
Laerte Tetila (1999-2000)	PT	Professor universitário	Dourados

Fonte: <https://al.ms.gov.br/Paginas/106/6-legislatura>. Acesso em: 22/01/2021.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Franklin Masruha (2000-2001)	PDT	Advogado	Coxim
Pedro Teruel (2001-2003)	PT	Eng. Aeronáutico	Campo Grande
Pedro Kemp (2001-2003)	PT	Psicólogo	Campo Grande
César Galhardo (2001-2003)	PTB-PSL	Médico	Campo Grande

Fonte: Idem.

Posicionamentos a respeito do “Estado do Pantanal”

A apresentação da ideia de mudar o nome de Mato Grosso do Sul para Pantanal, no mês de março de 1999, gerou intenso debate no Legislativo estadual. Logo surgiram os defensores e os contrários. Boa parte dos deputados era favorável à mudança de nome, como Paulo Corrêa (PTB), Geraldo Resende (PPS), Murilo Zauith (PMDB), Waldir Neves (PSDB) e Roberto Orro (PSDB) - estes últimos que em 1995

foram propositores de um projeto com o mesmo objetivo.

Os contrários, como Nelito Câmara, defendiam até uma mudança de nome, mas não para Pantanal, já que esse bioma não abarca todo Mato Grosso do Sul. Jerson Domingos se dizia conservador e, portanto, contrário a troca de nome. Outros contrários eram: Celina Jallad (PMDB), Onevan de Matos (PMDB) e Loester Nunes (PDT).

Criação de um novo tributo: FUNDERSUL

A criação de um novo imposto foi muito criticado pela oposição ao governo do PT, mas a Assembleia Legislativa ao entender a necessidade para as finanças estaduais, aprovou a criação do Fundo de Desenvolvimento Rodoviário de MS (FUNDERSUL). Ele fundo foi apelidado pelos produtores rurais de “imposto do PT”, já que o setor rural seria um dos principais impactados com o novo tributo. O objetivo do governo era criar uma forma para arrecadar recursos para a manutenção das rodovias estaduais, muitas delas em precárias condições. O projeto foi aprovado em junho de 1999 por 19 votos favoráveis e 3 contrários.

Lei de Responsabilidade Fiscal gera necessidade de reformas no Estado e um dos maiores protestos de servidores públicos

Com o governo do estado tendo que seguir a cartilha neoliberal do governo federal da época (FHC), ajustes nas contas públicas foram necessários. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul passou por um de seus maiores testes no final do ano 2000 quando o governo Zeca do PT encaminhou um pacote de reformas que dizia ser necessário para desenvolver o estado. Uma delas tocava diretamente no funcionário público, como o caso da extinção do PREVISUL (substituído depois por CASSEMS e MS Prev) e LOTESUL.

No dia 24 de outubro de 2000 ocorreu uma das maiores mobilizações de servidores no Parque dos Poderes e no plenário do Legislativo. Sob vaias, palavras de ordem, como “Zeca, quem te viu,

quem te vê”, além de bonecos do governador e de secretários queimados, a Assembleia aprovou os projetos.

Nasce um novo município: Paraíso das Águas, mas a implantação dá trabalho

Em abril de 2002 a Assembleia Legislativa autorizou a realização de plebiscito no distrito de Paraíso para que este se tornasse município. Mas, segundo o escritor e ex-deputado estadual Arthur Jorge do Amaral (2017), a emancipação foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelos prefeitos de Costa Rica, Água Clara e Chapadão do Sul e somente em 2009 é que Paraíso das Águas foi reconhecido como município.

MUNICÍPIO CRIADO	DEPUTADO AUTOR
Paraíso das Águas	Paulo Corrêa (PL)

Fonte: AMARAL, Arthur Jorge do. **Sou MS: 1977 a 2017.** vol. 2. Campo Grande. [s.n.], 2017.

DEPUTADOS FEDERAIS DE MS (1999-2003)

O Congresso Nacional discutiu e aprovou a importante Lei de Responsabilidade Fiscal que colocou ordem nos gastos públicos, impedindo as famosas “farras” com o dinheiro público no final de mandatos de governadores e prefeitos, quando muitos criavam despesas para complicar o governo seguinte.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Ben-Hur Ferreira (1999/2000-2002)	PT	Advogado	Campo Grande
João Grandão	PT	Bancário	Dourados
Waldemir Moka	PMDB	Médico	Campo Grande
Marçal Filho	PMDB	Radialista	Dourados
Marisa Serrano	PSDB	Professora	Campo Grande
Flávio Derzi (1999-2001)	PPB	Produtor rural	Ponta Porã
Pedro Pedrossian Filho	PFL-PPB	Empresário	Campo Grande
Nelson Trad	PTB	Advogado	Campo Grande

Fonte: *Jornal da Câmara dos Deputados*. Brasília. 3 mar. 1999.

DEPUTADOS FEDERAIS SUPLENTES

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Antônio Cruz (2001-2003)	PMDB	Médico	Campo Grande
Manoel Vítório (2000-2002)	PT	Ferroviário	Corumbá

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Bancada de deputados federais na discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal

Em 1999, o Congresso Nacional iniciou as discussões acerca da Lei Complementar 101, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A mesma tinha por objetivo organizar melhor as finanças dos entes federados (União, Estados e Municípios) no que dizia respeito às finanças públicas, como por exemplo, obrigar o prefeito, governador ou presidente da República a não gastar mais do que arrecada, além de dar mais transparência à utilização dos recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada pelo Congresso em 20 de março de 2000. Da bancada de deputados federais do estado, apenas os petistas João Grandão e Ben-Hur Ferreira foram contrários. Os demais, que faziam parte da base de apoio do presidente Fernando Henrique votaram com o governo.

Atualização de lei para beneficiar grupos minoritários em todo Brasil

A questão do combate ao preconceito racial, principalmente contra os negros no Brasil, sempre foi bandeira de parlamentares ligados ao Movimento Negro, e este foi o caso da atuação do deputado federal Ben-Hur Ferreira (PT), o mais votado nas eleições de 1998. Ligado aos grupos de luta pelos direitos humanos, entre eles o Trabalho e Estudo Zumbi (TEZ) e o Centro de Direitos Humanos Marçal de Souza, ambos de Mato Grosso do Sul, o deputado apresentou Projeto de Lei 1.935/1999 que buscava atualizar a Lei de 1985, pois tratava do recurso da Ação Civil Pública para impedir danos ao meio ambiente, ao

consumidor, a bens de valor artístico, histórico e turístico. A esta lei foi acrescentada outro artigo que garantia a Ação Civil Pública também para os grupos raciais, étnicos e religiosos, com objetivo de garantir a defesa e as práticas da livre manifestação dos diversos grupos étnicos existentes no Brasil.

SENADORES DE MS (1999-2003)

A representação no Senado Federal de Mato Grosso do Sul teve destaque para Ramez Tebet que liderou uma importante investigação através de CPI.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Juvêncio da Fonseca (1999-2007)	PMDB-PDT- PSDB	Advogado	Campo Grande
Ramez Tebet (1995-2003)	PMDB	Advogado	Três Lagoas
Lúdio Coelho (1999-2003)	PSDB	Produtor rural	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Bancada de senadores na discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal

Membros da base aliada do governo Fernando Henrique (PSDB), os três senadores de Mato Grosso do Sul não tiveram nenhum problema em apoiar a Lei de Responsabilidade Fiscal, e garantiram a aprovação da Lei Complementar em 20 de março de 2000.

Ramez Tebet ganha destaque nacional: presidente da CPI do Judiciário; ministro da Integração Nacional e presidente do Senado

Ramez Tebet foi um dos políticos sul-mato-grossenses que mais se destacou a nível nacional. Em 1999, o PMDB o escolheu para ser o presidente de uma CPI montada para investigar 1 juiz e 1 senador. Esta Comissão marcou o Brasil, pois 2 personagens ficaram famosos: o juiz Nicolau dos Santos Neto, presidente do TRT-SP, acusado de

desviar dinheiro das obras do prédio do Fórum Trabalhista de São Paulo; e o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), acusado de desviar verbas do TRT dos Distrito Federal. Ambos foram presos anos mais tarde.

No ano de 2001, Ramez Tebet foi escolhido pelo presidente Fernando Henrique para ser o ministro da Integração Nacional, mas ficou apenas 3 meses no cargo, entre junho e setembro. No final daquele ano, uma crise política envolvendo o então presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), acusado de participação no esquema de desvios de verba da SUDAM, levou este à renúncia. Mais uma vez o PMDB escolhia Ramez Tebet para outra importante missão, ser presidente do Senado Federal. Era a segunda vez que um político de Mato Grosso do Sul assumia a chefia do Senado da República, o primeiro fora José Fragelli entre 1985 e 1987.

**A ESQUERDA CONTINUA NO PODER: ZECA DO PT, O
PRIMEIRO GOVERNO REELEITO DO ESTADO
(1/01/2003 a 31/12/2006)**



Governador Zeca do PT e o vice Egon Krakhecke.
Imagens: material da campanha eleitoral de 2002

José Orcírio, a partir do dia 1 de janeiro de 2003 entrou para a história de Mato Grosso do Sul como o primeiro governador a ficar 8 anos consecutivos no poder. O vice-governador era o ex-secretário de Meio Ambiente, engenheiro agrônomo Egon Krakhecke (PT) de Dourados. Dessa vez, o governo tinha a oportunidade de ter a seu lado o presidente da República do mesmo partido, Lula. O foco do segundo governo continuou nos programas de inclusão social, além da busca pelo desenvolvimento econômico do estado.

Relações políticas

A formação de uma base maior na Assembleia Legislativa, com 13 deputados, sendo 3 do PT, e o fato de o deputado Londres Machado (PL) ser um dos principais apoiadores da reeleição desse governo, possibilitaram maior facilidade na relação com o Legislativo. Se no primeiro mandato Londres foi o principal responsável pela relação do governo Zeca com a Assembleia, no segundo essa relação se tornou muito mais forte, pois o deputado presidiu a Casa por dois

mandatos seguidos, graças à aprovação da reeleição para a chefia daquele poder.

Nos 2 últimos anos dessa administração, a base de apoio no Legislativo estadual chegou a ser de 20 deputados, devido às trocas de legendas partidárias por muitos parlamentares. No Congresso Nacional, o governo tinha uma base forte, composta por 4 parlamentares do PT, sendo 3 deputados federais e 1 senador (Delcídio do Amaral).

Ainda na política, essa segunda gestão ficou marcada por outras alianças com líderes políticos tradicionais, como foi o caso da nomeação do ex-governador Marcelo Miranda Soares para a superintendência do DNIT em MS, e também do ex-prefeito de Dourados e ex-deputado federal ligado ao ex-governador Pedro Pedrossian, José Elias Moreira, para secretário de Meio Ambiente. Essas características deixaram o segundo governo petista em MS afastado de suas bases principais, qual seja, movimentos sociais como MST e sindicatos.

Todavia, o ano de 2005 mostrou que nem tudo eram flores no PT. Em maio daquele ano, o então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou ao Brasil o esquema que ficou conhecido como “Mensalão”, este consistia em pagamentos de mensalidades a parlamentares que votassem favoráveis aos projetos do governo Lula.

Obras – infraestrutura – desenvolvimento econômico

As obras públicas concluídas nessa fase foram: novos prédios de Fóruns nas cidades de Itaporã, Fátima do Sul, Itaquiraí, Anastácio, Nova Alvorada do Sul e Porto Murtinho; nova sede do Tribunal de Contas em Campo Grande; restauração do museu de Porto Murtinho; hospital em Fátima do Sul e início da construção do complexo turístico do Parque Aquático naquela cidade; aeroporto em Bonito; conclusão do Parque das Nações Indígenas em Campo Grande.

No tocante à pavimentação de rodovias, foram feitas a maior parte da ligação Laguna Carapã- Dourados; conclusão da Itaporã-Maracaju; Glória de Dourados-Guassulândia; Ivinhema-Novo Horizonte do Sul; Amambai-Coronel Sapucaia; além da licitação para a pavimentação da rodovia Sul-Fronteira. Ao final dos 8 anos foram mais

de 700 quilômetros de novas rodovias pavimentadas. O governo retomou, em parceria com o governo de São Paulo, a ponte sobre o Rio Paraná ligando Brasilândia (MS) e Paulicéia (SP), concluída em 2009. Deu total apoio ao encerramento da obra federal da ponte de Porto Alencastro sobre o Rio Paranaíba entre Paranaíba (MS) e Carneirinho (MG).

Em busca da Rota Bioceânica

A alternativa para encurtar o caminho da produção brasileira para chegar ao Oceano Pacífico por meio do sul da América do Sul começou a ser discutida, segundo o historiador Eronildo Barbosa (2022), a partir da década de 1960. A região Sudoeste do estado ganhou importantes obras rodoviárias, conforme escreveu o geógrafo Aduino Souza (2008), devido ao projeto da rota bioceânica, passaria por Corumbá e Porto Murtinho, entraria no Paraguai e chegaria até as cidades portuárias de Antofagasta e Iquique, no Chile. A ideia recebeu adesão do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). As obras se deram na BR-267, acesso a Porto Murtinho; MS-384 ligando Antônio João-Bela Vista-Caracol e a BR-267 entre Porto Murtinho e Campo Grande.

No segundo governo deu-se a conclusão da obra da Petrobras, usina termelétrica de Três Lagoas. Em relação à habitação popular, o estado avançou com a construção de mais de 40 mil casas, incluindo casas nas aldeias indígenas, por meio do programa Novo Habitar.

Divulgar Mato Grosso do Sul no exterior e contribuir para o desenvolvimento econômico

Ao Administrar alinhado ao governo Lula (PT), o governador participou de importantes viagens ao exterior para realizar negócios e mostrar o estado e suas potencialidades de investimentos. A primeira viagem foi à Índia e China, em 2004. Esses países oficialmente se tornariam, em 2006, importantes parceiros do Brasil no grupo econômico dos países emergentes economicamente, tão incentivado por Lula, os BRICs. Pouco depois, Zeca do PT esteve na Inglaterra,

França, Estados Unidos e Oriente Médio. Graças ao empenho dessa administração, Mato Grosso do Sul conseguiu atrair muitas empresas, sendo a mais emblemática, a fábrica de papel e celulose da empresa International Paper, instalada em Três Lagoas anos mais tarde.

Outro setor que foi muito incentivado por este governo foi o da usina de álcool e açúcar, principalmente devido ao projeto do governo Lula voltado à produção de combustíveis oriundos de fontes ecológicas. A política de incentivo de Zeca atraiu 19 usinas. Um ponto polêmico em relação a essas empresas se deu em 2005, se deu quando o governo apoiou a ideia de se implantar esse tipo de empreendimento no Pantanal. Houve reação de ambientalistas, e o líder Francelmo Barros ateou fogo ao próprio corpo, faleceu e causou repercussão nacional. Após isso e a intervenção da ministra do Meio Ambiente, a ideia foi arquivada pelo Legislativo.

Apoio à Reforma da Previdência Social

Alinhado ao governo Lula, Zeca defendeu a Reforma da Previdência feita a nível federal e em seguida aplicada aos servidores estaduais. As mudanças no programa econômico do PT, com alguns traços neoliberais, foram sentidas nesta que era uma das reformas mais criticadas durante o governo FHC. Para o governador, o sistema previdenciário estava falido e era preciso realizar mudanças. A principal delas foi a alteração da idade para aposentadoria de homens (65 anos) e mulheres (55). A reforma que no governo anterior só havia chegado ao trabalhador da iniciativa privada, agora chegara também ao servidor público.

Educação – Cultura

No setor educacional, o segundo governo continuou projetos do primeiro. Um importante programa foi o da informatização das escolas, por meio da criação de salas de computadores conectados à *internet* nas 368 escolas estaduais. No entanto, a luta dos professores por melhores salários continuou e mais uma greve de 2 semanas ocorreu, no mês de março de 2003. No ensino superior os avanços

foram grandiosos: a criação do Bolsa Universitária para auxiliar os estudantes a custearem cursos superiores em instituições privadas. Marca registrada do PT, a inclusão social se fortaleceu por meio da aprovação da lei de cotas para negros na UEMS e um curso superior exclusivo para os índios nessa mesma universidade. 4 sedes próprias da UEMS construídas (Mundo Novo, Glória de Dourados, Coxim e Maracaju). Em seguida veio o apoio de Zeca à transformação de Dourados em uma cidade universitária, por meio da implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2005. A segunda universidade federal do estado saiu do papel graças a uma articulação entre Prefeitura local, administrada por Laerte Tetila (PT), deputado Geraldo Resende (PPS), que retomou o projeto dos anos 1980 do então deputado Sergio Cruz (PMDB), e toda bancada estadual no Congresso Nacional. A UFGD nasceu, como escreveu o historiador Wilson Biasotto (2009), no bojo da política do governo Lula de expansão das universidades públicas pelo Brasil.

Na área cultural, a marca desse período foi a criação do Festival América do Sul, em Corumbá, evento que reúne shows com artistas de países sul-americanos, entre outras apresentações. O evento se juntou a outro criado por este mesmo governo, em 1999, o Festival de Inverno de Bonito, e passaram a fazer parte do calendário cultural do estado.

Social – Saúde – Segurança Pública

A questão indígena em Mato Grosso do Sul foi defendida por este governo que se empenhou para resolver os conflitos entre índios e fazendeiros pela posse das terras originais. Foi o caso das terras da aldeia Panambizinho, em Dourados, devolvidas aos Guarani-Kaiowá naquela época através de reivindicações junto ao governo Lula.

Ainda na questão social, maior marca desse governo, houve a ampliação do número de beneficiários de programas sociais estaduais, e também federais, já que o governo Lula investiu fortemente nisso, como o programa Bolsa Família. No estado, a cesta básica do Segurança Alimentar foi substituída, em 2005, por um cartão magnético, com objetivo de repassar R\$ 100 as 40 mil famílias asseguradas, gerando assim renda no comércio local. Os programas

sociais, segundo pesquisa liderada pelo economista Marcio Pochmann (2006), foram significativos para se combater a exclusão social em Mato Grosso do Sul, reduzindo em 20% a taxa de pobreza.

Com relação à Segurança Pública, houve investimento em projeto de combate ao uso de drogas e a construção de novas delegacias de Polícia Civil, unidades da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, em alguns municípios. A Saúde teve a inauguração de novos hospitais em diversas cidades.

Os últimos municípios a nascerem em MS

Após mais de uma década, 2 distritos foram emancipados com apoio desse governador.

MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	DATA
Paraíso das Águas	Água Clara, Costa Rica e Chapadão do Sul	29/09/2003, mas só foi reconhecido após o STF validar o decreto estadual, em 3 de dezembro de 2009
Figueirão	Camapuã e Costa Rica	29/09/2003

Fonte: *Correio do Estado.*

O final do governo Zeca foi caracterizado por uma grave crise econômica no estado, fruto de problemas como a queda na arrecadação de ICMS causada principalmente pelo surto de febre aftosa na região de fronteira com o Paraguai. Para isso o governo precisou cortar gastos com os cargos e salários dos comissionados do governo e paralisar obras.

Zeca chegou ao fim de seu governo com 66% de aprovação popular, coisa que há 8 anos não se via de um governador sul-mato-grossense. Entretanto, no final de 2006, Zeca do PT causou decepção em muitos militantes e cidadãos ao defender o retorno da pensão vitalícia para governador e receber uma pensão mensal de 20 mil reais. A pensão foi criada pela ditadura militar para aposentar os presidentes ditadores ao saírem dos cargos, mas foi derrubada com a Constituição Federal de 1988, valendo apenas para aqueles que conseguiram esse direito antes da Carta Magna. Um ano depois, o STF derrubou a pensão

considerando inconstitucional.

Zeca voltaria a concorrer ao governo do estado no pleito de 2010, ficando em segundo lugar. Em 2012, para ajudar o PT, candidatou-se e elegeu-se o vereador mais votado de Campo Grande. Nas eleições de 2014, foi eleito deputado federal com mais de 160 mil votos. Disputou o tão sonhado cargo de senador em 2018, ficava bem posicionado nas pesquisas (2º lugar), mas foi derrotado pela candidata Soraya Tronicke (PSL). Nas eleições de 2022, cogitou disputar o governo, mas desistiu e foi eleito deputado estadual.

Eleições 2006: a volta do PMDB ao comando do estado

Na 7ª eleição para governador de Mato Grosso do Sul, a disputa se deu de forma tranquila, sem acirramento, se comparada com as eleições de 1998 e 2002. O ex-prefeito de Campo Grande André Puccinelli (PMDB) que, em 2001, desistira da candidatura para encerrar o mandato de prefeito, a partir de 2005, começou a percorrer o estado com vistas a disputa de 2006. Com uma ampla coligação que envolvia mais de 15 partidos políticos, André Puccinelli, afamado em Campo Grande pela gestão entre 1997 e 2004, conquistou a cadeira de governador no primeiro turno. O candidato do governador Zeca, Delcídio do Amaral (PT), mesmo famoso no Brasil devido à condução da CPI dos Correios, no ano de 2005, não se saiu bem.

Resultado das eleições 2006 em MS para governador (1º turno – 1/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
André Puccinelli	PMDB	726.806 (61%) (eleito)	Geraldo Alckmin (PSDB)
Delcídio do Amaral	PT	450.747 (38%)	Lula (PT)
Carlito Dutra	PSOL	6.282 (0,53%)	Heloísa Helena (PSOL)
Tito Lívio	PV	2.768	
Elizeu Amarilha	PSDC	1.134 (0,1%)	Eymael (PSDC)

Fonte: TRE-MS.

2006: a reeleição de Lula

Diferente de 2002, Lula não conquistou, em Mato Grosso do Sul, o primeiro lugar. O conservadorismo no estado voltava a crescer e o tucano, ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, foi vitorioso por aqui nos 2 turnos. Mas, a nível nacional, Lula foi reeleito.

Resultado das eleições 2006 em MS para Presidente da República (1º turno – 1/10)

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS
Geraldo Alckmin	PSDB	687.583 (56%)
Lula	PT	439.965 (35%)
Heloísa Helena	PSOL	68.112 (5%)
Cristóvam Buarque	PDT	24.245 (1,9%)
Ana Maria Rangel	PRP	1.551
Eymael	PSDC	520
Luciano Bivar	PSL	486
Rui Costa	PCO	132

Fonte: TRE-MS.

Resultado das eleições 2006 em MS para Presidente da República (2º turno – 29/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Geraldo Alckmin	PSDB	655.491 (55%)
Lula	PT	535.966 (45%) reeleito no País

Fonte: TRE-MS.

7ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (2003-2007)

Essa Legislatura foi responsável por contribuir para a correção de uma injustiça histórica no País, a questão da exclusão dos negros dos bancos universitários. Por meio de projeto apresentado por parlamentar de esquerda, os deputados aprovaram a lei de cotas para negros na UEMS. Porém, ao final, um projeto polêmico levou a Assembleia Legislativa ao noticiário nacional, ao discutir a implantação de usinas de álcool no Pantanal. Esse debate gerou um mártir que sacrificou a vida pelo bioma. Londres Machado foi o presidente desse poder por 4 anos.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Flávio Kayatt (2003-2004)	PSDB	Corretor de imóveis	Ponta Porã
Sérgio Assis	PSDB	Bancário	Campo Grande
Waldir Neves	PSDB	Empresário	Campo Grande
Roberto Orro	PSDB-PDT	Advogado	Aquidauana
Pedro Teruel	PT	Engenheiro aeronáutico	Campo Grande
Pedro Kemp	PT	Psicólogo	Campo Grande
Semy Ferraz	PT	Engenheiro civil	Campo Grande
Londres Machado	PL	Empresário	Fátima do Sul
Paulo Corrêa	PL		Campo Grande
Antônio C. Arroyo	PL	Engenheiro civil	Campo Grande
Simone Tebet (2003-2004)	PMDB	Advogada	Três Lagoas
Celina Jallad	PMDB		Campo Grande
Onevan de Matos	PMDB-PDT	Advogado	Naviraí
Ary Rigo	PDT	Engenheiro agrônomo	Maracaju
Dagoberto Nogueira (2004-2006)	PDT	Advogado	Campo Grande
Nelsinho Trad (2003-2004)	PTB-PMDB	Médico	Campo Grande
Pastor Barbosa	PTB-PMDB	Pastor	Campo Grande
Jerson Domingos	PSL-PTB-PMDB	Produtor rural	Campo Grande
Akira Otsubo	PSL-PTB-PMDB	Economista	Bataguassu
Zé Teixeira	PFL	Produtor rural	Dourados
Maurício Picarelli	PSD-PTB	Jornalista	Campo Grande
Antônio Braga (2003-2004/2006)	PPS-PDT	Advogado	Campo Grande
Raul Freixes	PST-PTB	Radialista	Aquidauana
Ari Artuzi	PMN-PDT-PMDB	Caminhoneiro	Dourados

Fonte: <https://al.ms.gov.br/Paginas/107/7-legislatura>. Acesso em: 22/01/2021.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTE

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Loester Nunes (2003-2004)	PDT	Médico	Campo Grande
Luizinho Tenório (2004-2006)	PDT-PL	Economista	Paranaíba
Bela Barros (2005-2007)	PDT	Professora	Dourados
Humberto Teixeira (2005-2007)	PDT	Produtor rural	Dourados
Valdenir Machado (2005-2007)	PTB-PRTB	Cartorário	Dourados

Fonte: DOURADOS “ganha” três deputados. *Diário MS*. Dourados, 5 jan. 2005, p. 3.

Uma conquista para os negros de Mato Grosso do Sul: a lei de cotas na UEMS

A luta dos negros no Brasil sempre foi árdua para garantir-

lhes direitos negados desde os tempos coloniais. Em dezembro de 2002, a Assembleia Legislativa aprovou Projeto de Lei de Cotas para negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), de autoria do deputado Pedro Kemp (PT), um dos parlamentares com maior influência e militância nos movimentos sociais do estado. Em janeiro de 2003 o governador Zeca do PT sancionou a lei.

No entanto, a aprovação dessa lei no Legislativo estadual não foi tão fácil. Colocada para apreciação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, a mesma teve 4 votos contrários. Com isso, o deputado Pedro Kemp recorreu à estratégia de convocar o movimento negro e lideranças de comunidades quilombolas para ocuparem as galerias da Assembleia Legislativa no dia da votação e pressionar os parlamentares. Foi o que garantiu que a aprovação do Projeto de Lei fosse unânime.

A polêmica sobre usinas de álcool no Pantanal: o ambientalista Francelmo dá a vida pela natureza

Discutido nos anos 1980, a polêmica de liberação de implantação de usinas de álcool no ecossistema Pantanal ganhou os principais jornais de Mato Grosso do Sul e do Brasil em 2005. O Projeto oriundo do governo Zeca do PT estava em tramitação na Assembleia Legislativa. No entanto, o ato polêmico protagonizado pelo ambientalista Francisco Anselmo Barros, que cometeu suicídio ao atear fogo no próprio corpo por ser contrário à ideia, no mês de novembro de 2005, causou reviravolta.

Pressionado pelos movimentos ambientalistas, pela ministra do Meio Ambiente Marina Silva, pelo vice-governador Egon Krakhecke (PT), o Legislativo estadual arquivou o Projeto de Lei por 17 votos favoráveis e 4 contrários.

Reforma da Previdência Estadual

Após a aprovação da Reforma da Previdência em 2003 pelo governo Lula, os estados brasileiros precisaram se adequar às novas regras previdenciária. Para isso, o Legislativo votou, no final de 2005, por unanimidade as mudanças que passariam a valer para o MS Prev. Sem isso, Mato Grosso do Sul ficaria sem o Certificado de

Regularidade do Ministério da Previdência, o que impediria estado e municípios de receberem recursos do governo federal.

A polêmica aprovação da pensão vitalícia para o governador

Em 2006, os deputados estaduais discutiram uma polêmica e vergonhosa Emenda à Constituição Estadual que permitiu ao governador Zeca do PT receber uma pensão mensal vitalícia, ou seja, pelo resto de sua vida, no valor de pouco mais de 20 mil Reais.

O argumento utilizado pelo governador e pelo deputado autor do projeto, Ary Rigo (PDT), era o de que se Zeca não pudesse receber, que se acabasse com as pensões dos ex-governadores. A votação ocorreu no final do governo petista, em 14 de dezembro de 2006, de forma sigilosa, com os deputados estaduais votando dentro de uma cabine fechada. A bancada do PT foi contra, mas o projeto foi aprovado por 18 votos contra 6. 1 ano depois após ação da OAB-MS ela foi derrubada pelo STF.

DEPUTADOS FEDERAIS DE MS (2003-2007)

O Congresso Nacional foi muito importante para dar sustentação ao primeiro presidente oriundo do meio operário na história do Brasil. Mas, como era um governo de esquerda alinhado aos ditames neoliberais, precisou aprovar projetos impopulares como a reforma da Previdência nacional. Foi a bancada que compunha essa legislatura que também deu total apoio a criação de uma nova universidade no estado.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Vander Loubet	PT	Bancário	Campo Grande
João Grandão	PT	Bancário	Dourados
Antônio C. Biffi	PT	Professor	Campo Grande
Waldemir Moka	PMDB	Médico	Campo Grande
Antônio Cruz	PMDB-PTB	Médico	Campo Grande
Murilo Zauith	PFL	Empresário	Dourados
Nelson Trad	PTB-PMDB	Advogado	Campo Grande
Geraldo Resende	PPS-PMDB	Médico	Dourados

Fonte: *Jornal da Câmara dos Deputados*. Brasília. 19 fev. 2003.

Reforma da Previdência

O início do governo Lula (PT) foi marcado por reformas neoliberais, já que essa foi parte da postura adotada pelo PT nas eleições de 2002, por meio da Carta ao Povo Brasileiro, pelo qual o partido se comprometia a respeitar as regras do mercado financeiro. A primeira foi a reforma da Previdência Social. Diversos sindicatos protestaram ao longo do ano de 2003 contra ela. A CUT, central sindical nascida do PT, foi a principal a criticar o projeto do governo Lula. Em agosto daquele ano a reforma foi aprovada no Congresso. De Mato Grosso do Sul, os deputados do PT, PPS e PTB (aliados ao governo) votaram a favor. Os deputados do PMDB e PFL votaram contra por naquela ocasião fazerem parte da oposição ao governo Lula. Uma das mudanças daquela reforma foi o fim da integralidade do salário ao servidor público quando este se aposentasse.

Nasce a UFGD. Mas quem é o “pai”?

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) nasceu de um sonho antigo de alguns professores e estudantes da cidade de Dourados em criar uma nova universidade pública, separada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O primeiro projeto apresentado na Câmara dos Deputados foi, como já relatado páginas anteriores, em 1983 pelo então deputado Sergio Cruz (PMDB), após receber uma comissão de professores liderados pelo professor Wilson Biasotto.

Entretanto, somente após muito tempo é que esse assunto voltou à discussão em Dourados. Em 2002, em pronunciamento, o deputado Marçal Filho mencionou a ideia de se criar a UFGD. Mas, o deputado federal novato Geraldo Resende (PPS) assumiu a ideia de tirar do papel aquele antigo sonho. Levou o projeto ao presidente Lula (PT).

Essa correria pela criação da UFGD e destaque ao nome de Geraldo Resende fez surgir certa “ciumeira” por parte de outros parlamentares, como João Grandão, Antônio Carlos Biffi, Delcídio do

Amaral, todos do PT. Independentemente de quem seja o “pai”, o fato é que a universidade transformou a cidade de Dourados em um forte centro universitário, atraindo estudantes de várias partes do Brasil.

SENADORES DE MS (2003-2007)

Os senadores desse período participaram de momentos marcantes do Brasil, como a CPI dos Correios. Foi nessa fase também que houve a substituição de senador titular pelo suplente devido ao falecimento do primeiro.

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Delcídio do Amaral (2003-2011)	PT	Eng. Eletricista	Corumbá
Ramez Tebet (2003-2006)	PMDB	Advogado	Três Lagoas
Juvêncio da Fonseca (1999-2007)	PDT/PSDB	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

SENADORES SUPLENTE

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Antônio João (ago-out/2006)	PTB	Jornalista	Campo Grande
Valter Pereira (2006-2010)	PMDB	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Reforma da Previdência

Conforme matéria da *Folha de S. Paulo*, a Reforma da Previdência foi aprovada no Senado no dia 12 de dezembro de 2003, no encerrar dos trabalhos legislativos. Contrários à reforma foram apenas 1 senadora do PT (Heloísa Helena, de Alagoas, que depois romperia com o governo Lula e seria expulsa da legenda, fundando o PSOL), 5 senadores do PSDB e 7 do PFL. Os 3 senadores sul-mato-grossense foram favoráveis à reforma.

Delcídio do Amaral se destaca na presidência da CPI dos Correios

Em maio de 2005 estourou no Brasil a revelação de um dos maiores escândalos de corrupção pós-redemocratização, o

“Mensalão”. Tudo começou por meio de uma denúncia do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) de que ocorria um esquema de pagamento de propina na chefia dos Correios em Brasília. Além disso, o deputado revelou a existência de uma organização de pagamento de propinas para deputados que votassem com o governo Lula (PT) em diversas matérias.

Em poucos meses montou-se a CPI dos Correios e o presidente foi o senador sul-mato-grossense Delcídio do Amaral (PT). Este ficou famoso em todo Brasil, pois naquele ano, assistir à CPI pela televisão virou uma espécie de mania nacional, como analisou o historiador Maurício Lemes (2005).

Foram 10 meses de investigações que revelaram, entre outras coisas, desde 1997, a prática de pagamento de mesadas no governo Lula continuara. As movimentações bancárias provaram isso; além da existência de caixa 2 feita principalmente pela direção nacional do PT.

**ANDRÉ PUCCINELLI E O RETORNO DO PMDB AO
COMANDO DO ESTADO
(PMDB – 1/01/2007 a 31/12/2010)**



Governador André Puccinelli e o vice Murilo Zauith.

Imagens: site governo de MS e Câmara Federal

Afilhado político do ex-governador Wilson Barbosa Martins, André Puccinelli assumiu o governo de Mato Grosso do Sul no dia 1 de janeiro de 2007 e representou o retorno do PMDB ao comando do Executivo estadual. Nascido em 1948, na Itália, veio ainda bebê morar no Brasil, em Curitiba, onde se formou médico. Em 1973 mudou-se para o então Mato Grosso uno para trabalhar em Fátima do Sul, onde ingressou na política filiando-se ao MDB. Nas eleições de 1982, candidatou-se a prefeito daquele município, mas perdeu. Ao assumir o cargo de secretário de Saúde do governo Wilson Martins (PMDB), mudou-se para Campo Grande e lá iniciou a vitoriosa carreira política, sendo deputado estadual, deputado federal e prefeito daquela cidade (1997-2004). Murilo Zauith (PFL), seu vice, era engenheiro civil, empresário e líder político de Dourados. Foi deputado estadual por 2 vezes e por 1 mandato deputado federal. Pela quarta vez que Dourados teve um vice-governador.

André Puccinelli recebeu o governo das mãos de seu maior rival político, Zeca do PT, com quem disputou o histórico pleito de 1996 para prefeitura da Capital. O novo governador herdou um estado com alguns problemas, nada parecido com o que Zeca herdara em 1999. No início de 2007 as contas do estado junto ao governo federal estavam bloqueadas, portanto era urgente a negociação para o pagamento de parcela da dívida com a União.

Relações políticas

Politicamente, André Puccinelli, que em 2006 apoiara para presidente o candidato Geraldo Alckmin (PSDB), em poucos meses passou a apoiar o presidente reeleito Lula. Essa parceria foi de significativa importância, pois garantiu um grande volume de investimentos federais em obras por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). No que tange ao poder Legislativo estadual, o governador tinha maioria folgada na Assembleia Legislativa, o que lhe permitiu fazer seu aliado deputado Jerson Domingos (PMDB) presidente daquela Casa de leis por 4 mandatos.

Outra marca desse período foi a cooptação do governador a prefeitos de outras legendas, como PR e PDT. Segundo lideranças políticas, o governo pressionava prefeitos para se filiarem ao PMDB ou outro da base aliada na Assembleia para, assim, terem mais vantagens e facilidades com o governador. Essas manobras políticas levaram muitos prefeitos a trocarem de partido.

Em fins de 2010, veio à tona no estado um vídeo divulgado na *internet* onde o então deputado estadual Ary Rigo (PSDB), dizia haver um suposto esquema de repasses de parte do dinheiro da Assembleia Legislativa a deputados, a membros do Tribunal de Justiça, do Ministério Público Estadual e ao governador, o caso foi apelidado de “Mensalão de MS”. Mas sem comprovações, foi arquivado no ano de 2019 pelo Ministério Público, alegando que Ary Rigo confessara ter feito aquilo para se autopromover.

Obras públicas – Desenvolvimento econômico: a “febre” das usinas de álcool

Ao longo de 2007 o governo foi favorecido pelo pacote de obras do governo federal oriundos do PAC. André Puccinelli iniciou o segundo ano de seu governo com os “bons ventos” do crescimento econômico, vivido pelo Brasil, graças aos investimentos feitos pelo governo Lula. Mesmo com uma recessão grave iniciada no mundo, a partir de meados de 2008, o País não parou de crescer, o que permitiu investimentos em diversos setores, dentre eles a infraestrutura. O governo estadual seguiu o mesmo caminho e investiu mais. Encerrou-se obras deixadas pelo governo anterior, entre elas, a pavimentação da rodovia Laguna Carapã-Dourados, Indápolis-Lagoa Bonita-Deodápolis, Paranhos-Sete Quedas, Paranhos-Aral Moreira; a conclusão da ponte entre Brasilândia e Paulicéia (SP), e a reativação do Trem do Pantanal (turístico).

Mato Grosso do Sul foi favorecido em 2007 com um pacote do PAC. Obras no valor R\$ 345 milhões, sendo uma pequena parte de recurso do estado (R\$ 24 milhões), foram feitas inicialmente em Campo Grande, Corumbá e Dourados, na área de habitação e saneamento básico. Somente o PAC-Habitação foi responsável por mais de 28 mil casas populares no estado entre 2007 e 2009.

No entanto, marca maior nesse quesito ficou para o Programa MS Forte, lançado em fins de 2009, orçado em R\$ 3 bilhões. Pavimentou-se rodovias próximas a divisa com Goiás (Coxim-Alcinópolis); Bonito-Bodoquena; a rodovia perimetral Norte em Dourados; a rodovia Sul-Fronteira que liga o distrito de Sanga Puitã (Ponta Porã) a Mundo Novo, costeando a fronteira Brasil-Paraguai (inconclusa), somando mais de 500 quilômetros nos 4 anos de gestão. Duplicou e iluminou a rodovia entre Dourados e Itaporã. Início do Aquário do Pantanal, em Campo Grande, e o Parque Estadual dos Ervais, em Ponta Porã. Entraram no plano, mas não saíram do papel as ideias de ferrovias entre Maracaju (MS) e Cascavel (PR), e Panorama (SP) e Porto Murtinho (MS).

André Puccinelli também divulgou o estado em outros países como China, Estados Unidos, Portugal e conseguiu muitos

investimentos. O setor sucroalcooleiro teve forte impulso com a instalação de 7 novas usinas, o que levou o estado a ser o quinto maior produtor nacional de álcool.

Social (a questão do preconceito com os índios) – Segurança pública – Saúde

Esse governo iniciou de forma que deixou apreensiva a população sul-mato-grossense mais carente, quando suspendeu todos os programas sociais por 6 meses com intuito de reformular e fiscalizar possíveis irregularidades. A partir da segunda metade de 2007, os programas voltaram a funcionar. O Segurança Alimentar e o Bolsa Escola foram unificados, e deram lugar ao Vale Renda que, a partir de 2008, passou a ter o décimo terceiro pagamento e, em 2009, tornou-se lei. O Banco do Povo mudou o nome para Banco da Gente.

A questão social indígena foi motivo de polêmica envolvendo o governador ao dizer que “Mato Grosso do Sul não seria terra de índios”, quando, em 2008, a FUNAI divulgou que poderia ocorrer novas demarcações no estado. Um comentário sem fundamento, visto que o estado abriga a segunda maior população de índios do Brasil. Inicialmente André Puccinelli reagiu, mas depois passou a defender que a União comprasse as terras e indenizasse os produtores rurais. As demarcações não ocorreram.

A Segurança foi beneficiada no pacote MS Forte que efetivou, por concurso público, novos policiais militares e civis, além de permitir a compra de novas viaturas. Na área da saúde, pela primeira vez, segundo os autores Bernardete Lewandowski e Eugênio de Barros (2014), formulou-se o Pacto pela Saúde, firmado entre o governo e os 79 municípios para possibilitar novas discussões em relação a mais recursos do SUS e melhor gestão dos recursos.

Educação – Cultura

Na educação, o Cursinho Popular foi substituído pelo Curso Preparatório para Ingresso no Ensino Superior (CIES). O Bolsa

Universitária passou a se chamar Vale Universidade. Pela primeira vez na história dessa unidade federativa, o governo distribuiu os uniformes, a partir de 2009, e materiais escolares, de 2010 em diante, para todos os estudantes da rede estadual. Os concursos de artes (dança, desenho), ocorridos na Capital, foram uma forma de incentivar os estudantes a participarem ainda mais das atividades escolares.

O estado foi beneficiado pelo MEC com 7 Institutos Federais (IFMS), programa de cursos técnicos, do governo Lula, com sedes em Campo Grande, Nova Andradina, Aquidauana, Ponta Porã, Três Lagoas, Corumbá e Coxim. Todas as escolas estaduais foram contempladas com salas de informática.

Instituídas pelo MEC, as disciplinas de Espanhol, Sociologia e Filosofia foram implantadas nas escolas estaduais. O governo criou uma prova de caráter classificatório para os professores e administrativos que quisessem disputar eleições para direção escolar. Ainda sobre trabalhadores em educação, os reajustes salariais foram constantes. No entanto, André Puccinelli reagiu em aplicar a Lei do Piso Salarial dos Professores, aprovado pelo presidente Lula, em 2008, e entrou no STF contra a mesma. Reconheceu apenas quando viu que não era mais possível ir contra a lei.

Campo Grande candidata a sede da Copa de 2014 e retorno da ideia do estado do Pantanal

Com a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso disputaram a preferência da FIFA para sediar, em suas capitais, alguns dos jogos. Desse modo, o governo do estado, parlamentares e a Prefeitura de Campo Grande realizaram a campanha “O Pantanal é aqui e a Copa é nossa”, que tinha a modelo Luiza Brunet, nascida em Itaporã, como garota propaganda. No entanto, Cuiabá acabou sendo a escolhida. Alguns deputados estaduais cogitaram novamente trocar o nome do estado para Pantanal. O que parecia esquecido desde 1999, ganhou adeptos no governo André Puccinelli, mas não passou de ideia.

A reeleição de André Puccinelli

O pleito eleitoral de 2010 foi tranquilo, praticamente não houve acirramento na disputa. Havia uma possibilidade do PT estadual se aliar ao PMDB e indicar o vice de André Puccinelli, algo que não ocorreu, pois o ex-governador Zeca do PT, uma das maiores lideranças do partido, não aceitou e entrou na disputa. Sem concorrentes fortes, apenas o comerciante do PSOL Nei Braga na disputa contra os 2 nomes mais fortes, André foi reeleito com folga.

Resultado das eleições 2010 em MS para governador (1º turno – 3/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
André Puccinelli	PMDB	704.407 (56%)	José Serra (PSDB)
Zeca do PT	PT	534.601 (42%)	Dilma Rousseff (PT)
Nei Braga	PSOL	19.943 (1,5%)	Plínio Sampaio (PSOL)

Fonte: TRE-MS.

2010: a eleição da primeira mulher para a Presidência

Para a Presidência, o legado positivo dos 8 anos do governo Lula, sua popularidade devido aos investimentos em obras, habitação, educação superior, social, levaram à vitória da ex-ministra Dilma Rousseff (PT), a primeira mulher Presidente do Brasil, eleita no segundo turno. Mato Grosso do Sul, porém, deu mostras de que o conservadorismo político só se fortalecia por aqui.

Resultado das eleições 2010 em MS para Presidente da República (1º turno – 3/10)

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS
José Serra	PSDB	551.296
Dilma Rousseff	PT	518.877
Marina Silva	PV	219.812
Plínio Sampaio	PSOL	9.158
Eymael	PSDC	805
Zé Maria	PSTU	715
Levy Fidelix	PRTB	688
Ivan Pinheiro	PCB	390
Rui Costa	PCO	108

Fonte: DILMA e Serra estão no segundo turno. *Correio do Estado*. Campo Grande, 4 out. 2010, p. 1.

Resultado das eleições 2010 em MS para Presidente da República (2º turno – 31/10)

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS
José Serra	PSDB	682.305 (55%)
Dilma Rousseff	PT	555.283 (44%) eleita no País

Fonte: DILMA é eleita a 1 mulher presidente. *Correio do Estado*. Campo Grande, 1 nov. 2010, p. 1.

8ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (2007-2011)

Na oitava legislatura, os deputados estaduais aprovaram leis importantes como a das cotas para negros no serviço público estadual. A polêmica da mudança de nome do estado foi retomada num momento de derrota para o estado de Mato Grosso, fazendo lembrar os velhos tempos da rivalidade do antigo sul e norte do estado indiviso. Presidiu a Casa de Leis nos 4 anos o deputado Jerson Domingos (PMDB).

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Ari Artuzi (2007-2008)	PMDB	Caminhoneiro	Dourados
Marquinhos Trad	PMDB	Advogado	Campo Grande
Jerson Domingos	PMDB	Produtor rural	Campo Grande
Youssif Domingos	PMDB	Advogado	Campo Grande
Junior Mochi	PMDB	Advogado	Coxim
Carlos Marun (2007-2010)	PMDB	Engenheiro civil	Campo Grande
Akira Otsubo	PMDB	Economista	Bataguassu
Paulo Duarte	PT	Economista	Corumbá
Pedro Kemp	PT	Psicólogo	Campo Grande
Amarildo Cruz	PT	Agente tributário	Campo Grande
Pedro Teruel	PT	Engenheiro aeronáutico	Campo Grande
Ary Rigo	PDT	Engenheiro agrônomo	Maracaju
Onevan de Matos	PDT	Advogado	Naviraí
Antônio Braga	PDT	Advogado	Campo Grande
Reinaldo Azambuja	PSDB	Produtor rural	Maracaju
Dione Hashioka	PSDB	Dentista	Nova Andradina
Londres Machado	PL	Empresário	Fátima do Sul
Antônio C. Arroyo	PL	Engenheiro civil	Campo Grande
Paulo Corrêa	PL	Engenheiro civil	Campo Grande
Zé Teixeira	PFL	Produtor rural	Dourados
Maurício Picarelli	PTB	Jornalista	Campo Grande
Prof. Rinaldo	PT do B	Professor	Campo Grande
Coronel Ivan	PSB	Coronel da PM	Campo Grande
Marcio Fernandes	PRTB	Médico veterinário	Campo Grande

Fonte: <https://al.ms.gov.br/Paginas/108/8-legislatura>. Acesso em: 22/01/2021.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Celina Jallad (2007-2010)	PMDB	Professora	Campo Grande
Diogo Tita (out. 2010-jan. 2011)	PMDB	Empresário	Paranaíba
Pastor Oliveira (dez. 2010-jan.2011)	PMDB	Pastor	Campo Grande

Fonte: <https://al.ms.gov.br/Paginas/108/8-legislatura>. Acesso em: 22/01/2021.

Lei de cotas para negros no serviço público aprovado

Em agosto de 2008, uma nova lei trouxe mais avanços para a luta de inclusão do negro em cargos negados a eles na grande maioria das vezes pela falta de oportunidade e pelas condições sociais geradas por séculos de discriminação. O deputado Amarildo Cruz (PT) apresentou o Projeto de Lei que reservava vagas para negros nos concursos públicos de Mato Grosso do Sul, sancionada pelo governador em dezembro daquele ano.

MS perde para MT a sede da Copa de 2014 e a questão de trocar o nome do estado volta à cena

Quando a discussão da ideia de mudar o nome do estado parecia esquecida, eis que no ano de 2009 ela voltou à tona. Tudo devido à disputa entre Campo Grande e Cuiabá para ser sede da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014, para o qual o Brasil foi escolhido em 2007.

No mês de junho de 2009, quando saiu o resultado da FIFA escolhendo Cuiabá como uma das sedes, alguns deputados estaduais sul-mato-grossenses reagiram e a ideia de mudar o nome de Mato Grosso do Sul começou a ser discutida. Um dos primeiros a defender foi o deputado Diogo Tita (PMDB), que apresentou projeto para tal. Já o deputado Antônio Carlos Arroyo (PR) propôs um plebiscito para que a população de Mato Grosso do Sul pudesse decidir. Mas, poucos meses depois, a ideia desapareceu do cenário político.

Um suposto escândalo de corrupção abala o Legislativo: caso Ary Rigo

O final do ano de 2010, em outubro, foi talvez o ano mais turbulento na política sul-mato-grossense, devido a revelação de um suposto esquema de corrupção envolvendo a Assembleia Legislativa e o governo do Estado. O deputado estadual Ary Rigo, sem saber que era gravado, revelou que havia devolução de dinheiro por parte do governo para alguns parlamentares.

O deputado licenciou-se da Assembleia por 30 dias e somente meses depois revelou que tudo se tratava de uma forma dele se autopromover. Ary Rigo, deputado estadual desde o fim da década de 1970, ex-vice-governador do estado, ex-presidente do Legislativo estadual, provocou forte abalo em Mato Grosso do Sul, pois o caso a repercutiu Brasil afora. Ele mesmo negou e retirou a acusação. O caso foi parar no Tribunal de Justiça, mas em 2019, por falta de provas, foi arquivado.

DEPUTADOS FEDERAIS DE MS (2007-2011)

Esta legislatura dos representantes sul-mato-grossenses na Câmara Federal teve importância na garantia dos Institutos Federais para o estado.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Waldemir Moka	PMDB	Médico	Campo Grande
Nelson Trad	PMDB	Advogado	Campo Grande
Vander Loubet	PT	Bancário	Campo Grande
Antônio C. Biffi	PT	Professor	Campo Grande
Dagoberto Nogueira	PDT	Advogado	Campo Grande
Waldir Neves (2007-2009)	PSDB	Advogado	Miranda
Geraldo Resende	PMDB	Médico	Dourados
Antônio Cruz	PP	Médico	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

DEPUTADOS FEDERAIS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	BASE ELEITORAL
Pedro Pedrossian Filho (jan. 2007)	PFL	Campo Grande
Marçal Filho (2009-2011)	PMDB	Dourados

Fontes: PEDROSSIAN Filho assume por um mês. *Diário MS*. Dourados, 4 jan. 2007, p. 3. & APÓS 7 anos, Marçal Filho está de volta à Câmara. *Diário MS*. Dourados, 9 jul. 2009, p. 3.

Articulações e lutas para garantir o Instituto Federal para MS

O Ensino Técnico voltou com força em todo Brasil durante o governo Lula (PT). Mato Grosso do Sul teve nos deputados Antônio Carlos Biffi (PT) e Marçal Filho (PMDB) os maiores apoiadores do projeto federal de ampliação das escolas técnicas, os Institutos Federais (IFs). Segundo a mestra e pesquisadora em Educação Sueli Veiga (2020), ao longo de 2010 a 2014 foram implantados 6 campi do Instituto Federal em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. Nos anos seguintes vieram os de Dourados, Jardim e Naviraí.

SENADORES MS (2007-2011)

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Waldemir Moka	PMDB	Médico	Campo Grande
Nelson Trad	PMDB	Advogado	Campo Grande
Vander Loubet	PT	Bancário	Campo Grande
Antônio C. Biffi	PT	Professor	Campo Grande
Dagoberto Nogueira	PDT	Advogado	Campo Grande
Waldir Neves (2007-2009)	PSDB	Advogado	Miranda
Geraldo Resende	PMDB	Médico	Dourados
Antônio Cruz	PP	Médico	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Valter Pereira e o novo Código de Processo Civil (CPC)

Advogado, ex-deputado estadual, federal e secretário de Estado, Valter Pereira assumiu como suplente do falecido senador Ramez Tebet (PMDB) em fins de 2006. Sua atuação no Senado Federal se destacou em todo território nacional devido a relatoria do novo Código de Processo Civil (CPC), que tinha como autor o senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP).

O Código de Processo Civil é o conjunto de normas legais que regem o processo judicial civil. Nas discussões que o senador Valter Pereira fez em vários estados, uma das que ganhou espaço na nova legislação foi a que garantiu um capítulo específico sobre a Defensoria Pública. Depois de passar por diversas modificações, o Relatório foi aprovado pela Comissão do Senado responsável e encaminhado à Câmara dos Deputados.

ANDRÉ PUCCINELLI E A PRIMEIRA MULHER NA VICE-GOVERNADORIA: A SEGUNDA GESTÃO (1/01/2011 a 31/12/2014)



Governador André Puccinelli e a vice Simone Tebet.
Imagens: Prefeitura de Bataguassu e Amambai Notícias.

André Puccinelli tomou posse para a segunda administração em 1 de janeiro de 2011. Desta vez o cargo de vice era ocupado pela primeira vez na história de Mato Grosso do Sul por uma mulher, a ex-deputada estadual e ex-prefeita de Três Lagoas Simone Tebet (PMDB), filha do ex-governador e ex-senador Ramez Tebet. Outra mulher foi parceira importante neste segundo governo: a presidente da República Dilma Rousseff (PT).

Relações políticas

Praticamente o segundo governo André Puccinelli consolidou tudo o que havia sido iniciado no primeiro período. Politicamente, o governo continuou tendo seu aliado, Jerson Domingos, na presidência da Assembleia até 2014. Além disso, continuou com o apoio da maioria dos deputados estaduais.

O início do segundo mandato foi marcado por uma vitória do projeto político do governador, já que seu ex-vice, Murilo Zauith (DEM), elegeu-se prefeito de Dourados, em eleição suplementar feita em fevereiro de 2011 devido à prisão e cassação do prefeito Ari Artuzi (PDT).

Ainda em termos políticos e administrativo, o governo André Puccinelli aprovou a Lei da Ficha Limpa e sua aplicação no estado. A lei foi fruto da participação popular em todo território nacional por meio de abaixo-assinados, aprovada pelo Congresso Nacional e depois levada às Assembleias estaduais. Por meio dela, ficou proibida a contratação de funcionário público com pendências na Justiça.

Nas eleições para as prefeituras, em 2012, os candidatos apoiados pelo governador saíram vitoriosos na maioria dos municípios. No entanto, em Campo Grande, deu-se a derrota do império político do PMDB que já durava mais de 20 anos. Em segundo turno disputado com Edson Giroto (PR), candidato do governador, o radialista e deputado estadual Alcides Bernal (PP) venceu o pleito. No entanto, esse prefeito sofreria um processo de *impeachment* no ano de 2014, levando o vice Gilmar Olarte (PP) a assumir o cargo. Em 2015 investigações do GAECO mostraram que a cassação de Alcides Bernal teve características de um golpe político com suposta participação do vice-prefeito. Gilmar Olarte foi afastado pela operação *Coffee Break* e a Justiça estadual reconduziu o prefeito cassado à função. O resultado disso: Campo Grande viveu uma grave crise política, considerada a maior de sua história.

Obras – desenvolvimento econômico

Em termos de obras públicas, o governo finalizou os 8 anos legando inúmeras obras. A gestão André Puccinelli, segundo dados do governo e da imprensa, ultrapassou o mais famoso dos políticos sul-mato-grossenses responsável por grandes obras, Pedro Pedrossian. Foram construídas mais de 60 mil casas populares, 336 em comunidades quilombolas, o maior número da história de Mato Grosso do Sul.

Aproximadamente 2100 quilômetros de novas rodovias asfaltadas, entre elas: Coxim-Alcinópolis-divisa com Goiás, Camapuã-Figueirão-Alcinópolis, Campo Grande-Santa Rita do Pardo, Nova Andradina-Bataiporã, Inocência-Cassilândia, Corguinho-Rio Negro, Três Lagoas-Inocência, e Perimetral Norte de Dourados. A concessão da BR-163, pelo governo Dilma (PT), à empresa privada com objetivo de duplicá-la, contou com apoio do governador peemedebista. Contudo, para se ter uma ideia de que nem sempre as privatizações resolvem problemas, a duplicação, em 2022, era de alguns trechos. Concluiu-se as obras da gestão Zeca do PT, como o Parque Aquático de Fátima do Sul. Mas, algumas ficaram para a gestão posterior terminar como o Aquário do Pantanal e a sede da UEMS, ambas em Campo Grande.

Aquário do Pantanal

Em 2013, o governo lançou o programa “MS Forte 2”, desta vez voltado para as ações sociais, como saúde, educação e assistência, com 60 % dos recursos oriundos do tesouro estadual. Com planos de ser o maior aquário de água doce do planeta, a obra foi encerrada somente em 2022, como se verá nas páginas adiante relacionadas ao governo posterior ao de André.

Social – Segurança pública – Saúde

Na segunda gestão Puccinelli, iniciou-se a construção dos hospitais regionais de Dourados e Três Lagoas; concluiu-se os hospitais de Coxim, Nova Andradina e Chapadão do Sul. Os recursos financeiros repassados aos municípios saltaram de R\$ 16 milhões, em 2006, para R\$ 121 milhões, em 2013.

Conforme escreveu Beatriz Dobashi (2014), outro marco desse Pacto pela Saúde foi a parceria entre a FIOCRUZ e o governo André Puccinelli para criação da Unidade Regional Cerrado-Pantanal da FIOCRUZ, em Campo Grande, para o desenvolvimento de pesquisas.

Na Segurança Pública, o estado foi beneficiado por uma parceria entre governo Dilma (PT), estadual e municipal do qual saiu a Casa da Mulher Brasileira, a primeira do Brasil, localizada em Campo Grande, com objetivo de acolher e dar assistência à mulheres vítimas de violência.

Educação – Cultura

A educação estadual foi amplamente beneficiada pelo programa de ônibus escolares do governo federal, entregando frota zero km aos municípios; construiu-se a sede da UEMS Campo Grande; após muita reivindicação dos sindicatos do professorado, implantou-se a hora-atividade para professores (1/3). MS tinha o 2º melhor salário do magistério do Brasil, fruto da luta árdua da categoria, desde a década de 1980; concurso para professor e administrativo em 2011 e 2013; continuidade da entrega dos kits escolares e distribuição de prêmios aos estudantes que se destacaram pelo esforço, brindes como bicicletas, *tablets, notebook*.

As eleições de 2014: o PSDB conquista o governo

A disputa eleitoral de 2014 ocorreu em um contexto de forte descrença com a política tradicional, oriunda principalmente dos movimentos de rua que marcaram a metade do ano de 2013.

Para a sucessão de André Puccinelli era forte a possibilidade de uma união entre PT e PSDB no estado, haja vista que o senador Delcídio do Amaral (PT) e o deputado federal Reinaldo Azambuja (PSDB) articulavam a formação de uma chapa, onde o primeiro concorreria a governador e o segundo a senador. Contudo, com o lançamento da candidatura do senador Aécio Neves (PSDB-MG) à Presidência, este exigiu que Reinaldo Azambuja concorresse ao governo sul-mato-grossense para ter palanque confiável.

No mês de março de 2014, a nação brasileira conheceu a Operação Lava Jato, liderada pelo juiz paranaense Sergio Moro. As investigações revelaram, entre outras coisas, um esquema de corrupção por meio de propinas oriundas da Petrobras que beneficiou partidos

como o PT, PP, PL, PMDB e PTB. O nome do senador Delcídio do Amaral apareceu como suspeito de envolvimento no chamado Petrolão e isso marcou o embate eleitoral daquele ano.

Delcídio liderou as pesquisas e chegou em primeiro lugar no primeiro turno, seguido de Reinaldo Azambuja. O candidato escolhido por André Puccinelli, Nelsinho Trad (PMDB), ficou em terceiro lugar, já que o então governador praticamente não o ajudou.

No segundo turno, a disputa se acirrou, principalmente devido à intensa campanha do PSDB nacional contra a candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT). O apoio dado a Reinaldo pelo candidato Nelsinho Trad contribuiu para que o tucano virasse e se elegeesse governador.

Resultado das eleições 2014 em MS para governador (1º turno – 5/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Delcídio do Amaral	PT	567.331 (42%)	Dilma (PT)
Reinaldo Azambuja	PSDB	516.744 (39%)	Aécio Neves (PSDB)
Nelsinho Trad	PMDB	217.093 (16%)	Eduardo Campos (PSB) Marina Silva (PSB)
Evander Vendramini	PP	10.823 (0,82%)	
Sidney Melo	PSOL	7.823 (0,59%)	Luciana Genro (PSOL)
Monje do PSTU	PSTU	2.035 (0,15%)	Zé Maria (PSTU)

Fonte: TRE-MS.

Resultado das eleições 2014 em MS para governador (2º turno – 26/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Reinaldo Azambuja	PSDB	741.516 (55%) eleito	Aécio Neves (PSDB)
Delcídio do Amaral	PT	598.461 (44%)	Dilma (PT)

Fonte: TRE-MS.

As eleições de 2014 para presidente em MS

Como escrito anteriormente, o escândalo do Petrolão marcou o pleito eleitoral para à Presidência nesse ano. No entanto, um reviravolta ocorreu em agosto, quando o candidato do PSB, ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos morreu em acidente aéreo. Sua candidata a vice-presidente, Marina Silva passou à condição de candidata a presidente e ao longo do mês de setembro polarizou com Dilma nas pesquisas de intenção de votos.

O candidato Aécio Neves (PSDB) que nesse período caíra para terceira colocação surpreendeu ao voltar ao segundo lugar quando da abertura das urnas no primeiro turno. Assim, ele e a presidente petista disputaram o segundo turno, um dos mais acirrados desde 1989. Dilma Rousseff foi reeleita por uma diferença de quase 3,5 milhões de votos, graças à boa votação obtida na região Nordeste. Após o resultado, o País viu brotar de muitos cidadãos falas preconceituosas contra o povo nordestino, chegando-se ao cúmulo de algumas pessoas defenderem a separação da região do restante do território nacional. Mato Grosso do Sul deu mais de seu antipetismo ao ter a maioria dos votos dados ao candidato tucano.

Resultado das eleições de 2014 em MS para Presidente da República (1º turno – 5/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Aécio Neves	PSDB	558.331 (41%)
Dilma Rousseff	PT	506.951 (37%)
Marina Silva	PSB	257.805 (19%)
Luciana Genro	PSOL	10.700 (0,79%)
Pastor Everaldo	PSC	6.973 (0,52%)
Levy Fidelix	PRTB	4.622 (0,34%)
Eduardo Jorge	PV	4.083 (0,30%)
Zé Maria	PSTU	976 (0,07%)
Eymael	PSDC	477 (0,04%)
Mauro Iasi	PCB	390 (0,03%)
Rui Costa	PCO	97 (0,01%)

Fonte: TRE-MS.

Resultado das eleições de 2014 em MS para Presidente da República (2º turno – 26/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Aécio Neves	PSDB	762.233 (56%)
Dilma Rousseff	PT	590.835 (43%) reeleita no País

Fonte: TRE-MS.

André Puccinelli deixou o governo no final de 2014. No ano seguinte surgiram denúncias de suspeita de corrupção em sua gestão que o levaram à prisão por alguns dias no ano de 2017. Foi a primeira vez que um ex-governador do estado foi detido. Em 2018, na tentativa de concorrer ao governo novamente, foi outra vez preso (como se lerá melhor adiante). Em 2022 disputou o pleito eleitoral para governador. Tido como favorito terminou em terceiro lugar.

9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (2011-2015)

Presidida por mais 4 anos por Jerson Domingos (PMDB), o Legislativo estadual durante essa fase deu exemplo ao acabar com algumas mordomias como o 15º salário dos parlamentares. Foi essa legislatura também a responsável pela aprovação da Lei da Ficha Limpa estadual.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Marquinhos Trad	PMDB	Advogado	Campo Grande
Carlos Marun (2014)	PMDB	Engenheiro civil	Campo Grande
Jerson Domingos	PMDB	Produtor rural	Campo Grande
Junior Mochi	PMDB	Advogado	Coxim
Maurício Picarelli	PMDB	Jornalista	Campo Grande
Eduardo Rocha	PMDB	Economista	Três Lagoas
Paulo Duarte (2011-2012)	PT	Fiscal de rendas	Corumbá
Laerte Tetila	PT	Professor universitário	Dourados
Pedro Kemp	PT	Psicólogo	Campo Grande
Cabo Almi	PT	Cabo da PM	Campo Grande
Onevan de Matos	PSDB	Advogado	Naviraí
Marcio Monteiro	PSDB	Produtor rural	Jardim
Dione Hashioka	PSDB	Dentista	Nova Andradina
Londres Machado	PR	Empresário	Fátima do Sul
Paulo Corrêa	PR	Engenheiro civil	Campo Grande
Antônio C. Arroyo	PR	Engenheiro civil	Campo Grande
Marcio Fernandes	PT do B	Médico veterinário	Campo Grande
Mara Caseiro	PT do B	Dentista	Eldorado
Zé Teixeira	DEM	Produtor rural	Dourados
Felipe Orro	PDT	Advogado	Aquidauana
Alcides Bernal	PP	Radialista	Campo Grande
George Takimoto	PSL	Médico	Dourados
Diogo Tita (2011-2012)	PPS	Produtor rural	Paranaíba
Lauro Davi	PSB	Professor	Dourados

Fonte: elaborado com por meio de pesquisas do autor.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTEs

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Lídio Lopes (2013-2015)	PEN	Servidor público estadual	Campo Grande
Osvane Ramos (2013-2015)	PT do B	Bancário	Dois Irmãos do Buriti
Prof. Rinaldo (2011-2015)	PSDB	Professor	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Aprovada Lei da Ficha Limpa para primeiro escalão no governo

Em 2010, o Brasil se mobilizou para a aprovação da Lei da Ficha Limpa, sendo este um exemplo de como a participação popular pode dar certo, já que a mesma se originou de um projeto de lei de iniciativa popular, garantido na Constituição Federal de 1988. O objetivo era barrar os políticos com problemas na Justiça de se candidatarem a cargos eletivos.

No ano de 2011, em junho, a Assembleia Legislativa aprovou a PEC do deputado Paulo Duarte (PT) que vedava a nomeação de pessoas inelegíveis para cargos no primeiro escalão do governo de Mato Grosso do Sul. A Emenda Constitucional foi aprovada por unanimidade.

Luta por igualdade: Dia de Combate a Homofobia e da Consciência Negra Estadual

Atendendo à reivindicação do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTHRO), os deputados Paulo Duarte (PT) e Junior Mochi (PMDB) apresentaram projeto de Lei para instituir no estado o dia Estadual de Combate à Homofobia. O projeto foi aprovado pelo Parlamento, e o dia 17 de maio de cada ano passou a ser o Dia Estadual de Combate à Homofobia, um dia para se combater o preconceito com gays, lésbicas, travestis e lutar por um mundo melhor.

Combate às mordomias: Assembleia acaba com 15º salário

Alvo de inúmeros comentários populares, muitas vezes reais e em outras vezes falsos, o poder Legislativo no Brasil é um dos que mais oferece mordomias para os representantes eleitos a cada pleito.

A Assembleia Legislativa sul-mato-grossense, com objetivo de melhorar sua imagem com a população, por meio da Mesa Diretora sob a liderança do deputado e vice-presidente do Legislativo, Maurício

Picarelli (PMDB), acabou com os salários extras e o décimo quinto salário aos parlamentares.

Talvez essa atitude tenha ocorrido em virtude de o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em 2011, ter tentado quebrar o sigilo financeiro da Casa, o que não ocorreu, devido ao impedimento feito pelo Tribunal de Justiça (TJMS)

DEPUTADOS FEDERAIS MS (2011-2015)

O Congresso Nacional nesse período aprovou medidas importantes como a abertura de investigação, proposta pelo governo Dilma (PT) de crimes contra a humanidade cometidos durante a Ditadura Militar, através da Comissão Nacional da Verdade.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Fábio Trad	PMDB	Advogado	Campo Grande
Geraldo Resende	PMDB	Médico	Dourados
Marçal Filho	PMDB	Radialista	Dourados
Vander Loubet	PT	Bancário	Campo Grande
Antônio C. Biffi	PT	Professor	Campo Grande
Edson Giroto (2011-2013)	PR	Engenheiro civil	Campo Grande
Reinaldo Azambuja	PSDB	Produtor rural	Maracaju
Luiz H. Mandetta	DEM	Médico	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

SUPLENTE QUE ASSUMIU

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Akira Otsubo (2013-2015)	PMDB	Economista	Três Lagoas

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

“Jornadas de Junho” de 2013 sacodem o Congresso Nacional

O mês de junho de 2013 entrou para a História do Brasil devido aos movimentos de rua liderado por jovens das mais variadas vertentes políticas, esquerda, direita, centro, socialistas, liberais, anarquistas. O movimento, iniciado como protesto contra o reajuste na tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo, ganhou o Brasil e outros personagens além de estudantes como professores, sindicalistas,

indígenas, movimentos negro, LGBTQIA+, sem-terra, entre outros.

Além da qualidade no transporte público, o Movimento Vem Pra Rua reivindicava melhorias nas condições de saúde pública no Brasil e uma melhor atuação dos políticos em todos os níveis de poder.

Para discutir melhor esse movimento inédito no Brasil, diversos deputados, principalmente de esquerda, promoveram em seus estados debates para tratar do assunto. Em Mato Grosso do Sul, o deputado Vander Loubet (PT) foi um que tratou desse tema em discussão na UFMS, em Campo Grande.

Ao final, a presidente Dilma Rousseff (PT) sugeriu a discussão de uma Constituinte para formular a reforma política. No entanto, a ideia em pouco tempo foi deixada de lado, já que as eleições de 2014 e a Copa do Mundo de Futebol no Brasil se aproximavam. Apenas uma pequena Reforma Eleitoral foi aprovada de toda aquela discussão histórica.

A discussão do Programa Mais Médicos

Em 2013, após as mobilizações populares, o governo Dilma apresentou ao Congresso Nacional uma Medida Provisória para criar o Programa Mais Médicos, com intuito de ofertar mais profissionais de saúde às regiões brasileiras onde esses profissionais se encontravam em número muito aquém do necessário.

O programa abriu espaço para médicos oriundos de diversas partes do Brasil e também de países da América do Sul, principalmente Cuba, considerado um dos países com os melhores profissionais do mundo. Contudo, por vários motivos, o programa do governo federal gerou intensos debates na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Dos parlamentares de Mato Grosso do Sul, um dos mais críticos ao programa foi o médico Luiz Henrique Mandetta (DEM), que muitas vezes acusou o programa de estar ocorrendo devido às afinidades ideológicas do PT com o regime socialista ditatorial de Cuba. Já o deputado Marçal Filho (PMDB), por seu turno, fez pronunciamento favorável ao projeto, pois considerava ser uma solução para a falta de médicos nos lugares mais longínquos do Brasil. Para o deputado Geraldo Resende (PMDB) era algo importante, e ele,

apesar de ter apoiado outra candidatura à Presidência em 2010, concordou que a Saúde era algo prioritário no governo Dilma. Os petistas Vander Loubet e Antônio Carlos Biffi deram total apoio ao programa.

SENADORES MS (2011-2015)

SENADOR (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Marisa Serrano	PSDB	Professora	Campo Grande
Waldemir Moka	PMDB	Médico	Campo Grande
Delcídio do Amaral	PT	Engenheiro eletricista	Corumbá

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

SENADORES SUPLENTE

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Antônio Russo (2011-2013)	PR	Empresário	Nova Andradina
Rubén Figueiró (2013-2015)	PSDB	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Dois suplentes de senadora assumem a vaga: caso raro na história do Brasil

A renúncia de Marisa Serrano para assumir uma vaga vitalícia no Tribunal de Contas do Estado levou Mato Grosso do Sul a ter os 2 suplentes dela no exercício do cargo de senador, algo raro na história do Senado brasileiro. O primeiro a assumir foi o empresário Antônio Russo (PR). Estreante na política, Antônio Russo ficou apenas 2 anos, pois precisou se afastar por problemas de saúde.

Apesar de ser ruralista, o senador Antônio Russo pertenceu à base aliada do governo Lula (PT), já que era filiado ao PR, e apoiara o presidente em 2002. Em pouco mais de 1 ano e meio se destacou pela defesa do agronegócio no Brasil. Com seu afastamento, em janeiro de 2013 assumiu o segundo suplente Rubén Figueiró.

Rubén Figueiró (PSDB), político experiente que vinha desde os anos 1950 na política mato-grossense/sul-mato-grossense, apoiou a ditadura militar e depois a redemocratização do País, como senador se

pautou na defesa do combate à corrupção. Foi contra a PEC-37 que pretendia reduzir os poderes de investigação do Ministério Público (MP), também liderou algumas discussões em torno do projeto da Rota Bioceânica.

**O PRIMEIRO GOVERNO TUCANO DO ESTADO:
REINALDO AZAMBUJA
(PSDB – 1/01/2015 – 31/12/2018)**



Governador Reinaldo Azambuja e a vice Rose Modesto.
Imagens: jornal *Correio do Estado*.

Reinaldo Azambuja Silva nasceu em Campo Grande. Formado em Administração, desde jovem se dedicou a cuidar dos negócios de sua família no ramo do agronegócio. Foi prefeito de Maracaju entre 1997 e 2004. Por 1 mandato foi deputado estadual e deputado federal. No ano de 2014 elegeu-se governador do estado. Fiel ao seu partido desde o mandato de prefeito, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), permitiu que essa legenda comandasse Mato Grosso do Sul pela primeira vez a partir de janeiro de 2015. A vice-governadora Rose Modesto era professora de História de Campo Grande, natural do distrito de Culturama (Fátima do Sul-MS), ex-vereadora pela legenda tucana em Campo Grande, entre 2009 e 2014.

Ao assumir, uma das primeiras críticas ao governo anterior foi em relação ao “pacote de bondades” deixado como reajustes salariais aos servidores estaduais e aumento de repasses financeiros aos municípios. Apesar disso, foi o terceiro governo de Mato Grosso do Sul que se iniciou sem que houvesse os antigos problemas de salários em atrasos, que caracterizaram boa parte das décadas de 1980 e 1990.

Eleito com um discurso de renovação, o governador não deu demonstração disso ao recriar o cargo de Governador Regional em Dourados para acomodar aliados políticos, tendo como justificativa uma maior aproximação da população da região sul do estado com o governo.

O PSDB, nascido em 1988, com um programa, conforme escreveu o historiador André Guiot (2010), voltado para a modernização do Estado, sobretudo por meio de privatizações e diminuição do Estado na economia, pode colocar em prática, por aqui, algumas de suas teses, já que Reinaldo Azambuja assumiu o cargo em um ano de início de mais uma crise econômica no Brasil, causada por erros na condução da política econômica durante o primeiro governo Dilma Rousseff (PT) e pelo clima pós-eleições 2014 que geraram, do lado derrotado da eleição (Aécio Neves), um revanchismo golpista.

Relações políticas

Nas relações com a Assembleia Legislativa, o governador tinha a maioria dos deputados a seu favor. O grupo político ligado ao ex-deputado Londres Machado, derrotado como candidato a vice-governador, logo se articulou e passou a fazer parte do bloco de apoio ao governo tucano. No Congresso Nacional, a bancada de deputados e senadores foi fundamental para garantir recursos ao governo.

Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por intensos protestos de rua contra o governo Dilma. Protestos liderados pelas elites econômicas do País, que diziam combater a corrupção revelada por meio da operação Lava Jato que fora liderada pelo juiz Sergio Moro e inflamada pela grande mídia. Em conformidade com o historiador Flavio Casimiro (2018), aliado a isso eclodiu um movimento marcado por discurso de ódio a grupos minoritários como negros, índios, LGBTQIA+, sindicatos, entre outros. Algo que há muito tempo não se via no Brasil. Chegou-se ao absurdo de ter setores mais radicais da sociedade defendendo intervenção militar para derrubar o governo federal. O governador Reinaldo Azambuja, sendo um opositor, foi favorável aos movimentos pelo *impeachment* da presidente em meados de 2016.

Com a chegada do vice-presidente Michel Temer (PMDB) ao poder, em abril de 2016, o governador foi um dos primeiros a lhe declarar apoio e a reforçar a agenda de reformas neoliberais defendidas pelo novo chefe do Executivo federal.

Contudo, em maio de 2017, a revelação de suposto esquema de pagamento de propina da JBS, reveladas pelo empresário Joesley Batista, estremeceu a política estadual e o governo tucano, levando-o às manchetes de noticiário nacional. O governador negou as denúncias que foram investigadas pela Assembleia Legislativa sem que houvesse prejuízo ao chefe do Executivo. Dois pedidos de *impeachment* contra ele foram apresentados, sem êxito. Em tempos de redes sociais na *internet*, como *Facebook* e *WhatsApp*, essas notícias se espalharam com forte velocidade.

Reformas do Estado

As dificuldades iniciais enfrentadas pelo Executivo estadual entre 2015 e 2016 foram várias, visto que a economia brasileira entrou em recessão já em fins de 2014. Para isso, o governo lançou mão de medidas que reduziram o número de secretarias para 13. Por outro lado, aumentou alguns tributos como o ITCD, impostos sobre bebidas e cigarros, além do FUNDERSUL, gerando reações no meio dos produtores rurais, um dos principais grupos que apoiou a eleição do governador.

Em 2017, devido à queda na arrecadação de ICMS oriundos do gás natural da Bolívia, uma segunda reforma foi necessária. Por meio dela as secretarias foram reduzidas para 10. No entanto, a reforma mais impactante foi a da Previdência Estadual. No final daquele ano, o governo, por meio do uso da força da Tropa de Choque da PM contra os servidores públicos estaduais, aprovou reajuste na alíquota da previdência para servidores que ganhavam acima de R\$ 5 mil de salário.

Obras públicas e infraestrutura

Com objetivo de concluir as obras herdadas, criou-se o

programa Obra Inacabada Zero, que em 1 ano e meio encerrou 80% dos empreendimentos. Contudo, o Aquário do Pantanal, em Campo Grande, a obra mais emblemática deixada por André Puccinelli, ficou parada por cerca de 5 anos, devido a problemas de contratação de novas empreiteiras e também processos judiciais. Ela foi entregue em 2022.

No setor rodoviário, a gestão tucana reconstruiu algumas rodovias que estavam com significativo comprometimento de suas estruturas como as rodovias entre Juti e Iguatemi, Caarapó e Amambai, Brasilândia e Três Lagoas e de Santa Rita do Pardo a Brasilândia.

No Pantanal, fez-se obras de abertura de estradas, sem pavimentação, que permitiram algo inédito aos criadores de gado de algumas regiões: embarcar gado direto nos caminhões, o que antes só se fazia por meio das comitivas. As estradas ligando municípios pantaneiros e fazendas muito isoladas somaram mais de 300 quilômetros e foram concluídas no segundo mandato.

Social – Segurança Pública – Saúde

Na assistência social, o governo manteve o programa Vale Renda e criou, na Capital, a Rede Solidária que permitiu a jovens e adultos em situação de risco, como drogas, realizar cursos profissionalizantes, aprender ou desenvolver habilidades artísticas.

Na segurança pública foram investidos mais de R\$ 96 milhões, considerado o maior investimento desde a criação do estado, que compreendeu, além da aquisição de novos veículos para as forças de segurança, reformas de delegacias, presídios e a construção do quartel do Corpo de Bombeiros na cidade turística de Bonito.

A saúde pública no estado teve, pela primeira vez, uma grande mobilização para atender os sul-mato-grossenses que precisavam de atendimentos e que há muito tempo aguardavam, através do programa Caravanas da Saúde, uma forma de terceirizar a Saúde para atender o maior número de pessoas, visto que uma carreta percorria alguns municípios, oferecendo consultas e cirurgias simples.

Iniciou-se a construção dos hospitais regionais de Três Lagoas e Dourados, planejadas pelo governo anterior, além de reformas em hospitais de Ponta Porã, Campo Grande e Corumbá.

Educação – Cultura

Na área da Educação, o governo iniciou a gestão, em 2015, retrocedendo ao criar mais burocracia no sistema, por meio das Coordenadorias Regionais (CRE), ao dividir o estado em 12 regiões. Algo com características semelhantes às Delegacias de Ensino extintas em 1999.

Em junho daquele mesmo ano os professores realizaram uma greve de 1 semana para protestar pelo reajuste salarial. Foi a primeira greve após 12 anos da última, ocorrida em 2003. Ao longo dos 4 anos, os profissionais da educação se mobilizaram várias vezes contra as reformas neoliberais que retiraram direitos, como a reforma trabalhista.

Os servidores administrativos enfrentaram um dos piores momentos de sua história, pois ficaram todo o primeiro e a maior parte do segundo mandato desse governo sem reajuste em seus salários. O governo concedeu apenas um abono de 200 reais. Em 2017, outro retrocesso ocorreu: o fim do Curso Pré-Vestibular oferecido nas escolas estaduais desde o governo Zeca.

No que tange ao ensino em tempo integral, essa gestão avançou ao criar a Escola de Autoria, seguindo o que determinava o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014. Entre 2015 e 2018 foram criadas 17 escolas dessa modalidade em diversos municípios.

Arrocho salarial com os servidores públicos

Conforme sindicalistas de Maracaju, naquele município Reinaldo Azambuja ficou conhecido por arrochos nos salários dos servidores públicos; prática que ele repetiu no governo estadual ao não conceder reajustes justos exigidos por diversas categorias como da educação e segurança pública. A justificativa era a de que a crise fiscal o impedia. A maioria dos funcionários teve que aguentar praticamente todo o primeiro mandato sem ter reajustes consideráveis. No entanto, contraditoriamente, ao final da primeira gestão, secretários de Estado tiveram reajustes volumosos, o que não ajudava a manter o argumento de aperto financeiro do governo. Por outro lado, é preciso ressaltar que o modelo de administração do PSDB tem essas características.

Entre prisões de políticos e o ódio como política: o pleito eleitoral de 2018

No início de 2018, as pesquisas de intenção de votos para governador, no maior colégio eleitoral do estado - Campo Grande - indicavam a liderança do juiz de Direito aposentado Odilon de Oliveira (PDT) com 30 %, seguido do ex-governador André Puccinelli (MDB) com 23 %. O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) aparecia em terceiro lugar com 9 %.

Contudo, com a prisão, pela terceira vez, de André Puccinelli, em agosto daquele ano, Reinaldo passou para o segundo lugar nas pesquisas, lideradas ainda pelo juiz Odilon. A candidatura de um juiz a governador chamou atenção dos eleitores, principalmente por sua fama em Mato Grosso do Sul devido à condenação de perigosos criminosos na região de fronteira.

Com André Puccinelli preso, o MDB lançou a senadora Simone Tebet como pré-candidata à governadora. Mas ela desistiu poucas semanas depois e foi substituída pelo presidente da Assembleia Legislativa deputado Junior Mochi.

A partir do início da campanha eleitoral, o governador e candidato à reeleição Reinaldo Azambuja passou a liderar a disputa, com Odilon em segundo lugar. A fogueira eleitoral se aqueceu naquele 2018 no mês de setembro, quando uma operação da Polícia Federal (Vostok), prendeu 41 pessoas, entre eles o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) e 1 dos filhos de Reinaldo Azambuja. Segundo a imprensa, o governador só não foi preso porque a Justiça concluiu que isso geraria crise em Mato Grosso do Sul. A operação foi um desdobramento das denúncias de suposto esquema de propinas pagas por empresas do ramo frigorífico às campanhas eleitorais, denunciado em 2015. Mesmo assim, Reinaldo Azambuja foi reeleito em segundo turno.

Resultado das eleições 2018 em MS para governador (1º turno – 7/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Reinaldo Azambuja	PSDB	576.993 (44%)	Geraldo Alckmin (PSDB)
Juiz Odilon	PDT	408.969 (31%)	Ciro Gomes (PDT)
Junior Mochi	MDB	150.115 (11%)	Henrique Meirelles (MDB)
Humberto Amaducci	PT	132.638 (10%)	Fernando Haddad (PT)
Marcelo Bluma	PV	16.544 (1,28%)	Marina Silva (REDE)
João Alfredo	PSOL	8.095 (0,63%)	Guilherme Boulos (PSOL)

Fonte: TRE-MS e jornais locais.

Resultado das eleições 2018 em MS para governador (2º turno – 28/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Reinaldo Azambuja	PSDB	677.310 (52%) reeleito	Jair Bolsonaro (PSL)
Juiz Odilon	PDT	616.422 (47%)	Jair Bolsonaro (PSL)

Fonte: Idem.

As eleições presidenciais de 2018 e o retorno das ideias autoritárias

Assim como no mundo, a onda de extrema direita ganhou o Brasil e, em 2018, levou à Presidência da República o ex-capitão do Exército Brasileiro Jair Messias Bolsonaro, do inexpressivo Partido Social Liberal (PSL). A Europa e os Estados Unidos, a partir da eleição, em 2016, de Donald Trump, viu as ideias retrogradadas crescerem, colocando em xeque a democracia e seus valores.

No Brasil, essa onda chegou, beneficiada principalmente pela crise vivida na esquerda e centro-esquerda, após vários escândalos de corrupção, envolvendo PT, PSDB e PMDB/MDB. Nem mesmo o candidato do presidente Michel Temer (MDB), Henrique Meirelles, conseguiu força.

A única força que poderia derrotar a extrema direita no País naquele ano era a do ex-presidente Lula (PT). Contudo, sua prisão no mês de abril, a pedido do juiz Sergio Moro, levou Jair Bolsonaro a ficar

mais forte. Iniciada a campanha eleitoral, o PT teimava que Lula era o candidato, mesmo preso. Em meados de agosto, com o indeferimento da candidatura do ex-presidente, lançou-se seu candidato a vice, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT). A candidatura dele cresceu rapidamente e deixou para trás Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (REDE) que disputavam o segundo lugar.

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS
Jair Bolsonaro	PSL	769.116 (55%)
Fernando Haddad	PT	333.407 (23%)
Ciro Gomes	PDT	112.296 (8%)
Geraldo Alckmin	PSDB	90.897 (6%)
João Amoêdo	NOVO	26.491 (1,9%)
Henrique Meirelles	MDB	18.154 (1,3%)
Cabo Daciolo	Patriota	14.337 (1,03%)
Álvaro Dias	Podemos	12.527 (0,90%)
Marina Silva	REDE	12.279 (0,88%)
Guilherme Boulos	PSOL	6.174 (0,44%)
Vera Lúcia	PSTU	623 (0,04%)
Eymael	DC	325 (0,02%)
João Goulart Filho	PPL	319 (0,02%)

Fonte: TRE-MS.

Resultado das eleições presidenciais de 2018 em MS (28 de outubro)

No segundo turno, após uma campanha tensa, baseada em divulgação de vídeos e notícias falsas, as *fake news*, principalmente via redes sociais, e com Jair Bolsonaro se recuperando após um atentado a faca, em setembro, ele venceu o pleito. Deputado federal por mais de 20 anos pelo estado do Rio de Janeiro, defensor da ditadura militar e de seus abusos contra os direitos humanos, conquistou muitos adeptos, desde grandes empresários a trabalhadores assalariados. Grande parte de religiosos de igrejas evangélicas também entraram na onda bolsonarista e contribuíram para aquela vitória eleitoral. Em Mato Grosso do Sul a votação para o candidato foi extremamente favorável.

Resultado das eleições 2018 em MS para Presidente da República (2º turno – 28/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Jair Bolsonaro	PSL	872.049 (65%) eleito
Fernando Haddad	PT	465.025 (34%)

Fonte: TRE-MS.

10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (2015-2019)

O Legislativo sul-mato-grossense viveu momentos de crescimento dos representantes da classe burguesa no Parlamento nacional com aprovação de legislação que afetaram a vida dos trabalhadores, principalmente dos servidores públicos como a reforma da Previdência, além do crescimento das ideias conservadoras entre os líderes políticos. Presidiu a Casa nesses anos o deputado Junior Mochi (MDB).

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Marquinhos Trad (2015-2016)	PMDB-PSD	Advogado	Campo Grande
Maurício Picarelli	PMDB/PSDB	Jornalista	Campo Grande
Antonietta Amorim	PMDB-MDB	Promotora cultural	Campo Grande
Renato Câmara	PMDB-MDB	Engenheiro agrônomo	Ivinhema
Junior Mochi	PMDB-MDB	Advogado	Coxim
Eduardo Rocha	PMDB-MDB	Economista	Três Lagoas
João Grandão	PT	Bancário	Dourados
Amarildo Cruz	PT	Agente tributário	Campo Grande
Pedro Kemp	PT	Professor	Campo Grande
Cabo Almi	PT	Cabo da PM	Campo Grande
Professor Rinaldo	PSDB	Professor	Campo Grande
Flávio Kayatt	PSDB	Corretor de imóveis	Ponta Porã
Onevan de Matos	PSDB	Advogado	Naviraí
Ângelo Guerreiro (2015-2016)	PSDB	Empresário	Três Lagoas
Beto Pereira	PDT-PSDB	Empresário	Terenos
George Takimoto	PDT-MDB	Médico	Dourados
Felipe Orro	PDT-PSDB	Advogado	Aquidauana
Grazielle Machado	PR-PSD	Empresária	Campo Grande
Paulo Corrêa	PR-PSDB	Engenheiro civil	Campo Grande
Mara Casciro	PTdoB/PSDB	Dentista	Eldorado
Marcio Fernandes	PTdoB-MDB	Médico veterinário	Campo Grande
Lídio Lopes	PEN/Patriota	Servidor público estadual	Campo Grande
Barbosinha (2015-2016/2017-2019)	PSB-DEM	Advogado	Dourados
Zé Teixeira	DEM	Produtor rural	Dourados

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Coronel David (abr. 2016- dez. 2017)	PTdoB-PSC	Coronel da PM	Campo Grande
Paulo Siuffi (2016-2019)	MDB	Médico	Campo Grande
Herculano Borges (2016-2019)	Solidariedade	Professor	Campo Grande
Enelvo Felini (2017-2019)	PSDB	Produtor rural	Sidrolândia

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

CPI da violência praticada contra os povos indígenas do estado

Também em 2015, a Assembleia instalou a CPI do Genocídio contra Indígenas de Mato Grosso do Sul, sob a presidência do deputado João Grandão (PT). O fato de vários líderes indígenas de tribos diferentes terem sido assassinados no estado repercutiu nacionalmente, portanto as lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul passaram a pressionar o Legislativo a investigar. A CPI investigou os casos de violação aos direitos humanos dos índios entre os anos de 2000 e 2015, e ao final, em 2016, o relatório, apresentado pela deputada Mara Caseiro (PSDB), concluiu que o governo de Mato Grosso do Sul não havia sido omissos.

No entanto, ao longo da história do estado e do Brasil é evidente essa omissão, já que uma das questões mais recorrentes nas comunidades indígenas sul-mato-grossense diz respeito a demarcação das terras originais, algo que a Constituição Federal de 1988 disse que em 5 anos deveria estar concluída, mas que até os dias atuais não o foi.

O relatório gerou repúdio por parte de organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Apesar de tudo, a CPI foi importante para mostrar a luta dos povos indígenas por mais respeito, menos discriminação e mais investimentos em políticas públicas voltadas a eles.

Enfim, o primeiro concurso público da Assembleia Legislativa

Avanços e retrocessos sempre existiram na sociedade brasileira. Mas em Mato Grosso do Sul, estado que em 1977 nasceu

para ser modelo para o restante do País, a Assembleia Legislativa tinha uma dívida moral com seus habitantes, pois desde que foi instalada, em 1979, até o ano de 2016, nunca havia realizado um concurso público para o provimento de cargos. Ao longo de 37 anos de história, o apadrinhamento político dominou aquela Casa de Leis. Foi sob a presidência do deputado Junior Mochi (PMDB), entre 2016 e 2017, que ocorreu o primeiro concurso público por meio da oferta de 80 vagas de níveis de escolaridade médio e superior.

Reação violenta a protestos contra Reforma da Previdência Estadual

Ao Adiantar-se da Reforma da Previdência a nível nacional, o governo Reinaldo Azambuja optou por colocar em pauta a reforma estadual em meados de 2017. Uma das emendas discutidas no Legislativo tratava do aumento da alíquota de 11 para 14% no desconto do MS Prev aos servidores públicos que recebiam mais de 5 salários mínimos.

Apesar do grupo de deputados ter discutido o assunto com os sindicatos representantes dos servidores, no dia 28 de novembro lideranças ocuparam a Assembleia e ficaram até o dia seguinte, quando a matéria seria votada. Contudo, para surpresa dos servidores públicos que lotaram as galerias da Casa, a Presidência autorizou o uso da força policial para reprimir os manifestantes. A repressão foi violenta por parte da Polícia Militar que contava com cerca de 300 integrantes, e entrou no plenário para “proteger” os deputados estaduais. Houve bomba de efeito moral, correria, servidor agredido e até prisão de manifestante. Algo inédito na história de Mato Grosso do Sul. Foi sob a repressão policial que 17 deputados votaram favoráveis e 7 contra o a reforma.

DEPUTADOS FEDERAIS MS (2015-2019)

As eleições de 2014 elegeram em todo País grupos menores de políticos ligados à classe trabalhadora. Isso se refletiu na aprovação

do processo de *impeachment* da presidente da República e na concretização de leis prejudiciais, como a Reforma Trabalhista, que retirou muitos direitos do povo brasileiro.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Zeca do PT	PT	Bancário	Campo Grande
Vander Loubet	PT	Bancário	Campo Grande
Carlos Marun (2015-2017)	PMDB/MDB	Engenheiro civil	Campo Grande
Geraldo Resende	PMDB/MDB	Médico	Dourados
Marcio Monteiro (não assumiu para ser secretário de MS)	PSDB	Produtor rural	Jardim
Luiz H. Mandetta	DEM	Médico	Campo Grande
Dagoberto Nogueira	PDT	Advogado	Campo Grande
Tereza Cristina	PSB-DEM	Produtora rural	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

DEPUTADOS SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Elizeu Dionízio (2015-2019)	SD-PSDB	Advogado	Campo Grande
Fábio Trad (2017-2019)	PSD	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

MS ajuda a fortalecer bancada contra os trabalhadores no Congresso Nacional

Após as eleições de 2014 no Brasil, o número de deputados e senadores ligados à entidades sindicais e à classe trabalhadora diminuiu de 246 para 190. Mato Grosso do Sul ajudou a contribuir com isso ao enviar à Câmara dos Deputados apenas 3 parlamentares com histórico de envolvimento com esses grupos: Zeca do PT, Vander Loubet e Dagoberto Nogueira. Este fato contribuiu para que reformas que geraram prejuízos aos trabalhadores urbanos e rurais fossem aprovadas com ampla folga pelo Congresso Nacional, como a trabalhista.

Crise no governo Dilma: o *impeachment* com características de golpe

O clima de revanchismo do final das eleições de 2014 para presidente da República levou o País a iniciar o ano de 2015 de forma

turbulenta. Surgiram diversas manifestações nas grandes capitais organizados por movimentos de direita como o MBL (Movimento Brasil Livre), que defendia, entre outras coisas, um estado neoliberal. Os anos de 2015 e 2016 foram tensos na política nacional e difíceis para o governo Dilma Rousseff, que logo teve fazer um arrocho fiscal para tentar garantir governabilidade, e promover reformas que desagradaram a classe trabalhadora, como a minirreforma da Previdência que alterou a forma de cálculo das aposentadorias, como escreveu o historiador Vitor Wagner de Oliveira (2021).

O aumento do desemprego, as distorções da mídia em cima do governo, o estouro do escândalo revelado pela Operação Lava Jato, o “Petrolão”, e as chamadas “pautas bombas” que a Câmara dos Deputados, liderada pelo presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ), votou, seguida do rompimento do PMDB e do vice-presidente Michel Temer com o PT e a presidente Dilma, derreteram a popularidade daquele segundo governo, o quarto liderado pelo PT a nível federal.

Em 2016, sob alegação das “pedaladas fiscais”, movimentações financeiras que o governo teria feito sem autorizações, e que, segundo alguns juristas correspondia a crime de responsabilidade, a tensão aumentou e, articulado por Eduardo Cunha e outros deputados e senadores da oposição, iniciou-se um processo de *impeachment*, o quarto o da história brasileira¹. Os deputados federais sul-mato-grossenses assim votaram para a abertura do processo do impedimento de Dilma:

DEPUTADO (A)	PARTIDO	FAVOR	CONTRA
Zeca do PT	PT		X
Vander Loubet	PT		X
Carlos Marun	PMDB	X	
Geraldo Resende	PMDB	X	
Elizeu Dionísio	Solidariedade	X	
Luiz H. Mandetta	DEM	X	
Dagoberto Nogueira	PDT		X
Tereza Cristina	PSB	X	

Fonte: CÂMARA aprova impeachment e Dilma está a um “passo” de cair. *Correio do Estado*. Campo Grande. 17 abr. 2016, p. 1.

1 Segundo o *site* do Senado Federal, os primeiros processos de impedimento de Presidente na História do Brasil ocorreram no ano de 1955. O primeiro a sofrer o *impeachment* foi o presidente Café Filho (PSP). Em seguida foi a vez do Presidente da Câmara dos Deputados, que assumiu a Presidência, Carlos Luz (PSD). Contudo, esses processos não seguiram a Lei do Impeachment (Lei 1079/1950). No caso de Fernando Collor (PRN) e Dilma Rousseff (PT), a Lei foi seguida.

O processo teve características de golpe de Estado, já que pouco tempo, revelou-se que muitos governadores e prefeitos Brasil afora, fizeram as chamadas pedaladas fiscais e ninguém sofreu penalidade. As revelações de áudios de que senadores do PMDB queriam evitar a “sangria” de outras lideranças e, para isso, era necessário derrubar a presidente, deixaram muitos cidadãos mais confiante disso. No final de 2018, o senador do PSDB, Tasso Jereissati (Ceará), em entrevistas a sites de notícias, revelou não ter sido boa ideia os tucanos apoiarem a sabotagem ao governo Dilma na tentação pelo poder, já que passariam a fazer parte do governo Temer (2016-2018). No dia 21 de julho de 2022, o ex-presidente Michel Temer, ao conceder entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, expressou que Dilma era honestíssima e que o *impeachment* ocorreu porque a presidente não soubera se articular com o Congresso Nacional.

Reformas contra a classe trabalhadora: Trabalhista e Terceirização do trabalho

As consequências da derrubada de Dilma e a posse de Michel Temer foram o retorno de extensas agendas neoliberais na economia brasileira. Para isso três temas foram muito debatidos pelo Congresso Nacional ao longo dos 2 anos de governo do PMDB/ MDB: o teto de gastos públicos, também chamado de congelamento de gastos, pois previa por 20 anos uma condição que não permitissem os governos das três esferas (União, Estados e Municípios) aumentarem seus gastos acima da inflação. Em segundo, a Reforma Trabalhista e a Terceirização de diversos setores da economia.

Escândalo no governo Temer: votação dos deputados para investigar o presidente

Em maio de 2017, o Brasil assistiu ao estouro de um novo escândalo, a revelação, por meio de delação premiada, de gravação de áudio pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, de que o presidente Michel Temer faria parte de um esquema que pagava a políticos presos

como Eduardo Cunha (ex-presidente da Câmara Federal) para que ficassem calados. A gravação envolvia também o ex-candidato à Presidência em 2014, senador Aécio Neves (PSDB-MG). Em agosto, a Câmara dos Deputados se viu pressionada a votar um processo para investigar o presidente da República, no entanto, a maioria governista barrou a ideia. A votação tornou a ocorrer em outubro daquele ano e a bancada de Mato Grosso do Sul assim votou:

DEPUTADO (A)	PARTIDO	INVESTIGAR TEMER	NÃO INVESTIGAR TEMER
Carlos Marun	MDB		X
Geraldo Resende	PSDB		X
Tereza Cristina	PSB		X
Elizeu Dionísio	PSDB		X
Luiz H. Mandetta	DEM	X	
Zeca do PT	PT	X	
Vander Loubet	PT	X	
Dagoberto Nogueira	PDT	X	

Fonte: BANCADA de MS tem empate na votação sobre denúncia contra Temer. *Diário do Estado*. Coxim, 4 ago. 2017, p. 3.

SENADORES MS (2015-2019)

No Senado, a composição sul-mato-grossense ficou a seguinte:

SENADOR (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Simone Tebet (2015-2023)	PMDB-MDB	Advogada	Três Lagoas
Waldemir Moka (2011-2019)	PMDB-MDB	Médico	Campo Grande
Delcídio do Amaral (2011-2016)	PT	Engenheiro elétrico	Corumbá

Fonte: elaborado por meio de pesquisa do autor.

SENADOR SUPLENTE

SENADOR	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE
Pedro Chaves (2016-2019)	PSC	Professor e empresário	Campo Grande

Fonte: *Correio do Estado*.

O primeiro senador brasileiro preso no exercício do mandato após a redemocratização

Suspeito de participação nos escândalos de corrupção da Petrobrás, revelados pela operação Lava Jato, em 2014, o senador

Delcídio do Amaral (PT) tornou-se líder da presidente Dilma Rousseff no Senado em 2015. No entanto, em novembro daquele ano, foi preso pela Polícia Federal sob alegação de tentar atrapalhar as investigações. Após a redemocratização do Brasil, esse foi o primeiro caso de um senador brasileiro preso no exercício do mandato. No mesmo dia, a Casa votou para que Delcídio continuasse em prisão preventiva. Os senadores Waldemir Moka e Simone Tebet, colegas de bancada do petista, também optaram pela prisão do mesmo.

Na cadeia Delcídio fez delação premiada denunciando Lula e Dilma nos escândalos da Petrobras. Foi expulso do PT. Quando foi libertado teve seu mandato cassado pelo Senado. Seu suplente Pedro Chaves (PSC) assumiu. Em 2018, a Justiça Eleitoral permitiu que ele disputasse novamente o Senado, pelo PTC.

Votação do *impeachment* de Dilma

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) prosseguiu no Senado Federal. No dia 31 de agosto de 2016, 61 senadores votaram pela cassação do mandato e 20 pela absolvição. Definitivamente Dilma foi afastada da Presidência da República e o então vice Michel Temer (PMDB) assumiu a função. Os representantes de Mato Grosso do Sul foram todos favoráveis à cassação como se pode ver no quadro a seguir:

SENADOR (A)	PARTIDO	A FAVOR DO IMPEACHMENT
Waldemir Moka	PMDB	Sim
Simone Tebet	PMDB	Sim
Pedro Chaves	PSC	Sim

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Pedro Chaves suplente que se destacou pela Reforma do Ensino Médio

Ao longo de 2016 e início de 2017, o senador que assumiu o lugar de Delcídio do Amaral, Pedro Chaves (PSC), ganhou destaque no Brasil ao ser relator da reforma do Ensino Médio proposto pelo governo Michel Temer (PMDB). Alvo de muitas críticas por parte de sindicalistas e estudiosos da Educação, principalmente por não ter

contado com a participação popular na elaboração, como explicou a geógrafa e mestra em Educação Maria de Lourdes Ferreira de Macedo Lopes (2021), como também de apoio por parte de outros especialistas, a reforma estabeleceu diversas mudanças na etapa de ensino brasileiro chamado Ensino Médio, por meio do aumento da carga-horária, a valorização do ensino profissionalizante em detrimento do ensino superior.

As mudanças passaram a ser aplicadas a partir de 2022, não sendo muito aceitas pelos estudantes, já que, em muitos casos, as escolas públicas não tiveram infraestrutura preparada para as novidades e disciplinas ofertadas.

**O SEGUNDO GOVERNO REINALDO AZAMBUJA
(PSDB/01/01/2019 – 31/12/2022): DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO E O
ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19**



Governador Reinaldo Azambuja e vice Murilo Zauith.
Imagens: CRE-5 Dourados

Reinaldo Azambuja assumiu o segundo mandato de governador no dia 1º de janeiro de 2019, desta vez com outro vice-governador, Murilo Zauith (DEM) que, em 2016, havia deixado o cargo de prefeito de Dourados e também fora vice na primeira gestão André Puccinelli.

Já nos primeiros meses de 2019, o governo realizou novas reformas que reduziram para 9 o número de secretarias de Estado, e passou a dar total apoio às reformas planejadas pelo governo federal, liderado pelo presidente de extrema direita Jair Bolsonaro (PSL).

Relações políticas

No governo federal, Reinaldo Azambuja tinha no presidente Jair Bolsonaro um forte aliado, já que o apoiara no segundo turno das

eleições de 2018. Em relação ao poder Legislativo estadual, a maioria dos deputados era de sua base. A oposição se concentrou novamente no PT que tinha apenas 2 deputados e em alguns deputados que se diziam independentes, mas que em muitas matérias votou com o governo. Isso também se repetiu na base aliada da bancada sul-mato-grossense no Congresso Nacional.

O suposto escândalo de corrupção envolvendo o filho do governador acompanhou-o por boa parte do segundo mandato. Em agosto de 2022, tanto o filho quanto o governador (pai) foram absolvidos pelo STJ por falta de provas.

Novamente as reformas do Estado

A primeira reforma deste segundo governo ocorreu no sentido de reduzir o número de funcionários públicos e, conseqüentemente, o valor da folha salarial mensal que girava em torno de R\$ 470 milhões, para pagar os ativos, inativos, aposentados e pensionistas. Este valor estava chegando próximo ao limite de gastos com pessoal que é permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Para isso o governo abriu o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) – o terceiro na história de Mato Grosso do Sul. No entanto, o PDV, encerrado em julho de 2019, teve a adesão de apenas 161 servidores, visto que em momentos de crise econômica poucos servidores arriscam o trabalho e salário estáveis que o Estado garante. Outra mudança com vistas a aumentar a arrecadação estadual se deu no FUNDERSUL, que ampliou o tributo pago pelos produtores rurais em mais de 40%, como no caso da soja.

Outra reforma marcante foi a da Previdência Estadual, a segunda no estado em pouco mais de 2 anos. A administração deu total apoio à reforma oriunda do governo Bolsonaro e implantou aqui diversas mudanças como o fim da aposentadoria especial dos professores, o aumento da alíquota de 11 para 14 % para servidores que ganham acima de 2 mil Reais (a maioria do funcionalismo estadual), e também o desconto para o MS Prev do salário dos servidores aposentados, sem que estes ganhassem acima do teto (mais de R\$ 5 mil mensais).

Obras públicas e infraestrutura: enfim a rota bioceânica começa a sair do papel

Em continuidade às obras da primeira gestão, o governo iniciou aquela obra que pode ser considerada a mais desejada nos últimos 20 anos pelos administradores que estiveram à frente do poder Executivo sul-mato-grossense: a infraestrutura para a implantação da Rota Bioceânica, na cidade de Porto Murtinho, fronteira com o Paraguai.

A obra que visa ligar o Brasil via Mato Grosso do Sul aos portos do Chile e por lá chegar ao oceano Pacífico rumo à Ásia, visa encurtar o caminho. Obra federal, mas com contrapartida do governo estadual, ela se iniciou, logo após o governo paraguaio iniciar sua parte naquele país. Em fevereiro de 2021 o governo Reinaldo Azambuja inaugurou o contorno rodoviário de Porto Murtinho. Tais empreendimentos gerarão novas expectativas para aquela região, já que depois de inaugurada a rota, será uma das mais cobiçadas pelo Brasil com destino às exportações e importações de mercadorias, além de funcionar como local de intercâmbio cultural, como ressaltou o historiador Eronildo Barbosa (2021).

Em março de 2020, o estado lançou o pacote de obras e serviços denominado Governo Presente, com investimentos de R\$ 4 bilhões. No montante envolvido, o governo realizou a pavimentação asfáltica de 1 mil quilômetros em várias regiões, entre elas as rodovias de Costa Rica e Figueirão; a rodovia entre Ponta Porã e Antônio João; entre Fátima do Sul e Caarapó; entre Bonito e Anastácio, além de trechos pequenos entre alguns distritos e sedes de municípios, como Palmeiras e Aquidauana, e Capão Seco (Sidrolândia) e Anhanduí (Campo Grande). Ao final da gestão foram asfaltados mais de 1.300 quilômetros de rodovias.

O Parque dos Poderes foi revitalizado e regiões isoladas do Pantanal foram beneficiadas pelo programa Ilumina Pantanal, uma parceria entre governo, Energisa e Aneel, que levou energia solar a mais de 3 mil famílias de fazendas remotas que, em pleno século XXI, ainda viviam à base de iluminação oriunda de lampião ou lamparina. Mais de 30 mil casas populares nos 8 anos

No início de 2022, o tão aguardado Aquário do Pantanal foi inaugurado, após 11 anos de seu início, no valor de R\$ 250 milhões.

Funcionalismo público sem reajuste justo por 7 anos

Entre as marcas negativas ao longo de 7 anos desse governo está a desvalorização dos salários dos servidores públicos. A Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros, servidores da Saúde, entre outros, ficaram sem reajustes. No caso da Civil, os agentes viram seus salários cair 6 pontos no ranking nacional. Em 2014 a Polícia Civil se posicionava em 14º na tabela dos melhores salários do Brasil. Em 2021 estava em 21º.

Os professores receberam seu reajuste por meio de muita pressão da FETEMS, pois o piso salarial deveria ser cumprido. No entanto, os servidores administrativos continuaram sem perspectivas de reajustes reais, recebendo o abono desde o primeiro mandato. Somente no início de 2022 (ano eleitoral), Reinaldo Azambuja concedeu um reajuste de 10% a todas as categorias do funcionalismo.

Saúde: pandemia de Covid-19 e o enfrentamento que destacou MS em todo Brasil

O ano de 2020 se iniciou com notícias de um vírus mortal que afetava a China. A partir de março o vírus começou a se espalhar pelo restante do planeta e, no Brasil, os primeiros casos ocorreram na primeira quinzena do mês. Era o Novo Corona Vírus ou Covid-19, que rapidamente começou a se espalhar e matar. Em Mato Grosso do Sul, a primeira vítima foi uma funcionária pública de Batayporã.

Entre março de 2020 e agosto de 2021, o Brasil viveu um período de crise com a ocorrência de fechamento quase total das cidades, o *lockdown*, em alguns períodos. Escolas suspenderam as aulas presenciais, o isolamento social, o cumprimento sem o aperto de mãos e o uso de máscaras fizeram parte da rotina mundial. O momento que exigia união de todas esferas de governo, foi marcado pelo negacionismo científico do presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, o que gerou divergências entre o chefe da Nação e os governadores, os quais apoiavam todas as medidas sanitárias ditadas pela OMS.

O político sul-mato-grossense Luiz Henrique Mandetta, então ministro da Saúde do País, ficou famoso ao defender a rigorosa

proteção contra a pandemia. Conforme escreveu o jurista José Carlos Robaldo (2021), seu destaque maior que o do presidente negacionista, custou-lhe o cargo e a nação se viu sem liderança técnica no Ministério da Saúde.

O governo Reinaldo Azambuja e seu secretariado, principalmente o de Saúde, Geraldo Resende, destacaram-se na luta contra o vírus. A etapa de maior luta foi pela vacinação. Quando o primeiro carregamento chegou em janeiro de 2021, a chinesa Coronavac, graças aos esforços do governo de São Paulo, liderado por João Dória (PSDB), Mato Grosso do Sul foi destaque nacional por liderar o *ranking* de vacinação por vários meses. Por aqui, apesar de muitas pessoas se oporem à vacina, conseguiu-se superar as expectativas. O saldo triste, para tantas famílias, foi até o momento (19 de novembro de 2022) de mais de 10.848 mortos. Em todo o Brasil a pandemia ceifara mais de 680 mil vidas.

Mesmo com pandemia, obras de infraestrutura de saúde continuaram. Dos 3 hospitais regionais, o de Três Lagoas foi inaugurado em junho de 2022, beneficiando cerca de 44 municípios do entorno. O de Dourados para ser entregue até o final de 2022. Os hospitais de Corumbá, Caarapó, Bodoquena, Jardim, Maracaju, Nova Andradina e Ponta Porã foram ampliados e dotados de equipamentos modernos.

Educação - Social – Segurança Pública

A educação viveu um dos momentos mais tristes da história do estado, quando o governador encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto para cortar o salário dos professores contratados em julho de 2019. O corte foi de 35%, causou estragos nos rendimentos de um grande número de profissionais. No entanto, no início de 2022, o governo ao justificar ter boa arrecadação, recuperou parte do salários, mas isso não permitiu igualar os vencimentos dos efetivos e contratados.

A UEMS, em 2022, ofereceu 500 vagas para migrantes e refugiados que se encontrassem morando no estado, nos 13 campi. 128 escolas estaduais de tempo integral funcionavam. Contudo, muitos profissionais ressaltavam a falta de estrutura básica nessas escolas, para possibilitar aulas diferenciadas.

Os programas sociais foram reforçados. Mais de 28 mil famílias atendidas pelo Vale Renda, que paga o valor de R\$ 180,00 por mês e que, com a pandemia da Covid-19, teve acréscimo de 60 Reais, para matriculados em escolas públicas. Em abril de 2021, devido ao agravamento da pandemia, o Estado substituiu o Vale Renda pelo programa Mais Social, portanto passou a pagar o valor de R\$ 200,00 e, a partir de 2022, o valor de 300. Outros programas foram: a Energia Social, pelo qual o estado pagou entre dezembro de 2021 e janeiro de 2023 o valor da energia elétrica para mais de 140 mil famílias de baixa renda; a CNH Social, voltado para atender cidadãos que não possuíam condições financeiras para tirar a primeira habilitação. Muitos cidadãos sul-mato-grossenses e analistas políticos entenderam os programas como eleitoreiros, já que era preciso fortalecer seu candidato Eduardo Riedel. O governador sempre argumentou, entretanto, que se tratava de programas alcançados graças ao saneamento financeiro vivido pelo estado.

No setor da Segurança houve a aquisição de um caminhão autoescada mecânica para o Corpo de Bombeiros de Campo Grande; reformas de delegacias e batalhões da PM; construção da nova sede do DOF, em Dourados, e aquisição de helicóptero; e criação da Patrulha Rural da PM.

Agressão aos Direitos Humanos: a violência do Estado contra os indígenas

A questão indígena no estado teve capítulos tensos em 2018 e 2022. No primeiro ano, no município de Caarapó, índios que lutavam pela demarcação, acampados nas áreas de retomada, foram surpreendidos pela repressão da PM, pois usou até helicóptero para intimidar os Guarani-Kaiowá, durante processo de reintegração de posse autorizado pela Justiça Federal. Em 2022, a ação ocorreu no município de Amambai, também numa área de retomada, onde um indígena acabou morto e 3 policiais ficaram feridos.

2022: uma eleição com o maior número de candidatos a governador e a candidatura do primeiro índio ao cargo

O governador Reinaldo Azambuja, assim como os 3 anteriores, cogitou renunciar antes e se candidatar a um cargo no Congresso Nacional, mas optou por encerrar o mandato em 31 de dezembro de 2022. O candidato do governo começou a despontar por meio da escolha de Eduardo Riedel para chefiar a secretaria de Obras, o que lhe deu visibilidade em todo Mato Grosso do Sul.

Pela primeira vez na história do estado dois fatos ocorreram nesse pleito: o primeiro foi a renúncia de um prefeito eleito da Capital, Marquinhos Trad (PSD), para concorrer ao governo, faltando-lhe ainda 2 anos para concluir o mandato. O segundo, a candidatura do primeiro indígena Guarani-Kaiowá, de Dourados, Magno de Souza, pelo Partido da Causa Operária (PCO), de extrema esquerda. Esse lançamento ocorreu na terra reivindicada pelos guarani no município douradense, chamada de “retomada Aratikuty”. Ele é sobrinho do famoso líder Marçal de Souza e marcou os debates entre os candidatos por denunciar a violência contra os povos indígenas, o preconceito e a falta da presença do Estado nas comunidades.

Outra marca daquela disputa foram as denúncias de suposto escândalo sexual protagonizados pelo candidato Marquinhos Trad, quando ainda era prefeito de Campo Grande. Candidato que liderava algumas pesquisas, começou a sofrer, no final de julho daquele ano, o lado negativo das denúncias. Marquinhos alegava que as acusações foram criadas pelos articuladores do candidato do governador para depreciar sua imagem e permitir o avanço dos adversários.

Assim, as pesquisas indicavam possível segundo turno entre André Puccinelli e Eduardo Riedel. Contudo, o que ninguém imaginava aconteceu no primeiro turno: a surpreendente passagem do Capitão Contar (PRTB) para 1º lugar, Eduardo Riedel (PSDB) em segundo e André Puccinelli em terceiro. Marquinhos Trad viu as denúncias repercutirem com força, e terminou em sexto lugar.

O fato de Capitão Contar, bolsonarista raiz, ter chegado ao primeiro lugar, deveu-se principalmente ao presidente Jair Bolsonaro ter pedido, no debate da Globo, do dia 29 de setembro, que os eleitores de Mato Grosso do Sul votassem no capitão Contar, após ser desafiado

pela presidenciável Soraya Tronicke, pois esta alegava que o presidente abandonara seus fiéis apoiadores.

Resultado das eleições 2022 em MS para governador de MS (1º turno 2/10)

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS	PRESIDENTE APOIADO
Capitão Contar	PRTB	384.275 (26,7%)	Jair Bolsonaro (PL)
Eduardo Riedel	PSDB	361.981 (25,1%)	Jair Bolsonaro (PL)
André Puccinelli	MDB	247.093 (17,1%)	Jair Bolsonaro (PL)
Rose Modesto	União Brasil	178.599 (12,4%)	Soraya Thronike(UB)
Giselle Marques	PT	135.556 (9,4%)	Lula (PT)
Marquinhos Trad	PSD	124.795 (8,6%)	
Adônis Marcos	PSOL	3.251 (0,2%)	Lula (PT)
Magno de Souza	PCO	2.892 (0,2%)	Lula (PT)

Fonte: COM reviravolta na reta final, Contar e Riedel vão disputar o 2 turno em MS. Marco Eusébio in blog. Disponível em: <https://www.marcoeusebio.com.br/coluna/com-reviravolta-na-reta-final-contar-e-riedel-va-o-disputar-2-turno-em-mato-grosso-do-sul/73791>. Acesso em: 2 out. 2022.

A virada de Eduardo Riedel (PSDB)

A campanha do segundo turno, de 7 a 29 de outubro, concentrou-se no embate entre Eduardo Riedel divulgando a falta de experiência administrativa do deputado estadual Capitão Contar e o risco de se entregar um estado com estabilidade econômica nas mãos de um desconhecido.

Ambos os candidatos apoiaram o presidente Jair Bolsonaro (PL). Contudo, o PT, mesmo liberando a militância, teve em seus deputados estaduais e federais eleitos o apoio direcionado ao candidato do PSDB. Os ex-candidatos André Puccinelli, Rose Modesto (UB) e Marquinhos Trad (PSD) declararam apoio a Contar.

Na segunda semana de campanha, Capitão Contar (PRTB) começou a sofrer críticas por não participar de 3 debates organizados pela imprensa campo-grandense. Mas, pode-se concluir que o forte apoio da maioria dos prefeitos; da senadora eleita Tereza Cristina e o fato do presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) declarar neutralidade no estado foram determinantes na reta final da campanha. O debate do dia 27, na TV Morena, onde o candidato Contar não demonstrou preparo para o cargo, levou, no dia 30 de outubro, à virada do jogo eleitoral e Eduardo Riedel sagrou-se eleito governador.

Pela segunda vez na história sul-mato-grossense o governador conseguiu fazer seu sucessor. A primeira foi em 1986, quando Ramez Tebet elegeu Marcelo Miranda. Contudo, foi a primeira vez que um governador reeleito conseguiu elege seu sucessor. Biólogo por formação, Eduardo Correa Riedel saiu direto de um cargo técnico no governo Azambuja para o de governador eleito.

Resultado das eleições 2022 em MS para governador (2º turno – 30/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Eduardo Riedel	PSDB	808.210 (56,9%) eleito
Capitão Contar	PRTB	612.113 (43,1%)

Fonte: RIEDEL vence em MS, Lula ganha como presidente. *Correio do Estado*. 31 out. 2022.

Resultado das eleições 2022 para ALMS

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Mara Caseiro	PSDB	Dentista	Eldorado
Zé Teixeira	PSDB	Produtor rural	Dourados
Paulo Corrêa	PSDB	Engenheiro civil	Campo Grande
Jamilson Name	PSDB	Empresário	Campo Grande
Pedro Caravina	PSDB	Servidor público	Bataguassu
Lia Nogueira	PSDB	Radialista	Dourados
Zeca do PT	PT	Bancário	Campo Grande
Pedro Kemp	PT	Professor	Campo Grande
Amarildo Cruz	PT	Fiscal tributário	Campo Grande
Junior Mochi	MDB	Advogado	Coxim
Renato Câmara	MDB	Eng. Agrônomo	Ivinhema
Marcio Fernandes	MDB	Médico veterinário	Campo Grande
Coronel David	PL	Coronel da PM	Campo Grande
João Henrique	PL	Advogado	Campo Grande
Neno Razuk	PL	Empresário	Dourados
Gerson Claro	Progressistas	Advogado	Campo Grande
Londres Machado	Progressistas	Empresário	Fátima do Sul
Lídio Lopes	Patriota	Servidor público	Campo Grande
Lucas de Lima	PDT	Radialista	Campo Grande
Antônio Vaz	Republicanos	Administrador	Campo Grande
Rafael Tavares	PRTB	Empresário	Campo Grande
Pedro Pedrossian Neto	PSD	Economista	Campo Grande
Roberto Hashioka	União Brasil	Engenheiro civil	Nova Andradina
Prof. Rinaldo	Podemos	Professor	Campo Grande

Fonte: NA Assembleia, 17 dos atuais 24 deputados estaduais foram eleitos. *Correio do Estado*. 3 out. 2022, p. 7.

Resultado das eleições de 2022 para Deputados Federais de MS

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Beto Pereira	PSDB	Empresário	Campo Grande
Geraldo Resende	PSDB	Médico	Dourados
Dagoberto Nogueira	PSDB	Advogado	Campo Grande
Vander Loubet	PT	Bancário	Campo Grande
Camila Jara	PT	Socióloga	Campo Grande
Marcos Pollon	PL	Advogado	Dourados
Rodolfo Nogueira	PL	Produtor rural	Dourados
Luiz Ovando	Progressistas	Médico	Campo Grande

Fonte: MATO Grosso do Sul renova metade de sua bancada na Câmara dos Deputados. *Correio do Estado*. 3 out. 2022, p. 7.

Resultado das eleições de 2022 para Senadora de MS

SENADOR (A)	PARTIDO	VOTOS
Tereza Cristina	Progressistas	829.149 (eleita)
Luiz H. Mandetta	União Brasil	206.093
Prof. Tiago Botelho	PT	178.041
Juiz Odilon	PSD	146.261
Anízio Tocchio	PSOL	2.101
Jeferson Bezerra	Agir	1.000

Fonte: TEREZA Cristina vira senadora com maior votação do País. *Correio do Estado*. 3 out. 2022.

Eleições presidenciais de 2022: uma disputa para garantir a democracia e MS com 2 candidatas à Presidência

O processo eleitoral de 2022 para presidente da República foi, na teoria, adiantado em março de 2021 quando o STF anulou as condenações do ex-presidente Lula (PT) que, a partir daquele momento passou a se destacar como candidato ao cargo e a liderar as pesquisas contra o presidente Jair Bolsonaro (PL). A tensão começou a ser demonstrada naquele ano, foi marcante ao longo de 2022, principalmente nos 45 dias de campanha eleitoral.

As possíveis candidaturas de terceira via que, até o início de 2022, contavam com o ex-juiz Sergio Moro (Podemos) e o ex-governador de São Paulo João Dória (PSDB), perderam fôlego. A pré-candidatura do sul-mato-grossense e ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta não emplacou. Mas algo inédito ocorreu no cenário político tanto para a história do País quanto para Mato Grosso do Sul. Como escreveu o desembargador Iran Coelho das Neves (2022), foi a

primeira vez que duas mulheres de um mesmo estado concorreram à Presidência: as senadoras Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União Brasil).

A candidatura de Simone já era discutida desde o final de 2021, devido à popularidade conquistada por ela durante a CPI da Pandemia. Ela enfrentou as tentativas de cancelamento da candidatura por parte de políticos do partido favoráveis à candidatura de Lula, porém foi oficializada no final de julho de 2022, tendo como vice também uma mulher, a senadora do PSDB Mara Gabrilli (SP). Outra novidade na história nacional: chapa presidencial completamente feminina.

O lançamento de Soraya Thronicke ocorreu de forma inesperada. A senadora de direita eleita em 2018 como forte apoiadora de Jair Bolsonaro, rompeu com o presidente por considerar que ele havia abandonado os princípios do liberalismo econômico. Até junho do ano eleitoral era cotada como candidata a vice-presidente de Luciano Bivar (União Brasil), contudo, com a desistência dele, ela foi indicada candidata ao Planalto.

Contudo, a polarização prevista desde 2019, quando Lula foi libertado da prisão, fez-se. À extrema direita Jair Bolsonaro (PL) ameaçando não reconhecer o resultado do pleito caso fosse derrotado pelo petista. As teorias da conspiração contra as urnas eletrônicas foi uma das falas mais comuns. À esquerda moderada, o candidato Lula, que formou chapa com o ex-governador de São Paulo e presidenciável por 2 vezes Geraldo Alckmin, que trocara o PSDB pelo PSB, e aceitou ser candidato a vice-presidente.

No dia 11 de agosto daquele ano, uma manifestação organizada pela USP a favor do “Estado Democrático de Direito Sempre” fez história, através de uma carta assinada via *internet* por mais de 1 milhão de pessoas que se posicionavam a favor do regime democrático.

As candidatas a presidente Simone e Soraya tiveram ainda mais destaque no dia 28 de agosto no debate da Rede Bandeirantes de televisão. Ambas defenderam fortemente a jornalista Vera Magalhães atacada verbalmente pelo candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL). Na semana seguinte, Simone cresceu 2 pontos e Soraya pontuou com 1% pela primeira vez na pesquisa Datafolha divulgada a 2 de setembro.

Quanto ao resultado das eleições presidenciais a nível nacional, a virada do candidato Lula foi surpreendente, já que a divulgação dos dados iniciou-se pela região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde Jair Bolsonaro concentrara seus maiores apoios. Antes da divulgação dos resultados da região Norte e Nordeste, o presidente liderava. Mas, a partir da soma dos votos dessas regiões, Lula ultrapassou o presidente e ficou em primeiro lugar. Com pouco mais de 48% dos votos válidos para o petista e 43% para o capitão, o embate foi para o segundo turno. Simone Tebet ficou ainda mais famosa ao ultrapassar o candidato Ciro Gomes (PDT), que concorreu pela 4ª vez ao Planalto, e ficar na terceira colocação, com quase 5 milhões de votos. Em Mato Grosso do Sul ela teve, porém, pouco mais de 79 mil votos.

Resultado das eleições de 2022 em MS para Presidente da República (1º turno – 2/10)

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Jair Bolsonaro	PL	794.206 (52,7%)
Lula	PT	588.323 (39%)
Simone Tebet	MDB	79.719 (5%)
Ciro Gomes	PDT	29.314 (1,9%)
Soraya Thronicke	União Brasil	8.082 (0,54%)
Felipe D’Avila	NOVO	5.193 (0,34%)
Padre Kelmon	PTB	1.057 (0,07%)
Sofia Manzano	PCB	371 (0,02%)
Léo Péricles	Unidade Popular	350 (0,02%)
Vera	PSTU	222 (0,01%)
Constituinte Eymael	DC	152 (0,01%)

Fonte: VOTAÇÃO dos candidatos em MS. *Correio do Estado*. Campo Grande, 3 out. 2022, p. 7.

20 anos depois, Lula retorna na eleição mais acirrada da história do Brasil

Defensora do campo democrático, Simone Tebet (MDB) declarou apoio ao candidato Lula, líder na votação pelo País, para derrotar as ameaças que Jair Bolsonaro representava ao sistema democrático nacional. Soraya, por sua vez, ficou neutra. Ciro Gomes e o PDT também foram com o petista. O segundo turno se tornou uma verdadeira frente democrática, unindo rivais antigos do PT como os tucanos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), os senadores José Serra (PSDB-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Entretanto, a campanha do segundo turno, como se previa antes do primeiro, foi a mais extrema e polarizada desde a redemocratização. As *fake news*, principalmente relacionadas à questões religiosas e morais dominaram o debate.

Na última semana de campanha a polarização se acirrou, mas pode-se dizer que 2 atos cometidos por políticos bolsonaristas atrapalharam a campanha do presidente: a reação violenta de Roberto Jefferson, polêmico político, à ordem de prisão dada pelo presidente do TSE, quando ele atirou contra viaturas da Polícia Federal; e, no dia anterior ao segundo turno, quando a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) reagiu à provocações políticas correr com arma apontada para um militante petista negro em bairro da capital paulista.

Na disputa mais apertada da história brasileira (50% para Lula a 49% para Bolsonaro), Lula venceu o pleito graças aos votos da região Nordeste e ao estado de Minas Gerais. No entanto, como era esperado, em Mato Grosso do Sul saiu derrotado.

A vitória de Lula não foi apenas uma vitória do PT, como analisou o historiador Marco Antônio Villa. Foi uma vitória da democracia, pois as ameaças constantes ao regime se deram ao longo dos 4 anos do governo Bolsonaro. Os ataques à diversidade do povo brasileiro, a tentativa de se impor uma visão única da história do País, das sociedades, entre outros fatores característicos de regimes fascistas, e, sem dúvida, a falta de humanidade do presidente Bolsonaro no trato com a pandemia de Covid-19, levaram-no a se tornar o primeiro presidente da história brasileira a não conseguir a reeleição, desde que ela foi instituída em 1997.

Resultado das eleições 2022 em MS para Presidente da República (2º turno – 30/10)

CANDIDATOS	VOTOS	PARTIDO
Jair Bolsonaro	PL	880.606 (59%)
Lula	PT	599.547 (40,5%) (eleito)

Fonte: LULA derrota Bolsonaro no 2º turno e é eleito presidente. *Correio do Estado*. 31 out. 2022.

11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (2019 – 2023)

O Parlamento estadual nesse período viveu momentos que, sem dúvida, se deu à influência da onda reacionária e conservadora pelo qual a política viveu, sobretudo devido ao governo de extrema direita liderado por Jair Bolsonaro. Além de ter deputados com a mesma ideologia do governo federal, boa parte dos parlamentares votaram favoráveis à projetos polêmicos com destaque para o corte de salário dos professores contratados e o projeto que acabou com a tribuna livre, instrumento importante da participação da sociedade civil organizada na política estadual. Na condução deste poder ao longo dos 4 anos esteve o deputado tucano Paulo Corrêa, responsável por coordenar também, pela primeira vez na história nacional, as sessões remotas devido à pandemia de Covid-19. Dois deputados faleceram em virtude da doença: Onevan de Matos (PSDB) e Cabo Almi (PT).

No início de 2022, graças a uma mudança na legislação eleitoral que permitiu a chamada janela partidária, 12 deputados trocaram de partidos, logo alterou o quadro de legendas naquela casa de representação.

DEPUTADO	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Onevan de Matos (2019-2020)	PSDB	Advogado	Naviraí
Paulo Corrêa	PSDB	Eng. Civil	Campo Grande
Felipe Orro	PSDB-PSD	Advogado	Aquidauana
Marçal Filho	PSDB-Progressistas	Radialista	Dourados
Professor Rinaldo	PSDB-Podemos	Professor	Campo Grande
Marcio Fernandes	MDB	Médico veterinário	Campo Grande
Eduardo Rocha (2019-2021)	MDB	Economista	Três Lagoas
Renato Câmara	MDB	Eng. Agrônomo	Ivinhema
Pedro Kemp	PT	Professor	Campo Grande
Cabo Almi (2019-2021)	PT	Cabo da PM	Campo Grande
Zê Teixeira	DEM/União Brasil-PSDB	Produtor rural	Dourados
Barbosinha	DEM/União Brasil-Progressistas	Advogado	Dourados
Capitão Contar	PSL/União Brasil-PL-PRTB	Capitão do Exército	Campo Grande

Coronel David	PSL/União Brasil-PL	Coronel da PM	Campo Grande
Herculano Borges	Solidariedade-Republicanos	Professor	Campo Grande
Lucas de Lima	SD-PDT	Radialista	Campo Grande
Evander Vendramini	Progressistas	Advogado	Corumbá
Gerson Claro	Progressistas	Advogado	Campo Grande
Antônio Vaz	PRB/Republicanos	Administrador	Campo Grande
João Henrique	PL	Advogado	Campo Grande
Neno Razuk	PTB-PL	Empresário	Dourados
Londres Machado	PSD-Progressistas	Empresário	Fátima do Sul
Lídio Lopes	Patriota	Advogado	Campo Grande
Jamilson Name	PDT-PSDB	Empresário	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

DEPUTADOS ESTADUAIS SUPLENTE

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Mara Caseiro (2020-2023)	PSDB	Dentista	Eldorado
Amarildo Cruz (2021-2023)	PT	Agente tributário	Campo Grande
Paulo Duarte (2021-2023)	MDB-PSB	Economista	Corumbá

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Assembleia contra a educação: o corte de salário de professores contratados

Um dos momentos mais tristes e polêmicos do Legislativo sul-mato-grossense ocorreu em julho de 2019. Em pleno período de férias escolares os deputados votaram o projeto do governo Reinaldo Azevedo (PSDB) que cortara em torno de 32% o salário dos professores convocados da rede estadual de ensino foi aprovado por 14 deputados. Alegando necessidade de contenção de gastos para não ultrapassar o limite de gastos determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal o governo alterou a vida de mais de 11 mil profissionais. No entanto, na mesma votação de salários, aprovou-se outra medida, a que determinara a realização de processo seletivo para a contratação dos professores por 2 anos de validade.

Professores contratados perdem direito ao voto para escolha de diretor e algumas escolas passam a ter diretores indicados pelo governo

Como se já não bastasse cortar o salários dos professores, 2019 teve outro retrocesso na educação pública, qual seja, a retirada do direito dos professores contratados de votarem no diretor escolar, além do fim das eleições diretas para direção em escolas de tempo integral, escolas indígenas e escolas confessionais. Nestas escolas os diretores passariam a ser indicados pela Secretaria de Estado de Educação (SED).

Por muito pouco, o governo não acabou com as eleições diretas em toda rede estadual de ensino, o que não ocorreu graças a pressão da FETEMS, pois sempre lutara pela escola democrática. Na votação do projeto, os únicos deputados contrários foram os petistas Pedro Kemp e Cabo Almi.

Trabalhos remotos, ausência de pressão, e deputados aprovam a terceira reforma da Previdência do governo tucano

Uma das primeiras matérias aprovadas pelos deputados estaduais no início das sessões remotas foi a reforma da Previdência estadual, seguindo o que determinava a reforma a nível federal, feita no final de 2019. Com maioria no Legislativo, a reforma foi aprovada reajustando o percentual de desconto dos servidores para o MS Prev de 11 para 14%, além da taxação dos servidores já aposentados, sonho antigo dos governos do PSDB, desde FHC.

DEPUTADOS FEDERAIS MS (2019-2023)

Na fase de radicalização à direita da política nacional, Mato Grosso do Sul também contribuiu com parlamentares de ideias retrógradas sobre diversos assuntos da sociedade brasileira. As reformas, das quais a mais destacada foi a da Previdência Social marcou o ano de 2019. No entanto, a pandemia de Covid-19 marcou boa parte daquela legislatura legando um teste de liderança entre os principais atores do Congresso Nacional.

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Rose Modesto	PSDB-União Brasil	Professora	Campo Grande
Beto Pereira	PSDB	Empresário	Terenos
Tio Trutis	PSL/União Brasil-PL	Comerciante	Campo Grande
Luiz Ovando	PSL/União Brasil-Progressistas	Médico	Campo Grande
Tereza Cristina (abr. 2022-jan. 2023)	DEM/União Brasil-Progressistas	Produtora rural	Campo Grande
Fábio Trad	PSD	Advogado	Campo Grande
Vander Loubet	PT	Bancário	Campo Grande
Dagoberto Nogueira	PDT-PSDB	Advogado	Campo Grande

Fonte: elaborado por pesquisas do autor.

SUPLENTE COM MANDATO RELÂMPAGO DE 1 MÊS

DEPUTADO (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Junior Coringa (jan.2019)	PSD	Empresário	Campo Grande
Carla Stephanini (jan.2019)	MDB	Advogada	Campo Grande
Coronel Bitencourt (jan.2019)	PRB	Coronel Bombeiros	Campo Grande

Fonte: EX-vereador, Coringa toma posse como deputado federal por um mês. *Correio do Estado*. 2 jan. 2019, p. 3.

SUPLENTE QUE ASSUMIU

DEPUTADA	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Bia Cavassa (fev.2019-mar.2022)	PSDB	Professora	Corumbá

Fonte: *Correio do Estado*.

A nova Reforma da Previdência

A reforma da Previdência Social que o governo Temer não conseguiu fazer saiu do papel com o governo Jair Bolsonaro (PSL). Entre outras mudanças para a classe trabalhadora, ela trouxe o aumento da idade para se aposentar (62 anos para mulheres e 65 para homens), o fim da aposentadoria especial dos professores e a taxaço dos já aposentados. Da bancada de Mato Grosso do Sul, somente os parlamentares de esquerda Vander Loubet (PT) e Dagoberto Nogueira (PDT) foram contrários.

O Auxílio Emergencial para os brasileiros enfrentarem a pandemia de Covid-19

Com a chegada do vírus Covid-19 no Brasil, em março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro minimizou seus efeitos, como já foi lido em páginas anteriores. Porém, o pouco caso com as medidas emergenciais fizeram o protagonismo do presidente passar, de certa forma, para o Congresso Nacional e governadores dos estados. O Congresso, tão em baixa nos últimos anos, viu-se pressionado a tomar alguma medida urgente. Foi o caso do Auxílio Emergencial para a população mais pobre do Brasil com objetivo de atender as necessidades em meio ao período *lockdown*, que obrigou o fechamento de comércio, fábricas, escolas, e levou muitos ao trabalho remoto. Se dependesse do presidente e de sua equipe econômica, o auxílio seria pago no valor de R\$ 200,00. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), mobilizaram-se e, em 3 dias, levaram o Congresso a aprovar o projeto de Renda Básica Emergencial, popular Auxílio Emergencial, no valor de 600 reais, para mais de 50 milhões de trabalhadores. A bancada de Mato Grosso do Sul foi unânime assim como a dos outros estados em aprovar o projeto de socorro ao País.

A polêmica do voto impresso para as eleições de 2022 ou o medo da derrota eleitoral?

O governo Jair Bolsonaro ficou marcado durante os 4 anos pelas polêmicas levantadas e apoiadas pelos bolsonaristas. Muitas delas teorias da conspiração, ameaças constantes à democracia com defesa de rupturas institucionais por meio do uso das Forças Armadas, temas de pouca relevância e de ignorância de muitos cidadãos brasileiros que estavam tomados pela ideologia de extrema direita e negacionista daquele polêmico presidente. A partir da divulgação que o ex-presidente Lula estava livre das condenações judiciais pelo STF, e, quando pesquisas de intenções de votos começaram a mostrar a liderança de Lula para voltar a comandar o Brasil, a tropa de choque bolsonarista, seus famosos filhos 01, 02, 03 e 04, começaram a questionar as urnas eletrônicas, em uso desde 1996, com a qual eles se

elegeram deputado, vereador e senador, e seu pai chegou à Presidência em 2018, dizendo não serem confiáveis.

Com isso, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) apresentou a PEC do Voto Impresso, uma ideia retrógrada, que queria permitir a acoplagem à urna eletrônica de uma impressora que possibilitasse a contagem dos votos (de papel) em caso de suspeitas de fraude. O tema ganhou os noticiários e as redes sociais, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), aliado de Jair Bolsonaro, colocou a mesma para votação no plenário.

No dia 10 de agosto de 2021, o plenário votou. A proposta precisava de 308 votos, obteve 229. 218 deputados foram contrários à PEC.

SENADORES (AS) DE MS (2019-2023)

Mato Grosso do Sul foi um caso raro na história do Brasil, pois entre 2019 e 2023 teve duas mulheres senadoras e 1 homem, como se observará no quadro seguinte. A reforma da previdência, principal mudança que atingiu a vida da população a longo prazo, foi aprovada por unanimidade por elas e ele. O apoio ao Auxílio Emergencial de 2020 foi unânime, assim como a PEC, de 2022, que criou os benefícios sociais provisórios às vésperas do pleito de outubro. Os encaminhamentos do projeto da Rota Bioceânica no Senado foram amplamente defendidos pelo senador Nelson Trad Filho.

SENADOR (A)	PARTIDO	PROFISSÃO	BASE ELEITORAL
Simone Tebet (2015-2023)	MDB	Advogada	Três Lagoas
Soraya Tronicke (2019-2027)	PSL/União Brasil	Advogada	Dourados/Campo Grande
Nelsinho Trad (2019-2027)	PTB-PSD	Médico	Campo Grande

Fonte: elaborado por meio de pesquisas do autor.

Duas mulheres representando MS no Senado

Com a eleição de Soraya Thronicke, mulher de direita e conservadora, como ela mesmo se intitulava, a senador Simone Tebet (MDB), eleita em 2014, passou a ter uma segunda parceira na representação feminina do estado no Senado. Ambas, que em 2018 deram apoio ao candidato Jair Bolsonaro, com a pandemia de Covid-19 se mostraram contrárias às atitudes do governo na condução da crise sanitária e humana que o Brasil viveu de 2020 a 2022. Apesar de se tornar independente, Soraya não demonstrava ser tão contrária ao bolsonarismo, diferente de Simone, que ao perceber as ameaças autoritárias do presidente, se posicionou de maneira mais firme na defesa da democracia.

Simone Tebet: a primeira mulher a presidir a CCJ; a se candidatar à presidência do Senado; combativa da CPI da Pandemia

No início da nova Legislatura do Senado Federal (2019-2023), a senadora Simone Tebet (MDB) foi destaque na imprensa nacional ao cogitar disputar a presidência daquela Casa, desafiando os mais antigos líderes do MDB. Ela não foi escolhida candidata.

Em 2020, elegeu-se a primeira mulher para presidir a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), a mais importante da Casa. No início de 2021, Simone Tebet foi lançada pelo MDB candidata à Presidência do Senado. Em 190 anos de história do Senado, aquela foi a primeira vez que uma mulher concorreu ao cargo. Ela se denominava independente, enquanto o presidente da República apoiou o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG). No final de janeiro, às vésperas da eleição seu partido retirou o apoio a sua candidatura e mesmo assim ela concorreu, mas foi derrotada.

A partir de abril do mesmo ano, com a instalação da CPI da Pandemia, Simone ganhou novo destaque nacional, a participar ativamente como representante das senadoras, que, mesmo sem ter nenhuma mulher como membro titular, pode fazer parte. Sua voz oposicionista e firme contra os erros graves cometidos pelo governo Jair Bolsonaro, como o atraso na compra de vacinas e a investigação

sobre a tentativa de superfaturamento da vacina Covaxin por membros do ministério da Saúde, fizeram-na ainda mais conhecido no Brasil.

Ainda como senadora, ela apresentou importante projeto de lei alterando a Lei de 1989 a respeito da criminalização do nazismo no Brasil, incluindo ações como saudações nazistas e outras apologias àquele regime como crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já relatado na introdução deste livro, desde o ano de 2001 tenho curiosidade a respeito da história de Mato Grosso do Sul e, a partir de 2007, nos bancos universitários, dediquei-me mais a pesquisar a História Política deste estado. Finalizar este processo com a produção deste livro, cujo objetivo principal é permitir que outros estudantes e professores o leiam nas escolas públicas deste “estado do Pantanal” é motivo de grande orgulho para minha pessoa.

Busquei cumprir com o ofício de historiador, profissão desafiadora, ainda mais em tempos tão estranhos que temos vivido onde grupos políticos e sociais ultraconservadores divulgam versões distorcidas de acontecimentos históricos. Confesso que tive momentos de medo e pensei: publicar ou não publicar? Publicar, claro! Nesses tempos difíceis, é preciso rebater as distorções, as *fake news*, com dados científicos, dados levantados e analisados com muito cuidado, entre os anos de 2011 e 2022.

Meu objetivo aqui foi o de divulgar os principais acontecimentos políticos sul-mato-grossense, além de, no início do livro, fazer um histórico do longo processo de formação histórica desde os primeiros habitantes dessas terras até a divisão do velho Mato Grosso.

Ao demonstrar os feitos bons e ruins de cada chefe do poder Executivo estadual, do Parlamento estadual e dos representantes a nível federal, tentei também permitir aos estudantes, professores e futuros leitores não ligados ao ambiente escolar e universitário que quando se apresenta a história política de um local, também se mostra a história de seu povo. Por exemplo, quantos pedreiros, ajudantes, marceneiros, caminhoneiros, motoristas de ônibus, entre outros profissionais, participaram da construção de obras com o Parque dos Poderes? Se algum leitor/leitora pertenceu a esse grupo ou tem parentes, amigos que tenham participado, sinta-se representando nesta humilde publicação. Assim como, devem se sentir representados todos os grupos sociais que lutaram, reivindicaram por suas causas ao longo desses 45 anos de Mato Grosso do Sul, ao saírem em caravanas de suas cidades do interior para passeatas, greves, protestos em frente a Governadoria ou ao Palácio Guaicurus, ou, não menos importante, nas avenidas e praças das 79 cidades sul-mato-grossenses.

Assim, ao seguir o objetivo principal, espero que os professores, estudantes do ensino básico e universitário tenham em mãos um material que possa servir orientação para se compreender o local em que vivem e lutar por dias melhores nesta unidade federativa que, apesar de bons índices de crescimento econômico, ainda tem muitos habitantes que precisam da ajuda do Estado para ter melhores condições no futuro.

FONTES

ENTREVISTAS COM EX-GOVERNADORES E EX-VICE-GOVERNADOR DE MS

Wilson Barbosa Martins. Campo Grande (MS). 25 de janeiro de 2011.

Pedro Pedrossian. Campo Grande (MS). 17 de outubro de 2012.

José Orcírio Miranda dos Santos – Zeca do PT. Campo Grande (MS). 15 de julho de 2013.

André Puccinelli. Fátima do Sul (MS). 14 de setembro de 2014.

Antônio Braz Melo. Dourados (MS). 23 de fevereiro de 2020.

MENSAGENS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Mensagens do governador Pedro Pedrossian (1981-1982) à Assembleia Legislativa.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Mensagens do governador Wilson Barbosa Martins (1983-1985) à Assembleia Legislativa.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Mensagem do governador Marcelo Miranda Soares (balanço 1987-1990)

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Mensagem à Assembleia Legislativa do governo Wilson Barbosa Martins. Balanço e perspectivas (1995-1996). Arquivo da Assembleia Legislativa de MS.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Mensagem à Assembleia Legislativa do governo Wilson Barbosa Martins. Realizações e perspectivas (1996-1997). Arquivo da Assembleia Legislativa de MS.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Mensagem à Assembleia Legislativa do governo Zeca do PT. (1999). Arquivo da Assembleia Legislativa de MS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL: MS 40 ANOS. Novembro de 2017.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO GOVERNO DE MS

TRÊS GOVERNOS. DOIS ESTADOS. UMA TRAJETÓRIA. Material de divulgação dos Governos de Pedro Pedrossian (1966-1971, 1980-1983 e 1991-1994)

EM MATO GROSSO DO SUL, O TRABALHO FAZ O PROGRESSO ACONTECER. Material de divulgação do Governo André Puccinelli em alusão aos 31 anos do estado. 2008.

MATO GROSSO DO SUL: GRANDES CONQUISTAS. Administração 2007-2014 (André Puccinelli). Material distribuído gratuitamente em todo estado de Mato Grosso do Sul, entre novembro e dezembro de 2014.

MATO GROSSO DO SUL: RETOMADA DO TURISMO. Administração Reinaldo Azambuja (2019-2022). Ano 5. Edição 9. 2020.

MATO GROSSO DO SUL: MAIOR POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO BRASIL. Administração Reinaldo Azambuja (2019-2022). Ano 6. Edição 10. 2021.

MATO GROSSO DO SUL: RETOMADA MS. Administração Reinaldo Azambuja (2019-2022). Ano 7. Edição 11. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Sistema Rodoviário do Estado de MS 2021. Agência Estadual de Empreendimentos (AGESUL)/Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA).

JORNAIS IMPRESSOS E CONSULTADOS VIA INTERNET

Diário da Serra. Campo Grande. (1977 a 1998)

O Progresso. Dourados. (1978 a 2005)

Correio do Estado. Campo Grande. (1977 a 2022)

Folha de Dourados. Dourados. (1979, 1980, 1990)

A Tribuna. Corumbá. (1987)

Correio de Corumbá. Corumbá. (1991)

O Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. (2005, 2006, 2020)

Boca do Povo. Campo Grande. (2007-2014)

A Crítica. Campo Grande. (1985-1998)

Diário do Estado. Coxim. (2018)

A Gazeta. Amambai. (2018)

Jornal Daqui. Fátima do Sul. (2020, 2021)

Jornal de Domingo. Campo Grande. (2014)

Folha de S. Paulo. São Paulo. (1979, 1985, 2003, 2005...)

O Estado de S. Paulo. São Paulo. (1999)

Correio Braziliense. Brasília. (2020)

Blog do Marco Eusébio. Campo Grande (2022)

Campo Grande News. Campo Grande (2022)

REVISTAS

Veja. São Paulo. (1982, 1991)

IstoÉ. São Paulo. (2018, 2019, 2020, 2021 e 2022)

Grifo. Campo Grande. (1979)

Impacto. Campo Grande. (2013, 2021, 2022)

FIEMS MS Industrial. Campo Grande. (2020)

BIBLIOGRAFIA

CITADAS E CONSULTADAS

ABREU, Silvana de. “Mato Grosso do Sul: aspectos contraditórios das políticas públicas de desenvolvimento – novas/velhas práticas...” In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2008.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. “Introdução: modelos da história e da historiografia imperial”. In: NOVAIS, Fernando A. & ALENCASTRO, Luís Felipe de. (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2.

AMARAL, Arthur Jorge do. **Sou MS: 1977 a 2017**. Vol. 2. Campo Grande. [s.n.], 2017.

AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo: Ed. Garçon, 2003.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **O poder e os intelectuais: história e identidade em Mato Grosso do Sul**. Dourados: UEMS – Grupo Literário Arandu, 2022.

ANASTASIA, Maria de Fátima Junho. **O Partido Democrático Social e a crise da ordem autoritária no Brasil (1979-1984)**. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFMG, Belo Horizonte, 1985.

ANASTASIA, Fátima & MELO, Carlos Ranulfo. A reforma da previdência em dois tempos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2. p. 301-332. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xCNwqRkRKBvSMBbFQzkcmgJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15/07/2022.

BARBOSA, André Martins. **UEMS através do tempo: a saga de uma universidade sob a ótica do jornal O Progresso (1990 a 1995)**. Dourados: Nicanor Coelho Editor, 2006.

BARCELLOS, Jardel. **Mato Grosso do Sul (1978-1979): utopia x realidade**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de MS (IHGMS), 2014.

BARRIOS, Eusébio Garcia. **Uma história a ser preservada: FEPROSUL fundação e crescimento do sindicalismo magisterial de Mato Grosso do Sul (1979-1982)**. Campo Grande. [s.n.], 2015.

BARROS, Valter Mangini. **Potencialidades sul-mato-grossenses**. Campo Grande: Editora Oeste, 2009.

BIANCHINI, Odaléia da Conceição Deniz. **A companhia matte lorangeira e a ocupação do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: UFMS, 2000.

BIASOTTO, Wilson Valentim & TETILA, José Laerte Cecílio. **O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul (1978-1988)**. Campo Grande: UFMS, 1991.

BIASOTTO, Wilson Valentim. **Crônicas: educação, cultura e sociedade**. Dourados: UFGD, 2013.

BITTAR, Marisa. “A esquerda e as políticas educacionais de Mato Grosso do Sul (1983-2006)”. In: FERRO, Olga Maria dos Reis. **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006): história, historiografia, instituições escolares e fontes**. Campo Grande: UFMS, 2009.

_____. “A esquerda e as políticas educacionais de Mato Grosso do Sul (1983-2006)”. In: FERRO, Olga Maria dos Reis (Org.). **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006): história, historiografia, instituições escolares e fontes**. Campo Grande: UFMS, 2009.

_____. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. 2º vol. Campo Grande: UFMS, 2009.

BITTAR, Mariluce. “Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania”. In: DEQUECHI, Lira (coord.) **Campo Grande 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Rio Paraguai: o “mar interno” brasileiro**. Campo Grande: UFMS, 2014.

BRAZIL, Maria do Carmo & CANCIAN, Eliane. Formação do ambiente rural sul-mato-grossense (1829-1892). **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, PPGH-UFPE. Recife, n. 34, p. 130-155, 2016. Disponível em : <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25029>. Acesso em: 24/09/2022.

CAETANO, Gilmar Lima. **A música regional urbana e identidades culturais de Mato Grosso do Sul: questões a partir da musicologia histórica**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2012.

CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), 2002.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo”. In: MIGUEL, Luis Felipe [et al.]. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTILHO, Coaraci Nogueira de. **Simplemente Ramez Tebet**. Campo Grande: Life Editora, 2007.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. **As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life Editora, 2016.

_____. “Traços de personalismo nas propagandas oficiais dos governos de Mato Grosso do Sul”. In: **ANAIS do XIV Encontro de História da Anpuh-MS História: o que é, quanto vale, para que serve?** (Dourados, 8-10 out. 2018). Dourados: UFGD, 2018. Disponível em : http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1540989150_ARQUIVO_ArtigoAnpuhMSWagner.pdf. Acesso em: 19/11/2022.

CHOTIL, Mazé Torquato. **Nascentes vivas: para os povos guarani, kaiowá e terena da reserva de Dourados, Brasil**. Dourados: Biblio Editora, 2022.

COMBÈS, Isabelle & CHAMORRO, Graciela (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: UFGD, 2018.

COMBÈS, Isabelle; CHAMORRO, Graciela & FREITAS, André. “Missões jesuíticas no Itatim”. In: COMBÈS, Isabelle & CHAMORRO, Graciela. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: UFGD, 2018.

CORDEIRO, Ana Paula Menezes. **Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)**. Dourados: Editora Seriem, 2016.

CORRÊA, Walmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: UFMS, 2006.

CRUZ, Sergio Manoel da. **Guerra ao contrabando: depoimentos de um sobrevivente**. Brasília: Editora Thesaurus, 1984.

_____. **Pantanal, o estado das águas**. Campo Grande: Editora Primeira Hora Pantanal, 1999.

_____. **Datas e fatos históricos do Sul de Mato Grosso ao estado do Pantanal**. Campo Grande: Editora Pantaneira, 2004.

_____. **Sangue no oeste: mortes e crimes violentos na história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1730-2020)**. Campo Grande: UICLAP, 2022.

DOBASHI, Beatriz Figueiredo. **Os caminhos da gestão em saúde em Mato Grosso do Sul: da reforma sanitária ao COAP**. Campo Grande [s.n.], 2014.

EFFGEN, Maria de Lurdes da Silva. **A expansão da cana-de-açúcar no município de Dourados/MS**. 2014. Monografia (Graduação em Geografia) – UFGD, Dourados, 2014.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. Dourados: UFGD, 2011.

FARIAS, Damião Duque de. “Conservadorismo e mudança: breve análise da vitória eleitoral das esquerdas em Mato Grosso do Sul no pleito eleitoral de 1998”. In: **ANAIS do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história, memória e identidades (ANPUH-MS)**. [Dourados, 23-26 out. 2002]. Campo Grande: UCDB, 2002. p. 293-302.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e decepções na memória dos caminhantes que lutam pela terra**. Dourados: Graf. e Editora Dinâmica, 2006.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **Professores e sindicalismo em Mato Grosso do Sul (1979-1986)**. Campo Grande: UFMS, 2003.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GARCIA, Marília. **O que é Constituinte**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GRESSLER, Lori Alice & VASCONCELOS, Luiza Mello. **Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos**. Dourados: L. Gressler, 2005.

GUERRA, Waldir. **Reflexões de segunda-feira**. Dourados: Nicanor Coelho Editor, 2006.

GUIOTI, André Pereira. “O programa neoliberal de terceira via do PSDB (1988-2002)”. In: **Tempos históricos**. Dossiê: História e Mídia. PPGH da UNIOESTE Marechal Rondon. Cascavel: Edunioeste, v. 14, n. 2, ano XII, p. 235-262, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva-mate o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso (1870-**

1970). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, 2004.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira Oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados: UFGD, 2011.

KMITTA, Ilsyane do Rocio. **Experiências vividas, naturezas construídas: enchentes no Pantanal (Porto Murtinho 1970-1990)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD. 2010.

LACERDA, Antônio Corrêa de [et.al.]. **Economia brasileira**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018

LAMOSO, Lisandra Pereira. **Exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

LEITÃO, Miriam. **Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no pantanal**. Coleção Centro-Oeste de estudos e pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: UFMS, 2003.

LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEWANDOWSKI, Bernardete Gomes & BARROS, Eugênio Oliveira Martins de. “História do SUS em Mato Grosso do Sul”. In: DOBASHI, Beatriz Figueiredo (Org.). **Tecendo redes na saúde para ampliar o cuidado**. Campo Grande: [s.n.], 2014.

LIMA JUNIOR, Nelson de. **“A gente vinha caminhando, caminhando e agora encontramos nosso lugar”: os brasiguaios na (re) ocupação da gleba Santa Idalina e a ressignificação da nova morada (1984-1986)**. Campo Grande: Life Editora, 2020.

LOPES, Maria de Lourdes Ferreira de Macedo. **Reforma do ensino médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul: materialização da lei nº 13.415/2017 nas escolas-piloto do**

município de Dourados. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFGD, Dourados, 2021.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. “Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII”. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. [Fortaleza, 12-17 jul. 2009]. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_3329d1ed45e042932218935698ca7a9b.pdf. Acesso em: 06/06/2021.

MARINHO, Marcelo & RUSSEFF, Ivan. **Zé Orcírio: diário de um pantaneiro**. Curitiba: Kottter Editorial, 2022.

MARTINS, Gilson Rodolfo & KASHIMOTO, Emília Mariko. **12.000 mil anos: arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life Editora, 2012.

MARTINS, Wilson Barbosa. **Memória: janela da história**. Campo Grande: IHGMS, 2010.

MELO, Sueli Veiga. **Panorama sobre financiamento da educação básica no Brasil e em Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: Editora NPC, 2020.

MICHELS, Ido Luiz; SPROESSER, Renato Luiz & MENDONÇA, Cláudio George. **Cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora Oeste, 2001.

MICHELS, Ido Luiz; SILVA, Eronildo Barbosa da. & YANAGUITA, Éder. **Diálogos políticos com Vander Loubet**. Campo Grande: [s.n.], 2014.

MIRANDA, Victor Garcia. “A unanimidade dos parlamentares do MS na aprovação da emenda da reeleição (1995-1997): uma descrição de condições e posições no presidencialismo de coalizão”. In: MIRANDA, Daniel Estevão Ramos de; MIRANDA, Victor Garcia & SILVA, Marcos Antônio da. **Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradições, continuidades e mudanças**. Campo Grande: UFMS, 2019.

MONTIEL, Larissa Wayhs Trein. **A tessitura do direito à educação em Mato Grosso do Sul: um estudo da trajetória do plano estadual de educação (1983-2003)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFGD, Dourados, 2010.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

NOVAIS, Sandra Nara da Silva. **Ruínas de Xerez: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso (1593-1632)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, 2004.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida. “O Centro-Oeste antes de Cabral”. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 142-189, dez. / fev. 1999 - 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30098/31983>. Acesso em: 05/06/2021.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Guatú argonautas do pantanal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. “A reprodução do espaço burguês no Mato Grosso do Sul”. **Revista científica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, v. 2, n. 2. 1995, p. 21-28, 1995.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. & SILVA, Eronildo Barbosa da. **Do MDB ao PMDB: quarenta anos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora Oeste, 2006.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. “Movimentos sociais na contemporaneidade: o historiador e seu tempo”. In: COELHO, Fabiano; LEITE, Eudes Fernando & PERLI, Fernando (Orgs.). **História, o que é, quanto vale, para que serve?** São Paulo: Letra e Voz, 2021.

PEREIRA, Francisco Fausto Matto Grosso. **Histórias que ninguém iria contar: história da vida banal do PCB em Mato Grosso do Sul**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2021.

PEREIRA, João Pedro Santana. **Pérolas do tempo: causos do saneamento**. Campo Grande: Life Editora, 2019.

PEREIRA, Luís Landes da Silva. **A imprensa como elo entre o estado, a sociedade e a educação no estado de Mato Grosso do Sul**. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMS, Campo Grande, 1991.

PEDROSSIAN, Pedro. **O pescador de sonhos**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), 2006.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do Mercosul**. Dourados: UFGD, 2013.

POCHMANN, Marcio; BLANES, Denise & AMORIM, Ricardo. **Inclusão social uma utopia possível: impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Cortez, 2006.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul”. In: COMBÈS, Isabelle & CHAMORRO, Graciela (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: Ed. UFGD, 2018.

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: Edusc; Campo Grande: UFMS, 2004.

ROBALDO, José Carlos de Oliveira. **O presidente que caiu de paraquedas e os efeitos da hipnotização: o antes e o depois!** Dourados: Biblio Editora, 2021.

SANTOS, Andrea Paula dos. “Os governos estaduais petistas do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, o MST e as políticas públicas de reforma agrária: a busca pela democratização do poder público no contexto neoliberal”. **Revista Tempos Históricos**. Ponta Grossa: UEPG, v. 5-6, p. 35-63, 2007.

SILVA, Eronildo Barbosa da. **CASSEMS 15 anos. Autogestão em saúde: um sonho possível.** Campo Grande: CASSEMS, 2017.

SILVA, Eronildo Barbosa da. & MIRANDA, Giancarlo Corrêa. **SINPOLMS: 30 anos servindo e protegendo o policial civil.** Campo Grande: Life Editora, 2021.

_____. “Construção histórica do corredor bioceânico”. In: WILKE, Erick Pusch. **Apontamentos sobre o corredor bioceânico Brasil-norte do Chile: economia, logística, direito, história e turismo.** Campo Grande: Life Editora, 2022.

SILVA, Eliane. **Políticas públicas de transporte rodoviário no Mato Grosso do Sul: o FUNDERSUL e as ações executadas na unidade regional de Dourados.** 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Dourados, 2004.

SILVA FILHO, Lourenço Alves da. **Educação e política: apontamentos sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1979-1995).** 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2008.

SILVA, Marcos Antônio da. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018): eleições, partidos e governos.** Curitiba: Editora CRV, 2019.

SOUZA, Aduino de Oliveira. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional.** Dourados: UFGD, 2008.

TERRA, Ademir. “O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense”. **Campo-Território. Revista de Geografia Agrária.** Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 166 - 202, fev. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11962>. Acesso em: 28/03/2020.

TOALDO, Ciro José. **O novo sindicalismo e a mobilização dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense: avanços e rupturas (1979-1992).** 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, 2003.

TETILA, José Laerte Cecílio. **Marçal de Souza Tupã i: um guarani que não se cala**. Campo Grande: UFMS, 1994.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Memórias**. Campo Grande: TRE-MS, 2002.

TULUX, Bruno Mendes. **O presídio de Miranda e a defesa do império português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797-1822)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - UFGD, Dourados, 2012.

VILLA, Marco Antônio. **Collor presidente: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção**. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2016.

ANEXOS



Reprodução de mapa de MT até 1900. Fonte: IBGE.



Cartaz do Movimento Divisionista de Mato Grosso (MDM), elaborado em 1959. Fonte: acervo Arquivo Histórico de Campo Grande



Diário da Serra sobre a decisão do presidente Geisel de criar MS. **Campo Grande**, 4 maio 1977. Fonte: acervo Fundação Barbosa Rodrigues.



Correio do Estado sobre discussão da divisão no Congresso Nacional. **Campo Grande**, 25 ago. 1977. Fonte: acervo Correio do Estado.



Correio do Estado sobre nascimento de MS. **Campo Grande**, 12 out. 1977. Fonte: acervo Correio do Estado.



Diário de Mato Grosso sobre divisão do estado. Cuiabá, 12 out. 1977. Fonte: <http://parquetematicodopantanal.com.br/geral/1799/>. Acesso em: 10/05/2020.



O Progresso sobre escolha do primeiro governador de MS. Dourados, março de 1978. Fonte: acervo jornal O Progresso.



O general presidente Ernesto Geisel assina a Lei Complementar n 31, no dia 11 de outubro de 1977, em Brasília (DF). Fonte: *Correio do Estado*. 12 out. 1977, p. 1. Imagem de George Sayegh.



Comemoração pela divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, no dia 11 de outubro de 1977, em Campo Grande, que ficaram conhecidas como passeatas monstros. Do lado esquerdo a imagem de uma enfermeira com o primeiro bebê nascido em Mato Grosso do Sul, Carlos Adriano, o Carlinhos.



Governador Harry Amorim em visitas aos municípios do interior do estado recebe o carinho da população. Fonte: Diário da Serra, Campo Grande, 1 jan. 1979, p. 3. Acervo da Fundação Barbosa Rodrigues.



Palácio do Prosa, também conhecido como ERPE (Edifício das Repartições Públicas Estaduais), atualmente Memorial da Cidadania e da Cultura Popular Apolônio de Carvalho, foi a sede dos 3 primeiros governos do estado (Harry Amorim, Marcelo Miranda e Pedro Pedrossian). Fonte: acervo Correio do Estado.



Primeiro prédio da Assembleia Legislativa de MS, de 1979 a 1985. Atual UCDB Campus 2, Campo Grande. Fonte: site da ALMS. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Paginas/747/especial-40-anos-da-assembleia-legislativa-de-ms-e-da-1-constituinte>. Acesso em: 16/10/2022.



Revista *Grifo* sobre Constituinte Estadual de 1979. Campo Grande, mar. 1979.
 Fonte: CDR-FCH/UFGD.



Diário da Serra sobre demissão do governador Harry Amorim. 13 jun. 1979.
 Fonte: acervo Fundação Barbosa Rodrigues.



Correio do Estado sobre posse de Londres Machado como governador interino. 14 jun. 1979. Fonte: acervo CE.



Londres Machado assina termo de posse como governador interino. Fonte: *Correio do Estado*. 14 jun. 1979, p. 4.



Apoiadores do senador Pedro Pedrossian comemoram a queda de Harry Amorim. Imagem de Roberto Higa.



Folha de Dourados sobre posse de Marcelo Miranda como governador. 30/jun – 1/jul. 1979. Fonte: CDR-FCH/UFGD.



Marcelo Miranda Soares toma posse como governador de MS, em 30 de junho de 1979.
Fonte: acervo CE.



Correio do Estado sobre o rompimento político entre o senador Pedro Pedrossian e o governador Marcelo Miranda. Fato que levaria, alguns meses depois, à queda do governador. 15 maio 1980. Acervo: C.E.



Correio do Estado sobre demissão do governador Marcelo Miranda. 30 out. 1980. Fonte: acervo CE.



Londres Machado volta a exercer o governo de MS interinamente, após a queda de Marcelo Miranda, em 30 de outubro de 1980. Fonte: acervo CE.



Revista *Aqui e Agora* sobre posse de Pedro Pedrossian como governador. Campo Grande, nov. 1980. Fonte: acervo Fundação Barbosa Rodrigues.



1979, Mato Grosso do Sul com 3 governadores. Da direita para esquerda: Harry Amorim, Londres Machado e Marcelo Miranda. *Diário da Serra*. Campo Grande, 30 dez. 1979, p. 1.



Imagem aérea do Parque dos Poderes. Fonte: livreto *Três governos dois estados uma trajetória* (1996). Acervo do autor.



Governadoria de MS. Parque dos Poderes. Imagem de Bruno Rezende.



Assembleia Legislativa de MS. Parque dos Poderes. Imagem registrada pelo autor.

ELEIÇÕES DE 1982



Fonte: acervos de Francisco Souto Neto e José Elias Moreira; e dos jornais *Correio do Estado* e *O Progresso*.



Diário da Serra sobre vitória de Wilson Barbosa Martins nas eleições de 1982. 25 nov. 1982. Fonte: acervo Fundação Barbosa Rodrigues.



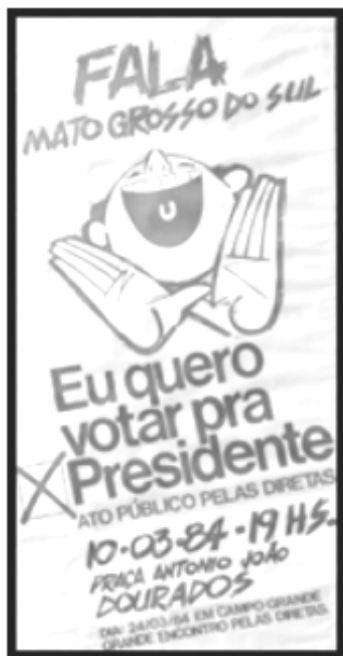
Correio do Estado sobre posse do governador Wilson Barbosa Martins. 16 mar. 1983. Fonte: acervo CE.



Líder indígena guarani-kaiowá Marçal de Souza, assassinado em 1983, na luta pela demarcação e respeito aos povos originários. Imagem de Roberto Higa. Fonte: Museu Histórico de Dourados.



Membros do PMDB-MS no comício das Diretas Já em Campo Grande. Fonte: *Facebook* de Eronildo Barbosa, disponível em: www.facebook.com/eronildo.barbosadasilva?fref=ts. Acesso em: 27 fev. 2015.



Cartaz das Diretas Já em MS e Cartaz pró-Tancredo Neves presidente.
Fonte: CDR-FCH/UFGD.



Imagens de TV do dia da votação da última eleição indireta para presidente da República, 15 de janeiro de 1985. Senador Marcelo Miranda Soares (PMDB) aparece no plenário. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=DdB1CLYcNgE> Acesso em: 25/07/2021.



Folha de S. Paulo trata da eleição de José Fragelli para Presidente do Senado. fev. 1985. Fonte: acervo digital Folha.



Presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS) ao centro da imagem, cabeça baixa, entre Sarney e Ulysses, dá posse ao vice-presidente José Sarney enquanto o Brasil aguarda aflito a cura de Tancredo Neves. Fonte: *Jornal do Senado* especial. Brasília, 16 a 22 out. 2006. Acervo do autor.



Brasiguaios, trabalhadores rurais sem-terra, na luta no acampamento Santa Idalina, atual município de Novo Horizonte do Sul. Fonte:

<https://www.novohorizontedosul.ms.leg.br/institucional/historia/pagina-padrao>.
Acesso em: 16/10/2022.



Propaganda do governo Wilson Martins. Obras rodoviárias de grande importância para o estado como a rodovia que liga Campo Grande a Três Lagoas. Fonte: *A Crítica*. Campo Grande, 1 mar. 1986, p. 5.



Propaganda do programa de incentivo à sindicalização dos trabalhadores de MS “Sindicalizando Muda”, do governo Wilson Martins (PMDB). Fonte: acervo áudio visual de Fausto Matto Grosso e CDR-FCH/UGD.



O Progresso sobre a posse de Ramez Tebet como governador. Dourados, 15 maio. 1986. Fonte: acervo O Progresso.



GOF, polícia de fronteira, atual DOF, pioneirismo de MS no combate ao crime organizado na fronteira com Paraguai. Criado no governo Wilson-Ramez e implantado por Marcelo Miranda Soares. Imagem: *Facebook* do DOF. Acesso em: 21/01/2016.



Propaganda governo Ramez Tebet sobre criação da Polícia Florestal (atual PMA), em 1987. Fonte: *O Progresso*, 12 fev. 1987.

ELEIÇÕES 1986



Fontes: Cartaz do candidato Marcelo Miranda, acervo CDR-FCH/UFGD; cartaz do candidato Lúdio Coelho, reprodução do *YouTube*. www.youtube.com/watch?v=fFxZklzt-hw. Acesso 7/03/2014; e imagem de Luís Landes Pereira no acervo do Diário da Serra, ago. 1986.



Marcelo Miranda, o maior emancipador de distritos da história de MS, assina emancipação de Chapadão do Sul, em 23 de outubro de 1987. Fonte: <https://jovensulnews.com.br/noticias/em-23-de-outubro-comemora-se-aniversario-de-chapadao-do-sul-e-dia-do-aviador>. Acervo de Júlio Martins. Acesso em: 13/10/2022.



Mulheres representadas na Assembleia Legislativa pelas deputadas Marilu Guimarães e Marilene Coimbra. Correio do Estado, 17 mar. 1987. Fonte: acervo CE.

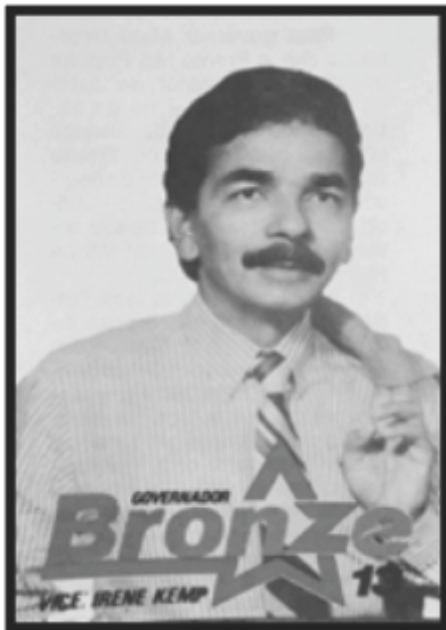


Servidores públicos de MS ocupam a Governadoria após 3 meses sem pagamento, nos últimos meses do segundo governo Marcelo Miranda. Fonte: Veja. São Paulo, 27 fev. 1991. Acervo de Wagner Chagas.



Diário da Serra sobre fim da ocupação da Governadoria em março de 1991. Fonte: acervo Fundação Barbosa Rodrigues.

ELEIÇÕES 1990



Santinho do candidato Pedro Pedrossian. Fonte: www.marcoeusebio.com.br. Acesso em 30/04/2014.

Caderno do candidato Gandi Jamil. Fonte: Caixa Eleições 1990. CDR-FCH/UFGD.

Santinho do candidato Manoel Bronze. Fonte: Caixa Eleições 1990. CDR-FCH/UFGD.



O Progresso sobre eleição de Pedro Pedrossian em 1990. 5 out. 1990.
Fonte: acervo O Progresso.



Presidente Fernando Collor, eleito em 1989, juntamente com o vice-governador de MS Ary Rigo. Fonte: Diário da Serra. 13 dez. 1990, p. 5. Acervo Fundação Barbosa Rodrigues.



Deputada Marilu Guimarães (PFL), a primeira mulher a representar MS na Câmara dos Deputados. Fonte: acervo Câmara dos Deputados.



Governador Pedro Pedrossian participou juntamente com o presidente Collor da assinatura de contrato para fornecimento do gás boliviano. Fonte: *Diário da Serra*, 10 ago. 1992. Acervo FBR.

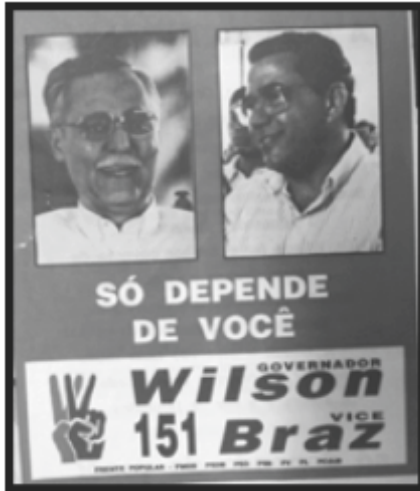


Protestos em Campo Grande pelo Impeachment do presidente Fernando Collor (PRN). *Diário da Serra*. 22 ago. 1992, p. 4. Imagem de Carlos Alberto.



Protesto de professores liderado pela FETEMS por reajuste salarial, em 1993.
Fonte: acervo da FETEMS.

ELEIÇÕES 1994



Folder do candidato Wilson Martins; Santinho do candidato Levy Dias; Santinho do candidato Pedro Teruel. Fonte: Caixa Eleições 1994. CDR-FCH/UFGD. Santinho de Rita de Cássia (arquivo da candidata).



Diário do Povo (atual *Diário MS*) sobre vitória de Wilson Barbosa Martins e Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994. **Dourados**, 4 out. 1994. Fonte: acervo Diário do Povo.



O Progresso sobre trabalho do vice-governador Braz Melo como coordenador para o Mercosul e a discussão da Rota Bioceânica. 20 fev. 1995. Fonte: acervo OP.



Governador Wilson Martins (PMDB) comemora a vitória de seu afilhado político André Puccinelli (PMDB) nas eleições de 1996 para Prefeitura de Campo Grande. Naquele ano nasciam duas novas lideranças no estado: Puccinelli e Zeca do PT. Fonte: *Diário da Serra*. 16 nov. 1996. Imagem de José Cortez.



Servidoras fazem oração em frente à residência do governador Wilson Martins em protesto por salários atrasados, em 1997. Fonte: acervo da FETEMS.

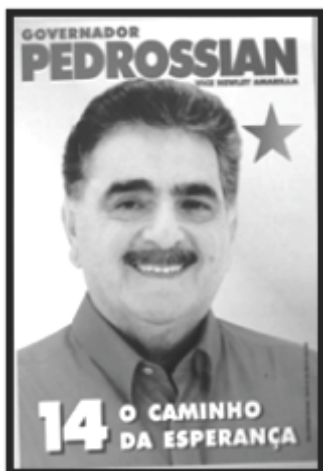


Urna de lona utilizada antes da urna eletrônica.
Fonte: Correio do Estado.



Eleitor testa a urna eletrônica que seria usada pela primeira vez em Campo Grande em 1996.
Fonte: *Dário da Serra*, 29 ago. 1996. Imagem de Casimiro Silva. Acervo FBR

ELEIÇÕES 1998



Adesivo do candidato Zeca do PT, santinhos dos candidatos Ricardo Bacha, Pedro Pedrossian e Heitor Oliveira. Fonte: Caixa Eleições 1998. CDR-FCH/UFGD.



Correio do Estado sobre eleição de Zeca do PT em segundo turno em 1998. 27 out. 1998. Fonte: acervo CE.



2 primeiros deputados federais negros de MS: Bem-Hur e João Grandão.
Fonte: acervo CDR-FCH/UFMG.



Governador Zeca do PT e seu importante aliado na Assembleia Legislativa, o presidente da Casa Londres Machado (PSDB). Fonte: *Correio do Estado*. 3 jan. 1999.



Governo Zeca inaugurou obras importantes oriundas de outras gestões, como foi o caso do Gasoduto Bolívia-Brasil, em 1999.
Fonte: *O Progresso*. 10 fev. 1999, p. 1. Imagem: COGECOM/MS.

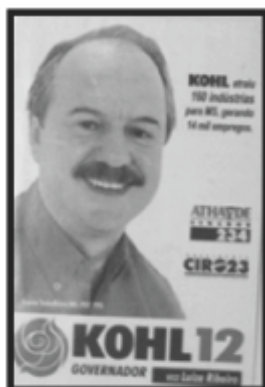


Os programas sociais, como o Segurança Alimentar foram grandes marcas do Governo Popular. Fonte: Diário MS. 9 jan. 2002, p. 1. Imagem: Diário MS.



O Guaicuru, criado em janeiro de 2000, para defender a mudança do nome do estado para Pantanal. **Campo Grande**, maio de 2000. Fonte: acervo do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA)

ELEIÇÕES 2002



Santinhos dos candidatos a governador em 2002. Fonte: coleção de Wagner Chagas



Diário MS sobre a vitória da esquerda em dose dupla, Zeca reeleito no MS e Lula (PT) eleito presidente da República. 28 out. 2002. Fonte: acervo Diário MS.



Presidente do Congresso Nacional, Ramez Tebet dá posse a Lula, em 2003.
Fonte: acervo Senado Federal.



Governador Zeca do PT faz viagem de negócios à Índia, juntamente com o presidente Lula. Foi a primeira vez que um governador de MS divulgou o estado tão longe.
Fonte: *Diário MS*. 30 jan. 2004. Imagem de Ricardo Stuckert.



UEMS discute e implanta cursos superiores para índios. Avanços para os povos originários de MS. *Diário MS*, abr. 2004. Fonte: acervo do jornal.



Diário MS sobre apoio de Zeca do PT à Rota Bioceânica. 27 abr. 2004. Fonte: acervo jornal.



No programa de expansão das universidades federais pelo Brasil, nasce a sonhada UFGD. Diário MS, 20 jun. 2005. Fonte: acervo do jornal.



Ambientalista Francelmo, deu a vida pela preservação do Pantanal, ao atear fogo no próprio corpo em Campo Grande, em protesto contra a ideia de usinas de álcool naquele bioma, no final de 2005.

Fonte: <https://ecoa.org.br/francelmo-vive/>. Acesso em: 23/02/2020.



Senador Delcídio do Amaral (PT) ganha fama no Brasil ao presidir a CPI dos Correios e concede entrevista a vários canais, entre eles o Programa do Jô, da Globo.

Fonte: <https://emails.estadao.com.br/fotos/tv,delcidio-amaral,782257>. Imagem de Paulo Pinto.



Diário MS a respeito das articulações feitas por Zeca do PT para a implantação de fábrica de celulose em Três Lagoas. 19 dez. 2006.

ELEIÇÕES 2006



Santinhos dos candidatos a governador em 2006. Fonte: Coleção de Wagner Chagas.



Diário MS sobre a posse de André Puccinelli no primeiro mandato. 2 jan. 2007.
 Fonte: acervo do jornal.



Eleições de 2010. O deputado Londres Machado comemora seus 10 mandatos consecutivos como deputado estadual. Fonte: *Correio do Estado*. 2 out. 2010.
 Imagem de Silvio Andrade.



Propaganda do governo André Puccinelli sobre o uniforme e o kit escolar para estudantes da rede estadual de ensino. Fonte: *Jornal Daqui*. **Fátima do Sul**, 23 jul. 2009.



Governador André Puccinelli ao lado do ex-presidente Bill Clinton, divulga MS nos EUA. Diário MS, 9 maio 2008. Fonte: acervo do jornal.



Avanços no governo Puccinelli, Lei de Cotas para negros no serviço público em MS. Diário MS, 11 dez. 2008. Fonte: acervo do jornal.



PT conquista seu maior cargo na Assembleia Legislativa, deputado Pedro Kemp se torna 1 vice-presidente da Casa. Imagem de Victor Chileno. Fonte: *Diário MS*, 18 dez. 2008.

ELEIÇÕES 2010



Santinhos dos candidatos André Puccinelli; Zeca do PT e Nei Braga.
Fonte: Coleção de Wagner Chagas.



Jornal do Povo sobre reeleição de André Puccinelli. **Três Lagoas**, 5 out. 2010. Fonte: UFMS.



Lançamento do Aquário do Pantanal, no programa MS Forte 1. Fonte: *Diário MS*, 14 mar. 2010.

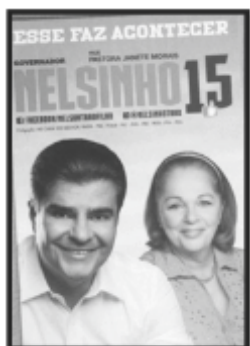


Lançamento do programa MS Forte 2, em Dourados. Fonte: *O Progresso*. 23 out. 2013.



Usinas de álcool e açúcar viram marca do desenvolvimento de MS entre 2004 e 2014. Fonte: *Diário MS*, 14 jun. 2011.

ELEIÇÕES 2014



Santinhos dos candidatos a governador em 2014.
Fonte: Coleção de Wagner Chagas.



A Crítica sobre eleição de Reinaldo Azambuja em segundo turno, nas eleições de 2014. Fonte: acervo *A Crítica*.



Carreta do Programa Caravana da Saúde.

Fonte: <http://www.midiamax.com.br/politica/253077-governo-discute-plano-estrategico-de-reestruturacao-hospital-regional.html>. Acesso em: 21 mar. 2015.



Movimento Fora Dilma em Campo Grande, em 2016. Jornal Notícias do Estado (JNE). Imagem de Warren Nabuco.

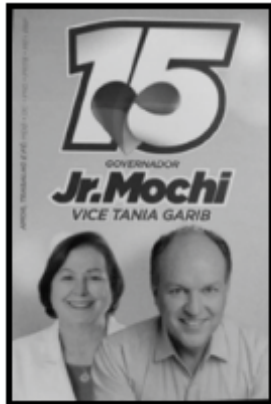


Diário MS trata das greves que marcaram 2016 e 2017 contra as reformas neoliberais do governo Temer. Fonte: acervo do jornal.



Servidores administrativos da Educação em protesto contra a falta de reajuste ao longo de quase toda gestão do PSDB. Fonte: *O Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 31 maio 2017. Imagem de Marcelo Victor.

ELEIÇÕES 2018



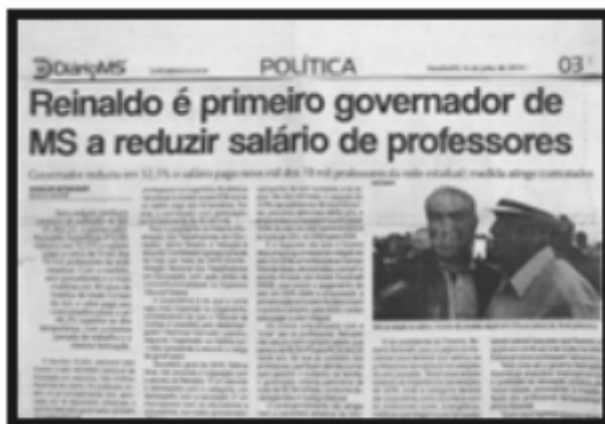
Santinhos dos candidatos ao governo em 2018. Fonte: coleção de Wagner Chagas.



Índios na luta política. Povos indígenas começam a participar das disputas. Anísio Guató, de Corumbá, candidato ao Senado Federal, em 2018. Fonte: coleção de Wagner Chagas.



Midiamax Diário sobre reeleição de Reinaldo Azambuja e eleição do presidente Jair Bolsonaro. Campo Grande, 29 out. 2018. Fonte: arquivo Midiamax.



*Diário MS sobre corte de salário de professores em MS. 13 jul. 2019.
Fonte: acervo de Wagner Chagas.*



Manifestação de professores e administrativos da Educação contra o corte de salário e falta de reajustes, em 2019. Fonte: acervo do autor.



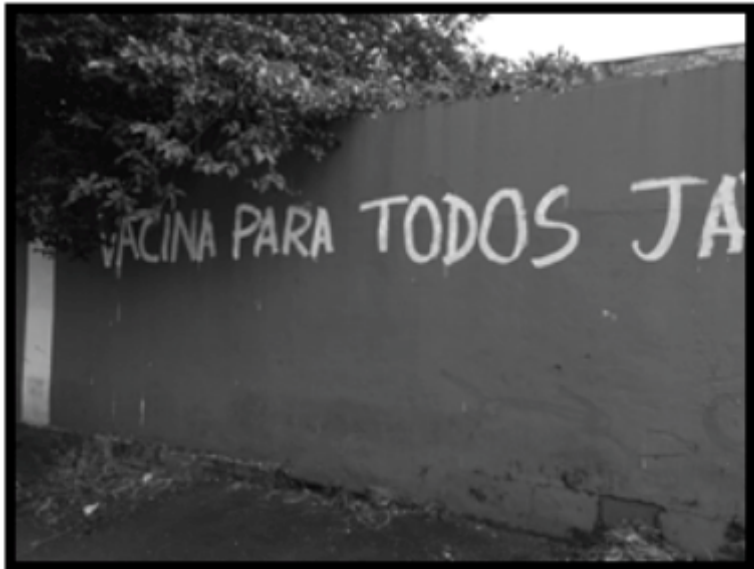
O Estado de Mato Grosso do Sul sobre mudanças de hábitos da população com a pandemia da Covid-19. Campo Grande, 18 mar. 2020. Fonte: arquivo do jornal.



Correio Braziliense sobre demissão de Mandetta do Ministério da Saúde. Brasília, 17 abr. 2020. Fonte: acervo de Wagner Chagas.



Governador Reinaldo e Presidente do Paraguai Mario Abdo lançam a ponte sobre Rio Paraguai entre Porto Murinho e Carmelo Peralta (Paraguai). A Rota Bioceânica começa a sair do papel. Fonte: www.idest.com.br. Imagem de Saul Schramm.



Muro pichado em Dourados exige “vacina já!”. Imagem registrada pelo autor em 2021.



Governador Reinaldo Azevedo se destaca no Brasil pela vacinação contra Covid-19 no MS.
Fonte: <https://www.coronavirus.ms.gov.br/?p=6854>. Acesso em: 19/10/2022.



Revista *Impacto* sobre seca histórica no Pantanal. Campo Grande, jul-ago. 2021.
Fonte: acervo Câmara Municipal de Fátima do Sul.

ELEIÇÕES 2022



Santinhos dos candidatos ao governo em 2022. Fonte: coleção de Wagner Chagas.



Primeiro índio candidato a governador de MS, Magno de Souza vota em Dourados.
Fonte: *Midiamaxdiário*. 2 out. 2022. Imagem de Marcos Morandi.

MS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2022



Fonte: material da coleção de Wagner Chagas.



O Estado de Mato Grosso do Sul sobre a candidatura de 2 senadoras de MS à Presidência. 30 set. 2022. Fonte: acervo do autor.



Defensora do campo democrático, Simone Tebet (MDB) declara apoio a Lula (PT) no segundo turno. Fonte: <https://www.tribunadaimpressadigital.com.br/noticia/simone-tebet-o-brasil-que-queremos-so-pode-ser-construido-pelas-maos-de-lula-e-alckmin>. Acesso em: 19/10/2022.



Correio do Estado sobre vitória de Riedel e Lula. 31 out. 2022. Fonte: acervo do autor.

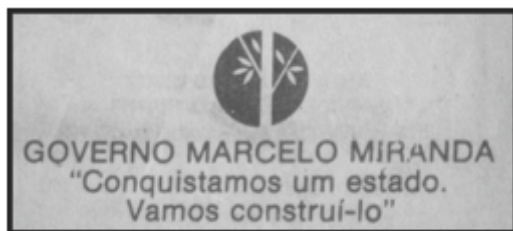
LOGOMARCAS DOS GOVERNOS DO ESTADO

Possivelmente você viu na sua cidade ou rodovia do estado de Mato Grosso do Sul alguns dos símbolos que serão apresentados nas próximas páginas e cuja curiosidade me fez realizar uma pequena pesquisa a respeito do personalismo nas propagandas oficiais dos governos estaduais. Esta pesquisa foi apresentada no Encontro de História de MS, no ano de 2018, na UFGD em Dourados, e pode ser lida na íntegra nos anais do evento disponível na internet. Nas páginas seguintes fiz uma breve explicação para que você leitor/a entenda melhor o significado dessas peças de propaganda governamental.

Brasão de armas de Mato Grosso do Sul usado no governo Harry Amorim (1979)



Logomarca do primeiro governo Marcelo Miranda (1979-1980)



Fonte: *O Progresso* (1979)

Significado: conforme entrevista que fiz com o ex-governador Marcelo Miranda, via telefone, em novembro de 2013, a logomarca simbolizava uma árvore em crescimento numa alusão ao nascimento e crescimento de MS.

Logomarca do primeiro governo Pedro Pedrossian (1980-1983)



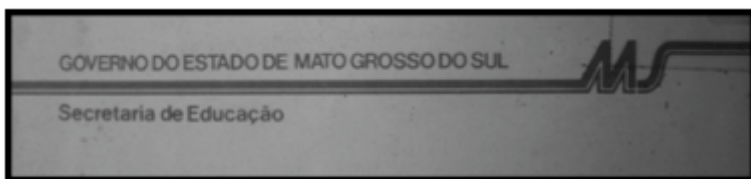
Fonte: *Correio do Estado*. 1981.



Totem do primeiro governo Pedro Pedrossian na rodovia do calcário, Nioaque. Fonte: acervo de Pedrossian Neto.

Significado: o ex-governador Pedro Pedrossian revelou em sua biografia, publicada em 2006, que acreditava ter uma estrela no céu que o guiava. Por isso ela ser símbolo de seu governo.

Logomarca do primeiro governo Wilson Barbosa Martins (1983-1986)



Fonte: Anuário Estatístico de MS de 1984 – CDR/FCH-UFMG.



*Totem do governo Wilson Martins na Av. Marcelino Pires, Dourados.
Imagem registrada pelo autor em 2013.*

Significado: não foi possível saber por fontes oficiais o significado das peças publicitárias do primeiro governo Wilson Martins. No entanto, pode-se deduzir que o *totem* busca representar um estado em construção ao se observar os blocos sobrepostos. Quanto a sigla MS, ao se observar atentamente, de “cabeça para baixo”, pode-se ver a letra “W” inicial de Wilson. Ao se lembrar que antes da Constituição de 1988 os governos podiam colocar seus nomes nas propagandas oficiais essa dedução pode ser correta.

Logomarca do governo Ramez Tebet (1986-1987)



Fonte: Revista *Veja* (1986).



Totem do governo Ramez Tebet localizado no anel viário de Campo Grande.
Imagem registrada por Jair Lima e Manoel Santos, em 2013.

Significado: aqui fica explícito o personalismo do governador Ramez Tebet ao ter a logomarca e o totem de seu governo com as letras iniciais de seu nome “RT”.

Logomarcas do segundo governo Marcelo Miranda Soares (1987-1991).



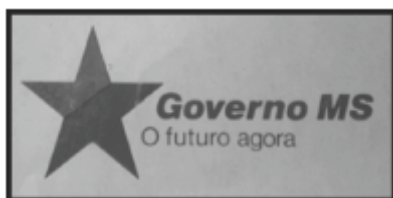
Fonte: jornal O Progresso (1986 e 1989)



Totem do governo Marcelo Miranda, localizado no terminal rodoviário de Aparecida do Taboado. Imagem registrada pelo autor, em 2017.

Significado: aqui temos o caso de duas logomarcas, pois a primeira foi utilizada antes de entrar em vigor a CF de 1988 que proibiu o uso do nome dos chefes do poder Executivo municipais, estaduais e federal nas peças publicitárias. A segunda, como se vê, trazia o nome Mato Grosso do Sul no lugar do nome do governador. Já no totem, descoberto por mim durante viagem a Aparecida do Taboado, em 2017, percebe-se à primeira vista a sigla MS. No entanto, ao se interpretar que antigamente o nome do governador podia aparecer, pode-se deduzir as iniciais do governador Marcelo Miranda Soares (MS).

Logomarca do segundo governo Pedro Pedrossian (1991-1994)



Fonte: Anuário Estatístico de MS de 1992 – CDR/FCH-UFGD.



Totem do segundo governo Pedro Pedrossian na cidade universitária (UEMS – UFGD) em Dourados. Imagem registrada pelo autor, em 2012.

Significado: a estrela de Pedro Pedrossian continuou a ser utilizada no segundo mandato. O governador chegou até a propor que ela se tornasse símbolo permanente do estado, o que não foi aceito pelo Legislativo estadual.

Logomarca do segundo governo Wilson Martins (1995-1998)



Fonte: cartaz da SED-MS (CDR-FCH/UFGD)



Totem do segundo governo Wilson Martins, na rodovia MS 157 no distrito de Carumbé (Itaporã). Imagem registrada pelo autor, em 2017.

Significado: um bloco de concreto que lembra o do governo anterior, no entanto, no lugar da estrela aparecia um mapa de MS.

Logomarca do primeiro e segundo governos Zeca do PT (1999-2006)



Fonte: cartaz de propaganda da SANESUL. Fonte: CDR/FCH-UFGD.



Totem do primeiro governo Zeca do PT, localizado na avenida principal de Anaurilândia, em alusão à pavimentação da rodovia MS 276. Imagem registrada pelo autor, em 2019.

Significado: uma paisagem pantaneira, com vegetação e sol nascente. Outros interpretavam como a letra “Z” de Zeca.

Logomarca do primeiro e segundo governos André Puccinelli (2007-2014)



Fonte: cartaz da SED-MS



Totem do primeiro e segundo governos André Puccinelli (PMDB/2007-2014), na rodovia MS 147, distrito de Culturama (Fátima do Sul).

Imagem registrada pelo autor, em 2017.

Significado: segundo o governador, representava a paixão que ele tinha por Mato Grosso do Sul.

Logomarca do primeiro e segundo governos Reinaldo Azambuja (2015-2022)



Fonte: SED-MS.



Totem do primeiro e segundo governo Reinaldo Azambuja em avenida restaurada de Amambai. Imagem registrada por Giliarde Rodrigues, em 2019.

Significado: não há um significado definido, segundo levantamento que fiz junto a órgão do governo responsável pela publicidade. Mas as cores verde e azul representam as mesmas da bandeira de MS.

BIBLIOTECAS ESCOLARES GERAM REVOLUÇÕES

Um jovem estudante encontra numa biblioteca da escola pública em que estudava, no ano de 2001, na cidade de Fátima do Sul (MS), um texto sobre a História de Mato Grosso do Sul. Era o início de uma curiosidade que despertaria este autor para o gosto a respeito da História Política deste estado.

Ao ingressar na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Dourados, depois transformada em Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a curiosidade virou pesquisa científica.

Agora, por meio deste livro, o autor tem por objetivo despertar outras curiosidades em outros leitores, principalmente estudantes, para a importância do conhecimento histórico.

ISBN 9 786554 730099



9 786554 730099